

INTELECTUAIS, POLÍTICAS CULTURAIS E PODER NA BAHIA (1968-1987)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO



EDITORA
IFS

INTELECTUAIS, POLÍTICAS CULTURAIS E PODER NA BAHIA (1968-1987)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe

Aracaju

2020

Copyright© 2020 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)

Vanina Cardoso Viana Andrade

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Jaime José da Silveira Barros Neto
José Wellington Carvalho Vilar
Diego Lopes Coriolano
Herbet Alves de Oliveira
Adeline Araújo Carneiro Farias
Alexandre Santos de Oliveira
João Batista Barbosa
Manoela Falcon Gallotti
Sheyla Alves Rodrigues
Caique Jordan Nunes Ribeiro

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa
Odélsia Leonor Sanchez de Alsina

Revisão

Anselmo Vital de Oliveira

**Planejamento e
Coordenação Gráfica**

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Projeto Gráfico da Capa

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Diagramação

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Editoração

Kelly Cristina Barbosa

Produção Visual

Jéssika Lima Santos
Júlio César Nunes Ramiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Carvalho, Anselmo Ferreira Machado
C331i Intelectuais, políticas culturais e poder na Bahia (1968-1987) [recurso eletrônico]/ Anselmo Ferreira Machado Carvalho. Aracaju: IFS, 2020.

385 p.: il.

Formato: e-book

ISBN 978-65-87114-19-4

1. Política. 2. Ações culturais. 3. Bahia. 4. Patrimônio baiano. 5. Política cultural. I. Título.

CDU: 32(813.8)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa / CRB-5/1637.

[2020]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins Aracaju/SE.

CEP: 49025-330

TEL.: +55 (79) 3711-3222 E-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

**A Bernardo,
meu filho, com amor!**



AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto de minha Tese de Doutorado, originalmente intitulada “Intelectuais e Políticas Culturais no Conselho Estadual de Cultura da Bahia (1968-1987)”, defendida no PPGH da UFBA em novembro de 2019. Resultou de muito esforço, dedicação e abdicção. Escrita num período turbulento da história do país, que esperamos logo passe, para que se abram os caminhos da democracia e da normalidade institucional. Os agradecimentos e parcerias são muitas!

À toda minha família! Mas um especial agradecimento a minha companheira de vida Andrea e à minha mãe Fátima. Elas sentiram junto comigo todas as emoções, as boas e as ruins. Meu muito obrigado! Amo vocês! A minha tia Edvânia pelo acolhimento em Salvador. A Bernardo, que desde o Mestrado convive com livros espalhados por toda a casa em meio aos seus brinquedos. Mas é claro que ele prefere os brinquedos! E muitas vezes se queixava “desse trabalho do papai”. Saiba que você meu filho foi inspirador disso tudo!

Aos professores Dr. Rinaldo Leite, Dr Milton Moura, Dr Raimundo Nonato Pereira, Dr. Paulo Santos Silva, Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas pelas contribuições importantes à pesquisa.

Aos professores Dr.^a Fatima Pires, Dr.^a. Lucileide Cardoso, Dr.^a Laura de Oliveira e Dr. Paulo Fábio Dantas pelo aprendizado nas disciplinas cursadas durante o curso de doutorado na UFBA.

À orientadora pela coerência, competência, seriedade e leveza na condução da orientação. Mais do que uma orientação, compartilhamos momentos maravilhosos. Uma amiga para vida, que, acima de tudo, respeitou as minhas escolhas de pesquisa. Meu

muito obrigado Dr^a Lina Aras!

Ao PPGH-UFBA e funcionários por terem me acolhido e proporcionado desenvolver a pesquisa sem maiores dificuldades administrativas.

Aos colegas de doutorado em nome de Ede, Gilberto e Larissa. Agradeço a vocês pelas discussões e diálogos. Ao amigo parceiro de vida, de Anpuhs e de compartilhamento de leitura, meu muito obrigado a Danillo Rangell.

Agradeço, ao Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto, que me liberou das atividades laborais durante o período da pesquisa, em nome dos professores Osman, Ricardo Monteiro, Mauro, Telma, Wlamir, Carla, Fábio Wendell, Luciana, Sergio e a todos colegas da CCHS. Em nome de vocês agradeço às demais pessoas que incentivaram e apoiaram!

Aos estudantes que me encheram de coragem e, em especial, aos alunos do PIBIC/IFS e iniciação científica que colaboraram transcrevendo as entrevistas: Gustavo, Jean, Barbara e André.

Ao professor Dr. Edivaldo Boaventura (*In memoriam*) pela amizade construída, pela atenção dispensada e fornecimento de fontes importantes para este estudo.

Aos ex-conselheiros de cultura, ao ex-governador Roberto Santos, ex-secretários de cultura do estado, Edivaldo Boaventura (*In memoriam*), Jose Carlos Capinam e Paulo Gaudenzi (*In memoriam*), ao ex-prefeito de Salvador Manoel Castro, ex - vereador Paulo Fábio, que me concederam entrevistas valiosíssimas. João Eurico Matta e Mário Mendonça pelo fornecimento de material iconográfico do CEC.

Aos funcionários dos arquivos que visitei, IPAC, IGHB, IHGB, ALB, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Centro de Memória da Bahia e Faculdade de Arquitetura da UFBA. A Mary do arquivo da

FFCH- UFBA. Aos funcionários do CEC, em nome de Eder agradeço a todos que colaboraram na disponibilização das atas e documentos do Conselho.

A Milton Moura, grande amigo e interlocutor meus sinceros agradecimentos!

Ao primo/irmão Thiago Machado pela leitura do texto e compartilhamento de ideias e documentos à pesquisa.

Aos amigos que direta e indiretamente incentivaram-me nessa construção.

Aos lutadores culturais desse país! Que essa leitura sirva de reflexão para nos guiar pelos caminhos democráticos e pela defesa da cultura como dimensão acolhedora e possibilitadora de construções sociais.

Samba do Lado

Faminto e calmo, o samba chegou
Domingo, de todos os lados
Daqui pra ali, de lá pra cá
Pode-se escutar o som aqui no Brasil

Lembro quase tudo que sei
E organizando as idéias
Lembro que esqueci de tudo
Mas eu escuto o samba

E você samba de que lado, de que lado você samba
Você samba de que lado, de que lado você samba
De que lado, de que lado, de que lado, de que lado você vai
sambar?

E você samba de que lado, de que lado você samba
O problema são problemas demais
Se não correr atrás da maneira certa de solucionar

Olha o samba do teu lado, do teu lado, olha o samba
Olha o samba do teu lado, do teu lado, olha o samba
Olha o samba do teu lado, do teu lado, do teu lado o samba chegar

Olha o zambo do teu lado, do teu lado olha o zambo
Olha o zambo do teu lado, do teu lado olha o zambo
Olha o zambo, olha o zambo

O problema são problemas demais
Se não correr atrás da maneira certa de solucionar

Lembro quase tudo que sei
E organizando as idéias

Lembro que esqueci de tudo

Mas eu escuto o samba

E você samba de que lado, de que lado você samba

Você samba de que lado, de que lado você samba

De que lado, de que lado, de que lado, de que lado você vai
sambar?

E você samba de que lado, de que lado você samba

Você samba de que lado, de que lado você samba

De que lado, de que lado, de que lado, de que lado você vai
sambar?

E você samba de que lado, de que lado você samba

Você samba de que lado, de que lado você samba

Chico Science e Nação Zumbi. Afrociberdelia, 1996.

Poeminho do Contra

Todos esses que aí estão

Atravancando meu caminho,

Eles passarão...

Eu passarinho!

Mario Quintana

Poesia Completa. Ed, Nova Aguilar, 2006, p. 256.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Solenidade de Instalação do CFC em 1966

Figura 02. Instalação do CEC em 1968.

Figura 03. Conselho Estadual de Cultura da Bahia em 1973

Figura 04. Posse de Gilberto Gil

Figura 05. Posse de Maria Bethânia no CEC

Figura 06. Conselho Estadual de Cultura da Bahia, março de 1983

Figura 07. Capa do Livro “Dicionário de artistas e artífices da Bahia”

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Área de atuação e participação dos conselheiros.

Quadro 02. Atividades do Conselho por sessões plenárias (1968-1971)

Quadro 03. Conselheiros de Cultura da Academia de Letras da Bahia/IGHB/UFBA

Quadro 04. Presidentes e vice-presidentes do CEC (1968-1987)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Número de artigos dos Conselheiros na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

Tabela 02. Número de artigos dos colaboradores na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

Tabela 03. Número de publicações dos conselheiros por tema na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
ALB	Academia de Letras da Bahia
AI	Ato Institucional
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S/A
CEC	Conselho de Cultura do Estado da Bahia
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNRC	Conselho Nacional de Referência Cultural
CHS	Centro Histórico de Salvador
CONCINE	Conselho Nacional de Cinema
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DESC	Departamento de Ensino Superior e de Cultura
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes S/A
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes

FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAM	Museu de Arte Moderna da Bahia
MES	Ministério da Educação e Saúde
MNU	Movimento Negro Unificado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PT	Partido dos Trabalhadores
RCBA	Revista de Cultura da Bahia
RIGHB	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
RALB	Revista da Academia de Letras da Bahia
SEC	Secretaria de Educação e Cultura da Bahia
SEAC	Secretaria de Assuntos Culturais
SNC	Sistema Nacional de Cultura

SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCA	Teatro Castro Alves
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

APRESENTAÇÃO

Na Bahia um dos inúmeros avisos ao tratar de suas personalidades é o seguinte: trate dos mortos, porque os vivos são muito ciumentos. Como conselho e água benta não faz mal a ninguém, aceitei a tarefa de apresentar a presente obra trazida por Anselmo Ferreira Machado Carvalho com bastante cuidado, afinal de contas o objeto de estudo implicava em investigar as gerações de intelectuais que participaram entre 1968 a 1987 do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC).

As questões culturais e o próprio direito à cultura eram temas fora do escopo das pesquisas sobre intelectuais o que ensejou uma investigação mais aprofundada sobre os referenciais teóricos que abarcassem os objetivos da pesquisa que resultou no estudo “Intelectuais, políticas culturais e poder na Bahia (1968-1987)”.

Abrir novas veredas de pesquisa implica em arriscar e buscar se armar das estratégias mais consistentes para acompanhar o objeto, especialmente quando isso implica em uma dezena de personalidades, algumas já falecidas, outras vivas e resistentes a fala. Esse aspecto é um ponto forte do estudo, pois seu autor, mesmo com a recursa tácita ou não, trabalhou com as fontes disponíveis e conseguiu um painel consistente sobre os conselheiros do CEC no período estudado.

Os caminhos da pesquisa foram muito enriquecedores para o estudo, pois as fichas biográficas serviram para ir puxando fios de uma meada que se fez teia muito bem tecida e envolvia categoria diferentes de intelectuais, seja nas suas áreas de atuação/conhecimento, seja nas articulações presentes no CEC, sem se distanciar das questões de raça e classe presentes no grupo, sendo o gênero uma categoria excludente, com poucas conselheiras atuando no CEC.

Um dos elementos inovadores nesse estudo foram as discussões apresentadas sobre as propostas colocadas na mesa de discussão nas sessões do CEC e de suas câmaras. É interessante registrar que esse caminho serviu para ilustrar o papel do CEC no período estudado, contrariando muitas afirmativas de que seu papel era meramente consultivo. Da análise das propostas surgiram os diversos papéis e ações efetivadas pelos CEC e para onde se direcionavam essas ações e de onde partiam as demandas que chegavam até o CEC.

Das fichas biográficas produzidas e com as informações ali apresentadas ficou patente que o CEC estava muito bem articulado com as instituições educacionais e culturais da Bahia e fora dela, demonstrando que o grupo que se reunia ali estava antenado com o que estava ocorrendo para além dos muros da Província da Bahia.

O papel do CEC, bem definido na legislação, na Bahia adquiriu conotações próprias com suas demandas específicas, onde seus conselheiros iam exarando pareceres em projetos culturais que, muitas vezes, estavam distantes de suas realidades sociais e de classe. Esse CEC representou o pensamento de um grupo específico e o estudo demonstra as articulações ali tecidas de forma a não fugir dos pressupostos do seu papel e o conceito de cultura que os embasava. A organização do CEC, com suas temáticas principais, demonstrava as suas preocupações com a cultura e com a sociedade baiana, lidando com sua memória, patrimônio, políticas culturais, artes em geral e, mesmo, analisando as demandas que escapavam desse escopo estabelecido por seus conselheiros.

Anselmo Machado apresentou os conselheiros, membros da elite cultural da Bahia, formação intelectual, sua inserção e vivência dentro do cotidiano do CEC, enfrentando as ondas de mudanças

que perpassavam a cultura e, ao mesmo tempo, buscando fortalecer aquilo que acreditavam ser uma cultura para baianos e, especialmente, soteropolitanos.

Os conselheiros e o CEC teceram, enredaram narrativas, apresentaram aquilo que representava a cultura e uma política cultural para o estado, através dos seus projetos afastando e aproximando com as políticas advindas do governo do estado. Eles eram ao mesmo tempo proponentes de uma cultura, aliados de políticas culturais e, mais, abriram caminho para a inserção de novos entes culturais em seus projetos.

Das várias contribuições trazidas pelo estudo de Anselmo Machado talvez a mais significativa nesse momento seja a de apresentar um órgão, seus membros e os projetos implícitos e explícitos para a cultura da Bahia, devidamente embasados em fontes documentais diversas e guardadas em acervos diversos. Os conselheiros do CEC fizeram valer o seu papel e contribuíram para direcionar as políticas culturais para a Bahia de acordo com seu escopo político e representante de uma elite cultural.

Anselmo Machado traz um estudo consistente, com uma escrita agradável e com uma pesquisa de grande fôlego, cuja leitura instiga novos olhares sobre os intelectuais, sua relação com a política e suas atuações juntos aos órgãos de cultura, especialmente o Conselho de Cultura da Bahia.

Leitura obrigatória para entender como as elites se articulam e tecem suas redes de permanência e manutenção da ordem social construída ao longo dos séculos.

Lina Maria Brandão de Aras
Professora Titular do Departamento de História
FFCH/UFBA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
------------------	----

Cap I. POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA (1968-1987).

1.1 O Golpe civil-militar e suas consequências na Bahia	51
1.2 O projeto da Modernização Conservadora na Bahia	61
1.3 O Conselho Federal de Cultura e a Ditadura civil-militar: o papel da cultura no cenário nacional	77
1.4 O Conselho Estadual de Cultura: “O guardião” da cultura na Bahia	92

Cap II. REDES DE SOCIABILIDADE E TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS.

2.1 O primeiro momento (1968-1979).	119
2.2 O segundo momento (1979-1987)	142
2.3 Uma “cultura de elite” e uma “elite cultural” na Bahia.	155
2.4 O Comportamento político dos intelectuais.	169

Cap III. PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NO CEC.

3.1 Sobre Temas e autores do Pensamento Político Brasileiro	195
3.1.1 Diálogos e trajetória do pensamento político de Nelson Sampaio	206

3.1.2	A influência do pensamento político de Nelson Sampaio e as reverberações no campo da cultura	229
3.2	Thales de Azevedo e a cultura nacional	232
3.3	O patrimônio baiano como valor histórico	245
3.4	José Calasans e as “manifestações do nosso populário”	253

Cap IV. A EFETIVIDADE DO CEC: AÇÕES CULTURAIS NA BAHIA.

4.1	A Revista de Cultura da Bahia: a continuidade de uma tradição	265
4.1.1	A política de publicações do CEC.....	275
4.2	A Política de Memória do CEC: Efemérides e Calendários Culturais Baianos.....	280
4.3	As ações no patrimônio.....	298
4.4	Direito à cultura no CEC	313
4.4.1	As demandas culturais	321
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
	REFERENCIAS	343
	ANEXOS.....	380

INTRODUÇÃO

A Bahia, é, e há de ser, felizmente por muito tempo, a região tradicional brasileira: onde as lendas e os costumes de antanho conservam a sua poesia melancólica no contraste de um progresso que penetra lentamente; onde como a atmosfera que se respira é um ar do passado cheirando à santidade ingênua de épocas findas; onde o próprio aspecto das coisas e o regime dos homens são como um viver dos séculos atrás, arremedando novos hábitos. José Wanderley de Pinho (RCBA, nº 04, 1969, p.54)



O historiador Sergio Buarque de Holanda, certa feita, disse que a democracia entre nós “nasceu num mal-entendido”¹. Se trouxermos esse debate, bastante complexo sobre a trajetória do exercício da democracia brasileira, para o campo da cultura e, em especial, das políticas culturais, observaremos mais contradições do que regularidades. Durante o século XX, os períodos de exceção, especificamente, o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985), foram os que mais registraram investimentos públicos para a cultura, margeados pelos interesses dos que estavam no controle do Estado.

Recentemente, no governo Collor, no início dos anos 1990, primeiro governo eleito após a ditadura iniciada em 1964, vimos um encolhimento do setor cultural, marcado pela extinção do Ministério da Cultura, existente desde 1985. O governo Itamar Franco (1992-1994) restabeleceu o Ministério, sem, contudo, priorizar ações mais robustas na área cultural. Foi um governo de transição que herdou inflação, restrição orçamentária e diminuição da esfera estatal nos programas sociais.

A lógica neoliberal prosseguiu nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para dar espaço, em seguida, nos governos Lula (2003-2011) a uma maior atenção por parte do Estado para as questões culturais, ampliando-se a noção de cultura, a participação da sociedade em conselhos de cultura e destinando uma fatia maior do orçamento para esse setor. (RUBIM, 2010)

A parte do orçamento da União destinado à cultura foi motivo

1

Entrevista de Sergio Buarque, intitulada “A democracia é difícil”, originalmente publicada em janeiro de 1976 pela revista *Veja*. Disponível em: <<https://www.cafecomsociologia.com/sergio-buarque-de-holanda-en-tre-vista-de/>> Acesso em 28/06/2019.

de muitos debates no meio cultural, cuja principal reivindicação era o aumento desse percentual, que, durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2015), sofreu abalos em comparação ao governo anterior, além de descontinuidades de programas culturais e disparidades na condução política do Ministério. (RUBIM, 2015)

Em 2016, a presidente eleita Dilma Rousseff (PT) foi deposta por um golpe, institucionalmente marcado pelo processo de *impeachment*, aceito pelo Congresso Nacional e legitimado por grande parcela da sociedade brasileira. (MATOS, 2016) O vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu o cargo e no começo do seu governo extinguiu o Ministério da Cultura, medida adiada devido às pressões da sociedade, do meio político e do segmento cultural que ocupou diversos prédios vinculados ao Ministério em quase todos os estados da federação.

Uma das crises desse governo partiu justamente de denúncias de uso indevido de força política para que o IPHAN liberasse uma obra em Salvador localizada em região tombada.² Novamente, após a eleição presidencial de 2018, que levou a extrema direita ao posto maior da República, as questões culturais voltaram à tona quando entrou em discussão a existência ou não do Ministério da Cultura³, além da revogação de muitas prerrogativas legais que garantiam recursos para as produções culturais e uma pauta de conteúdo moral e de ataque à diversidade cultural.

As questões culturais como podemos ver, historicamente e

2 O caso foi noticiado em inúmeros veículos da imprensa a exemplo do jornal espanhol *El País*, com a seguinte manchete: “**Ex-ministro diz à PF que foi pressionado por Temer. Presidente nega**”. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/24/politica/1480026939_683358.html> Acesso em 28/06/2019.

3 Foi extinto e em seu lugar criada a Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania. <<http://cultura.gov.br/secretaria/>> Acesso em 28/06/2019.

mais recentemente, se não foram centrais, foram importantes no entendimento da dinâmica social brasileira. A partir da análise das políticas públicas, em especial, as culturais, podemos verificar a dinâmica dos sujeitos e das instituições na sociedade que lidam com a cultura, como reagem às propostas implementadas e, concomitante, a forma como o Estado lidou com esse componente.

O objetivo desta tese, portanto, é analisar as políticas culturais desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) durante o período de 1968-1987. O caráter e os sentidos da política cultural aditada pelo CEC às diretrizes do estado baiano, estavam intimamente ligados às ideias e às concepções sobre cultura, memória, patrimônio, política e Estado desenvolvidas pelos intelectuais que o compuseram.

Uma das hipóteses passíveis de verificação é se seus membros faziam parte de uma elite cultural da Bahia, e de que maneira esses intelectuais deram forma e vida ao Conselho com o objetivo de manter suas práticas culturais, num contexto em que elas estavam em declínio. Constatamos que essas práticas estavam marcadas pelo fator geração, por uma sociabilidade endógena e, sobretudo, para estabelecer uma política de memória que confluísse com seus interesses e necessidades.

Os conselheiros de Cultura faziam valer seus interesses e prerrogativas individuais e de grupo numa política endógena que envolvia uma sociabilidade intelectual que reverberava na esfera pública. Por isso, a necessidade de se investigar como se processou a relação entre intelectuais, cultura e Estado na conformação das políticas culturais na Bahia, analisando as suas contradições, diretrizes e estratégias, tendo como *locus* o CEC. Para tanto, discutiremos a efetividade, a relação da entidade com

a sociedade, os interesses políticos por detrás de sua composição e o alinhamento/autonomia ao contexto autoritário do período, percebendo os limites e possibilidades de sua ação.

Qual tipo de política cultural o CEC pretendeu fazer? Segundo Marilena Chauí, quatro tem sido as principais modalidades de relação do Estado com a cultura no Brasil:

A liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais. A do Estado autoritário, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil. A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural. A neoliberal, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais. (CHAUI, 1995, p. 81)

Na trilha da classificação de Chauí, indagamo-nos se foi uma política de tipo liberal, que pensava a cultura no aspecto elitista das Belas Artes? Ou autoritária, sendo o Estado o fiador do processo cultural ou, ainda, a populista, ao se apropriar da cultura popular, do folclore? O primeiro aspecto é salutar na medida em que podemos discorrer sobre o conceito de cultura elitista, fechado em si, que não abria outras formas de se pensar a cultura; no segundo aspecto é preciso relativizar, pois o Estado trouxe para si o gerenciamento da cultura, mas também em seus textos procurava incitar a participação da comunidade.

A política de museus, bibliotecas, prêmios culturais, calendários culturais, voltava-se para o público baiano restrito aos

ambientes letrados, argumentos que ratificavam uma “cidadania” cultural para poucos. E, no terceiro aspecto, identifica-se uma ênfase no folclore e na cultura popular, mas de forma estanque, sem pensar na fruição e na dinâmica dos diversos movimentos culturais que atuavam na Bahia naquele período. Havia também um outro aspecto, a cultura pensada como *mass media*, esta, o CEC rejeitava, por compreendê-la como destruidora da “verdadeira” e autêntica cultura nacional.

As discussões propostas pela historiadora Déa Fenelon (1993) são pertinentes para discutirmos as relações entre a Cultura e a História Social, para assim, pensarmos o CEC no bojo das relações sociais. A autora chama atenção para os perigos de engessarmos uma discussão que trata a cultura separada do conjunto social e, também, de uma História Social que valorize os particularismos dos grupos sociais ou indivíduos apenas, afastando-se conseqüentemente, da compreensão da sociedade em sua totalidade. (FENELON, 1993). Alerta, ainda, para os esquematismos de análises marxistas que priorizam a superestrutura como definidora para entender objetos dentro da totalidade histórica. Sobre as abordagens de História Cultural, salienta, como mais uma forma de abordar o social (tendência incipiente dos anos 90), além da emergência da História da Cultura Material, que validou a crença nos estudos da cultura como categoria intrínseca ao social, elemento de sua constituição.

Validamos, portanto, conforme salienta Fenelon (1993) a noção de cultura como um sistema de significações onde se incluem aí todas as suas práticas, reveladoras das contradições sociais, que “modela modos de vida global” e não considera apenas uma teoria das artes e da vida intelectual em suas relações com a sociedade. Esta noção de cultura mais abrangente pode ser operacionalizada

para analisar, de um modo geral, o sentido da existência do CEC no conjunto das ações pensadas pelo governo federal.

Segundo Renato Ortiz (1994, p.97) a criação dos conselhos estaduais de cultura estava calcada numa visão do tradicional, cuja atribuição e finalidade era a “defesa da cultura”, do patrimônio nacional, dos projetos de memória regionais integrados ao nacional, consoante o modelo encabeçado pelo Conselho Federal de Cultura.

Sobre o Conselho Estadual de Cultura da Bahia, pelo que constava no seu primeiro regimento, em 1968, o colegiado tinha a atribuição de elaborar a política cultural do estado. O segundo regimento, ratificado pelo Decreto estadual nº 25264/1976, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 07 de setembro de 1976, era omissivo em relação à formulação da política cultural, voltando tal atribuição na Lei delegada de nº 051/83 de 31 de maio de 1983, para não mais ser extinta. Em seu terceiro regimento, respaldado pelo Decreto nº 32400/85, publicado no DOE em 25 de outubro de 1985, o governador do estado, mantém o caráter de organizador da política cultural e garante um papel mais administrativo ao seu funcionamento.⁴

Para além do que se versava em leis e regimentos, surgem alguns problemas de pesquisa:

a) Quem foi esse grupo de intelectuais que participou do Conselho Estadual de Cultura? Quais concepções de Estado, sociedade e cultura desenvolveram nesta entidade? Quais motivações políticas nortearam a atuação deles? Quais as intenções dos intelectuais participantes do CEC? Quem é que sabia da existência do CEC e quais segmentos da sociedade dialogaram e tiveram acesso

4

Informações obtidas em: BAHIA. **Conselho Estadual de Cultura (1967-2005)**. Salvador, 2005. Ver Anexo C.

à entidade? Quais eram as atribuições desse Conselho? O que de fato ele representava? Qual era sua efetividade? Quem ou qual segmento se fazia representado no CEC?

A problematização da pesquisa gira em torno da investigação da atuação e existência do CEC, criado em 1967 pelo governo Luís Viana Filho. Interessa-nos analisar o caráter da atuação dos intelectuais, a composição do colegiado, as concepções ideológicas dos seus membros, sua relação com a sociedade baiana e o contexto histórico em que estava inserido. O argumento da tese sustenta-se em torno da composição de uma elite cultural (SIRINELLI, 1998), cuja sociabilidade foi marcada pelas relações sociais comuns, de amizade, vivências intelectuais e afetivas em instituições tradicionais da Bahia (ALB, IGHB e UFBA). Os intelectuais construíram uma rede de sociabilidade em torno si. O caráter liberal das concepções de seus membros, por vezes, anticomunista, uma forte influência da cultura portuguesa, folclórica, silenciadas as prerrogativas culturais de matrizes africanas, além de um referencial de cultura com forte corte civilizacional e de caráter nacional, marcaram a atuação do CEC e legitimaram as ações e as diretrizes formuladas pelo Conselho Federal de Cultura – Casas de cultura, Plano Nacional de Cultura, rotina e institucionalização do setor cultural, calendários culturais, efemérides, conselhos municipais de cultura, civismo, preservação do patrimônio, valorização do folclore, dentre outras.

Utilizamos a noção de políticas culturais como uma categoria analítica. Definir a diferença entre política de cultura (estratégia do CEC) versus políticas culturais parece-nos fundamental na pesquisa. Sobre o primeiro aspecto, a estratégia do CEC, o conceito da Unesco foi norteador para definir as ações dos estados nacionais naquele período e influenciou o CEC e o Conselho Federal de

Cultura (CFC). Para a Unesco:

In this context, 'cultural policy' is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures, which provide a basis for cultural action, by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.⁵

O segundo aspecto, retrata a importância do conceito de políticas culturais para explicar a realidade. As políticas culturais não são neutras, nem muito menos a cultura deve ter um caráter exclusivamente emancipador, ela pode legitimar estruturas autoritárias. As necessidades culturais da população devem ser levadas em consideração, por isso, as políticas culturais não são feitas só pelos Estados nacionais, mas também pelos diversos entes sociais, conforme nos ensina o pesquisador mexicano Nestor Garcia Canclini:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.⁶ (2005, p. 78)

5

UNESCO. **Cultural Policy a preliminar study**. França, Unesco, 1969, p.04. Tradução: “Neste contexto, entende-se por política cultural um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentárias que constituem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver política cultural adequada a todos os países; Cada Estado-Membro determina a sua própria política cultural de acordo com os valores, objetivos e escolhas culturais que estabelece para si própria.”

6

Como podemos notar, no bojo da década de 1980, Canclini amplia a noção de políticas culturais para abranger a multiplicidade de segmentos que não eram vistos como propugnadores de demandas culturais e, principalmente, alertar para a transposição das fronteiras dos países no que tange à circulação das ideias, sujeitos e projetos culturais.

Philippe Urfalino (1998) traz contribuições importantes para o conhecimento das políticas culturais, tomando como exemplo a experiência do seu país, especialmente depois da criação por Andre Malraux, em 1959, do Ministério para Assuntos Culturais na França. No entanto, alerta que a discussão não pode ficar somente em função da Criação do Ministério, mas que deve ser correlacionada com práticas culturais anteriores. O historiador francês explica que é preciso tratar a noção no plural e não analisar, sob o risco de reducionismo, as políticas culturais como resultado de simples associação entre medidas governamentais e o trabalho de grupos sociais diferentes. Mas antes, pensar a noção de políticas culturais anterior às estruturas administrativas e políticas vigentes à temporalidade do objeto. No seu entendimento:

Supõe uma certa configuração das relações entre poder político e sociedade: um corte entre público e privado; um Estado face a uma segmentação da sociedade em setores, mutáveis, mas estáveis no curto período, desenhados pela interação entre factores econômicos, técnicos e políticos. (URFALINO, 1998, p. 296)

Tradução: “Estudos recentes tendem a incluir sob este conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esse modo de caracterizar o escopo das políticas culturais precisa ser expandido levando-se em conta a natureza transnacional dos processos simbólicos e materiais atuais.”

Seguiremos nesse caminho para situar nosso objeto, complementando que as políticas culturais implementadas na Bahia foram formuladas a partir de um conjunto de representações produzidas e consumidas por um grupo social específico – parcela das elites letradas baianas. As ideias e representações sociais advindas dos intelectuais encarregados de elaborar as estratégias culturais para o estado da Bahia são, portanto, resultado de uma confluência entre práticas políticas e uma dimensão totalizante de cultura, situados em contexto intelectual e político específico.

Conforme Bobbio (2015), os intelectuais têm um papel humanizante, são construtores da **“política da cultura”** [grifo **nosso**] para garantir a existência e o desenvolvimento da cultura, diferente de “política de cultura”, feita pelos políticos para fins políticos. Os intelectuais, para Bobbio, no contexto do pós-Segunda Guerra, de grande polarização ideológica, no qual dois projetos antagônicos se colocavam, teriam a função de pensar a cultura, não como conciliadora, mas como integradora, ao atribuir um sentido norteador ao conjunto da sociedade, para garantir a liberdade e para remover quaisquer obstáculos à sua realização.

Ao trazer essa discussão para o contexto do CEC, evidenciamos que “a política da cultura”, na acepção do pensador italiano, foi uma “exigência antitética” feita pelos homens da cultura para os próprios fins da cultura; também esteve presente nas ações do CEC em dois momentos: a resiliência dos intelectuais para com a negligência do próprio estado em relação à conservação do patrimônio e a reticência e condenação à censura, promovida pelo governo brasileiro.

No CEC, a política cultural confundia-se com as estratégias memorialísticas. A política de memória do CEC consistia em

exclusões e incorporações de alguns elementos. Tais exclusões e silêncios demarcavam as prioridades das ações no CEC, cuja efetividade baseava-se na elaboração de mecanismos que mantinham vivas suas memórias. Efemérides, as políticas em prol do folclore, de uma cultura lusitana, pareceres e indicações de publicações de obras memorialísticas e literárias, prêmios culturais reverberavam essa estratégia, através da Revista de Cultura da Bahia.

As décadas de 1960 e 1970 do século XX foram marcadas na Bahia e em especial em Salvador pela presença de uma cultura alternativa, com imprensa e identidades bem demarcados, uma projeção de movimentos que reverenciavam uma cultura afro-baiana, através de agrupamentos organizados como o Movimento Negro Unificado (MNU). O trio elétrico tornou-se protagonista das ruas carnavalescas de Salvador, mas tudo isso passava longe do plenário do CEC. (VILELA,1996; LEÃO,2009; MNU,1988) Os intelectuais do CEC centraram sua ação no mundo letrado “o mundo do saber”, das academias, do IGHB e da própria Universidade Federal da Bahia.

O principal tema discutido era o patrimônio material e sua preservação. O olhar do CEC era atento, porém na Bahia nem sempre existiu essa preocupação com a preservação. O CEC foi o espaço onde os intelectuais colocaram suas ideias. Não foi o CEC quem visibilizou os seus intelectuais, mas, ao contrário, são eles quem visibilizaram o CEC. Thales de Azevedo em seus escritos no jornal *A Tarde* em inúmeras passagens citou a atuação do CEC, ao chamar atenção da presença deles em instância governamental. A atividade dos intelectuais era complementada no CEC, mas a princípio, um dos critérios legitimadores de prestígio foi justamente a presença dos letrados no colegiado.

Muitas foram as tentativas de se questionar a composição do CEC; matérias jornalísticas reivindicavam maior diversidade, pediam mulheres no Conselho, gente de outras regiões do estado para que o Conselho não ficasse somente com nomes da capital e do Recôncavo. Do ponto de vista ideológico, havia uma tolerância de pensamento dentro do CEC. Do mesmo modo, havia também uma diversidade. A questão social os unia. Os segmentos letrados presentes no CEC ocupavam estratos privilegiados na sociedade. Eram funcionários públicos, professores universitários, políticos e muitos ocupavam cargos importantes e em postos chave do Estado.

Apesar de haver uma recusa aos efeitos do “progresso” e da modernização, o CEC de maneira ambígua, resultou de processos de modernização na estrutura administrativa do governo da Bahia. Talvez, a maior alteração foi executada no governo Luis Viana Filho (1967-1971) devido à organização do setor cultural, mesmo com alguma confusão no estabelecimento de atribuições dos órgãos e sem uma secretaria de governo específica para os assuntos culturais. Ficou demonstrado em sua gestão o estabelecimento de uma estrutura mínima, com órgãos executivos e consultivos, como a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e o CEC, onde se pensou e executou diretrizes culturais que influenciaram os governos subsequentes.

O objeto da tese, portanto, versa sobre os intelectuais como temática de trabalho, a relação dos homens de cultura com a política, com os seus pares e com o Estado, já que o Conselho é um ente colegiado vinculado à Secretaria Estadual da Educação e Cultura.⁷

7

Órgãos colegiados são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas. O termo colegiado diz respeito à forma de gestão na qual a direção é compartilhada por um conjunto de pessoas com igual autoridade, que reunidas, decidem. **Órgão normativo** é aquele que

Eram intelectuais engajados? Engajamento não era condição de exercício intelectual nesse estrato do mundo do saber da Bahia, mas as ideias dos conselheiros circulavam e influenciavam a sociedade baiana e, sobretudo, os meios culturais.

A origem social dos intelectuais pode informar suas posturas sobre as questões do seu tempo. São evidências que delimitam nosso trabalho no campo temático da História dos Intelectuais, principalmente na interseção da política com a cultura. (SIRINELLI, 1999, p. 265). Mais precisamente uma História Intelectual das elites, que possibilitará o estudo das obras e das correntes ideológicas desses intelectuais para balizar as ações deles na instituição.

Conforme Sirinelli (2003) identificaremos os homens de cultura entre criadores e mediadores. Para os criadores culturais, impõem-se limites na sua classificação que os definiriam como elites culturais: a notoriedade, extensão da obra produzida e o reconhecimento. Como mediadores, os critérios ficariam mais nítidos, o poder de ressonância e amplificação, o poder de influência (o critério é mais sólido) ao pensar como as ideias circulam. Aí já se estabelece o diálogo com a Nova História Cultural. Os mediadores, a princípio, teriam mais relevância no mundo contemporâneo do audiovisual e da indústria cultural que os criadores. Daí a importância de se estudar os vetores de transmissão das ideias.

O poder de ressonância é que faz abrir a comporta da elite e estabelece os critérios para adentrar no seio de um grupo ou instituição. A morfologia das elites culturais é igualmente em função da modalidade de acesso. Ser portador de diploma era critério fundamental, mas não exclusivo. A imagem social refletida é importante nesse sentido, mas, sobretudo, depois do caso Dreyfus dita regras para outras instituições.

(1894), na França, o intelectual ganhou espaço no debate público. Diógenes Rebouças representou isso na arquitetura, bem como o próprio Américo Simas Filho, Thales de Azevedo na antropologia, José Calasans na história, Godofredo Filho e Hélio Simões representavam muito para o mundo letrado na Bahia.

Uma questão que se apresenta é como esta elite cultural no CEC fez valer seus pressupostos políticos, suas ideologias e práticas culturais. Elas estavam inscritas na sociedade a partir do fenômeno de geração. A noção de redes de sociabilidade auxilia na compreensão das relações estabelecidas pelos intelectuais do CEC:

Instrumento analítico e /ou categoria histórica[...] Um conjunto de formas de conviver com os pares, como um “domínio intermediário” entre a família e a comunidade cívica obrigatória. As redes de sociabilidade são entendidas assim como formando um “grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolhe participar” (GOMES,1993, p.64)

Sociabilidade e geração quando trabalhadas em conjunto são noções fundamentais no estudo das elites intelectuais. No entanto, as restrições e as possibilidades do seu uso como categoria histórica de análise precisam ser consideradas. As gerações se sobrepõem, convivem, pelo menos no que diz respeito aos critérios etários. Daí a necessidade de problematizar o conceito, para não naturalizá-lo.

Para Sirinelli (1996), a geração é um produto cultural, não é resultado simplesmente da naturalização biológica. A geração é válida para a análise historiográfica. É uma peça na engrenagem no tempo, mas deve ser utilizada, metaforicamente falando, como uma “sanfona”, de forma “elástica” e de acordo com o contexto envolvido. A precisão cronológica, no sentido de demarcar balizas

temporais, pode ser útil. Porém, é preciso ter cuidado, pois a geração, segundo o autor, está mais para definir um grupo a partir de sua autoproclamação e autorepresentação, ou seja, a partir de sua identidade frente ao acontecimento.

Para Serge Berstein (1998, p.72), “uma geração é formada pelos homens que vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”. A noção de geração contribui para entender clivagens partidárias, quando se rompe uma lógica estritamente baseada na dicotomia direita e esquerda, ao se constatar que existem gerações dentro dos partidos. Coexistem no interior do partido (e isso pode ser utilizado no CEC também) muitas gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por consequência, seus referenciais. A questão é saber como se posicionam essas gerações no interior da instituição e qual o seu papel na condução dela.

No CEC, tais características materializavam-se nas vivências em espaços comuns, nas academias e na universidade, seja na condição de professores ou alunos, nos colégios secundaristas e agremiações literárias. As gerações que compuseram o CEC vivenciaram o período da ditadura Vargas na Bahia e seus reflexos na vida do estado, além de compartilharem um mesmo universo cultural, de leituras e comportamentos comuns.

Ângela Gomes (1996) analisa as críticas ao conceito de geração que atribuem uma associação do conceito a prerrogativas positivistas lineares no tempo, assim como uma geração como resultado de um conjunto de pessoas nascidas em uma determinada escala de tempo, marcadas por um acontecimento ou evento fundador. Para a

historiadora, existe relação entre as gerações, que não são homogêneas e nem caracterizadas estritamente pelo critério cronológico.

A perspectiva de análise sob o prisma da geração deve levar em consideração o tratamento social do tempo e as memórias comuns do grupo. A conjuntura estritamente cronológica não define pelo todo a consciência dos intelectuais, até mesmo porque deve-se levar em conta as múltiplas vivências dos sujeitos.

Nas décadas de 1930 e 1940 do século XX, em especial, na Bahia, um grupo dessa geração se opôs a Vargas – num movimento chamado autonomismo baiano; outros intelectuais aderem ao comunismo, como Jorge Amado, Luís Henrique Dias Tavares; outros serão influenciados pelo integralismo, Wilson Lins, Godofredo Filho; além da geração de católicos liberais formada por Thales Azevedo e Hélio Simões. Portanto, não é homogênea essa geração no que diz respeito às orientações ideológicas. Carlos Guilherme Mota (1980) explica que uma geração pode cindir-se em tendências muito diversas.

Julian Marias (1977, p.33), inspirado em Ortega y Gasset, suscita para a ideia do surgimento de uma nova geração de 15 em 15 anos, mas salienta que se deve tomar cuidado em verificar ao exato cada geração a fim de que, evite-se a invenção de gerações caprichosas, parciais, “literárias”, “poéticas”, “pictóricas”, etc.

Paulo Santos Silva (2011, p. 18) em seus estudos sobre intelectuais e política na Bahia da primeira república, alerta para os limites do uso da categoria geração que, “só relativamente poderiam ser fecundas para a perspectiva histórica”. Silva (2011) se referia aos estudos de uma determinada sociologia do conhecimento encabeçada por Machado Neto (1972), ao criticar as abordagens que buscavam tipologias sociológicas e classificatórias no estudo e

delimitação das gerações intelectuais na Bahia até 1930.

A principal fonte que embasa este trabalho é a Revista de Cultura da Bahia (RCBA), publicação oficial do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) veiculada a partir de 1968. Nela estão os registros das atividades do Conselho e de sua rotina institucional. Através das atas, algumas publicadas no periódico, podemos reconstituir a vida do Conselho e, conseqüentemente, de parte da vida intelectual letrada da Bahia. Na revista estão também publicados os pareceres, moções, indicações e resoluções.

Os artigos dos conselheiros e convidados são fontes para se entender o universo das produções intelectuais do período. Complementam o conjunto de revistas deste gênero, que circularam no período: a Revista da Academia de Letras da Bahia (RALB), a Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (RIGHB), a Revista de Cultura da UFBA - *Universitas* e a Revista do Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC) - *Porto de Todos os Santos*.

As revistas são fontes que evidenciam a atuação dos intelectuais, as disputas no campo intelectual por poder político e espaço. Através de sua análise, é possível tecer as redes de sociabilidade, afetividades, as trocas intelectuais e, sobretudo, os temas relevantes da produção ensaística, literária, historiográfica da Bahia do período.

Os discursos de posse publicados na RALB, por exemplo, proporcionam o entendimento do caráter endógeno da Bahia intelectual letrada, ao se perceber as homenagens, as referências recíprocas, as moções de aplausos e evidenciar memórias dos pares intelectuais do passado. É possível, portanto, através deles, esboçar um quadro

prosopográfico dos intelectuais.⁸ Uma prosopografia que consiste, enquanto método, no levantamento de dados que possibilitam ao leitor uma visão de conjunto da atuação desses intelectuais, contribuindo para a constituição de uma biografia coletiva.

Através da *Universitas* sabemos da produção científica da Universidade Federal da Bahia. A partir dessa revista, estreitam-se os laços das três instituições culturais (CEC, ALB, IGHB) com a UFBA – lugar comum de atuação do grupo. Nela, podemos identificar muitos conselheiros atuando, não somente como colaboradores escrevendo artigos, mas também, participando do corpo editorial.

Três escritos nos referenciam para pensar os periódicos, em especial, as revistas. O trabalho de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), de Tania Regina de Luca (2005) e de Regina Aida Crespo (2002). Todos eles elencam importantes reflexões acerca do trato dos periódicos como fonte para se problematizar a história e, também, como objeto para se entender determinado contexto. Basicamente os três artigos tocam em pontos essenciais que devem ser levados em consideração ao lidar com os periódicos: a materialidade, o grupo editorial, a difusão, distribuição e os conteúdos.

Assim, “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se disponha, do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2005, p. 132). Do mesmo modo, a autora enfatiza que é importante declarar qual o leitor se deseja atingir, os critérios de hierarquização dos espaços de publicação, bem como analisar aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. (LUCA, 2005)

8

Consultar os apêndices.

É importante afirmar que os periódicos fazem parte do arcabouço do historiador que os utiliza, principalmente, nas sociedades inseridas na produção cultural midiática. A Escola dos Annales fez uma revisão sobre as fontes históricas, sobretudo, ao enfatizar a importância dos periódicos, na medida em que estes captam a visão da sociedade da época, sendo um meio extremamente expressivo das ideias e valores de um tempo. (LUCA, 2005)

Do ponto de vista teórico, o estudo das revistas suscita a reflexão sobre as temporalidades dos periódicos e a inserção no espaço público. Conquanto, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”. (SIRINELLI, 2003, p.249).

Sobre o tempo das revistas, basicamente é o tempo presente. Elas não estão interessadas no futuro como o livro – “pode-se afirmar que as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais”. (LUCA, 2005)

O calor das disputas, os movimentos de luta por espaços na sociedade, portanto, requer observar esse presente como uma espécie de “imersão em suas páginas, a fim de entender a sua inserção política, o seu papel social, a sua função cultural, o seu projeto estético e, principalmente, a vitória ou o fracasso de suas apostas ideológicas na época em que circularam”. (CRESPO, 2002, p.99)

Heloisa Cruz enfatiza que as revistas estão inseridas no debate público, portanto, devem ser analisadas numa perspectiva mais global que envolve o enfrentamento de problemas, a historicidade e suas relações com as conjunturas específicas. De outro modo, as revistas perderam a “aura” de que são exclusivamente “documento”, fontes meramente de caráter informativo. Elas estariam mais

para “monumento” – atentas à questão das subjetividades e intencionalidades. Convém lembrar que:

Não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ, 2007, p.258)

Portanto, cabe entender os projetos inseridos nesses periódicos, fazer o inventário de cada um e perceber as similitudes entre eles. Os quatro periódicos em análise são revistas institucionais e financiadas com dinheiro público – diretamente através do governo do estado, temos a RCBA, *Porto de Todos os Santos* e, indiretamente ou através de subsídios para publicação, a RIGHB e RALB. A *Universitas* foi financiada com dinheiro federal através do Departamento Cultural da UFBA.

As revistas são instrumentos da vontade dos grupos de intelectuais envolvidos com o mundo do saber, cujos canais de expressão de suas ideias e sentimentos estavam materializados em seus escritos nessas revistas. Daí, pensar a “relação entre revistas, grupos intelectuais e contexto histórico e sociocultural”. (CRESPO, 2002, p.104) A evidência parte do princípio de que um grupo de indivíduos, intelectuais em questão, hegemonomizam os espaços

intelectuais. O grupo que controlava e dirigia os espaços editoriais das quatro revistas formava uma elite cultural. Praticamente os que escreviam nas revistas eram os mesmos sujeitos e os conteúdos escolhidos serviam para demarcar espaços e prestígio. Consistia numa política cultural inscrita nas revistas e que “dava respostas ao contexto imediato, a partir de seu próprio lugar geopolítico, social e ideológico de enunciação. Esses projetos e respostas materializavam a busca e manutenção de um público próprio e fiel, identificado com o seu projeto político-ideológico”. (CRESPO, 2002, p.108)

Através a RIGHB sabemos do quadro social, da formação da diretoria, das notícias e atitudes do IGHB, sobretudo a respeito dos congressos, da história, efemérides, homenagens – artigos dispostos sobre a História do Brasil e da Bahia e os discursos de homenagens a sócios falecidos.

A Academia de Letras da Bahia só veio a ter revista a partir de 1930, ou seja, 13 anos depois de sua fundação em 1917. Sua coleção de livros foi montada através de doações de acervos pessoais ao longo de todo o século XX. A RALB seguia um formato parecido com RIGHB, revista bancada com subsídios do governo do estado e que começava com apresentação de sua direção e membros e, depois, os artigos e depoimentos dos acadêmicos.

A *Universitas*, publicada entre 1968 e 1991, pelo Departamento Cultural da Universidade Federal da Bahia, tinha como objetivo difundir as pesquisas realizadas na UFBA. Antes disso, entre as iniciativas culturais postas em prática pelo seu fundador e reitor Edgar Santos, havia um programa editorial: *Publicações da Universidade da Bahia*, responsável pela “[...] difusão da cultura, ... edição de trabalhos originais, científicos e literários, nacionais e estrangeiros e ...de autores baianos”. (UFBA, 2016, p.68) Com isso,

a missão da universidade ganhava um ponto de vista humanístico⁹:

Segundo Fernando da Rocha Peres, Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA e Membro da Comissão Editorial da revista quando de sua criação, o objetivo era divulgar trabalhos de docentes em todas as áreas do conhecimento, mas especialmente nas áreas das Letras e Ciências Humanas. [...] A *Universitas* foi pensada como coroamento do longo reitorado de Edgar Santos, que imprimiu à nossa Universidade uma orientação para as artes, as letras e as humanidades. (ROSA; CARVALHO; VIEIRA, 2018)

A revista *Porto de Todos os Santos* teve dois volumes editados e publicados pelo Departamento da Educação Superior e Cultura (DESC) – órgão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado coordenada pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares. A revista tinha por objetivo “acolher várias tendências do movimento cultural, nas suas preocupações, sugestões, indicações e soluções, sem discriminar temas ou pessoas”.¹⁰ De fato isso ocorreu através de publicações na área da história, economia, poesia, prosa, cinema, teatro, educação e história da educação. Contou com a presença de nomes do mesmo círculo de sociabilidade, membros do IGHB, da ALB, da Universidade e de movimentos próximos a eles: José Calasans, Godofredo Filho, Orlando Senna, Walter da Silveira, Nestor Duarte, Jairo Simões, Ariovaldo Matos, Carlos Eduardo da

9

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento Cultural da Reitoria. **Notícia histórica da Universidade da Bahia**. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 66. Publicação originalmente elaborada em 1966 em decorrência dos 20 anos de fundação da Universidade da Bahia.

10

Editorial. **Porto de todos os santos**. Salvador: DESC, ano I, nº 1, 1968, p.3.

Rocha, Edivaldo Boaventura, Carlos Ott etc.

O primeiro exemplar, cuja publicação ocorreu em abril de 1968, transcorreu na normalidade, sendo publicado sem maiores dificuldades. O segundo exemplar, editado em setembro de 1968, foi alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM). Segundo Luís Henrique, “a revista nº 2 tornou-se uma raridade, pois com o Ato Institucional nº 5 ela foi toda recolhida”.¹¹

A prisão de Luís Henrique, diretor da revista, que resultou de embates em torno da realização da II Bienal Nacional de Artes Plásticas, impediu a realização do terceiro volume e, conseqüentemente, a sequência do periódico.¹² Conforme ofício enviado pelo comandante da 6ª região militar, general Abdon Senna, ao Coronel Humberto de Souza Mello chefe do Estado Maior da Região, Luís Henrique ficou preso durante 15 dias, entre 23/12/1968 a 07/01/1969, sendo exonerado do cargo pelo Governador Luis Viana Filho em 10 de janeiro do mesmo ano. O então secretário de educação e cultura do estado, Luiz Navarro de Brito, também respondeu ao IPM, sob a alegação de que foi responsável pelo “favorecimento às práticas subversivas no meio estudantil e pela edição da Revista Porto de Todos os Santos, nº 02, que contém como é de conhecimento de V. Ex^a, propaganda altamente subversiva, custeada pelos cofres do estado”. (IPM, 1969, p.03)

Ademais, tal episódio, ocorrido em pleno período de repressão

11

Cf. <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2009/08/aula-destaca-importancia-da-revista-porto-de-todos-os-santos/>> Acesso em 18/07/2018.

12

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO – 6ª REGIÃO MILITAR (BAHIA-SERGIPE). Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR_DFANBSB_AAJ. **Ofício nº 72/E2**. Salvador, 20/05/69, p.02.

mais acentuada da ditadura civil-militar não mais se repetiria em terras baianas, pelo menos, nesses espaços onde circulavam as elites letradas baianas que estavam com o poder político ou mantinham ligações estreitas com ele.

Analisados em conjunto, os periódicos contribuem para suscitar o debate sobre a história da Bahia contemporânea, ao trazer modos de utilização, metodologias empregadas e possibilidades de formação de problemas de pesquisa. Essas fontes contribuem para repensar o passado através de uma lente específica – a do mundo letrado. Pode-se depreender sobre isso, que ocorreu uma exclusão dos setores populares, iletrados e a construção de representações sobre esses segmentos pela elite letrada, cujos objetivos demonstravam a necessidade de se consolidar uma política de memória que servisse aos seus propósitos – a manutenção do seu *status* e dos lugares de poder.

Constituiu-se uma rede de sociabilidade nesses espaços, evidência possível e verificável através do levantamento biográfico e nas trajetórias dos seus membros – na participação em cargos diretivos na UFBA, no IGHB, na ALB e no CEC. As academias eram continuidade dos grêmios e associações literárias – marca de uma tradição baiana. As academias foram e são, na visão dos seus membros, organizações de cultura cujas ferramentas de difusão além das bibliotecas e acervos, dependia das revistas.

Além das revistas citadas, foram consultadas as atas e documentos do CEC encontrados na Biblioteca Alves Ribeiro – situada no anexo do Palácio da Aclamação no Campo Grande, sede atual do CEC –, desde a sua fundação em 1968 até o ano de 1987, quando o CEC não foi instalado. O recorte temporal da Tese sustenta-se nesse lapso de tempo.

Outros materiais foram de extrema importância, a exemplo dos documentos referentes ao conjunto das ações dos intelectuais disponíveis na Faculdade de Arquitetura, na FFCH, no IPAC, na Academia de Letras e no IGHB. Os periódicos foram importantes, assim como as dezenas de livros, artigos e escritos dos conselheiros publicados, dentro e fora do CEC no decorrer de suas trajetórias, que balizaram os princípios norteadores de suas elaborações teóricas, vivências e ações.

As fotografias contidas nos periódicos contribuíram significativamente para perceber os lugares sociais dessas elites. Pensamos as revistas também como fontes iconográficas que guardam as imagens de um tempo, pois “toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente”. (KOSSOY, 1941, p.45)

As entrevistas com os conselheiros, apesar de alguns não manifestaram o desejo de falar, suscitaram muitas reflexões, contribuíram para analisar aspectos cotidianos não registrados nas atas e múltiplas memórias de suas passagens pela instituição.¹³ Partimos do princípio de que a História oral é um procedimento metodológico que possibilita fornecer subsídios para respostas mediadas pelas reflexões teóricas, pois “o objeto do estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio das memórias dos informantes”. (FERREIRA, & AMADO, 2006, p.15) Nesse sentido, as transcrições das entrevistas forneceram narrativas substanciais para se entender o pensamento e ação dos intelectuais do CEC.

13

Depois de inúmeras tentativas por parte deste pesquisador, todas frustradas, não fomos atendidos pelos ex-conselheiros Juarez Paraíso, Fernando da Rocha Peres e Eulámpia Reiber, que, certamente, trariam contribuições valiosas à pesquisa.

O livro está dividido em quatro capítulos. No Primeiro Capítulo, contextualizamos o ambiente cultural, técnico e político brasileiro e baiano. Buscamos fazer as conexões do surgimento e desenvolvimento das atividades do CEC ao processo que deu vida a criação do CFC. Na Bahia, analisamos o processo de modernização em curso e que teve como um dos pilares a mobilização dos recursos culturais do estado.

No Segundo Capítulo, propomos investigar a atuação dos intelectuais no CEC como resultado de uma rede de sociabilidade em torno de instituições tradicionais de cultura na Bahia como o IGHB, a ALB e a UFBA – espaço já consolidado e lugar comum dos conselheiros. Defendemos o argumento de que estes intelectuais que integraram o CEC formavam uma elite cultural, nos termos definidos por SIRINELLI (1998).

Além disso, constatamos que a vida intelectual dessa fração da elite letrada baiana estava integrada com a vida política e que ela gozava de muito prestígio, sobretudo, ao ocupar os espaços políticos e institucionais já existentes e/ou criados após o golpe de 1964, na Bahia. Objetiva-se estudar a composição do CEC, a partir da noção de geração como categoria histórica de análise e, também, o comportamento político de alguns dos seus integrantes.

No Terceiro Capítulo, para se chegar ao cerne das concepções e ações do CEC, o caminho escolhido foi a análise do pensamento de seus membros através de suas obras, sobretudo daqueles que centralizavam suas tomadas de decisão, os que gozavam de maior prestígio e reconhecimento. Por isso, objetivamos colocar frente a frente, confrontar, contrastar suas ideias, fazer o inventário das diferenças e semelhanças entre esses intelectuais da Bahia. A atuação de Nelson Sampaio, Thales de Azevedo, José Calasans e Américo

Simas Filho, para ficar nesses, serviu para ilustrar a participação dos demais conselheiros do CEC. Foram os que mais escreveram na RCBA e gerenciaram o CEC. Neste capítulo, analisamos a obra de Nelson Sampaio, um dos mais ativos intelectuais do CEC e sua relação com o pensamento político brasileiro. Acreditamos que um liberalismo constitucional e o anticomunismo foram ideias motivadoras da ação deste grupo em análise, além do conservadorismo, que reverberou em suas ações práticas como conselheiros de cultura. Destarte, as noções de folclore, patrimônio, caráter nacional foram elementos estruturantes no tecido de ideias que legitimou a existência do Conselho.

No Quarto e último capítulo, procurou-se discutir os critérios de efetividade do CEC através da análise de suas ações ao longo de duas décadas de existência inicial. A edição da Revista de Cultura da Bahia, as políticas de memória e de publicações, os pareceres referentes aos pedidos dos mais diversos agentes culturais, fossem individuais ou institucionais, os prêmios culturais e a defesa dos bens culturais baianos foram os elementos que visibilizaram o CEC naquele período.

Ademais, o fato de ter sido um órgão consultivo, não o caracterizava como uma estrutura meramente “ornamental” dentro do governo. O prestígio dos intelectuais e sua atuação lhes credenciava na tomada de opiniões e sugestões aos dirigentes executivos, em especial o secretário de educação e cultura e o Governador da Bahia. Apesar do caráter opinativo do Conselho, pelo prestígio e autoridade de alguns dos conselheiros, a opinião se transformava em diretriz na consecução dos projetos de Estado.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA (1964-1987)



1.1 O Golpe civil- militar e suas consequências na Bahia.

A polarização ideológica dos anos 1960 entre comunismo e capitalismo era muito forte em todo o mundo e fazia parte das preocupações do universo intelectual baiano. Thales de Azevedo, assim demonstrava esse clima, em matéria do jornal *A Tarde*:

O problema comunismo e do anticomunismo nos é posto quotidianamente como o maior e mais urgente desafio da atualidade. Não há homem que possa escapar às terríveis interrogações desse problema. Os termos mais imediatos do desafio, para o homem comum e mesmo para a maioria das pessoas, reduzem-se a responder se é comunista em sua inspiração, direção e objetivos tal ou qual movimento político, profissional, cultural, que intenções e resultados visam os comunistas a adotarem essa ou aquela posição, e se as realizações dos governos comunistas em administração, na ciência, na educação revelam a eficácia de um sistema forte, que poderia ser de outra orientação ideológica, ou são evidências de uma validade intrínseca, do comunismo como filosofia social e regímen político.¹⁴

Decerto, as representações anticomunistas eram evidentes e veiculadas sobretudo pela imprensa e pelo parlamento baianos, motivadas contra experiências alternativas ao capitalismo, o chamado “socialismo real”, que afloravam mundo afora, sobretudo na URSS após a ascensão de Stálin ao poder, em 1924, e em Cuba, em 1959, esta última, mais próxima e representativa para os países latino-americanos como experiência viável do socialismo e, também, como resposta imediata aos EUA e sua ofensiva no continente.

Por socialismo real entendemos as experiências historicamente

14

AZEVEDO, Thales. Comunismo e anticomunismo. *A Tarde*, 07/12/1960, p.05.

datadas, nas quais modelos socialistas foram implantados em países como a URSS, no Leste Europeu, na China, na Coréia do Norte e em Cuba. O historiador Eric Hobsbawm chamou a atenção para a expressão soviética “socialismo realmente existente” que vigorou por volta dos anos 1960 e que caracterizava os sistemas sociais e regimes políticos que no Leste europeu declinaram nos finais da década de 1980 e início da década de 1990. (HOBSBAWM,1995, p. 364)

Na sessão da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), logo após o golpe, em decorrência da nomeação do ex-governador Juracy Magalhães para o cargo de embaixador do Brasil em Washington, foi aprovada moção de congratulações ao presidente Castelo Branco. Em outra moção, a ALBA congratulava-se com o presidente “pelo rompimento das relações diplomáticas do nosso país com a tirania comunista que ensanguenta Cuba e afronta o nosso continente”. (BAHIA, 1997, p. 259)

Do mesmo modo, no pré-64 o deputado estadual udenista, Wilson Lins, mais tarde presidente do CEC, fazia discursos eloquentes na tentativa de desestabilização do governo Goulart, classificando “o comício do dia 13 de março, como ato inegável de ilegalidade e demagogia” e ainda alertava que “os que amam a liberdade não serão ingênuos a ponto de deixarem o país se transformar em nova Bulgária, Polônia ou Cuba”. (BAHIA, 1997, p.258)

Na Bahia, as articulações políticas também estavam inseridas nesse contexto de polarização. De um lado os críticos das reformas de base e do governo Goulart (1961-1964), boa parte deles arregimentados na União Democrática Nacional (UDN); e, de outro, os apoiadores, e os críticos/apoiadores, movimentos sociais, movimento operário, estudantil, etc. O desfecho, em 31 de março de 1964, as forças armadas, precipitadas pela ação do general Olímpio

Mourão Filho, de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, depuseram o então presidente João Goulart.

A literatura é vasta, balanços historiográficos já foram realizados (FICO, 2014) e esboçaram múltiplas interpretações sobre o golpe, destacando-se o pioneirismo da obra de Dreifuss (1981) que desvelou o caráter civil-militar e classista do golpe, detalhando com acuidade a participação dos civis na ação golpista, sobretudo, a ação do complexo IPES-IBAD.

Conforme o historiador uruguaio, René Dreifuss, o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), instituído em 1959 e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) criado em 1962, ambos orientados pela CIA, objetivavam, respectivamente, seus interesses no intuito de desestabilizar os governos nacional/trabalhistas e realizar pesquisas sociais que mostrassem a incapacidade desse modelo de desenvolvimento para o Brasil.

O golpe se legitimava em vários lugares: no parlamento brasileiro, ao se declarar vaga a cadeira de presidente e, bem antes disso, se articulava nas manobras parlamentares para a efetivação de Castelo Branco, destacando-se nesta ação, os deputados federais baianos, Ruy Santos, Antônio Carlos Magalhães (ACM) e Luís Viana Filho, articulados pelo ex-governador Juracy Magalhães, maior liderança baiana até então.

A sociedade se mobilizou nas marchas da “Família com Deus pela Liberdade” em resposta ao comício da Central do Brasil que apoiava as reformas de base, e também nas dezenas de marchas por diversas cidades brasileiras e baianas. O golpe também se legitimava nas universidades com moções de apoio de reitores, incluído aí Alberico Fraga, reitor da UFBA, e de uma ação repressiva a estudantes e professores contrários ao golpe. (BRITO, 2016). Setores

conservadores da Igreja Católica e amplos setores da intelectualidade demonstravam seu apoio ao golpe e à posterior “Revolução” que livraria o Brasil da “subversão” e do “perigo” comunista.

O trabalho do historiador Mauricio Brito (2016) tratou das disputas na UFBA entre o corpo administrativo, notadamente, o conselho universitário e os estudantes. Neste ponto, é sabido o apoio de dirigentes da UFBA ao golpe, e de nomes que estavam fazendo parte do Conselho Superior que são importantes para nossa pesquisa ao se revelarem suas posturas frente a 1964. Nomes como José Calasans e Adriano Pondé foram conselheiros de cultura e atuavam na universidade e, consoante Brito (2016), foram partícipes de ações na UFBA que deram por exemplo, título de doutor “honoris causa” a Castelo Branco.

Publicações que circularam na Bahia após o golpe refletiam o caráter pedagógico e patriótico empreendido por seus apoiadores. Material que pudesse ser veiculado nas escolas ou mesmo distribuído pelo governo estadual. Nesse sentido, davam o tom do apoio ao golpe e criticavam, segundo a fonte, a “desordem” e “subversão” representada pelo governo Goulart:

O movimento revolucionário que eclodiu a 31 de março de 1964, resultou de um clima de intolerância em que vivia o país, entregue a um governo dubio e indeciso, assim, oferecendo clima à indisciplina que se alastrava no seio das forças armadas, mais uma vez, foram chamadas a repor ordem, sem a qual não há progresso e a assegurar a estabilidade das instituições democráticas. Bastaram dois dias para que nação retornasse ao seu clima de paz e liberdade, livrando-se da incerteza em que mergulhava os seus destinos. Desde logo o alto comando revolucionário dava conhecimento de seus propósitos, que outros não eram senão os de empregar todos os meios necessários a preservação das instituições democráticas, garantindo

o livre exercício dos poderes legítimos, dentro da ordem, a fim de manter a paz à família brasileira. (CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA, 1970, p.59)

Essa cartilha, escrita/organizada pelo jornalista Agenor Bandeira de Mello, demonstrava o apoio dos civis ao golpe, numa narrativa envolvente, que o leitor, ao entrar em contato, saboreava o gosto da vitória da “revolução”. A cartilha é um manual cronológico que descrevia as ações e composição dos governos baianos desde o início da República até o governo de Luís Viana Filho. Além disso, exaltava as qualidades dos governos em suas características que demonstravam o conservadorismo das elites baianas e a distância que tinham do que era considerado subversivo. A cartilha exaltava os militares e as qualidades individuais dos presidentes militares.

Na Bahia, nos círculos políticos, fato notável, foi a posição ambígua do governador Antônio Lomanto Jr., eleito para o mandato de 1963-1967, cuja postura, inicialmente, foi favorável às reformas de base defendidas por Jango, migrando logo em seguida, para outra, de apoio ao golpe e de acomodação à nova ordem estabelecida até o cumprimento do seu mandato.

Em seu livro de memórias, sobre a reforma administrativa executada no governo de Lomanto Jr., João Eurico Matta, conselheiro de cultura tempos depois, para ser mais preciso, ingresso em 1979, foi participante ativo do processo como secretário da Casa Civil e depois como secretário para assuntos da reforma. É muito reticente quanto aos efeitos políticos do golpe, mas salientou que Lomanto em reunião da Conferência dos Governadores, realizada entre 29 de fevereiro e 01 de março de 1964, em Salvador, já apontava algumas discordâncias ao governo Goulart, no quesito atenção fiscal aos estados, e queixoso de que as nomeações federais eram

feitas privilegiando-se os seus adversários políticos. (MATTA, 2016, p.70). Tal ressentimento iria corroborar-se em pronunciamento de Lomanto à imprensa dando total apoio ao governo e, mesmo antes disso, o não comparecimento do governador ao comício da Central em 13 de março de 1964.

Processado o golpe estabeleceu-se o comando militar no país, apoiado por amplos setores da sociedade, conformando-se uma ditadura civil-militar. O uso do termo não era embate apenas nominal (FICO, 2017; MOTTA, 2015) mas uma caracterização conceitual que se torna um critério metodológico de pesquisa, ao considerar que a legitimidade, apoio, crítica e posturas de ambiguidade em relação à ditadura civil-militar devam ser consideradas elementos fundamentais para entendê-la como uma construção social, assim como, quaisquer outros regimes autoritários. (ROLLEMBERG, 2014)

Dessa forma, podemos mapear os sujeitos, as instituições e as coletividades que negaram, legitimaram e participaram ativamente do processo. É necessário identificá-los para que se possa compreender o caráter e a natureza das instituições que foram criadas, e com quais finalidades, entender os processos de repressão e também de acomodação nas diversas áreas de atuação governamentais, em especial, neste trabalho, a área cultural.

Na historiografia baiana, muitos trabalhos estudam a diversidade de aspectos que buscam compreender a natureza do golpe e da ditadura civil-militar. (ZACHARIADES, 2009) Alguns analisando os aspectos políticos e a movimentação das elites e dos partidos frente aos acontecimentos de março/abril de 1964 (DANTAS, 2004; FERREIRA,2003; DIAS,2010), outros abordando as experiências no interior do estado e as consequências do golpe em cidades para além de Salvador. (LIMA, 2015)

Este estudo analisa como as articulações das elites baianas no plano político e na ocupação de espaços institucionais foram moldadas para entender como se conformaram as políticas culturais no estado durante a ditadura civil-militar. Importante perceber os lugares ocupados pelos sujeitos, principalmente os apoiadores do golpe e da ditadura civil-militar, mas, sobretudo, a partir disto, compreendermos o caráter das políticas culturais adotadas pelo governo baiano. Evidentemente, não se trata das resistências culturais, apesar delas terem tido papel significativo.

Conforme afirma o historiador Muniz Ferreira:

Com a formação do Governo Castelo Branco, ascende ao primeiro plano da política baiana, aumentando concomitantemente sua influência política na esfera federal, a facção conservadora de Luís Viana Filho. Mas, com a decretação do AI-5 e a posterior formação do governo de Garrastazú Medici, criaram-se as condições para a ascensão ao poder de forças mais afinadas com as novas diretrizes federais. Diretrizes que pressupunham a superação completa de todo o legado da república liberal com o seu tortuoso contraditório parlamentar e os complexos e demorados processos de constituição de maiorias políticas para a tomada de decisões. Tratava-se de “evoluir” para um sistema de administração pública verticalizado, ágil, centralizado e capaz de atender às demandas de um novo ciclo de desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e excludente. Nestas novas condições, o tecnocrata deveria ocupar o lugar do político no plano das decisões administrativas. O alinhamento automático deveria substituir qualquer vestígio de oposição. (FERREIRA, 2003, p. 14)¹⁵

15

Para entender o papel do grupo de Luis Viana Filho, o autor sugere uma divisão dos agrupamentos da UDN. “De fato, pode-se afirmar que o mais poderoso partido político baiano de então se encontrava, grosso modo, dividido em três vertentes principais: uma tendência liberal, apoiada social-

Nesse sentido, formulamos a hipótese de que o papel exercido pelos técnicos, já no governo Lomanto Jr, representado pela reforma administrativa, abriu caminho para a modernização posterior, que deu potencialidade ao Estado como agente centralizador das ações. A figura de Luís Viana Filho – autonomista histórico, antivarguista, nas décadas anteriores, em 1964, não mais crítico a um Estado centralizador e pragmático ao apoiar as forças “revolucionárias”, torna-se governador da Bahia em 1967.

Para Paulo Fábio Dantas (2004), o golpe deu protagonismo a Luís Viana Filho e ACM, este último como líder da UDN na Bahia, e visibilidade nacional a Juracy Magalhães. A preponderância do carlismo, por sua vez, está concatenada ao novo modelo tecnocrático proposto pelos militares. Mas não somente isso, estava mais antenada ao processo de renovação da política baiana, e superou em estratégias as demais correntes herdeiras do autonomismo de Octavio Mangabeira (o vianismo, o lomantismo e o balbinismo, estes dois últimos, enfraquecidos com o golpe de 64) e o juracisismo. Segundo o cientista político baiano, o carlismo poder ser analisado

mente no pequeno e médio empresariado baiano e nos estratos intermediários da população, sobretudo as camadas médias urbanas, personificada nas figuras do próprio Lomanto Júnior e dos seguidores do falecido ex-governador e líder político Otávio Mangabeira; a facção conservadora, encabeçada por Luis Viana Filho e seu clã político, encarnação das oligarquias baianas tradicionais e o grupo mais “duro”, militantemente anti-Goulart e reformas de base, nucleado por outro clã político, o dos Magalhães (Juracy e Juthay), expressão política dos interesses da grande burguesia mercantil e financeira e ponta de lança no estado do movimento de desestabilização do governo federal. Entre estes dois últimos grupos gravitava a figura emergente de Antônio Carlos Magalhães, presidente do diretório estadual da UDN naquele momento. Todos eles partilhavam os valores comuns do anticomunismo e do antigetulismo, patrimônios maiores da cultura política udenista.” (Ibid, p.3)

a partir de três matizes: a primeira como o poder pessoal de ACM, a segunda como o grupo político que ele comandou e a terceira como a versão baiana da modernização conservadora implementada pelo regime militar. (DANTAS NETO, 2006)

Vale destacar a proeminência e importância de Juracy Magalhães que, desde a revolução de 1930 quando chegou à Bahia, nomeado interventor por Vargas, protagonizava a cena política do estado.

Israel Pinheiro (1999) analisou a política baiana a partir das suas regularidades. Para ele, o personalismo e a utilização do Estado pelas elites políticas baianas são continuidades desde o modelo dos donatários na Colônia. No período republicano, essas práticas são reproduzidas pelos líderes políticos, cujas articulações serviam para atendimento dos seus interesses individuais. Juracy Magalhães e ACM, segundo Israel Pinheiro, foram duas lideranças que souberam lidar com essas permanências e utilizá-las para manutenção de sua longevidade na política baiana. Souberam, ambos, lidar com a política de interesses dos líderes interioranos e lideraram, sobretudo ACM, processos de industrialização e modelos de desenvolvimento que não atenderam a população baiana em sua integralidade.

Segundo Dias (2010), a implementação do bipartidarismo em 1965, e a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), reconfigurou novos domínios a ACM, estando ele aliado ao grupo da linha dura. Nessa movimentação, o carlismo mobilizou através da ARENA temas como o desenvolvimento regional e o anticomunismo, que segundo o autor, uniu a elite política baiana em torno de si. Além disso, uma importante estratégia de ACM foi apaziguar as ambiguidades no interior da elite política baiana, sem contar que seu carisma, liderança autoritária e a “baianidade” como retórica, serviam para unir os “interesses baianos” em face

das heterogeneidades. (DIAS, 2010)

Desse modo, em 1971, ACM tornava-se governador indicado, cortava laços políticos com Juracy e com Luís Viana Filho, num período em que o carlismo já dominava os principais espaços de decisão política: o diretório da ARENA e a Assembleia Legislativa do Estado.

Nesse contexto, as análises historiográficas de Dias (2010) buscaram entender o papel das elites baianas na ocupação dos espaços políticos depois do golpe, destacando a proeminência do carlismo que se sobressaiu sobre os outros grupos. O historiador Muniz Ferreira mapeou atores que apoiaram o golpe no parlamento, imprensa, universidade e governo e, também, destacou os locais da resistência, estudantes, luta armada, movimento operário, ressaltando assim a repressão e a reação.

Muniz Ferreira e Paulo Fábio, em especial, convergem para o efeito do golpe ter reorientado a perspectiva de desenvolvimento econômico, produzindo novos atores, de perfil tecnocrático, arregimentados pela/na política para tocar a modernização conservadora em curso nas terras baianas. “Havia chegado afinal, o momento do protagonismo dos atores da modernização conservadora em terras baianas. A partir do ano de 1970, eles demonstrariam sua capacidade de não desperdiçar oportunidades.” (FERREIRA, 2003, p.15). Assim afirmou Paulo Fábio Dantas Neto:

Apesar dos impactos políticos, o golpe não interrompeu, e sim conferiu-lhe continuidade e êxito, a afirmação de interesses econômicos modernizantes que se articulavam na Bahia desde o final da década anterior. Aspirante regional a uma modernização conservadora, que viria a ser praticada no país sob o novo regime, essa aglutinação precoce da elite baiana em torno de um projeto industrializante em

condições restritivas do pluralismo e da participação política já havia encontrado eixo de representação na política regional desde as eleições estaduais de 1958, vencidas pela aliança vitoriosa entre a UDN juracista e seus históricos adversários do velho “autonomismo”, herdeiros de Octávio Mangabeira e Simões Filho, principais líderes da oposição liberal baiana a Vargas nos anos 30 e 40. (DANTAS NETO, 2014, p. 02)

A modernização conservadora ganhou contornos específicos na Bahia, após o golpe. A ação do estado foi alargada para garantir intervenções na área industrial, na modernização de sua estrutura funcional, na área do turismo e, também, na área cultural, cujas preocupações dos governadores que sucederam a Luís Viana Filho, ACM, por duas vezes, Roberto Santos e nos anos 1980, João Durval Carneiro, perpassaram por medidas que visavam tornar a Bahia um estado em evidência no cenário nacional.

1.2 O projeto da Modernização Conservadora na Bahia

Se a Bahia continuasse a ser a do “isso não é para a Bahia”, não teríamos o Centro Industrial de Aratu, o estádio da Fonte Nova, as obras realizadas nos últimos anos na cidade do Salvador, o programa rodoviário do estado e o campus universitário do Canela e da Federação. Américo Simas Filho (RCBA, 1970, p.74)

Para compreender as políticas públicas efetuadas pelo estado baiano durante a ditadura civil-militar é preciso entender como se deu o processo da modernização, acrescida, na visão de diversos pensadores, do termo, “conservadora”. Logo, a modernização conservadora, substantivo composto que incita inicialmente a definição do termo modernização, que pressupõe o novo, a negação de uma ordem anterior – paradoxalmente foi construída pelas elites, em tese, conservadoras, num ambiente marcado pelo autoritarismo.

Werneck Vianna (2004, p.41), ancorado no conceito de revolução passiva, busca entender processos de transformações “pelo alto”, sem revolução, a partir de duas possibilidades: a) como programa de ação de elites conservadoras e b) como critério de interpretação. O processo da modernização brasileira, cujo *modus operandi* foi o “conservar mudando”, contribui para desfazer um equívoco no uso do conceito de modernização, que é, “muitas vezes, apresentado como uma reação contra a tradição.” (MENDONÇA, 1994, p.214)

Renato Ortiz (1987) ao tratar da indústria cultural, por exemplo, desenvolve o conceito de “moderna tradição brasileira”, ao problematizar que, de fato, a partir da década de 1960, um conjunto de mudanças estava se processando no Brasil, e que isto requeria não apenas analisar como as permanências são importantes, mas como também elas já não podem ser o projeto hegemônico. A manutenção do “homem” brasileiro, o perfil nacional, acoplava-se a uma nova tradição do Brasil moderno, cuja dinâmica era o mercado e o consumo em todas as suas dimensões sociais.

No caso específico das ditaduras latino-americanas nos pós Segunda-Guerra, aí inclusa a brasileira, Rodrigo Pato Sá Motta traz a seguinte reflexão:

Em linhas gerais, pode-se dizer que todas as ditaduras (embora certas forças conservadoras temessem qualquer tipo de mudança) da região almejavam modernização, no sentido de avanços tecnológicos e econômicos que promovessem a aproximação com os países centrais. Mas foram adotados caminhos diferentes para alcançar tais objetivos, cabendo a nós tentar explicar esses processos. (MOTTA, 2017)

Rodrigo Pato Sá Motta (2014) enfatiza no conceito de modernização conservadora, elaborado por Barrington Moore Jr.(1975) uma chave explicativa possível para entender o caráter

da ditadura civil-militar brasileira. Ele acredita que isso deve ser assimilado à cultura política brasileira em suas duas dimensões: autoritarismo de um lado e do outro personalismo/acomodação. Motta verifica esta associação modernização/cultura política, por exemplo, nas reformas modernizadoras na universidade brasileira implementada pelos militares, sobretudo, a partir de 1968, que precisavam dos cérebros para tocar as pesquisas e o seu projeto de desenvolvimento científico e, ao mesmo tempo, expurgar os docentes e pesquisadores ligados ao campo das esquerdas, *a priori*, simpatizantes com as idéias comunistas. Enfim, ensejou o paradoxo de modernizar que possibilitava, ao mesmo tempo, os jogos de acomodação. (MOTTA, 2014)

Já Carlos Fico, em artigo com críticas sobre a historiografia dos estudos referentes ao período da ditadura civil-militar no Brasil, vê problemas nesta conceituação. Segundo este autor, o conceito de modernização conservadora de Moore Jr. é generalista e carece de historicidade no que se refere à sua explicação de passagens de sociedades “atrasadas” para o moderno quando se refere à América Latina por exemplo. (FICO, 2017, p.21-27)

Para Moore Jr. nem sempre a passagem para o moderno se consolidou através das forças burguesas e seus processos revolucionários liberais democráticos. Moore discorreu em sua obra uma tipologia de quatro vias de passagem para o estabelecimento do mundo moderno. A primeira via, através da ação revolucionaria burguesa, instituidora de uma democracia liberal (Inglaterra, França e Estados Unidos); a segunda via, através de forte intervenção autoritária e pelo alto, até se chegar ao fascismo. São exemplos deste modelo a Alemanha e o Japão. O terceiro caso, representado pela China e Rússia, onde o moderno culminou em comunismo, através

de lutas camponesas e; uma quarta via, representada pela Índia, que supostamente, não assimilou nenhuma das três formas anteriores para se constituir numa sociedade moderna industrializada. (MOORE JR, 1975, p. 477-478)

Em muitos casos, como na Alemanha e Japão, a modernização veio com o apoio dos setores oligárquicos tradicionais, para se evitar que essa transição fosse feita pelos de “baixo”. Daí a modernização, necessariamente, prescindir dos processos democráticos, sendo necessário às vezes, caso dos países latino americanos, processos autoritários para se chegar ao moderno, mesmo sob os auspícios de institucionalização parlamentar e democracia frágeis, como foi o exemplo da modernização ocorrida no Brasil no pós -1964.

Essa reflexão encontra-se numa nota de rodapé do livro de Moore Jr., criticada por Carlos Fico no referido artigo, quando ele afirma que, “apesar da cautela de Barrington Moore Jr. e do enfoque negativo com que ele fez sua ligeira analogia, a ideia da modernização conservadora passou a ser adotada por muitos analistas do regime militar brasileiro.” (FICO, 2017, p.23) A Polônia, a Hungria, a Romênia, a Espanha e mesmo a Grécia passaram aproximadamente por esta sequência. “ Com base num conhecimento confessadamente inadequado, gostaria de arriscar a sugestão de que maior parte da América Latina continua na era do governo semiparlamentar e autoritário”. (MOORE JR, 1975, p. 504) A referência não é política, mas deve ter sido referenciada, numa alusão de que a modernização não removeu as chagas dos processos políticos anteriores.

No caso específico da Bahia, ocorreu um desenvolvimento industrial significativo após o golpe de 1964 e a modernização industrial tocada por suas elites, de fato, conservadoras, sobretudo

reticentes quanto à universalidade dos direitos sociais e ao pluralismo político, estancado em grande medida pelos atos de exceção do governo militar, caracterizou-se pelos seus aspectos arbitrários, sendo realizada de “cima para baixo”.

Antes mesmo de 1930, podemos pensar uma modernização a partir da política de implementação de ferrovias no país na transição do século XIX para o XX, as grandes reformas urbanas ocorridas em capitais como Rio de Janeiro assim como São Paulo e em menor escala Salvador, além de medidas sanitárias para a população e a criação/ efetivação de uma indústria cultural o longo do século XX.

Na Bahia, seguiu-se a trilha da modernização conservadora implementada no país, principalmente, a partir de 1930 e intensificada pelo conjunto diretivo que assumiu o poder depois do golpe de 1964, quando, de fato, se põe em prática, sob os auspícios do estado, políticas de implementação industrial como o Complexo Petroquímico em Camaçari e o Centro Industrial de Aratu (CIA), uma modernização administrativa¹⁶, diretrizes para o turismo, “a indústria sem chaminés” e uma modernização no setor cultural, como afirmava, o Secretário de Educação e Cultura em 1971, professor Edivaldo Boaventura:

Passa o Estado de fiscal de moeda para agente financiador. De insuficiente empregador a fundo perdido para apurador de produtividade. Da liberdade orçamentária ao instituir a receita para justificador financeiro da despesa. Evoluímos do Estado “gendarme” para o Estado “management”. Dos funcionários para os empregados públicos. Do tímido agente da cultura, espectador apenas de atos teatrais

16

Liderada por João Eurico Matta, então secretário de governo para assuntos da reforma, e que depois integra os quadros do CEC. Ver sua obra MATTA (2016).

para difusor, financiador e empresário de teatro, cinema e música. (BOAVENTURA, 1971, p.07)

A proeminência do estado nas ações políticas e modernizadoras baianas foi decisiva, sendo válida a hipótese de que Bahia resolvia o problema do “enigma baiano”, enfatizado naquele momento pela retórica do governo de superação deste “enigma”¹⁷, ou seja, o seu suposto atraso, assim como através de dados empíricos divulgados na imprensa ligada ao poder, “cerca de NCr\$ 25 milhões foram aplicados no CIA no biênio 67/68 para construção de obras de infraestrutura, tais como estradas, eletrificação, abastecimento de água, telecomunicações.” (CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA, 1970, p.62)

Para Mendonça (1994, p.213), “a modernização é um conceito político. É uma política do Estado moderno com a finalidade de desencadear mudanças sociais, econômicas e políticas que transformam a sociedade sem revolução”. Na Bahia, essa modernização representou a aceleração de um conjunto de transformações já em curso, nos planos industriais, culturais, turísticos e urbanísticos.

Para Norberto Bobbio (2010), a modernização de uma forma mais geral, representava os processos de mudanças que aconteceram, sobretudo, a partir, da Revolução Francesa em 1789 e que impactaram diretamente a condução dos estados-nação do Ocidente e de algumas regiões fora dele, como no caso do Japão. Ela pode ser econômica, política e social, e por isso mesmo deve ser interpretada de forma multidimensional, levando-se em

17

Cf. “Em quatro anos a Bahia fez muita coisa que não conseguiu fazer em quatro séculos”, afirmava a cartilha governamental do governo ACM. MAGALHÃES, Antônio Carlos. **A Bahia constrói seu futuro sem destruir seu passado** (cartilha). Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1975, p.05.

consideração estes matizes, que porventura possam ser acionados para se entender contextos específicos.

Assim, a modernização na esfera da política, implicaria os esforços coletivos para consolidar uma comunidade, por exemplo, que era de súditos em cidadãos, mobilizando a igualdade como forma de convivência entre os homens. A modernização econômica, que visa a uma melhor organização das capacidades e das potencialidades produtivas de uma sociedade, dialeticamente mobiliza as forças no conjunto dela, o “laissez faire”, as condições dadas para o exercício da acumulação de capital, mas também em outro pólo, as escolhas e decisões do poder dos Estados em interferir e elaborar proposições para sua implementação. No contexto baiano, essa segunda assertiva é imprescindível, principalmente porque combinou as iniciativas de grupos políticos que estão no domínio do Estado e as correlações dos grupos econômicos que orbitam a esfera política.

A modernização social, apontada por Bobbio, como uma das partes do processo, pode mobilizar aspectos educacionais e culturais: o combate ao analfabetismo, a formação dos quadros técnicos e também dimensões que se referem aos ditames da comunicação de massas. (BOBBIO, 2010, p.768-776)

O cientista político Paulo Fábio Dantas Neto classifica a Bahia como caso exemplar de modernização conservadora, apesar dos dados que demarcavam forte pobreza e desigualdade social. (SOUZA, 1980). Em sua tese, Paulo Fábio demonstrou que mesmo antes do golpe já se ensaiava processos modernizantes no estado:

a) urbanização veloz, via migrações, a princípio sem industrialização; b) criação e dinamização de novo setor industrial, estimulado e comandado de modo mais ou menos exógeno à região, desde a implantação

da Petrobras, desaguando mais tarde, nos anos 1970, em industrialização propriamente dita; c) ampliação da intervenção econômica, com expansão, para o interior, do raio de ação do governo estadual e sua modernização organizacional e gerencial, via introdução, durante o governo Antônio Balbino (1955/1959), frente a um poder estadual cativo de oligarquias adeptas de um liberalismo conservador. (DANTAS NETO, 2006, p. 30-31)

Uma Bahia decadente economicamente e destituída de maior participação política que exercera no Império, adentrava no século XX trazendo consigo os resquícios da crise do açúcar, ao tempo em que, a lavoura cacaueteira, tornava-se uma possibilidade de desenvolvimento, mas que na prática, seguia a lógica primário-exportadora de acumulação de capitais externamente. (ALMEIDA,1977)

O quadro de estagnação perdurou durante as primeiras décadas do século XX. Depois com a descoberta do petróleo na Bahia, com abertura do primeiro poço no subúrbio do Lobato em 1939, a exploração se efetivava com a instalação em 1941, da refinaria de Mataripe, no Recôncavo Baiano, culminando na década de 1950, na criação da Petrobras e efetivação do monopólio nacional estatal, durante o segundo Governo Vargas. Concomitantemente, a Bahia adquire certa autonomia econômica, sobretudo com os recursos advindos da SUDENE, “assumindo o 4º lugar nas exportações brasileiras, contribuindo para equilíbrio da balança comercial do país.” (BAHIA, 1997, p. 203)

Durante a década de 1950, Salvador aumentava empreendimentos industriais, o setor terciário crescia e, praticamente, duplicava a população em comparação às primeiras décadas do século. Porém, a concentração dos investimentos era

notável na capital e Recôncavo, como alertava professor Calasans para algumas permanências:

A velha Bahia, tantíssimas vezes evocada aqui e ali, acolá, é, em verdade o velho Recôncavo. A zona açucareira, de profundas raízes mergulhadas na era Colonial, marcou muito mais a Bahia do que a área cacauicultora, quase nossa, contemporânea, o Nordeste pastoril e místico que Antônio Conselheiro empolgou, a imensa zona san- franciscana ou a região a região mineradora das Lavras diamantinas”.¹⁸

O “enigma baiano” foi tema de elaborações intelectuais por parte de gente que pensava a Bahia à época. Atores da própria burguesia mercantil/bancária baiana a exemplo de Clemente Mariani¹⁹, e intelectuais associados ao processo²⁰, como o próprio Rômulo Almeida, que em 1946, quando era técnico do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, já pensava na ideia de formular uma comissão de planejamento.

As indagações principais discorriam sobre as causas do não

18

CALASANS, José. O Folclore Histórico no Recôncavo da Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p.44.

19

Empresário, pensador e político baiano presidiu o Banco da Bahia, foi ministro da educação e saúde no segundo governo Vargas. Sobre o tema escreveu MARIANI, Clemente. “Análise do Problema Econômico Baiano”. In: **Planejamento**. Vol.5, nº 4, out/dez, 1977

20

Além de escreverem ensaios sobre análise do problema baiano, Thales de Azevedo e Pinto de Aguiar defenderam o projeto da CPE no seio da sociedade baiana e inclusive participaram das discussões. As obras que problematizaram o tema foram: AGUIAR, M. Pinto. Notas sobre o enigma baiano. In: **Planejamento**, Vol. 5, nº 4, out./dez, 1977; e AZEVEDO, Thales O. G.A Economia Baiana em Torno de 1850. In: **Planejamento**, Vol. 5, nº 4, out./dez, 1977.

desenvolvimento industrial baiano e do diagnóstico desses ensaístas baianos ao tema do planejamento como perspectiva de solução dos problemas. Assim, ainda no governo Regis Pacheco (1951-1955) se ventilava essa possibilidade, que depois iria se concretizar com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) visando alargar sua zona de ação a outras regionalidades baianas, para além do Recôncavo. A CPE foi uma comissão pioneira e multidisciplinar. Segundo Rômulo (1988), não se discutia apenas assuntos da área econômica “porque uma das características da CPE foi considerar o planejamento de forma integrada, em que todas as ciências sociais estavam participando” .²¹

Rômulo Barreto de Almeida (1914-1988) foi sujeito central para se pensar a modernização, o planejamento e desenvolvimento econômico da Bahia durante o século XX. (SAAVEDRA CASTRO, 2010) De família do interior baiano, formado em Direito na UFBA, e economista autodidata por escolha, teve inserção na carreira, dentre as oportunidades, pelas mãos de Roberto Simonsen, referência intelectual dos estudos sobre história econômica brasileira, e ocupou postos chave nos governos getulistas, chegando ao gabinete presidencial como assessor de planejamento econômico em 1951, ano em que se filiou ao PTB. (SOUZA, 2006, p. 23-62)

Assim como uma parcela significativa de jovens secundaristas baianos nos anos 1930, identificou-se com o integralismo, principalmente

21

A CPE igualmente cuidou dos problemas do Centro histórico de Salvador, do patrimônio histórico e artístico, cuidou dos problemas urbanos, cuidou dos problemas da habitação, junto com o problema urbano, mandou gente treinar na Colômbia, e gente de saúde.... Naquele tempo, nunca ninguém pensava em incorporar o pessoal de saúde a um time de planejamento” In: ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo de Almeida (depoimento 1988)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV-SERCOM/Petrobrás, 1988, p. 114.

pelo aspecto nacionalista, para logo em seguida criticar duramente experiências de orientação fascista. Nas palavras de Rômulo “é um grande perigo você enquadrar-se num partido disciplinado, como era o movimento integralista”. (ALMEIDA, 1986, p. 38)

Eleito deputado federal pelo PTB nas eleições de 1954, foi convidado pelo governador Antônio Balbino do PSD, para assumir a secretaria da fazenda do estado, na qual desenvolveria o projeto pioneiro no Brasil de planejamento estatal. Para Rômulo, nos anos 1950, a Bahia ainda não estava num processo de industrialização por via incentivo estatal, estava almejando entrar, muito por conta da energia de Paulo Afonso (Hidrelétrica) e das operações da Petrobrás. (ALMEIDA, 1986, p. 91)

Antônio Sérgio Guimarães ao analisar a experiência planejadora na Bahia afirma que esta foi apropriada pelos segmentos burgueses, em especial o segmento bancário cujo principal ícone foi Clemente Mariani:

Os entraves ao desenvolvimento capitalista na Bahia e os efeitos subseqüentes sobre o sistema político de dominação levaram, todavia, em 1955, a burguesia mercantil baiana a falar pela voz do projeto reformista. Esse projeto fora elaborado pelos setores industriais com a união da UDN e do PTB em torno do governador Antônio Balbino. Se o pensamento de Mariani expressou uma tentativa da burguesia baiana de voltar a comandar um estágio de acumulação capitalista que lhe tinha escapado historicamente, o pensamento de Rômulo representava o esforço de integrar a Bahia naquele estágio sem ferir os princípios do pacto social que o viabilizava. O objetivo de Rômulo de Almeida era desenvolver a economia baiana, o que, para ele, significava alcançar a elevação da renda real per capita e sua manutenção de forma mais estável, compatível com a natureza dos recursos e os interesses da economia nacional. (GUIMARÃES, 1982, p. 66)

A sucessão de Balbino no governo foi marcada pela volta de Juracy Magalhães ao poder pela sigla UDN vencendo o candidato Pedro Calmon, e a participação de Rômulo no governo de Juracy²², cuja desconfiança para com o desenvolvimento da Bahia pela via da industrialização era reticente.

Em depoimento Rômulo afirmava – “criou-se na Bahia uma psicologia do “já teve”, ninguém acreditava na Bahia, falar em Bahia era um ridículo desgraçado.” Completava... “Mas eu acreditava nas possibilidades de recuperar. Ainda no governo Juracy Magalhães (1959-1963), quando eu falei em Siderurgia e Petroquímica na Bahia, o próprio governador achou que era uma doidice, era fantasia”. (ALMEIDA, 1986, p. 92-93) Ademais, Paulo Fábio explicitou com acuidade o mote estrutural do processo:

A antiga elite econômica baiana não estava mais na posição de decidir sobre as grandes linhas do desenvolvimento regional desde o governo Balbino (1955-59). Ocupara-a o estado nacional, mediante camada de técnicos desenvolvimentistas que, pouco a pouco, persuadira homens de negócio mais arejados da Bahia sobre vantagens de atrelar seus interesses a um modelo de industrialização no qual o Estado tinha papel empreendedor, ligado a interesses do capitalismo sudestino e suas ramificações internacionais, em relação não livre de contradições. (DANTAS NETO, 2004, p.05)

E mais:

As forças ascendentes com o golpe iriam intensificar, mediante coerção política e radical centralização decisória no plano administrativo, essa tentativa de tutela da política pela razão técnica, o condicionamento

22

Como secretário (sem pasta) para o Desenvolvimento e presidente da CPE.

do poder regional pelo nacional e a subordinação de todos esses elementos a uma estratégia a um só tempo desenvolvimentista e integradora do país a um sistema mundial de economia, desembaraçada de fatores inibidores presentes no período anterior: o protagonismo de setores nacionalistas e a plenitude do jogo político liberal. (Idem, p. 05)

O planejamento estatal em grande medida idealizado e fomentado por Rômulo Almeida atravessava a década de 1960, encontrando na UFBA uma parceira no tocante ao desenvolvimento de projetos para o estado. O plano de desenvolvimento econômico - PLANDEB, rejeitado pela oposição ao governador Antônio Balbino do PSD (1955- 1959), foi aplicado com algumas modificações no governo de Juracy Magalhães da UDN (1959-1963), dando sequência à modernização baiana liderada por Rômulo Almeida, mas que só encontrou no governo Lomanto Jr, por exemplo, a efetivação do CIA.

A UFBA com Edgar Santos foi parceira da CPE na elaboração do projeto de desenvolvimento para a Bahia, além de ter cedido o espaço da Universidade, o Instituto de Economia e Finanças - IEFB, que elaborava os estudos de base e que depois foi incorporado à universidade. A UFBA, nesse período, tornava-se uma instituição mais acessível ao conjunto da sociedade baiana, que “de 1967 a 1971, mais do que dobrou o número de alunos da universidade, de pouco mais de 5.000 para cerca de 11.000; ampliado o número de vagas no primeiro ano dos vários cursos, de 1.200 no ano de 1967 para cerca de 3.000, em 1971”, afirmava o reitor Roberto Santos, em suas memórias publicadas. Além da ampliação da área física da UFBA, mediante mais de 30.000 m² projetados, construídos e equipados (SANTOS, 2008, p.21)

As pastas cor de rosa²³ delegam ao presente o que foi aquela experiência, abafada em grande medida pelo caráter oligárquico da política baiana. O plano consistia em fomentar a agroindústria no estado através do Fundo de Desenvolvimento Agrícola - (FUNDAGRO), a constituição de um banco de fomento e a instalação de inúmeras empresas públicas e outras vinculadas à iniciativa privada. Foram criados a Companhia de Armazéns Gerais e Silos da Bahia-CASEB, Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia -CAMAB, a LABASA- Laboratórios da Bahia, a Companhia Baiana de Eletricidade-COELBA, dentre muitas outras (ALMEIDA, 1986, p. 105)

Depois do golpe de 1964, a experiência de Rômulo voltava-se para as consultorias. Surge a Consultoria e Planejamento - CLAN e a Empreendimentos da Bahia S/A, em 1966, quando Rômulo volta para o Brasil depois da experiência na Associação Latino Americana de Livre Comércio-ALALC. Essas consultorias atuaram no CIA e no Pólo Petroquímico de Camaçari, e foram frutos do desdobramento da experiência planejadora nos anos anteriores, quando parte da equipe foi aproveitada. (ALMEIDA, 1986, p. 134)

Para Guimarães (1982), em 1964, o projeto da burguesia baiana se efetivou com as articulações para a implantação da Petroquímica, associada nesse período, mais aos reclames da ideologia de segurança e menos ao discurso regionalista que perdurou décadas anteriores. A Bahia se integrava ao processo nacional, decifrando seu “enigma”, mas não resolvendo as suas contradições sociais, excluindo grande parte da população do “progresso social’ que Rômulo Almeida almejava.

Uma Bahia que nos anos 1960/70 alargava ainda mais

23

ALMEIDA, ROMULO. **As pastas rosas de Rômulo Almeida**. Salvador: SEPLAN, 2012. Compiladas e reeditadas pelo governo do estado da bahia.

o parque industrial, marcadamente, por conta dos incentivos fiscais, mas que, contraditoriamente gerou grande concentração de riquezas, pois, além de não inserir formas não capitalistas de produção e ofícios tradicionais de então, “não tocou ponderáveis setores da vida econômica local”.(FARIA,1980, p. 37) A política de incentivos fiscais, de fato, foi muito forte, a tal ponto que uma empresa que se instalasse no CIA, naquela época, ficava isenta do pagamento do imposto de renda por dez anos e de todos os tributos federais e estaduais que incidissem sobre máquinas e equipamentos importados ou adquiridos no país”. (PESSOTI, 2014, p.166)

O Projeto desenvolvimentista de pensar o Brasil na concepção de Rômulo Almeida tinha como pilar a “emancipação econômica e progresso social. Construir um país autônomo, independente, mas isso associado ao progresso social e a participação popular”, comprometida na visão de Rômulo, pelos acontecimentos do golpe de 1964 quando efetivou-se o autoritarismo. (ALMEIDA, 1986, p. 90)

A partir dos seus depoimentos pode-se depreender que Rômulo era um homem de Estado e que o processo de modernização da Bahia, especialmente industrial, perpassava pela gerência do Estado e em segundo plano, mas importante também, da iniciativa privada. Não é à toa que em várias passagens de sua vida, Rômulo Almeida abdicou do sucesso econômico individual na iniciativa particular para contribuir com ideias e ações no âmbito da esfera pública.

Importante destacar outra experiência na Bahia, fundamental no enraizamento da centralidade do Estado nas decisões econômicas: a Reforma administrativa exercitada no governo de Lomanto Jr. (1963-1967) aprovada em 1966, depois de muitos embates na ALBA. O convênio que lhe deu vida, fora assinado em 1º de junho de 1964 com a United States Agency for International Development

(USAID), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Das duas primeiras, em especial da USAID, vieram os recursos e da UFBA a inteligência. (MATTA, 2016, p. 180)

A modernização administrativa ensejada no governo Lomanto, sob os auspícios de técnicos da Escola de Administração da UFBA, notadamente João Eurico Matta, que assumira o posto de coordenador principal e o professor José Rodrigues de Senna que assumiu o Instituto de Serviço Público (ISP), foi decisiva no processo de protagonismo do estado como agente eficaz para os propósitos modernizantes. Como afirmava o governador Lomanto Jr.:

Com essas ideias em mente, podemos considerar a Bahia uma miniatura do Brasil e transferir para estas plagas o desejo, que é hoje nacional, de transformar o Estado, de uma agencia de emprego, que tem sido nos países subdesenvolvidos, num agente estimulador e promotor do progresso industrial, agrícola e comercial, para que estes setores privados ampliem a oferta de trabalho aos milhões de brasileiros e baianos que anualmente procuram emprego para deflagrar as energias jovens de sua força de trabalho.²⁴

Segundo as memórias do professor Matta, as medidas autoritárias do governo militar ajudaram a reforma na Bahia no sentido de apoio junto aos parlamentares baianos, cujos “riscos políticos” eram demarcados pela equipe executora. Neste sentido, relatou que “o governo de executivo forte do marechal Castello Branco prestou, com o ato nº 2, um inestimável serviço em favor da efetivação do programa de modernização administrativa deflagrado pelo Governo Lomanto Jr”. (MATTA, 2016, p.184).

24

LOMANTO JR. Mensagem apresentada à ALBA em 16/02/1966. In: MATTA (2016, p. 196)

Ainda consoante o professor João Eurico Matta, a modernização do estado deve ser entendida e analisada como um processo, cabendo aos demais governos aperfeiçoá-las. De todo modo, suas medidas nos idos de 1966, dispuseram uma organização da ação administrativa, dentre elas, a lei que criou a Procuradoria Geral do Estado, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis e a Lei que disciplinava a administração financeira, patrimonial e material do estado.

Na área cultural, mesmo com a proposta extinção do Departamento Estadual de Educação e Cultura, a reforma possibilitou maior centralização dos recursos da Secretaria de Educação e Cultura, e depois, o alargamento de autarquias vinculadas, como veremos mais adiante, ao tratar dos órgãos culturais. Destarte, o golpe de estado ocorrido em 1964, marcava, dessa forma, uma nova etapa da modernização, conservadora em sua condução política, destacando-se a liderança de ACM, mas completada nos governos subsequentes mesmo sem a liderança deste último.

1.3 O Conselho Federal de Cultura e a Ditadura civil-militar: o papel da cultura no cenário nacional.

E foram os militares que, mantendo a sua posição de fiel da democracia, derrubaram Jango em 64; aí o perigo já não era a direita, mas a anarquia comunizante que ia de rota batida para a cubanização do país. Rachel de Queiroz (CULTURA, 1970, p.101)

Foi com esse sentimento que o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1970, após quatro anos de funcionamento, homenageava Castelo Branco, pela passagem de aniversário de seu falecimento. “O anjo da guarda de um Brasil maior”, foram as palavras da escritora Rachel de Queiroz, amiga do militar, que em nome do CFC, proferia exaltação ao general falecido que havia se empenhado

em fazer “uma cirurgia de emergência”, no intuito de que “o Brasil voltasse a funcionar plenamente como democracia.”²⁵

Os posicionamentos de boa parte dos conselheiros federais de cultura eram nítidos em favor do golpe de 1964, falavam em nome da democracia, acusavam o governo Jango de comunista, e estavam certos do caminho que a “revolução” tomava, “apesar de algumas distorções eventuais impostas pelos homens e pelos acontecimentos”, afirmava, o também conselheiro Djacir Menezes, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.²⁶

As “distorções”, referidas pelo conselheiro Djacir, certamente, foram a censura e o cerceamento dos direitos humanos. Ambas, questões polêmicas dentro do Conselho Federal. A censura fez parte das duas formas de política cultural da ditadura civil-militar, conforme analisou o historiador Marcos Napolitano, uma repressiva, a outra proativa. Esta última como cimento ideológico que garantiu, pelo menos até 1975, a proposta de integração nacional, cujo papel da cultura foi relevante, sobretudo, através da ação do CFC. (NAPOLITANO, 2011, p.151) Intelectuais como Gilberto Freyre, Pedro Calmon, além de corroborarem com programas governamentais de cerceamentos a ideias críticas da educação, no mesmo sentido, eram reticentes ao defender os resultados do golpe de 64. Assim como o mentor do CFC, o escritor Josué Montello. (CARDOSO, 2011)

OCFCfoicompostoporintelectuaisconhecidos,amaioriadeles

25

QUEIROZ, Rachel. Castelo Branco. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 04. n°38, ago. 1970, pp. 09-11.

26

Homenagem à memória do presidente Castelo Branco. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC/CEF, Ano 04. n°38, ago. 1970, p.101.

proveniente da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dentre seus membros fundadores constavam nomes reconhecidos nacionalmente, como Clarival do Prado Valladares, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Adonias Aguiar Filho, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz; Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Rodrigo Mello Franco de Andrade, e outros tantos de atuação destacada, como por exemplo, Luís da Câmara Cascudo e Raimundo Faoro.²⁷

Figura 01. Solenidade de Instalação do CFC



Fonte: Revista *Cultura*. Ano 01 n°01, jul.1967.

A criação do Conselho Federal de Cultura aconteceu em 1966, durante governo Castelo e a solenidade realizada no Palácio da Cultura, no estado da Guanabara, conforme demonstrado na Figura 01. Castelo Branco proferia seu discurso para um público seletivo e de sua convivência, em sua maioria, intelectuais e militares.

27

Cultura. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 n°01, jul 1967. Nesta edição, assim como nas demais estão publicados na contracapa os nomes dos conselheiros e as respectivas câmaras das quais participavam.

Resultado de uma reorganização institucional que visava uma modernização administrativa e reformulação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), seu predecessor, o CFC fora estruturado em quatro Câmaras: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico.²⁸ Estas câmaras eram autônomas, reuniam-se em separado para analisar os processos e projetos e depois encaminhavam suas decisões ao plenário do CFC. Conforme o artigo 2º do decreto que o fez surgir, competia-lhe elaborar a política cultural nacional, cooperar para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, conceder auxílio para instituições oficiais de cultura, incentivar a criação dos conselhos estaduais de cultura e elaborar o Plano Nacional de Cultura (PNC) com recursos do Fundo Nacional de Educação (FNDE).²⁹

O anteprojeto do PNC, divulgado pela revista *Cultura*, publicação do próprio CFC, depois na década de 1970 passou a ser chamado de *Boletim do CFC*, apontava como meta o apoio às ações que ajudavam na manutenção e preservação do patrimônio histórico, reforma e aparelhamento das instituições federais de apoio ao teatro, cinema, livro, rádio-difusão e, principalmente, o projeto das Casas de Cultura.³⁰

As Casas de Cultura estavam programadas para terem salas

28

BRASIL. DECRETO LEI Nº74 DE 21 NOV. 1966. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC- Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967, p.107. Existia também uma Câmara de Legislação e Normas.

29

Ibid, p. 107-110.

30

BRASIL. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº02, ago. 1967, p. 63-68.

de espetáculos, projeção, concerto e salas de exposições para programas artísticos e sem fins lucrativos. Nos estados esse projeto vigorou. Os conselheiros do Conselho Estadual de Cultura, por exemplo, na Bahia, discutiam os critérios para a instalação delas, se por pólos de desenvolvimento regionais ou por disponibilidades financeiras e vontade política das prefeituras. A primeira Casa de Cultura do Brasil foi instalada na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina. Este projeto foi um contínuo durante toda a década de 1970, como nos aponta relatório do MEC:

Uma das principais metas do Conselho Federal de Cultura é a criação e instalação de casas de cultura nas diversas regiões do País, com o apoio e o estímulo dos órgãos executivos dos respectivos estados e municípios. Trata-se de projeto dos mais relevantes, por formarem tais casas núcleos de irradiação de atividades regionais, constituindo-se em dinâmico fator de promoção e incentivo. Em 1977, foram implantadas novas unidades, nos municípios de Benedito Leite, Maranhão; Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo; Campo Formoso, Bahia; Mossoró, Rio Grande do Norte, sem falar na contribuição do CFC para aquisição de equipamentos para a Casa de Cultura de Joinville.³¹

Um dos estudos pioneiros, elaborado por Lia Calabre, analisou a questão financeira do CFC e enfatizava as dificuldades orçamentárias do colegiado, que depois de 1972, ficaram bastante escassas diante das inúmeras demandas, e mesmo antes, o CFC em seus projetos sugeria um compartilhamento de despesas, entre os entes envolvidos, sejam eles privados ou públicos, estaduais ou

31

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. CODEAC. **Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura 1977**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978, p. 20. Ainda consoante este mesmo relatório, o estado do Maranhão foi o recordista de implantação de casas de cultura até aquele ano perfazendo um total de 100 casas, a Bahia totalizou 50. *Ibid*, p. 25

municipais. (CALABRE, 2007)

O Decreto-lei nº 242 de 28 de fevereiro de 1967 do governo federal, determinava que 10 % de todo o dinheiro destinado pela União ao desenvolvimento do ensino, deveria custear o PNC. Aprovado em 1975, o PNC tinha como mote a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico e ainda dos elementos tradicionais, geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa “personalidade cultural, expressando o próprio sentimento da nacionalidade”, destacava, o pioneiro nos estudos sobre intervenção estatal na cultura. (MICELI, 1984, p.106)

A ideia do patrimônio histórico vinha associada à necessidade de preservação da memória do passado da nação, desta forma, “o patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileiras que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida, às novas gerações”, afirmava seu primeiro presidente, Josué Montello.³²

O Conselho, no período de sua centralidade no MEC, ou seja, de 1966 até 1975, teve três presidentes: Josué Montello (1967-1968), Arthur Cezar Ferreira Reis (1969-1972) e Raymundo Moniz de Aragão (1973-1974). Órgão consultivo, o CFC, até 1975, manteve papel de destaque nas decisões do MEC, quando seu caráter normativo extrapolava em medidas executivas.³³

32

DISCURSO DE JOSUÉ MONTELLO. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC-Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967, pp. 5-8. Em decorrência da instalação do CFC.

33

Opinião compartilhada e fundamentada por MAIA (2012) e CALABRE (2007).

A partir da gestão do ministro Ney Braga (Governo Geisel, 1974-1979), outros órgãos do próprio MEC começaram a se destacar e superar o CFC. Todavia, constatamos, que a própria dimensão da cultura, enquanto ente administrativo, foi em grande medida silenciada dos planos governamentais como área prioritária do desenvolvimento do país no período da distensão, mesmo sob a ênfase “no homem brasileiro” destacavam-se como prioritários as bases industriais, o aumento dos índices educacionais, sobretudo matrículas no ensino fundamental e os investimentos em ciência e tecnologia.³⁴ De 1975 até o início dos anos 1980, o CFC manteve apoio à difusão cultural, estabeleceu convênios com os estados, universidades e fundações culturais, até seu ocaso em 1990.

No interior do MEC, existiam duas vertentes, uma patrimonial, voltada para uma cultura com preocupações “humanísticas” e com a construção do “ser brasileiro”, da valorização da cultura nacional e do patrimônio cultural, e a outra, a vertente executiva, com sentido mais operacional e instrumentalista. A primeira vertente era representada pelos conselheiros do CFC, que rejeitava a cultura de massas, crescente desde os anos 1960. A segunda, era representada pelos “técnicos da cultura”, mais interessados na ação do Estado em financiar e orientar as produções artísticas. (MICELI, 1984, p.59)

A vertente executiva, que também agradava os militares, começou a ganhar espaço depois da criação em 1973, do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), e se efetivou com a consolidação do Plano Nacional de Cultura (PNC), de 1975.³⁵ Nesse

34

BRASIL. II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979). In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso: em 20/11/2017.

35

sentido, tinha-se, de um lado, a visão humanista do CFC, que buscava “suavizar” o endurecimento do regime e ocultava a iminência de manifestações oposicionistas, até certo ponto hegemônicas, pelo menos até 1968; além de estimular o civismo e uma memória das elites, e do outro, a efetivação, por parte dos técnicos culturais, de um melhor gerenciamento da “cultura”, principalmente através da criação de novos órgãos como a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), o Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC); algumas inclusive fora da órbita do MEC.

A perspectiva de que o CFC representou uma retaguarda como operação do Estado frente a forças adversárias no sentido de neutralizá-las foi ratificada em Gabriel Cohn (1984, p. 87-89). Todavia, uma análise mais abrangente e complementar à de Cohn foi esboçada por Marcos Napolitano (2011), ao analisar as relações e disputas entre o Estado, segmentos culturais da esquerda e o mercado. Este último materializado na tendência cada vez mais crescente da circulação e consumo dos bens culturais, principalmente para atender uma classe média ávida em usufruir de produtos de “qualidade” e nacionais. Este era o ponto de convergência entre os três segmentos, “a ênfase nacionalista, a defesa do patrimônio e a promessa de apoio ao produto nacional, ameaçado pela cultura estrangeira e sem espaço na indústria da cultura” que, “sinalizavam uma incorporação de certas demandas dos produtores culturais de esquerda”. (NAPOLITANO, 2011, p.155)

No seu livro de memórias, escrito em 1975, Luís Viana Filho, em pleno exercício de mandato de senador pela Bahia, ele que foi

BRASIL. Política Nacional de Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação Brasília, DF – 1975.

chefe da casa civil e ministro da Justiça do governo Castelo Branco, falava do desconforto do presidente quando ele era acusado de ser “inimigo da cultura” e de fomentador do “terrorismo cultural”. (VIANA FILHO, 1975) Relato que corrobora as preocupações iniciais da implantação da política cultural nos anos antes do AI5, decretado em 1968.

Luis Viana Filho atestava ainda a importância da cultura para os governos militares. Acreditamos, e é possível, que ele estivesse à frente da criação do CFC, ao destacar, em suas memórias, como foi o processo delicado de escolha dos candidatos a membro do CFC, afirmando que o presidente só havia indicado três nomes e que as demais não seriam indicações baseadas na preferência do general. Desta maneira:

Nos círculos culturais, por exemplo, surgira o desejo de criar-se órgão equivalente ao existente para a Educação, que tinha no seu Conselho Federal adequado cenáculo para debater seus problemas. Moniz de Aragão (**Então ministro da Educação e Cultura no Governo de Castelo Branco, grifo nosso**), que possuía percepção ágil, não deixou passar a oportunidade. Criou-se assim o Conselho Federal de Cultura, destinado a congregar expoentes das atividades culturais, sem excluir a representação regional. Escolher esses “cardeais” pareceu deleitar o Presidente, que pediu ao ministro uma lista de sugestões. Durante dias, ele meditara, trocara idéias sobre os nomes mais indicados, receoso de alguma omissão. Tolerante, não admitiria nenhuma restrição por exagerado temor à ideologia do candidato. Consequência dessa isenção e desse cuidado foi um conselho modelar, reflexo do que havia de mais expressivo nas áreas culturais, atendidas as reivindicações regionais. (VIANA FILHO, 1975, p.424)

A escolha se baseava também nos critérios regionais. O regionalismo foi um dos pilares, não somente das estratégias de planejamento econômico e político dos militares, como também no

plano da cultura. Desta forma,

Ao Ministério do Planejamento tocou traçar as grandes linhas, a doutrina e o objetivo do desenvolvimento nacional, ao qual se somou o desenvolvimento regional, supervisionado pelo Ministério da Coordenação dos Órgãos Regionais, órgão operativo dos esquemas parciais, com eles compatível. Certamente, esta concepção, exigindo a individuação do regional como parte integrante do nacional, era fruto da experiência histórica sobre a formação social do país. Tinha raízes na vocação econômica de cada grande área, embora buscasse somar a diversidade com a unidade, o regionalismo com a unidade econômica, política e espiritual da Nação. (VIANA FILHO, 1975 p. 240)

A tradição dos conselhos não se restringia ao período da ditadura civil-militar, mas a épocas anteriores. Existiram muitos conselhos técnicos que visavam assessorar o Estado na formulação de políticas e tomada de decisões em diversas áreas. Nesse sentido, surgiram o Conselho Nacional do Café (1931), o Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944), dentre outros. (CALABRE, 2010, p. 291)

As políticas culturais no Brasil foram inauguradas de forma efetiva, como ações concretas do Estado nacional, no contexto das transformações políticas e sociais advindas da presidência de Getúlio Vargas logo após sua ascensão ao poder, a partir de 1930. Antes disso, existiram ações isoladas de indivíduos ou instituições.

Em âmbito federal, na década de 1930, foram criados o Ministério da Educação e Saúde (MES), tendo à frente Gustavo Capanema, e o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), coordenado pelo modernista Mário de Andrade. Na gestão dele, surgiram inovações para a época, como a inclusão do patrimônio

imaterial na pauta de discussão, já que existia certa exclusividade para com o patrimônio palpável e material. (RAFFAINI, 2011) Vale destacar também, a criação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), vinculado ao MES, que data de 1938, e que fora o precursor do Conselho Federal de Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº74, em 21 de novembro de 1966, como já mencionamos.

A identidade nacional, nesse período, constituía-se juntamente com as políticas culturais que valorizavam o nacionalismo, a mestiçagem e a identidade brasileira, noções construídas durante o governo Vargas, em especial entre 1937-1945. Nas décadas seguintes, destacava-se a criação do Ministério da Educação e Cultura (1953).

Nos anos 1960 no campo da cultura, paralelo às iniciativas estatais, surgiram movimentos não institucionalizados como o Cinema Novo, a Tropicália e os teatros populares. Todavia, no período deste estudo, podemos definir as políticas culturais como apanágio do Estado autoritário, implantado pela ditadura civil-militar no país e marcadas por forte centralização e institucionalização. Lia Calabre aponta para a contribuição do CFC como o início da institucionalização do campo da cultura, assim como traça um panorama executivo desta instituição, além dos recursos disponíveis pelo Conselho durante sua vigência nas décadas de 60 e 70. (CALABRE, 2006)

É válido destacar que, no interregno entre o primeiro Conselho Nacional de Cultura de 1938 e o CFC, existiu um homônimo, também chamado de Conselho Nacional de Cultura, instituído em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, vinculado exclusivamente ao seu gabinete e que contou com nomes também renomados como Sergio Buarque de Holanda, Oscar Niemeyer, Nelson Rodrigues, Djacir Menezes. Já constava em sua legislação a

formação de comissões e objetivos que visavam a popularização e democratização da cultura. Porém, com a renúncia de Jânio, o CNC retoma sua posição administrativa como parte do MEC e volta aos moldes do anterior, constituído por apenas 7 membros nomeados pelo presidente. (CALABRE, 2007, p. 53)

O CFC foi um espaço construído sob bases do modernismo, e de concepções de nação, oriundas do governo Vargas, reorientadas para o momento da ditadura civil-militar. Em sua pesquisa, a historiadora Tatiana Maia argumenta que o civismo foi o carro chefe de atuação do CFC. Para Maia, este grupo se apropriou das ideias que nortearam as políticas culturais da chamada era Vargas, a partir de noções como “tradição”, “passado histórico”, identidade nacional e memória nacional. (MAIA, 2012)

Comparações entre as ditaduras no Brasil no século XX costumam ser feitas, evidenciando-se, sobretudo, as permanências de 1937 em 1964. Motta assim discorreu:

Tratando mais especificamente das duas ditaduras é interessante considerar em que medida a segunda manteve e reforçou aspectos da primeira e em que pontos foi inovadora. Significativamente, há alguns anos era forte a hipótese de que o golpe de 1964 representava uma ruptura com o varguismo e sua derivação “populista”, e que os líderes da ditadura militar implantaram um projeto internacionalista liberal. As evidências não confirmam tal hipótese. A única fase mais internacionalista (no sentido de subordinação aos EUA) e liberal (na economia) foi o governo Castelo Branco. A partir de Costa e Silva voltou o desenvolvimentismo e a ênfase nos empreendimentos estatais, que foram a base do “milagre” econômico. Na mesma medida, a diplomacia da ditadura voltou ao leito das políticas mais independentes em relação aos EUA, buscando atender a interesses nacionais. (MOTTA, 2017, p.02).

Outro ponto de continuidade com o Estado Novo, afirma o historiador,

Foi a política de controle social de base corporativista. Na verdade, os militares não apenas continuaram como ampliaram esse aparato com a criação da previdência social universal e a incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema. Houve muitas diferenças também, como a grande presença do capital estrangeiro na economia brasileira, em proporção mais elevada do que seria possível – e admissível – na ditadura de Vargas. Em suma, são muitas as possibilidades para reflexão, não é possível ir mais além na entrevista. Destaco apenas que o Estado Novo deixou marcas profundas na sociedade e no Estado, estruturas que em alguns aspectos foram apropriadas pela ditadura de 1964, enquanto em outros casos foram superadas ou transformadas. (MOTTA, 2017, p.03)

Decerto, no quesito cultural, muitas permanências de 1937 são observadas em 1964. Porém, ratifica-se que os objetivos visavam menos a construção da nação sob orientação centralizadora do Estado, e mais o projeto de integração nacional, este, executado pragmaticamente pelo governo central e idiossincrático ao período. Daí não concordarmos inteiramente com as reflexões do historiador Carlos Fico, nesse quesito, ao creditar a existência do CFC a uma outra temporalidade:

Tenho dito que “não devemos reduzir a história do Brasil entre 1964 e 1985 à história da ditadura militar”. Essa frase é apenas um jogo de palavras com o qual, não obstante, tenho tentado chamar atenção para o fato de que nem tudo o que aconteceu naqueles anos decorre da circunstância de ter havido uma ditadura militar. Muitos exemplos de fenômenos tipicamente referidos à ditadura militar poderiam ser mencionados como tendo sua origem, entretanto, em etapas anteriores. Isso aconteceu com a censura de diversões públicas,

com a propaganda política, com o **Conselho Federal de Cultura [grifo nosso]**, com várias fórmulas no campo político – diversos casos que não podem ser detalhados no momento. O exemplo sempre mencionado é o caso do “milagre” brasileiro. Entretanto, a economia brasileira chegou a crescer acima de sua média histórica em outros períodos a partir de 1940. Houve fases de elevadas taxas decrescimento logo após a Segunda Guerra Mundial e no período do Plano de Metas, além do “milagre”.

(...)

Por outro lado, no final dos anos 1970, durante a ditadura militar, o crescimento do PIB passou a ter médias baixas. Ou seja, a modernização – aqui entendida como crescimento do PIB e suas consequências – não decorreu do regime autoritário; vinha sendo construída havia décadas. Note-se que não estou propondo mobilizar condicionais contrafáticos do tipo “teria havido crescimento mesmo que não houvesse ditadura”. O que estou afirmando é que o crescimento que houve durante o período não foi apenas uma decorrência das ações dos governos militares, devendo também ser lido em duração mais longa”. (FICO, 2017, p.26)

O Ministério da Educação e Cultura do governo militar, por exemplo, numa relativa comparação ao controle dos meios de comunicação que fazia o Estado Novo, solicitou um parecer do CFC sobre o projeto de criação da Cadeia Nacional de Rádio e Televisão (CARTEC), de autoria do deputado José Maria de Magalhães, cujo objetivo era manter programas de rádio e TV sob custódia do MEC, com programação exclusiva sobre cultura nos estados da federação. Sobre o parecer da Câmara de Letras, evidenciamos que os objetivos estavam fundamentados num projeto de integração nacional:

Somos de parecer que é mais oportuno realizar um bom programa cultural, altamente nacional, e transmiti-lo para todo o Brasil, aproveitando justamente o potencial do rádio e da televisão, que tentar realizar uma serie de bons programas. Um programa único seria um

elemento de unificação nacional e, quando regional (folclore, etc), de intercambio. Por isso, cremos que a melhor solução é o que vem proposto nos anteprojetos de Lei elaborados pelo grupo de trabalho encarregado do plano de reforma e atualização das instituições oficiais de cultura, exigindo-se, por outro lado, em todos os contratos de cessão de canal, a obrigatoriedade de determinados programas culturais. Esta última solução tem a vantagem de se criar um espírito de emulação altamente favorável à cultura, e que serviria também de estímulo para as emissoras oficiais. Sem falar que programas culturais iriam surpreender, e talvez, cativar até ouvintes de outras emissoras, desinteressados ou prevenidos contra as coisas da cultura, e que jamais procurariam, ouvir, inclusive por espírito de oposição, emissoras oficiais.³⁶

É possível identificar a proposta da integração nacional através dos pareceres do CFC, que buscavam unificar as ações, homogeneizando os critérios e os programas para os entes federados, sem desrespeitar, no entanto, suas especificidades. Os pareceres dos pedidos ao CFC estão publicados na Revista *Cultura e no Boletim CFC*. Neles podemos verificar uma infinidade de processos administrativos, das mais variadas instituições, desde governos a conselhos estaduais, grupos culturais, pessoas comuns. A quase totalidade dos processos solicitava ajuda financeira, que o CFC, sempre se esquivava, cortando recursos, diminuindo o valor da ajuda do pedido, alegando restrição orçamentária, ou transferindo para outros órgãos dentro do MEC as responsabilidades.

Segundo Maia (2012) o orçamento do CFC era muito restrito, justificativa utilizada para o não funcionamento e atendimento de muitas demandas. Por outro lado, não acreditamos que dinheiro tenha sido o único critério de efetividade, e isto vale também ao

36

Cultura. Rio de Janeiro: MEC/CEF, Ano 04 n°38, ago. 1970, p. 60-61.

analisarmos o CEC Bahia. Ao nosso ver, a efetividade de conselhos construídos neste formato servia muito mais aos reclames ideológicos do *establishment* do que outra coisa.

Exemplo disso, conforme Maia (2012) argumenta, foi a ênfase no civismo, aliado aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, constructo ideológico apropriado pelo CFC em sua concepção de política cultural. Além disto, a ênfase nas escolhas sobre patrimônio material, o folclore, a edição e publicação de livros dos pares, como prioridades orçamentárias, em detrimento de outros matizes culturais, como a cultura afro, o patrimônio imaterial. Os CECs, e na Bahia isso será evidente (ver seção V), as orientações de distribuição de recursos são similares ao CFC.

Do ponto de vista da representação e recrutamento, ocuparam as cadeiras do CFC, membros da ALB, IHGB, figuras eminentes da cultura nacional, cuja autoridade e participação nestas instituições os credenciavam na participação do CFC. Os CECs, seguem critérios similares, verificados no Ceará, Sergipe e na Bahia. (PASSOS & NASCIMENTO, 2013) Ademais, não podemos esquecer que o CFC e seus congêneres estaduais solidificaram uma rotina institucional para a cultura que refletiu, de certo modo, numa unificação das ações em níveis federais e estaduais, promovendo assim, a integração nacional através da cultura.

1.4 O Conselho Estadual de Cultura: “O guardião”³⁷ da cultura na Bahia.

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) completou 50 anos de existência no dia 12 de setembro do ano de 2017. As

37

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

comemorações aconteceram em dois atos, uma no plenário da Assembleia Legislativa do Estado que se refletiu numa audiência pública e o outro, no mesmo dia, a celebração no Palácio do Rio Branco, centro de Salvador, antiga sede dos governos baianos.

Em tom amistoso, apesar de, as memórias e as pesquisas contemporâneas não demonstrarem o mesmo, a matéria da Secretaria de Cultura da Bahia informava a relevância dos serviços prestados durante sua longa existência, ressaltando a participação dos antigos conselheiros, porém, o que se viu foi a ausência dos poucos ainda vivos nas comemorações. O destaque foi nesse sentido:

Entre intelectuais e artistas que passaram pelo CEC na condição de conselheiros e que muito contribuíram para o engrandecimento da cultura baiana estão importantes personalidades como o arquiteto e pintor Diógenes Rebouças, o intelectual Thales de Azevedo, o músico Gilberto Gil, o poeta Godofredo Filho, os artistas plásticos Juarez Paraíso e Mário Cravo Junior, entre outros.³⁸

Na página oficial do Conselho³⁹ e nas redes sociais (Facebook), foi publicada a ata da primeira sessão ordinária do CEC em 1968, demonstrando o interesse pelo momento inicial, no entanto, nenhuma

38

<<http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/2017/09/469/Festa-de-comemoracao-de-50-anos-do-CEC-enalteceu-luta-em-defesa-da-Cultura.html>> Acesso em 12/09/2017. Devido a compromissos assumidos anteriormente, o ex-governador da Bahia, Jaques Wagner, o deputado estadual Bira Corôa (Comissão de Assuntos Culturais na ALBA), e os ex-conselheiros Naomar Monteiro, Washington Queiroz, Luiz Henrique Dias Tavares, Mário Cravo Júnior e Lia Robatto não puderam comparecer à cerimônia, mas enviaram mensagens parabenizando o Conselho pelo seu cinquentenário, informava a matéria.

39

Cf. <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br2>

alusão ao contexto em que fora criado e, diferentemente dos poucos trabalhos acadêmicos sobre o CEC, a matéria silenciava a respeito de muitos aspectos de sua trajetória, dificultando dessa forma, o entendimento de um possível leitor ávido em conhecê-la.

Os trabalhos que versam sobre o CEC costumam designá-lo na categoria de conselhos arcaicos e conservadores. (SOTO, 2012) Os integrantes são chamados de “notáveis” (RUBIM, 2010), expressão que resulta de carência sobre a historicidade da participação dos intelectuais que compuseram o colegiado especialmente nas duas décadas iniciais de seu funcionamento, ou seja, entre 1968-1987, período marcado pela vigência da ditadura civil-militar e parte de sua transição, em grande medida, intermediada mais pelos militares do que pelos civis.

Os pesquisadores que se referiram ao CEC dessa forma (SOTO, 2012; RUBIM, 2010), por serem da área do jornalismo, pressupõe-se que, não se atentaram, ou melhor, não tiveram a preocupação com o anacronismo, “o pecado maior dos historiadores” na célebre assertiva de Lucien Febvre, e, portanto, o *vai-e-vem* do passado-presente é feito sem considerar, como dissemos, a historicidade dos sujeitos que compuseram o CEC nas duas primeiras décadas.

De fato, uma significativa parcela de demandas “populares” não foi atendida ou foram limitadas por inúmeras questões, e a busca pelos “direitos culturais”, em grande medida cerceados pelo caráter autoritário da ditadura, antes da constituição de 1988, podem ter contribuído para a construção de uma memória negativa acerca da atuação do CEC.

Muitos movimentos ainda embrionários na década de 1970, no sentido de reivindicação de uma pauta social específica, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), não constituía

representação nos assentos do CEC. Desse modo, os referidos autores esboçam uma crítica ao critério da representatividade e composição social do antigo conselho:

Com seu surgimento marcado por momentos autoritários, de imediato, cabe anotar o caráter elitista e não democrático que conforma estes conselhos. Eles, em geral, são imaginados como conselhos de notáveis. Isto é, compostos por personalidades que, em tese, se destacaram no campo cultural. Mas, como indicação dos membros, quase sempre, é prerrogativa do poder executivo (autoritário, nestas circunstâncias), os “notáveis” escolhidos são, em sua imensa maioria e antes de tudo, personagens afinados com os regimes autoritários”. Ou seja, intelectuais que compartilham tais visões conservadoras. Por certo existem exceções, mas elas servem apenas para confirmar a regra. (RUBIM, 2010, p.149-150)

Em entrevista, o conselheiro contemporâneo, Jorge Carrano, eleito na Conferência Estadual de Cultura em 2013, para exercício do mandato entre 2015-2016, discorre neste sentido:

O Conselho sendo da sua maior parte a sociedade civil, ele tem uma visão e uma ação diferenciada do que era o conselho antes, quando era indicado [**anos 1980, destaque do entrevistado**], e muito antes ainda quando era indicado, mas era lá na década de 60, em pleno golpe militar. Hoje é um conselho atuante, um conselho que interfere nas políticas públicas. Anteriormente, e aí eu vou ter que passar primeiro por uma fase de 1980-90, que era um conselho que era já indicado pelo governo, nos seus 30 membros que eram pessoas de grande expressão da cultura, o que não acontece hoje. Hoje são operários da cultura que vão se notabilizando pelas suas ações em cada área, em cada território, etc. Mas em 80-90 eram notáveis e eram respeitados por serem notáveis, pela história construída de cada um. E quando você vai para 60.... É muito oportuno eu tá conversando com você porque eu me remoto a um

primo/ tio meu, Thales de Azevedo, primo de minha mãe, que foi conselheiro de cultura nessa época. Thales de Azevedo antropólogo, Thales de Azevedo filósofo, Thales poeta bissexto. Mas é um cara que lutou muito pela cultura na época. E o conselho de cultura da época, ele preservava uma coisa que se perdeu ao longo do tempo, principalmente com a ditadura, as linguagens identitárias, a essência da baianidade como um estilo de vida, uma maneira própria do baiano ser. É o baiano das crônicas de Jorge Amado, das poesias de Gregório de Matos, é o baiano das reclamações de Luís Gama e de outros tantos poetas, Castro Alves e tal, e no final do século XIX e início do século XX, formatando um saber e um viver baiano diferenciado de todo o resto do país. Então, esse conselho ele enaltecia muito a questão do patrimônio material e imaterial, que não tinha essa divisão na época, entendeu? Ele enaltecia muito a coisa da arte vinda das bases, e as raízes eram limitadas, elas iam até Itaparica. O Recôncavo era muito forte e muito profundo nessas coisas da cultura.⁴⁰

De fato, fica evidente no depoimento do conselheiro uma preocupação com temas que anteriormente não estavam na pauta

40

CARRANO, Jorge. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador, 10^o de agosto de 2016. Jorge Baptista Carrano escritor, Poeta e Cronista; é Publicitário e Consultor de Marketing em análise, produção e avaliação de mídia eletrônica (programação de veículos), produtos e eventos culturais; compõe a equipe de coordenação e formatação do Plano Municipal do Livro Leitura e Biblioteca (PMLLB) da Prefeitura Municipal de Salvador (BA), participando como conselheiro no Conselho Diretivo do PMLLB; membro reeleito do Colegiado Setorial de Literatura do estado da Bahia; atua desde 2011 no Projeto Fala Escritor, coletivo literário há mais tempo atuando ininterruptamente em Salvador, onde é hoje um dos coordenadores; também membro fundador da UBESC (União Baiana de Escritores); oficinairo de criação literária em projetos governamentais de difusão da cultura. Gerenciou o setor de marketing de eventos culturais do Banco Econômico S/A (1984-1990); trabalhou na produção de programação na Rede Globo de Televisão/RJ (1978-1980) e foi assistente de produção e direção em teatro, nas peças Check up (1972), Cordão Umbilical e A Gaiola das Loucas(1974). São de sua autoria os livros Eu Nu, Jovens Canções de Amor e Liberdade, A Centaura e a Esfinge, O Anjo de Cem Asas além da participação em coletâneas do Projeto Fala Escritor e Antologias diversas. Informações obtidas no site <<http://www.conselhodocultura.ba.gov.br>.> Acesso em 27/11/2017.

do conselho que, por motivos variados, eram negligenciados, como a diversidade de prioridades que atenderiam os variados públicos em suas especificidades, como é o caso das reivindicações no campo da cultura afro e do patrimônio imaterial:

A aprovação do parecer favorável ao tombamento é o reconhecimento da importância do Terreiro Ilê Asipá, tanto do ponto de vista religioso quanto do ponto de vista cultural. Através do parecer, faço recomendações ao Governo do Estado da Bahia e à Prefeitura Municipal de Salvador que a partir do tombamento, haja uma requalificação urbanística da área no entorno do terreiro.⁴¹

Em outro momento da entrevista é inevitável a comparação que faz o conselheiro da sua experiência com o período inicial do CEC:

A grande diferença é que o conselho de cultura daquela época como era um conselho de supra notáveis, e não de notáveis, pessoas de excelência, passaram pelo Conselho pessoas de excelência, então eu falo de tio Thales porque Milton Santos passou pelo Conselho nessa época e outros conselheiros passaram também e acho que grandes nomes passaram, eram supra notáveis, hoje em dia não, hoje em dia a militância tá no Conselho, então o Conselho tá na luta, o que não acontecia antes. O Conselho naquela época simplesmente se resignou, mas aceitou o poder constituído pela arma.⁴²

41

Indicação do conselheiro Zulu Araújo. In: **Câmara de Patrimônio aprova parecer favorável ao tombamento do Ilê Asipá**. <<http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/2017/11/484/Camara-de-Patrimonio-aprova-parecer-favoravel-ao-tombamento-do-Ilê-Asipa.html>>. Acesso em 11/11/2017.

42

CARRANO, Jorge. Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado. Salvador, 10^o de agosto de 2016.

As memórias dos conselheiros mais recentes trazem informações imprecisas quanto a formação e atribuições da trajetória inicial do CEC. Milton Santos nunca fez parte do CEC e foi um dos sujeitos presos em 1964. (LIMA, 2018). Outra depoente ex-funcionária, equívoca-se quanto ao período inicial de formação e funcionamento, atribuindo a presidência interina de Francisco Peixoto de Magalhães Neto ao ano de 1979, quando na verdade, ele assumiu em 1968, logo no período de sua instalação.

Todavia, o depoimento de Isa de Oliveira enfatiza a rotina do CEC quando esmiúça aspectos pouco visíveis nas atas e na documentação, a respeito, por exemplo, dos dias de encontro semanal das câmaras (quinta-feira) e do plenário (terça-feira), das listas nominais que eram entregues ao governador, da sabatina que era feita aos conselheiros na ida à ALBA onde eram interrogados pelos deputados (o que parece pelo seu depoimento) nos anos 1980. Relatou o caso do conselheiro Carlos Eduardo da Rocha, que ficou nervoso antes da sabatina e, no outro dia, faleceu (ano de 1999).⁴³

Isa de Oliveira relata ainda que se impressionava com a presença das personalidades culturais membros no CEC, principalmente Rui Santos, um ex-senador, presidindo o Conselho. Mas não é só na fala do conselheiro Carrano e da ex-funcionária que a denominação “notável” aparece. Essa expressão é senso comum para muitos pesquisadores do campo de estudos das políticas culturais a exemplo de Rubin (2010, p.149), Mata Machado (2010, p.227), Francisco Filho (2010, p. 308), Calabre (2010, p. 294) e Soto (2012, p. 62). Esta última referência, ao tratar dos conselheiros

43

Cf. Depoimento de Isa de Oliveira, antiga funcionária do CEC, durante as comemorações dos 50 anos do CEC. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=EzPV90w1rBM>>. Acesso em 24/11/2017.

baianos utiliza a denominação notáveis-especialistas.

Como aludido antes, a caracterização de notáveis é um critério mais político do que analítico. Consiste na tentativa de analisar a participação e a representatividade de conselheiros de cultura em especial durante a ditadura civil-militar e sob os marcos legais anteriores à carta de 1988, chamada de cidadã, no sentido de demarca-los fora de balizas democratizantes. Nota-se que é também marco delimitador de diferenciação dos interesses culturais que se projetaram, nos governos petistas vitoriosos em 2002 no Brasil, que aprofundaram a questão dando maior poder de participação da sociedade nos conselhos.

Pode-se incorrer em equívoco de análise, correlacionar essa “designação” de intelectuais notáveis/arcaicos, que não saborearam os tempos democráticos, à uma efetividade de participação. Suas vivências culturais devem ser analisadas no seu tempo, marcadas pelo fenômeno de geração⁴⁴ e por práticas de instituições tradicionais, cujas dinâmicas eram próprias de seu contexto. Por isso, é indispensável retroceder ao processo histórico do movimento intelectual na Bahia até chegar no CEC.

A Bahia desde o período colonial, quando foi sede da Colônia portuguesa na América até meados da segunda metade do século XVIII, posto perdido para o Rio de Janeiro, foi epicentro cultural e intelectual, destacando-se na formação e instituição de academias e grêmios intelectuais e literários, como por exemplo a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759). (PESSOTI, 2009; KANTOR, 2004; CALMON, 1949)

A “interiorização da metrópole na colônia”, expressão da historiadora Maria Odila Leite, trouxe para a Bahia sua primeira

44

Desenvolveremos isto especificadamente na terceira seção.

faculdade, a aclamada Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus em 1808, que perdurou até meados dos anos 1940 do século XX, como uma das principais doadoras de intelectuais e de políticos para o estado da Bahia. Em 1942, a Faculdade de Filosofia foi criada por Isaias Alves (MAGALHÃES, 2010) e posteriormente unificada a escola Politécnica e demais unidades formando a Universidade da Bahia (UBA) em 1946, sob os auspícios de seu fundador e primeiro reitor, o médico Edgard Santos. Tornou-se em 1950, Universidade Federal da Bahia (UFBA), e desde então assumindo o posto de principal instituição científica e cultural do estado da Bahia.

Vale destacar que antes da UFBA, duas outras importantes instituições coexistiram como lugar de prestígio, fermentação e produção intelectual na Bahia, a saber: a ALB criada em 1917 pelo engenheiro Arlindo Fragoso e, no final do século XIX, em 1894, o IGHB, em semelhança e inspiração no IHGB. Outra instituição importante a ser destacada é o Gabinete Português de Leitura, fundado a 2 de março de 1863, cuja existência também remonta à segunda metade do século XIX.

Uma hipótese que pode ser validada é de que estas instituições resultaram de uma fermentação intelectual no seio da sociedade civil elitista e letrada baiana e que foram importantes no agrupamento de intelectuais. Movimento observado na constituição de revistas, espaços de sociabilidade intelectual, dentre as quais a Nova Cruzada, criada no século XIX e de inspiração simbolista; as revistas e movimentos literários baianos do início do período republicano, *Academia dos Rebeldes*, *Arco&flexa*; de inspiração modernista, *Cadernos da Bahia* (1950), *Ângulos* (1958), dentre outras. (LUDWIG, 1981; ALVES, 1978; MACHADO NETO, 1971; CALMON, 1949)

Partindo dessas trajetórias intelectuais de instituições de

cultura e seus respectivos periódicos, sustentamos a ideia de uma associação intelectual das elites letradas baianas na consolidação de espaços, afetivos, sociais, políticos, culturais e sobretudo de classe. Machado Neto (1972) já alertava para a noção de “grupalismo” intelectual, característica marcante nas décadas iniciais da república. O critério de classe delinea não somente a posição social dos indivíduos, mas suas posturas frente às questões do seu tempo. Eram intelectuais situados política e economicamente em posições próximas às estruturas de mando.

Depois do golpe de estado de 1964, que mudou significativamente a configuração política e institucional do país, surgiram dois espaços institucionais importantes na Bahia que foram – o Conselho Estadual de Educação e o de Cultura. Consoante Edivaldo Boaventura (2010), os conselhos ligados à educação e às letras (cultura) sempre existiram na Bahia, inclusive desde o Império.

A primeira agremiação que se tem notícia na Bahia foi instituída em meados do século XIX pela Lei Provincial nº 172, de 25 de maio de 1842, sob a designação de *Concelho de Instrucção Pública*. Em 1849 foi criado o cargo de Diretor Geral dos Estudos. Em 1861, passa a chamar-se Conselho Superior de Instrução Publica e, depois de 20 anos, em 1881, denomina-se Conselho de Ensino Provincial, resultados de sucessivas reformas na legislação provincial executadas pelos dirigentes da educação da província. (BOAVENTURA, 2010, p. 36-37)

Durante as primeiras décadas republicanas, o Conselho, de caráter estritamente vinculado aos reclames da instrução, sofreu pequenas modificações até uma substantiva mudança advinda pela vigência da Constituição Federal de 1934, que na Bahia refletiu-se na criação da Secretaria de Educação e Saúde e a de Assistência

Pública, em 1935. A mudança fez surgir o Conselho Superior de Educação, subtraindo-se a palavra instrução pela primeira vez. No mesmo ano, como substrato da Constituição baiana de 1935, promulgada em 20 de agosto daquele ano, acrescenta-se o vocábulo “cultura”, passando a chamar-se Conselho de Educação e Cultura. (BOAVENTURA, 2010, p.37)

Pouco se sabe sobre este Conselho, restando um depoimento publicado pelo professor Edivaldo Boaventura, de uma antiga partícipe, a professora Edith Mendes da Gama e Abreu, cujo conteúdo merece ser reproduzido:

O velho Conselho foi composto de Agripino Barbosa, diretor geral do Departamentos de Educação e seu presidente, dos diretores da Escola Normal e do Ginásio da Bahia, do presidente da Associação dos professores primários e de duas pessoas notoriamente dedicados aos estudos de problemas sociais. Nós não recebíamos nada pelos serviços prestados tão somente o reconhecimento dos relevantes serviços prestados à educação baiana. (GAMA E ABREU, apud BOAVENTURA, 2010, p.37)

Edith Gama (1903-1982), primeira mulher a participar da Academia de Letras da Bahia em 1938, sob muitos protestos de nomes importantes da cultura baiana da época como Carlos Chiachio, e certamente foi a primeira mulher a compor colegiados desse tipo. Alegava-se, no caso da ALB, a justificativa dos regulamentos internos restritivos da participação das mulheres nesses espaços intelectuais. Ademais, é constatado a pouca participação das mulheres nos conselhos que discutiam educação e cultura na Bahia. No Conselho Estadual de Cultura, até 1987, foram muito poucas as mulheres conselheiras, como veremos adiante.

O Conselho Estadual de Educação e Cultura, em 1940, foi

novamente modificado, pelo então secretário Isaías Alves, assumindo funções consultivas e técnicas na assistência à política estatal. Porém, foi a partir da constituição baiana de 1947, promulgada no governo de Octavio Mangabeira e Anísio Teixeira secretário de educação, que tomaram corpo diretrizes mais sistematizadas no campo cultural, constante na Lei Orgânica de Ensino e Cultura, sem, contudo, deixar a proeminência da educação.

Era um conselho majoritariamente composto por figuras do meio intelectual e governamental. Consoante Artigo 177, parágrafo 1º, da Lei Orgânica de Ensino e Cultura, “o Conselho Estadual de Educação e Cultura se comporá, além de seu presidente, de seis membros, nomeados pelo Governador, com a aprovação do Poder Legislativo, dentre pessoas de reputação ilibada, renovando-se, de dois em dois anos, pelo terço”.

Em 1963, inspirada na Lei Orgânica de Ensino, a nível nacional, novamente o Conselho é reformulado, mas, segundo Boaventura (1992), com atribuições múltiplas e dispares, havendo confronto entre os três entes que compunham o sistema educacional, a saber: o diretor de educação e cultura, o próprio Conselho e o secretário estadual de educação e cultura.

Este Conselho, formado pelo secretário de educação que também era o presidente e mais 6 membros, indicados pelo governador e sancionados pela ALBA, tinha 06 anos de mandato. Enfim, para melhor aquilatar as funções, dentre outros motivos, procedeu-se a nova reformulação em 1967, sob liderança de Navarro de Brito, então secretário de educação e cultura, que, nas conclusões de Edivaldo Boaventura, corrigiriam as distorções existentes, através de uma concepção mais autônoma de conselho esboçada por Anísio Teixeira e pelas diretrizes da

LDB de 1963. (BOAVENTURA, 1992)

As dimensões educação e cultura estavam, portanto, juntas e se confundiam em suas diretrizes regimentais. A separação ocorreu 20 anos depois. Criados em 13 de setembro de 1967 por lei delegada nº 2464 no governo Luís Viana filho, e instalados em 1968, o Conselho Estadual de Educação e o de Cultura, apesar de nascerem juntos, guardavam diferenças substanciais em relação às suas atribuições e funções. O primeiro, deliberativo e o segundo, com funções normativas, na maioria das vezes em que interveio nas elaborações de leis culturais.

As mudanças mais significativas trazidas pela legislação de 1967 em relação à anterior, e válida para os dois conselhos: o aumento do número de conselheiros para 12 membros e seus respectivos suplentes, mandato de quatro anos, escolhidos pelo governador e aprovados pela ALBA, este último procedimento imutável. No artigo primeiro, é explicitada a Lei estadual 2.464, de 13 de setembro de 1967, que regulamentava a participação de doze conselheiros que deveriam reunir-se pelo menos quatro vezes por mês. Uma de suas atribuições consoante o Artigo IV era a de elaborar a política cultural do estado, opinar sobre a organização e empreendimento de campanhas estaduais que visassem o desenvolvimento da cultura, decidir sobre as aplicações do Fundo de Cultura e também deliberar sobre auxílios do estado para eventos e atividades culturais.⁴⁵

O CEC foi dividido nas seguintes câmaras: a) Câmara de Artes e Patrimônio; b) a Câmara de Letras; c) Câmara de Ciências; d) Legislação e Normas; e) Comissões Especiais. Em 1976, no Governo

45

Regimento interno. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.08-14.

Roberto Santos (1975-1979), foi criada uma nova Câmara, a do Patrimônio, separada da de Artes.

No decorrer de sua existência as Câmaras sofreram algumas alterações, mas, no geral, não perderam sua funcionalidade. As câmaras foram divididas de acordo com a formação dos conselheiros. Os formados em engenharia e arquitetura preenchiam os espaços da Câmara de Patrimônio, os literatos e poetas na Câmara de Letras, os juristas na câmara de Legislação e Normas, além da câmara de Ciências, esta última mais flexível em sua composição. A seguir o quadro com a formação de alguns dos principais conselheiros⁴⁶:

Quadro 01 - Área de atuação e participação dos conselheiros

CONSELHEIRO	FORMAÇÃO/ ATUAÇÃO	1º	2º	2º	3º	4º	5º
		MANDATO 09/03/1968 a 15/03/1971	MANDATO 1º BIÊNIO 30/06/1971 a 15/03/1973	MANDATO 2º BIÊNIO 22/03/1973 a 08/07/1975	MANDATO 15/03/1979 a 15/03/1979	MANDATO 06/07/1979 a 15/03/1983	MANDATO 17/12/1983 a 15/03/1987
Thales de Azevedo	Medicina/ Etnologia	E	E	E	E	E	E
Américo Simas Filho	Arquitetura	E	E	E	E	E	NP
Nelson Sousa Sampaio	Direito/ Ciência Política	E	E	E	E	E	E
Odorico Tavares	Jornalismo	E	E	E	E	E	NP
Diógenes Rebouças	Arquitetura	E	E	E	E	NP	NP
José Calasans	História/Direito	E	E	E	E	E	NP
Godofredo Filho	Filosofia/Arte	E	E	E	E	E	E
Wilson Lins	Medicina/Jornalismo/ Política	NP	E	E	E	E	E
Mário Mendonça	Arquitetura	NP	E	E	NP	NP	NP
Mário Cravo Junior	Artes	E	NP	NP	NP	NP	NP
Fernando Luis da Fonseca	Arquitetura	E	NP	S	NP	NP	NP
Carlos Eduardo da Rocha	Letras	E	E	E	E	E	E
Hélio Simões	Letras/Medicina	E	E	E	E	E	E
Renato Berbet de Castro	Literatura/Direito	NP	E	E	E	E	E
Ary Guimarães	Direito/Ciência Política	NP	NP	S	E	E	E
Maria Mercedes Rosa	Arquitetura	NP	NP	S	S	NP	E
João Augusto Azevedo Filho	Teatro	NP	NP	NP	NP	E	NP
Gilberto Gil	Música/Adm.	NP	NP	NP	NP	E	NP
Dulce Aquino	Dança	NP	NP	NP	NP	S	NP
Adriano Azevedo Pondé	Medicina	NP	NP	NP	E	E	NP
Maria Bethânia	Música	NP	NP	NP	NP	E	NP
Dorival Caymmi	Música	NP	NP	NP	S	S	NP
Ernest Widmaier	Música	NP	NP	NP	S	S	NP
Fernando da Rocha Peres	História	NP	NP	NP	S	S	S
Rui Santos	Medicina/Política	NP	NP	NP	NP	E	E
João Eurico Matta	Administração	NP	NP	NP	NP	NP	E

E- Efetivo. S- Suplente. NP- Não Participou. Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Vol. 01-15.

46

Consultar APENDICE B, no qual consta a composição do CEC até 1987.

A criação dos conselhos de cultura estaduais foi um projeto e um objetivo do Conselho Federal de Cultura (CFC), como já documentado. Órgão responsável no plano nacional, para cuidar da cultura nos tempos da ditadura civil-militar. Intelectuais como Josué Montello, Gilberto Freyre, Adonias Filho, Clarival do Prado Valadares e Pedro Calmon⁴⁷, dentre outros, seriam os responsáveis pela dinamização das ações federais nos estados. Como demonstrado através da ilustração, Josué Montello, presidente do CFC, circulou pelo Brasil ajudando na efetivação dos conselhos estaduais, inclusive, fornecendo os modelos regimentais e organizativos. Ao seu lado, Luís Navarro de Brito, então secretário de educação e cultura, ladeado pela plateia de conselheiros e convidados. Percebe-se logo à esquerda e no plano central, intelectuais como Francisco Peixoto de Magalhães Neto e José Calasans, figuras bastante representativas de uma cultura letrada da Bahia e do mundo do saber.

Figura 2. Instalação do CEC em 1968.



Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março / agosto 1968.

47

O historiador Pedro Calmon foi referência intelectual para esta geração de baianos.

De acordo com Maia (2012) a doutrina do regime militar, cuja preocupação no campo da cultura era a integração regional, valorização do folclore, o papel cívico, a consolidação de uma identidade nacional cujo pilar era o otimismo, foi elemento fundamental para legitimar os projetos dos militares. A cultura em nível nacional se baseou nessa perspectiva do regional integrando o nacional, por isso as visitas constantes aos estados.

Na Bahia, este regionalismo versava sobre uma identidade baiana pautada nos seus valores elitistas, católicos, sua versão hegemônica sobre a história, a ênfase no patrimônio e na cultura letrada e branca. (CARVALHO, 2013) Na Bahia, seus pares intelectuais foram convocados pelo governo do estado para estabelecer as regras de fomento e de viabilidade da cultura baiana.⁴⁸

Do ponto de vista organizacional, a trajetória do CEC não é linear, oscilando de acordo com as mudanças de governo que traziam consigo as alterações regimentais. Pelo seu primeiro regimento interno, de 1968, legitimado pelo Decreto 20.662 de 26 de abril de 1968, o CEC estava vinculado ao gabinete do governador e dele não saiu até 1976 quando do estabelecimento do seu segundo regimento através do Decreto nº 25264 de 07 de setembro de 1976 no governo Roberto Santos (1975-1979). O CEC neste governo ficou vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, com uma estrutura que estabelecia um quadro dos cargos em comissão, uma secretaria-geral do conselho, que registrava as atas, secretariava os trabalhos, emitia os ofícios e correspondências, dentre outras atribuições.

Nesse período, o CEC perdeu o papel de elaborador principal da política cultural do estado, ficando restrito às

48
Regimento interno. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano I nº 01, março /agosto 1968.

funções meramente opinativas. Tal fato pode ser ratificado pelo esquecimento do próprio governador em suas memórias publicadas⁴⁹ e na entrevista concedida a este pesquisador⁵⁰, mesmo estando registradas em atas, diversas reuniões do CEC com o governador e uma visita dele ao plenário em 1976, para tratar de planejamento na área cultural.

As memórias de Roberto Santos privilegiavam a ação do estado nas intervenções patrimoniais, sobretudo no centro histórico. “Na cultura nós fizemos muita restauração, tinha vários prédios da faculdade de medicina que estavam no Terreiro, estavam com problemas na justiça, a Igreja do Rosário [...] Algumas casas, as primeiras casas do Pelourinho, o Pelourinho [...]”⁵¹

O CEC volta a ter proeminência na formulação da política cultural do estado a partir do Lei delegada nº 051/1983, quando passa a ter mais objetividade quando se tratava de sua estrutura organizacional e fixação de competências que definia a participação de 20 conselheiros titulares e seus suplentes. O Conselho ficou responsável pelas seguintes atividades:

Art. 2º §3º Consideram-se atividades culturais para o fim da fixação da competência do Conselho: I- a produção acadêmica, científica, histórica, filosófica, literária e artística; II a proteção do patrimônio histórico, artístico, documental, folclórico, iconográfico, arqueológico, paisagístico e ambiental; III- o intercâmbio cultural; IV-

49

Cf. Roberto Santos (2005, 2008, 2017)

50

SANTOS, Roberto. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 02/08/2017.

51

SANTOS, Roberto. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 02/08/2017.

a difusão da cultura através de periódicos, rádio, televisão, cinema, teatro e quaisquer outros meios de comunicação.⁵²

Entretanto, estas competências não estavam bem definidas no decorrer de sua existência e repercutia num desconforto dos conselheiros para com as outras instituições culturais do estado. As discordâncias se davam em torno da definição das atribuições de cada órgão dentro da SEC. O CEC queria se afirmar enquanto órgão principal, pois entre suas funções regimentais, estavam elaborar o Plano Estadual de Cultura e formular a política cultural do estado.⁵³

A Lei 2.464, de 13 de setembro de 1967, em seu artigo 36, estabeleceu que as funções do CEC eram normativas e consultivas, sobre as artes, ciências, letras e o patrimônio histórico e cultural, competindo-lhe, dentre outras medidas, a defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado.⁵⁴

Já a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, cujas funções se baseavam no artigo 23 da mesma lei, tinha como atribuições elaborar e fazer cumprir as normas referentes à coleta, classificação, guarda e exposição de objetos e documentos de importância histórica. Funções muito mais executivas e pragmáticas do que as do CEC.

O conselheiro Américo Simas Filho, da Câmara do Patrimônio, reafirmava a proeminência do CEC como um “**órgão de cúpula**” [**grifo nosso**], mas destacava preocupação diante da “multiplicidade

52

BAHIA. CEC. **Lei delegada** nº 051/1983.

53

Regimento interno. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I nº 01, março / agosto 1968, pp.8-14.

54

Lei 2464 de 13 de setembro de 1967. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, pp. 7-8.

de órgãos para fins idênticos ou muito semelhantes, sem que as respectivas atribuições e competências estejam convenientemente definidas e articuladas, do que resulta inconveniente dispersão dos poucos recursos existentes”⁵⁵.

Nelson Sampaio foi enfático na defesa do CEC, “no que diz respeito à política cultural, só o conselho pode traçar o respectivo plano. As demais entidades culturais e há várias delas no estado – são de natureza executiva”⁵⁶. No entanto, existiam as preocupações sobre o orçamento, como afirmava Sampaio, “cumpria em insistir que o conselho não possui autonomia na disposição de suas verbas, ao contrário do que sucede com o CFC”⁵⁷.

Tal carência dificultava o CEC na consecução dos seus projetos de exposições, publicações, contratos para pesquisas ou estudos e funcionamento em geral. Para o ano de 1971, o orçamento geral do Conselho girava em torno de Cr\$26.000,00 cruzeiros (equivalentes a 115 salários mínimos que corrigidos atualmente, daria uma cifra de aproximadamente R\$ 110.000,00) correspondentes às atividades referentes ao material de consumo, serviço de terceiros e encargos diversos⁵⁸. No ano de 1972, o CEC teve um orçamento um pouco

55

SIMAS FILHO. Américo. Sistema de proteção dos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul. /Dez, 1970, p. 67.

56

SAMPAIO. Nelson. Três anos de Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul. /Dez, 1970, p. 144.

57

SAMPAIO. Nelson. Três anos de Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul. /Dez, 1970, p. 144.

58

Relatório de exercício 1972/1973. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VII nº 08, jan. /dez, 1973, p. 142-143. Já para o exercício de 1984, o crédito total estabeleceu 19.579.000,00 cruzeiros novos para as despesas do CEC.

menor, cujo montante chegou a Cr\$ 30.500,00 cruzeiros (113 salários mínimos que atualmente alcançaria uma cifra de R\$ 108.000,00).⁵⁹ Para se ter uma noção comparativa, o CFC em 1971, recebeu pouco mais de 2 milhões de cruzeiros e em 1972, 3.179.000,00 de cruzeiros novos. (MAIA, 2012, p. 97-98)

O CEC foi muito rigoroso em sua prestação de contas, demonstrava eficiência administrativa, apesar dos poucos recursos, fechava seus balanços com dinheiro em caixa. O seu quadro de pessoal era bem enxuto.⁶⁰ Em 1971, composto oito funcionários, sendo três contratados e o secretário Eustórgio Lima Cavalcanti, figura de muito trânsito no meio político.

Já a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, criada no mesmo ano do CEC, também conhecida como “Fundação do Pelourinho”, que depois virou o IPAC, órgão inspirado nos preceitos da UNESCO, tinha atribuições mais executivas, relacionadas à preservação, acrescidas do componente cultura/turismo, que se referia “à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens e imóveis de interesses artísticos e históricos, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização

Cf. Quadro de despesas orçamentárias. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 15, 1985, p. 24. O salário vigente na época foi de Cr\$ 97.176,00, que, convertidos para valores atualizados, equivale ao orçamento anual de R\$ 192.560,00.

59

O método de conversão utilizado é o cálculo do montante do orçamento do CEC nos referidos anos, dividido pelo salário mínimo vigente à época e depois convertido para o salário mínimo atual. Em 1971, através do Decreto presidencial nº 68576 estabelecia-se um valor de Cr\$ 225,60 para o salário mínimo e para 1972, o salário vigente foi de Cr\$ 268,80.

60

FILHO, Godofredo. Relatório do exercício do Conselho de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VII nº 08, jan./Dez, 1973, p 133-151.

como centros turísticos e de difusão cultural”.⁶¹

Ao CEC caberia ainda estabelecer as diretrizes da política cultural do estado, aprová-las e indicá-las à SEC, enquanto os outros órgãos iriam executá-las. A partir do Parecer 09/1969 – processo 78/1969 CEC, ocorreu uma mudança indicando que tanto a Fundação do Patrimônio Histórico quanto a Divisão de Museus deveriam se submeter ao CEC. A primeira, a Fundação do Patrimônio, deveria apresentar seu plano de trabalho anual com as prioridades para aprovação no plenário do CEC.

O processo de disputas no interior da estrutura organizativa do estado ganhava outro componente na gestão ACM governador (1971-1975), a criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FACEBA), pela Lei nº 3.095, de 1972. Em 1974, ela começou a funcionar com regimento específico e com a função de dinamização da cultura. Depois foi criado o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), no segundo mandato de ACM (1979-1983), que ficou responsável pela preservação do patrimônio cultural, com ênfase no turismo.

As memórias dos integrantes, dirigentes e funcionários da Fundação Cultural do Estado da Bahia, foram publicadas e são fontes reveladoras dessa “disputa”, da qual a Fundação aparece sempre queixosa do CEC. Os depoimentos estão em duas linhas de argumentação, o primeiro mostrando que a Fundação, sobretudo a partir de 1979, na gestão de Geraldo Machado (1979-1983) e, bem antes, também na gestão de Fernando Peres (1975-1977) e Valentin Calderón (1977-1979), buscava uma nova concepção de cultura, com forte

61

Parecer 09/1969- processo 78/69 CEC. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano 4, nº 01, jul /dez 1969, pp. 77-80, presidido pelo conselheiro Nelson Sampaio.

consciência antropológica e dinamizada em suas propostas de ação. Segundo o relato de Eulâmpia Reiber, um dos quadros da Fundação:

Foi um momento em que se passou a trabalhar muito mais estreitamente, em articulação com os agentes culturais, com as comunidades, com a formulação clara de conceitos e de criação de instrumentos de política cultural, com uma nova visão, uma visão mais participativa.⁶²

A segunda versão, era a de que a Fundação comportava jovens talentos, novos escritores, era um ambiente, inclusive, considerado de “resistência”, onde se podia “driblar o sistema”, afirmava Myriam Fraga. Do outro lado estava o “velho” CEC, “fechado”, que não correspondia à demanda crescente na cultura. Por isso novas estratégias eram necessárias, na visão da escritora:

Ao criamos a Coleção dos Novos, precisávamos fazer uma comissão editorial. Uma comissão editorial representativa, mas que fosse mais ágil que a do Conselho de Cultura, que tinha a missão de dar pareceres sobre os originais enviados para a publicação. Então consegui com Geraldo [Machado] uma comissão editorial à parte do Conselho de Cultura e que se reunisse lá mesmo na Fundação. E convidamos escritores mais jovens, pessoas que se identificavam mais com o perfil da coleção: José Carlos Capinam, Florisvaldo Mattos, Ruy Espinheira Filho, emais Claudius Portugal, estes também funcionários da Fundação.⁶³

62

Depoimento de Eulâmpia Reiber. In: FUNCEB. **Memória da cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004, p.44.

63

Depoimento de Myriam Fraga. In: FUNCEB. **Memória da cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004, p. 50

A partir do 3º regimento interno sob decreto nº 32.400 de 25 de outubro de 1985, validado pela lei delegada nº 051/1985 de 31 de maio de 1985, durante o governo de João Durval Carneiro (1983-1987), o CEC aprimorava sua estrutura administrativa, fixando tempo máximo de 3 horas para a sessão plenária, regras para vacância do cargo de conselheiro e possibilitava o convite de pessoas externas ao CEC, de conhecimento notório na área de cultura a participar dos trabalhos das câmaras. Nesse período se criou uma comissão dentro do CEC que viabilizaria a existência de uma Secretaria de Cultura, desta feita, autônoma e separada da educação.

Com a vitória de Waldir Pires (PMDB) nas eleições estaduais de 1986, a Secretaria de Cultura foi criada, não acontecendo o mesmo com CEC, que, pela primeira vez depois de 20 anos deixava de ser instalado para só voltar no ano de 1992. Sobre o motivo de sua não instalação em 1987, José Carlos Capinam, Secretário de Cultura do governo Waldir Pires (1987-1989), justifica:

A indicação do Conselho passa pela Assembleia e naquela época, o que eu me lembro, é que a Secretaria de Cultura, recém-criada, foi criada no Governo Waldir, ela não tinha uma representação na Assembleia que nos ajudaria na indicação dos nomes. Quando esses nomes indicados, que era um trabalho do secretário, né, encaminhar para a aprovação da Assembleia. Que eu me lembro era isso. É, nossa, nossa estrutura recém-criada, ela estava mais próxima do Partido Comunista. Acho que nessa época o eleito, deputado eleito, [...] do Partidão, era o Paulo Fábio. E, não me lembro de termos encaminhado à Assembleia, os nomes que seriam escolhidos. Isso gerou problema porque era uma Secretaria recém-criada, ela não tinha uma estrutura, vamos dizer assim, é, não tinha uma estrutura que pudesse responder as demandas de criação da secretaria. O Governo Waldir foi muito,

nós tínhamos problemas graves de orçamento, não podíamos praticar quase nenhum tipo de ação, acho que mal cobria os problemas relativos às despesas, sem poder investir. Nessa época nós empreendemos uma reforma da Concha Acústica[...] chegamos a realizar é, houve muita polêmica em relação ao Teatro Castro Alves, que foi fechado para reformas porque não tinha condições de atuar, ou seja, eram muitos problemas para uma estrutura. E com muita deficiência de pessoal, até para trabalhar as metas da Secretaria recém-criada. Nós operávamos, a cultura era operada pela Fundação Cultural do Estado e ao mesmo tempo, no governo Waldir, houve uma série de greves em situações que paralisaram o sistema de uma forma bem complicada e as indicações que foram feitas, nós chegamos a fazer as indicações. Elas tiveram muitos problemas políticos porque normalmente as indicações eram feitas por políticos...⁶⁴

Além da falta de articulação (força) do novo governo na Assembleia Legislativa e também, pela dificuldade de nomear novos nomes, devido às pressões do meio cultural por mudanças e pela resistência dos antigos nomes, intelectuais de muito prestígio na sociedade baiana, o secretário alertava para outro aspecto:

Era complicado porque os órgãos culturais estavam ocupados já por pessoas que tinham afinidade com o *status quo*. E eram intelectuais brilhantes, atuantes, mas permaneciam por muito tempo e havia um desejo forte de se alterar e conhecer valores emergentes. A cultura não era mais aquela cultura acadêmica que se cultuou na Bahia por muito tempo, evitando que

64

CAPINAM, José Carlos. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 09/08/2017. Um dos indicados foi o poeta, cronista e jornalista Jehová de Carvalho. “E houve muita resistência. E nós não tínhamos uma estrutura capaz de oferecer a essa resistência um combate, né. Resistir a essa resistência (risos)”, afirmava Capinam. Para registro, o deputado Paulo Fábio assumiu o cargo na condição de 8º suplente em 1989, bem depois da formação do secretariado de Waldir Pires.

nesses Conselhos chegassem as informações e as ideias que já estavam alterando o perfil do intelectual e do artista no mundo inteiro. Para dar o exemplo mais recente, no sentido da época porque nós ocupamos o Governo, o exemplo mais recente dessas mudanças era contracultura e era difícil fazer com que essas, vamos dizer assim, essas novas ideias, essas revoluções, essas que aconteciam no ambiente do mundo inteiro, pudessem representar essas ideias em órgãos de Governo. E essa foi a principal dificuldade, vamos dizer assim.⁶⁵

Destarte, o CEC contribuiu ao longo dos 20 anos de funcionamento, no estabelecimento de uma rotina institucional para a cultura, pois tratava-se de um órgão específico dos assuntos culturais. Comprovam a hipótese da criação de uma rotina cultural, o trânsito dos conselheiros dentro do governo, a relação de parceria com o CFC⁶⁶, os visitantes de diversas instituições do Brasil e do exterior legitimando a existência do CEC, as resoluções de projetos importantes, casas de cultura, efemérides e eventos de datas significativas para o colegiado, os pareceres dos pedidos endereçados ao colegiado que atenderam a muitas demandas dos baianos.

A existência do CEC foi bastante noticiada nos jornais baianos e isto implicava também no reconhecimento por parte da imprensa. Através da publicação da Revista de Cultura da Bahia, o meio cultural baiano estava atento ao que ocorria no plenário.

65

CAPINAM, José Carlos. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 09/08/2017

66

Recepção a membros do conselho federal de cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p. 17-18.

Ademais, a criação e a existência do CEC foram resultado, parafraseando Renato Ortiz (1991), de uma “moderna tradição” brasileira, atenta ao passado e aos ventos modernos, aos quais refutou em muitas ocasiões e contribuiu em outras.



CAPÍTULO II

REDES DE SOCIABILIDADE E TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS NO CEC



Nesta seção propomos investigar a atuação dos intelectuais no CEC como resultado de uma rede de sociabilidade em torno de instituições tradicionais de cultura na Bahia como o IGHB, a ALB e a UFBA – espaço já consolidado e lugar comum dos conselheiros. Defendemos o argumento de que estes intelectuais que integraram o CEC formavam uma elite cultural, nos termos definidos por SIRINELLI (1998).

Além disso, constatamos que a vida intelectual dessa fração da elite letrada baiana estava integrada com a vida política e que ela gozava de muito prestígio, sobretudo, ao ocupar os espaços políticos e institucionais já existentes e/ou criados após o golpe de 1964, na Bahia. Objetiva-se estudar a composição do CEC, a partir da noção de geração como categoria histórica de análise, e também, o comportamento político de alguns dos seus integrantes.

O estudo das trajetórias intelectuais no CEC está dividido em dois momentos: o primeiro, entre os anos de 1968-1979; e, o segundo, entre os anos de 1979-1987. Esta divisão justifica-se por critério metodológico de melhor delimitar os marcos temporais na instituição, pelo fato de que a partir do segundo momento novos intelectuais com outro perfil geracional terem ingressado no CEC.

2.1. O primeiro momento (1968-1979).

A composição inicial do CEC, criado em 1967 e instalado no ano seguinte, foi marcada por nomes com intensa vida cultural na Bahia no século XX, muitos deles, já integrantes do IGHB, da ALB e, principalmente, legitimados pela sua condição de professores da UFBA. Alguns, com vasta experiência em órgãos governamentais culturais, a exemplo de Godofredo Filho (diretor do Departamento do Patrimônio Artístico Nacional – DPHAN, na Bahia), Carlos

Eduardo da Rocha (Diretor do Museu de Arte da Bahia)⁶⁷ e da iniciativa privada (Diários Associados, TV Itapoan) como foi o caso de Odorico Tavares – sujeito muito influente e próximo aos círculos governantes. As proposituras teóricas sugeridas por Sirinelli (1998) em seu entendimento para os estudos sobre elites culturais, são importantes nesta pesquisa:

Mas a história social das elites culturais não se reduz, naturalmente, à sua sociabilidade. Deveria articular-se primeiro à volta da tríade recrutamento-reconhecimento-estratificação. [grifo nosso] Já verificamos a importância do primeiro problema: o recrutamento é essencial porque determina a morfologia das elites culturais numa dada data e, ao mesmo tempo, o funcionamento da comporta é causa de acesos debates de interpretação entre investigadores. Quanto à noção de reconhecimento, pudemos observar a que ponto ela era igualmente determinante, na medida em que serve amplamente de base ao estatuto de membro da elite. (SIRINELLI,1998, p. 275)

Sobre o último critério da tríade, a estratificação, para Bahia é muito significativo, pois o grupo que compôs o CEC era muito restrito aos demais círculos intelectuais. Dessa forma, “ao mesmo tempo, tal evidência remete para uma terceira questão, que depende da história social das elites culturais: a sua estratificação. Existirá uma espécie de superelite cultural, com capacidade de influência muito mais

67

Carlos Eduardo da Rocha foi nomeado por Wilson Lins, quando este foi secretário de Educação e Cultura no governo Juracy Magalhães (1959-1962) e permaneceu no cargo por 17 anos, sendo exonerado em 1976, ou seja, mesmo sendo conselheiro, ocupou função administrativa no setor cultural. Portanto, os vínculos não eram só afetivos, tinham implicações práticas. Cf. Ata da 29ª sessão plenária de 15 de janeiro de 1976. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IX nº 11, jan/dez 1976, p. 184.

poderosa que a das elites comuns?” (SIRINELLI,1998, p.276)

Para a Bahia a seguinte pergunta se faz necessária: porque esses homens e não outros? Além dos critérios que atestavam atividade intelectual, prevaleceu a indicação baseada no círculo pessoal do governador Luís Viana Filho e do Secretário Luís Navarro de Brito⁶⁸, pois “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias” (HOLANDA, 1995, p.146).

Sérgio B. de Holanda, ao interpretar o Brasil, expôs uma de suas características fundantes na formação do Estado brasileiro, cujo critério conformava suas ações e sua própria natureza aos interesses privados e familiares, às amizades e aos grupos fechados.

A atuação dos intelectuais do CEC foi intensa, registrada nas dezenas de atas, moções, indicações, artigos publicados e pareceres de projetos registrados na *Revista de Cultura da Bahia* e nos livros de atas do CEC. Edivaldo Boaventura, secretário de Educação e Cultura do estado em duas gestões (1970-1971 e 1983-1987) afirmou

68

Formado em Direito, com doutorado na Universidade de Paris (1960-1961), subchefe da casa civil do Governo Castelo Branco entre 1964 e 1967, foi chamado para assumir a SEC no governo Luís Viana Filho entre os anos de (1967-1969), também foi conselheiro estadual de educação e professor da UFBA. Foi técnico da OEA e trabalhou na UNESCO. Faleceu em 14 de dezembro de 1986. Informações colhidas em BOAVENTURA, Edivaldo. “Luís Navarro de Brito”. In: **Gente da Bahia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p.141-145. Sobre o doutorado feito por Navarro no exterior, durava dois anos, e no Brasil também. É necessário verificar que esta situação muda com o Parecer nº 977/65 do MEC, aprovado em 03/12/1965, que passava a regulamentar as normas e o tempo da pós-graduação no país no formato que se tem atualmente.

que “eles trabalhavam muito”⁶⁹. As sessões plenárias se mantiveram em número constante, ou seja, entre 40 e 50 por ano, como vemos a seguir no Quadro 2, e permaneceram nessa frequência pelo menos até 1987.

Quadro 02- Atividades do Conselho por sessões plenárias (1968-1971)

SUMULA DAS ATIVIDADES DO CONSELHO					
<u>Especificação</u>	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971 (até 9,3)</u>	<u>TOTAL</u>
Sessões ord. Plenário	45	50	50	10	155
Sessões Extra. “ ”	2	2	1	—	05
Sessões da Câm. Artes e P.	31	48	44	07	130
Sessões da Câm. de Letras	10	30	34	03	77
Sessões da Câm. de Ciências	04	05	06	—	15
Sessões Com. Legisl. Normas	08	03	01	—	12
Indicações aprovadas	08	10	12	01	31
Resoluções aprovadas	08	—	01	—	09
Pareceres aprovados	11	16	09	—	36
Corresp. recebida	81	134	109	21	345
Corresp. Expedida	73	768	203	22	1066

Fonte: Relatório das atividades desenvolvidas no Conselho Estadual de Cultura. Biênio 1973-1975. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 10, jan-dez 1975, pp. 131-132.

O cargo de conselheiro representava prestígio no meio intelectual baiano, mas não significava vínculo efetivo com o estado, muito embora recebessem jetons por cada sessão plenária que participavam.⁷⁰

69

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 17/01/2017.

70

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 03/08/2016. Segundo Mário Mendonça, o valor era muito pouco, mas era importante. João Eurico Matta, outro antigo conselheiro entrevistado, ressaltou também que não era grande quantia. Dulce Aquino, também nos revelou que o valor dos jetons por sessão era em torno de 1/3 de salário mínimo, isso em meados de 1980. Não encontramos registro do valor do jeton nas fontes pesquisadas. Cecilia Soto em sua pesquisa afirmou que, na década de 1990, o valor do jeton era de aproximadamente R\$ 25,00, a partir de 2001 foi reajustado para R\$ 50,00, logo depois para R\$ 100,00 des-

O “núcleo duro” do CEC foi formado por conselheiros que já estavam nos círculos intelectuais e institucionais das elites letradas baianas e, progressivamente, os demais conselheiros que foram nomeados ou ingressaram na ALB ou no IGHB.

O episódio dissonante foi a rejeição do nome do historiador Luís Henrique Dias Tavares (nascido em 1926 e ingressante na ALB em 1968), então Diretor do Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC) e Diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), pela Assembleia Legislativa, alegando-se critérios políticos, mesmo reconhecendo-se as qualidades intelectuais do candidato, motivo pelo qual sensibilizou setores da intelectualidade baiana, que, em abaixo-assinado com 90 assinaturas, solidarizou-se com o historiador. Dentre os assinantes, figuras como Jorge Amado, Caribé, Ariosvaldo Matos, Clarival do Prado Valadares e Walter da Silveira. (BAHIA, 1997, p. 277)

No jornal *A Tarde* a matéria sobre o caso apontava para a “tensão” gerada naquele dia de votação, que além da aprovação dos nomes dos conselheiros, versou sobre outras proposituras que tiveram veto do chamado “bloco vietcongue” de oposição ao governador.⁷¹

Luís Henrique tinha sido um dos quadros do Partido Comunista da Bahia, sendo responsável pela edição de *O Momento*, periódico

contando os impostos. (SOTO, 2010, p. 58)

71

“AL aprova mais 7 e rejeita um conselheiro de cultura”. **A Tarde**, Salvador, 16/02/1968, p.7 A votação aconteceu da seguinte forma, sendo o critério: voto favorável x voto contra, “os nomes aprovados foram o Srs. José Calazans- 45x2; Américo Simas Filho – 30x10; Hélio Simões - 27x18; Carlos Eduardo da Rocha - 29x16; Thales de Azevedo - 30x10; Godofredo Filho - 57x6; Diógenes Rebouças - 40x6”. Pelo gosto dos deputados estaduais baianos, Godofredo Filho foi o intelectual com maior unanimidade entre os parlamentares.

do partido, porém, na década de 1960, já não respondia por uma militância comunista, apesar de acusado pelo IPM de ser entusiasta da ideologia marxista-leninista, de ter participado de formação política no Centro Popular de Cultura da Bahia, ter realizado curso sobre a realidade brasileira e ter apoiado a indicação de um militar, *persona non grata* dos “revolucionados de 64” de nome Alberto Goulart Paes Filho para a cadeira de História do Brasil da FFCH.⁷²

Nas décadas de 1960 e 1970, a atividade intelectual em conselhos, institutos históricos e academias de letras estava integrada à vivência e participação política. Vida intelectual não estava dissociada da vida política *strictu sensu*. Os governadores Luís Viana Filho (Posse na ALB em 19/10/1943), Roberto Santos (Posse na ALB em 10/08/1971) e ACM (Posse na ALB em 19/04/82) são exemplos disso. O Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura (Posse na ALB em 06/08/1971), senadores como Aloysio de Carvalho Filho⁷³ (posse na ALB em 1954), Josaphat Marinho (Posse na ALB em 03/03/1972) e Ruy Santos (Posse na ALB em 18/10/1956), deputados como Nelson Sampaio (Posse na ALB em 20/04/1971), Wilson Lins (Posse na ALB em 29/09/1967) e Raymundo de Souza Brito (Posse na ALB em 15/10/1947) também exemplificam nossa evidência.

No entanto, é importante anotar que Nelson Sampaio ao estudar o parlamento baiano entre 1947-1958 apontava uma tendência de declínio da junção entre a vida política e a vida intelectual argumentando que as atividades acadêmicas, letradas, intelectuais e as atividades políticas tornaram-se “senhoras muito exigentes”, no seu dizer, devido à divisão do trabalho que as tornavam praticamente dissociáveis e “monogâmicas” devido às

várias atribuições que cada uma exigia.⁷⁴

A relação entre o mundo intelectual letrado e a política implicava momentos de confraternização e convivência mútua. O CEC tinha uma tradição de realizar em dezembro de cada ano almoços e confraternizações. Em 1971, Luís Viana Filho, ex-governador, que recentemente havia deixado o cargo, participou e foi homenageado. No ano seguinte, em 1972, o almoço contou com a presença de ACM, além de outras personalidades que estiveram presentes: o escritor Jorge Amado e o pintor Jenner Augusto, o secretário de educação e cultura Romulo Galvão e o procurador do estado desembargador Santos Cruz.⁷⁵

O conselheiro Ruy Santos foi um político profissional, presidente do CEC, membro da ALB, escreveu sobre o “desconforto” dos intelectuais com os políticos, que os viam como “parasitas da nação”, muito embora destacando o modo afável e respeitoso como foi recebido no meio intelectual baiano. Em texto publicado na *Revista da Academia de Letras* ratificou sua identidade como político e relativizou uma suposta separação entre mundo intelectual e vida política na Bahia, mostrando como exemplo, seu próprio itinerário conciliador das duas atividades. Nas suas palavras:

Os intelectuais não têm apreço pelos homens de partido. É que se esquecem que a política não mata o poder criativo. Antes, abre novos campos para o seu trabalho intelectual. Ninguém entre nós teve maior atividade política, durante toda sua vida, que Rui Barbosa; foi presidente da Academia Brasileira

74 SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Diálogo democrático na Bahia. Salvador: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1960, p. 139.

75

Relatório do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VI nº 08, jan/dez 1973, p.140.

de Letras. Há assim, que distinguir entre políticos e políticos, como entre intelectuais e intelectuais. Os políticos levam para as Academias o conhecimento dos homens e da vida. A sua atividade alargou o campo dos seus conhecimentos. Não me envergonho de ter sido político quase toda a vida. Estudei e aprendi em contato com os problemas humanos. E tenho hoje uma experiência de vida, por conta da política, que é meu maior patrimônio.⁷⁶

Rui Santos destacava que a atividade política não impedia a realização e participação na vida intelectual, citando como exemplo Rui Barbosa que havia conciliado as duas atividades. Ele e muitos outros que tiveram vida parlamentar intensa não deixariam de produzir intelectualmente e de participar das instituições de cultura na Bahia e também a nível nacional.

No relato do ex-deputado Nelson Sampaio, em seu relatório como presidente da instituição, fica demonstrado o microclima intelectual, os laços de afetividade e as relações de sociabilidade entre os integrantes do CEC, ressaltando-se que, Nelson Sampaio teve uma longa vida política como parlamentar, porém, fazia questão de demarcar a convivência intelectual como significativa em sua trajetória:

Para concluir, quero patentear que foi para mim um alto privilégio haver convivido com figuras que compõe este Conselho, expoentes da vida cultural do nosso estado. Confesso a todos que foi a mais agradável e proveitosa das convivências da minha vida pública. Mas devo-lhes mais do que isso. Devo-lhes agradecimentos pela confiança e honra, que reiteradamente me conferiram, de dirigir os trabalhos de plêiade tão ilustre.⁷⁷

76

SANTOS, Ruy. As academias. In: **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n.30, set. 1982, p.27-30.

77

SAMPAIO, Nelson. Relatório de atividades. **Revista de Cultura da**

As redes de sociabilidade eram fortes e atendiam aos laços pessoais e de amizades entre os intelectuais, como também os elogios e referências recíprocas. De acordo com Sirinelli (1998), as redes de sociabilidade nas quais os intelectuais são envolvidos podem ser consideradas espaços privilegiados na troca de experiências e nos debates entre atores de um mesmo grupo social.

O reconhecimento era muito significativo no seio dessa elite intelectual. Edivaldo Boaventura conviveu com essa geração de intelectuais e instalou o CEC em 1983, em sua gestão na SEC⁷⁸. Dentre os nomes, constava Carlos Eduardo da Rocha cuja convivência em seu apartamento, com vistas à Baía de Todos os Santos, reunia os amigos Wilson Lins, Luís Viana Filho, James Amado, Renato Berbert de Castro, dentre outros, sobretudo, aos domingos, “e domingo com Carlos Eduardo é dominicalo”, afirmava Edivaldo, numa referência à vivência poética do conselheiro. (BOAVENTURA, 1990, p. 52) Sobre Thales de Azevedo, o reconhecimento vinha do saber científico:

Mestre Thales é um dos produtos de exportação intelectual que possuímos. Sempre soube levar o que elabora para fora da Bahia. Por onde anda, ensina e mostra a sua ciência, testando e discutindo o que vai fazendo. Neste comércio intelectual traz padrões internacionais de desempenho para a Bahia, tais como a exigência da evidência empírica, a exatidão da expressão oral, a crítica erudita e pertinente do que aqui se produz. (BOAVENTURA, 1990, p.196-197)

Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 145.

78

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 17/01/2017.

As instituições as quais pertenciam além de trocas afetivas realizavam atividades integradas com o CEC. Foi o que ocorreu numa sessão conjunta para homenagear o educador Anísio Teixeira e o escritor Hermes Lima, onde estiveram presentes na sede do IGHB os membros do CEC, da ALB e do IGHB.⁷⁹ Enfim, no quadro que segue, demonstramos a participação dos intelectuais em lugares comuns de atuação:

Quadro 3. Conselheiros de Cultura da Academia de Letras da Bahia/IG HB/UFBA

Membros da ALB	Entraram Antes da Criação CEC em 13/09/1967	Entraram depois Criação CEC	Data de Posse na ALB	Professor da UFBA	Membro do IGHB
Luis Henrique Dias Tavares	x		14/06/1968	x	x
Raimundo de Souza Brito	x		15/10/1947	x	x
Thales de Azevedo	x		24/05/1962	x	x
Carlos Eduardo da Rocha		x	25/03/1987	x	x
Nelson Sampaio		x	20/04/1971	x	-
Claudio Veiga		x	18/05/1978	x	x
Adriano de Azevedo Pondé		x	05/05/1970	x	-
Odorico Tavares		x	20/06/1972	-	x
Luis Fernando S. de Macedo Costa		x	11/06/1981	x	-
Hélio Simões	x		18/12/1945	x	x
Godofredo Filho	x		30/11/1959	x	x
Renato Berbert de Castro		x	10/09/1980	-	x
Jose Calasans	x		11/11/1963	x	x
Ruy Santos	x		18/10/1956	x	
Wilson Lins	x		29/09/1967		
Antônio Loureiro		x	28/11/1973	x	x
João Eurico Mata		x	10/05/1989	x	
Ary Guimaraes		x	10/11/1988	x	x
James Amado		x	26/04/1990		
Florisvaldo Mattos I		x	26/11/1995	x	
Fernando da Rocha Peres		x	16/06/1988	x	

Fonte: Revistas da Academia de Letras da Bahia, números 24, 27, 30, 31. Arquivo FFCH. Pastas Administrativas dos professores da FFCH/UFBA.

Os Calendários Culturais elaborados pelo CEC eram enviados também à ALB para observância e discussão nas reuniões de trabalho, mostrando o labor em conjunto do CEC-ALB.⁸⁰ Nomes de peso do

79

Conferência no IGHB. **A Tarde**, Salvador, 10/11/1978, p.02

80

Conselho presidiram a ALB – Thales de Azevedo entre 1968-1970, sucedido por José Calasans (1971-1972) e depois Hélio Simões (1979-1981) e Cláudio Veiga que assume a presidência em 1981, ou seja, os mandatos se confundiam em atividades intelectuais afins.

O núcleo “duro” do Conselho (Figura 03) marcou a geração na qual a centralidade do CEC na política cultural baiana era forte e caracterizada na ênfase da defesa do patrimônio, na atuação da produção intelectual em periódicos e nas rotinas institucionais herdadas da ALB e do IGHB. Podemos observar, na fotografia, o núcleo “duro”, excetuando-se Ruy Santos, Odorico Tavares, Magalhães Neto (falecido) que não estavam no momento do registro:

Figura 03 - Conselho Estadual de Cultura da Bahia em 1973. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: José Calasans, Wilson Lins, Nelson Sampaio, Diógenes Rebouças, Américo Simas Filho, Mário Mendonça, Thales de Azevedo, Fernando Fonseca, Carlos Eduardo da Rocha, Renato Berbet de Castro e Hélio Simões.



Fonte: Acervo de Mário Mendonça de Oliveira.

Nota-se pela imagem, que o CEC majoritariamente era Academia no Biênio 1977-1979. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n. 27, set. 1979, p. 3-8.

composto por homens brancos e de direita ou que se relacionavam com os donos do poder em 1964. O perfil era de uma composição de classe média urbana e residente em Salvador.⁸¹ Do ponto de vista de classe e/ou origem social, homens bem localizados na sociedade, que provinham de uma mesma origem social – muitos eram filhos das oligarquias rurais, outros herdeiros de patrimônio intelectual e material e, ainda, pela observação da fotografia, bem vestidos, alinhados e elegantes, conforme os espaços de sociabilidade que essa elite cultural exigia. As mulheres não marcaram presença nos anos iniciais de funcionamento do CEC.

Para melhor entender esse grupo, a noção de geração necessita ser acionada. Categoria analítica antes tratada com desconfiança pelos historiadores, inclusive os dos *Annales*, cuja demarcação atribuía a geração ao tempo curto, ao acontecimento, num período de primazia da longa duração. Todavia, pensada como uma possibilidade metodológica viável, desde que considerada categoria móvel no tempo e ferramenta importante na análise prosopográfica. (SIRINELLI, 2006)

Sirinelli (2006) valida a categoria de análise afirmando que a geração seria importante como vetor de demarcação da “engrenagem no tempo”. Segundo Ângela de Castro Gomes, a noção de geração deve incorporar tanto a ideia de um tempo exterior – aquele dos movimentos de conjuntura e eventos da

81

Moravam em bairros nobres de Salvador (consultar quadro social da ALB publicados na RALB), possuíam imóveis e empreendimentos imobiliários (Nelson Sampaio, arquivo da FFCH - Declaração de IR), donos de galerias de arte, jornais e TV como Odorico Tavares, ou herdeiros de oligarquia interiorana como Wilson Lins, filho do coronel Franklin Lins de Albuquerque. Consultar Apêndices, onde se encontram as fichas dos intelectuais com os detalhes biográficos.

história de um país, região ou grupo local – “quanto de um tempo “interior”, expresso pela forma como tais acontecimentos foram experimentados, por um grupo, construindo-se um sentido de união e de pertencimento.” (GOMES, 2013, p.40-41)

A geração pode ser entendida neste trabalho, ao mesmo tempo, como objeto da história e como instrumento metodológico, pois ajudará não somente a identificar o grupo inicial que compôs o CEC e que permaneceu por um longo tempo, assim como, perceber as características fundamentais que tornavam esse grupo de intelectuais do CEC, uma elite cultural letrada, que estabelecia “modelos” a serem seguidos e cujas marcas estavam presentes, dentre outros aspectos, na “transmissão de poder político, na notoriedade, na extensão da obra produzida, na capacidade de ressonância e amplificação”. (SIRINELLI, 1998)

O texto de Machado Neto⁸²(1972) na busca por uma sociologia do conhecimento e estudo da vida intelectual baiana entre os anos 1900-1930, é uma pesquisa contemporânea do nosso objeto de estudo que analisou a geografia dos intelectuais baianos e seus itinerários, como por exemplo a influência e primazia da Faculdade de Medicina como celeiro cultural da Bahia, seguidas de perto pela faculdade Livre de Direito de 1891 e a Escola Politécnica fundada em 1897. O contexto foi de influências da *Belle Époque* francesa na Bahia, a criação e circulação de movimentos literários, materializada em revistas, a exemplo da Nova Fronteira e Arco & Flecha, do qual se depreendia dentre outros caracteres, o comportamento político dos letrados.

82

O professor Antônio Luiz Machado Neto foi contemporâneo dos intelectuais do CEC, lecionou e foi fundador do Mestrado em Ciências Humanas da UFBA e faleceu em 1977, também foi membro da Academia de Letras da Bahia.

Sobre os intelectuais da Bahia é importante reconhecer a periodização feita por Machado Neto (1972) cuja delimitação temporal das gerações contribuiu para estabelecer tipologias e categorias intelectuais.⁸³ Reconhecemos o mérito do autor, que, para a época, foi pioneiro na abordagem sobre a vida intelectual e na formação de quadros oriundos do Mestrado em Ciências Humanas da UFBA criado em 1968.⁸⁴ Todavia, a sociologia do conhecimento, ramo de pesquisa das ciências sociais cujo principal teórico foi Karl Mannheim⁸⁵, mostrou-se insuficiente para a historiografia na medida em que se limita ao estabelecimento das tipologias e dos condicionantes sociais da produção intelectual, sem dedicar uma dimensão mais ampla e sociocultural ao

83

Cf. MACHADO NETO (1973, p. 49-52). Os critérios sociológicos adotados pelo autor são: a) o ecológico, b) o comportamento social, c) o comportamento político, d) a sensibilidade social, e) a capacidade de agregação social f) o êxito sócio literário e g) o grau de especialização intelectual. Estabelecidos os critérios, os tipos intelectuais são, respectivamente: a) o Epônimo - intelectual que marca sua geração, geralmente intelectuais de alcance nacional; b) os bem comportados, pais de família, boêmios, c) os políticos e os apolíticos, d) intelectuais sintônicos e distônicos, aqueles que sintonizam ou não com as questões e modismos do seu tempo, e) gremiais e os independentes isolacionistas, f) as “estrelas” e os intelectuais amorfos e g) polígrafos ou monógrafos.

84

MACHADO NETO, A. L. Um mestrado em ciências humanas. **Revista de Cultura da Bahia**. Salvador, nº 6, jul/dez. 1971, p. 107-120.

85

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1968. A sociologia do conhecimento seria uma tentativa epistemológica de explicar as formulações pensamento a partir das realidades sociais. De outra maneira, “descobrir critérios capazes de determinar inter-relações entre pensamento e ação, ou de resolver o problema do condicionamento social do pensamento”. (MANNHEIM, 1968, p. 286)

papel dos intelectuais na sociedade. Nosso trabalho diverge aí, não pretendemos fazer essa tipologia, apesar de identificá-la, mas, ao contrário, analisar a atuação de intelectuais de uma determinada geração, como construtores de ações numa estrutura departamental da cultura que foi o CEC.

Michael Löwy operando com a sociologia do conhecimento, mas em sentido oposto ao de Machado Neto, e em sentido crítico a Mannheim⁸⁶, analisou a trajetória de intelectuais revolucionários, em especial, George Lukács, em sua marcha para a adesão à luta dos trabalhadores na Europa e em especial, na Hungria, seu país de origem. A problemática que Löwy tenta responder consiste na indagação sobre as determinações, causas e motivações que levariam os intelectuais da geração de Lukács (fins do século XIX, início do XX) a optarem pelo movimento operário e pelo lado socialista.⁸⁷

A priori, os intelectuais estariam vinculados à pequena burguesia – mas as motivações anticapitalistas seriam de outra ordem que não aquelas baseadas nos critérios socioeconômicos que afastariam essa camada do grande capital. Os intelectuais seriam, para Löwy, uma categoria social, portanto, com origens de classe múltiplas, e seu papel prioritariamente ideológico – o de construção de sentidos, “son los productores directos de la esfera ideológica, los creadores de productos ideológicos-culturales”. (LÖWY, 1978, p.17)

Sua existência perpassaria pela relação ético/cultural, como por exemplo, os valores qualitativos. Negavam-se os valores quantitativos

86

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7ª ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

87

LÖWY, Michael. **Para una Sociología de los Intelectuales Revolucionarios**. (La Evolución Política de Lukács 1909-1929). Siglo XXI Editores, México 1978.

e, os intelectuais “revolucionários”, para o autor, eram regidos por práticas humanistas, outrora defendidas pela burguesia e, que, nas circunstâncias do período levaram-os a acreditar que o proletariado seria a classe capaz de reverter a ordem capitalista vigente.

O enfoque é o estudo da geração de Lukács marcada no início, por um anticapitalismo movido pelo romantismo, para logo em seguida à uma adesão efetiva ao PC Húngaro e a posições críticas assumidas frente aos acontecimentos da revolução bolchevique de 1917. A existência dos círculos intelectuais em torno de Lukács, a exemplo do “Círculo de Domingo” em Budapeste, demonstrava a sociabilidade de grupo, que tinha Mannheim em suas hostes. O estudo da trajetória de Lukács, perpetrado por Löwy é uma sociologia do conhecimento baseada nas suas obras, no seu itinerário e suas mudanças de posturas frente às determinações contextuais.

Para Machado Neto, os três grandes temas da sociologia do conhecimento são: “o estudo da vigência intelectual, ao lado do estudo da obra intelectual e o estudo do próprio intelectual”.⁸⁸ Em *“Estrutura Social da República das letras”*, livro de Machado Neto, resultado de sua tese para o concurso de professor titular na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) na UFBA, a influência do filósofo espanhol Ortega y Gasset é visível. A noção de vigência social é central e designa “o prazo em que uma norma está em vigor”, principalmente uma norma extrajurídica, social. Machado Neto cunhou a expressão vigência intelectual “para designar todos os usos, costumes, modismos, valores, instituições, palavras, ideias etc... que durante certo tempo dominaram a vida intelectual de uma dada sociedade”, e aprimorou a noção de vigência

88

MACHADO NETO, A. L. Sociologia do pensamento social como Sociologia da Sociologia”. In: **Universitas**. Salvador, Nº 06 mai/dez, 1970, p.102-103.

social de Ortega y Gasset para explicar a inscrição das gerações que viveram em um determinado período de tempo. (MACHADO NETO, 1973, p.26) No entanto, os limites ficam mais evidentes quando Machado Neto discorria sobre um dos critérios tipológicos que classificavam os intelectuais pelo seu comportamento político dentro da vigência social, se políticos ou apolíticos, conformistas ou inconformistas (MACHADO NETO, 1973, p.50) Ademais, o uso do conceito de vigência intelectual/social como critério interpretativo da atuação dos intelectuais, pode ser utilizado desde que interligado à participação deles nos debates públicos, pois assim identificamos como compreenderam e interviram na sociedade, no seu tempo e lugares de atuação.

Evidentemente que os intelectuais são atores do político, e seus pressupostos tem incidência na opinião pública. Se fizéssemos valer os critérios dessa tipologia, teríamos, por exemplo um político: Nelson Sampaio, e um apolítico: Thales de Azevedo. O pensar duplo, formulação de Pierre Laboire (2010), contribui numa solução metodológica ao atribuir aos sujeitos políticos, zonas cinzentas, ambiguidades, que muitas vezes, constituem-se em pontos de fuga. A produção de Thales de Azevedo, por exemplo, é comprometida politicamente com um universo intelectual, sobretudo, ancorado, nos pressupostos da UNESCO e suas intervenções no Brasil.

A partir dessas considerações, a vida intelectual baiana entre os anos 1968-1987, marcos temporais balizados na criação e fechamento das atividades culturais do CEC nos anos de 1980, foi marcada por reminiscências de geração anteriores, parte dela inscrita no contexto e temporalidade presente no estudo de Machado Neto (1972).

A UFBA se estabeleceu como principal centro cultural (não só a medicina, mas os demais departamentos). O surgimento na Bahia

dos cursos de pós-graduação da UFBA a partir da reforma de 1968, não modificou radicalmente a presença dos intelectuais do CEC nela, apesar de ter ampliado o papel das atribuições do professor/intelectual. Muitos quadros do CEC assumiram postos chave na UFBA⁸⁹ e participaram dos programas editoriais e de difusão do conhecimento, como foi o Departamento Cultural da Universidade e sua publicação, a revista *Universitas*.

Ao todo, foram analisados 26 volumes da revista *Universitas* em suas 31 edições e verificado que 6 conselheiros de cultura fizeram parte de seu conselho editorial, 15 escreveram na revista, 40 foi o número de artigos publicados, sendo que, os que mais escreveram foram Nelson Sampaio e Thales de Azevedo (06 artigos) e Fernando Fonseca, Américo Simas Filho e Fernando Perez (04 artigos). O intelectual que mais escreveu em *Universitas* foi Edivaldo Boaventura com 07 artigos.⁹⁰

O CEC como epicentro desta análise foi, apesar de, numa escala hipotética de representação cultural, um quarto lugar de poder, atrás, respectivamente, em grau de importância da UFBA, IGHB, ALB – as duas últimas instituições ainda com relativa importância

89
Só para citar alguns, foram conselheiros do CEC o Reitor Macedo Costa (1979-1983), os vice-reitores Adriano Pondé (1964-1967) e José Calasans (1979-1983), sem falar nos inúmeros conselheiros que assumiram direções das faculdades (Ernest Widmer, Música), Antônio Loureiro (Escola de Biblioteconomia e Comunicação) e as coordenações de cursos e/ou mestrado das suas respectivas áreas. Sobre estas informações ver TOUTAIN, Lídia & VARELA, Marilene (Org.) **Reitores da UFBA:** de Edgard Santos a Naomar de Almeida. Salvador, EDUFBA, 2011.

90
Foram consultados os volumes de 01 a 26 entre os anos de 1968 a 1990, período em que *Universitas* foi publicada pelo Departamento Cultural da UFBA.

na vida cultural baiana. No entanto, nosso objetivo é demarcar uma hierarquização de preenchimento de espaço (posição das gerações) dentro da instituição, na qual, as gerações mais antigas tiveram proeminência no CEC, ocupavam a presidência da instituição e as presidências das Câmaras em sua grande maioria. Todavia, isto não diminuía em nada a importância dos demais conselheiros, incluindo também os suplentes, que eram chamados constantemente a atuar. Dessa forma, teríamos:

a) A geração do início do século XX nascida no interregno entre 1907-1921 que corresponde às reminiscências da quinta geração estudada por Machado Neto, demarcada pela presença de Godofredo Filho (1904-1992), Raymundo de Souza Brito (1900-1982), Francisco Peixoto de Magalhaes Neto (1897-1969), Thales Azevedo (1904-1995), Ruy Santos (1906-1985), Adriano de Azevedo Pondé (1901-1987) que foram os mais antigos conselheiros e, os demais, propriamente da geração subsequente, herdeira dos primeiros. Estavam nesse grupo: Diógenes Rebouças (1914 -1994), Nelson Sampaio (1914-1985), Hélio Simões (1910-1987), Wilson Lins (1918-2005), Américo Simas Filho (1916-1981), Adroaldo Ribeiro Costa (1917-1984), Jose Calasans (1915-2001), Odorico Tavares (1912-1980), Carlos Eduardo da Rocha (1918-1999), Antônio Loureiro de Souza (1913-1989), José Martins Catharino (1918-2003) e Nathan Coutinho (1911-1991);

b) A geração nascida entre 1921-1935, Fernando Luiz da Fonseca (1925-1984), James Amado (1922-2013), Jenner Augusto da Silveira (1924-2003), Aloísio Prata (1921-2011), Florisvaldo Matos (1932), Renato Berbert de Castro (1924-1999), Cláudio de Andrade Veiga (1927-2011), Juarez Paraíso (1934), Ary Guimarães (1933-2009), Mario Cravo Jr (1923- 2018), João Augusto Azevedo (1928-1979),

Antônio Celso Espínola (1930); e por último **c) a geração nascida depois de 1935**, composta por João Eurico Matta (1935), Fernando Peres (1936), Dulce Aquino (1944), Mario Mendonça (1936), Paulo Ormindio Azevedo, filho de Thales (1937) dentre outros.

Em seu estudo, Machado Neto (1972, p.263-264) identificou pelo menos cinco gerações intelectuais que viveram na Bahia entre os anos de 1900 a 1930: a primeira geração, os nascidos entre 1833-1847, nomes como Carneiro Ribeiro e Virgílio Damásio; a segunda geração, os nascidos entre 1848-1862, a geração de Ruy Barbosa, J. J. Seabra, Teodoro Sampaio, Xavier Marques; a terceira geração, os nascidos entre 1863-1877, dentre seus expoentes nomes como Pinheiro Viegas, Lulu Parola, Arlindo Fragoso, Padre Cabral, Afrânio Peixoto; a quarta geração, os nascidos entre 1878-1892, é a geração de Carlos Chiachio, Octavio Mangabeira, Isaias Alves, Wanderley Pinho, Simões Filho, Epaminondas Berbert de Castro (**pai de Renato Berbert de Castro, conselheiro do CEC, grifo nosso**) e Miguel Calmon, dentre os mais expressivos.

A quinta e última geração, os que floresceram na virada, e no novo século, os nascidos entre 1878-1907, Magalhaes Neto, Altamirando Requião, Anísio Teixeira, Pedro Calmon, Nestor Duarte, Aloizio de Carvalho Filho e tantos outros.

Concomitantemente, Luis Viana Filho (1908-1990), Nestor Duarte (**1902-1970**), Pedro Calmon (1902-1985) em quem essa geração se inspirava, estava numa escala geracional semelhante à primeira geração. Ruy Barbosa (1849-1923) também bastante representativo para o grupo, era um espelho próximo, apesar de distante em termos geracionais. Luis Viana Filho esboçou um perfil:

Minha geração quase não se interessou pelos problemas econômicos. Pouco pragmática, sonhadora, ela se

voltava para o jornalismo, a poesia ou a oratória. Rui Barbosa e Castro Alves eram os paradigmas. Alguns tentavam a política, esperança de poder e renome. Dos que chegavam ao curso superior, a grande maioria buscava a Medicina, o Direito ou a Engenharia.⁹¹

Dessa maneira, “certos escritores passam a ser, a esse respeito, símbolos das expectativas ou das sensibilidades de uma época”. (SIRINELLI, 1998, p.267) Na França, Vítor Hugo, Sartre e Foucault; na Bahia, mesmo póstumo, Ruy Barbosa foi símbolo – a “glória” de Ruy Barbosa é o reflexo da sua geração que defendia as cores nacionais, o liberalismo político e “a consciência nacional”.⁹²

Pelo menos três gerações viveram no período do recorte da pesquisa, cujos integrantes tiveram atuação como conselheiros de cultura. A primeira geração, foi a que adquiriu vigência social a partir dos reflexos do Estado Novo (1937-1945). Período de restrição democrática, no qual muitos dos intelectuais se mantiveram contrários, muito embora, outros foram juracistas, aliados do grupo pró Vargas na Bahia. Porém, a maioria liberais declarados, outros, aderiram aos modismos de época, simpatizando com o integralismo. Essa geração atuou politicamente e alcançou a fase adulta durante o Estado Novo.

A segunda geração, chegava à vigência intelectual no período do pós-Segunda Guerra e da abertura democrática, já a terceira geração, entrava em vigência durante as políticas culturais formuladas pelo Estado autoritário instalado a partir do golpe civil- militar de 1964.

91

VIANA FILHO, Luís. **Petroquímica e industrialização da Bahia**. — Brasília: Senado Federal, 1984, p.7.

92

SAMPAIO, Nelson de Sousa Ruy e a cultura nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano III nº 04, jul /Dez, 1969.

Sobre esse acontecimento, é necessário assinalar, que as três gerações foram marcadas pelo golpe, mas, é verdade, suas posições oscilaram consoante suas vivências e percepções do período.

Na recepção de Luís Henrique Dias Tavares a Waldir Freitas Oliveira (ex-presidente do CEC no final dos anos 1990 e no início do século XXI) na ALB, o acadêmico indagava se sua geração foi eminentemente política ou frustrada em suas expectativas sobre o contexto em que viveram. Decerto, afirmava, que “somos de uma geração que alcançou o curso ginásial no período do Estado Novo – Estado Novo que significava a mentira e a infâmia, a permanente censura cultural e a maior repressão policial, o obscurantismo e a negação do Brasil crítico e criador”⁹³

Sobre esse grupo que corresponde à segunda geração intelectual do CEC ainda dizia o acadêmico:

Quem de nós, naqueles cursos ginásiais pesados e repetitivos, quem de nós conheceu de 1937 a 1945 o pensamento educacional de Anísio Teixeira? Quem de nós encontrou e leu *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; ou *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Junior? Ou *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda? Eram autores e livros proibidos. E igualmente proibidos estiveram Ruy Barbosa, Capistrano de Abreu, Eça de Queiroz...⁹⁴

A escolha dos conselheiros passava pela indicação política e eram nomeados pelo governador do estado e submetidos à avaliação

93

TAVARES, Luís H. D. Discurso de recepção ao acadêmico Waldir Freitas Oliveira. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n. 36, nov. 1989, p.267.

94

Ibid, p. 267.

da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). Porém, as circunstâncias das escolhas eram as mais diversas possíveis. Em entrevista, Mario Mendonça, nos relatou que seu ingresso também estava relacionado aos vínculos de familiaridade e por ter sido conterrâneo do Secretário de Educação e Cultura Rômulo Galvão (1971-1975). O seu pai foi médico da família Galvão. No entanto, alertava para outro aspecto, mais amplo:

Eram pessoas muito de elite. Elite de pensamento. Eu acho que sejam pessoas extremamente representativas. Vamos dizer... dos segmentos... digamos a que eles pertencem, mas também sejam pessoas que tenha uma formação cultural. Praticamente não houve indicação política de ninguém. Veja Godofredo Filho, ninguém perguntou seu partido, não existia indicação. Não houve um recrutamento, era um convite de pessoas importantes que participavam do meio cultural.⁹⁵

O viés do engajamento estreito ou filiação a grupos de pressão, pertencimento a uma classe específica, não era critério muito definido para o “recrutamento” de intelectuais no CEC. Dulce Aquino, por exemplo, afirmou que foi sua presença na universidade que a levou ao conselho.⁹⁶ João Eurico Matta também nos relatou sua experiência e ingresso no CEC:

De 1972 a 1976 eu fui diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Portanto, estive ocupado nesses primeiros, vamos dizer – 8 anos de existência do Conselho Estadual de Cultura – ai é que

95

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

96

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

foi o governador ACM quem me convidou para ser conselheiro do CEC em 1979. Era secretário de Estado da Educação Eraldo Tinoco Melo, que tinha sido meu aluno de Administração.⁹⁷

A UFBA era um ponto de consenso na hora do ingresso no CEC. Por ter sido pioneira em muitas ações de vanguarda na cultura, a partir, principalmente dos meados dos anos 1950 do século XX, credenciava seus professores e os legitimavam na atuação dentro das ações estaduais da cultura.

2.2. O segundo momento (1979-1987).

Em junho de 1979, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia aprovou os nomes dos conselheiros do CEC e, também, do Conselho Estadual de Educação (CEE), enviados pelo governador ACM.⁹⁸ Apesar da questão da distensão e de “abertura” no país, o núcleo dirigente do CEC permanecia inalterado e sob a liderança até 1987 de dois veteranos políticos e médicos, Wilson Lins e Ruy Santos.

Os presidentes eram os mais antigos, pertencentes à primeira geração e com mais vivência institucional. Havia uma hierarquia no CEC, que também perpassava pelo consenso na escolha dos presidentes. As atas registram a unanimidade nas eleições dos candidatos, quase não havendo discordâncias maiores nas escolhas. O pleito seguia o critério de maioria simples e depois de realizado,

97

MATTA, João Eurico. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 14/02/2017.

98

Assembleia encaminha ao governador nomes dos membros do CEE e CEC. **A Tarde**, Salvador, 19/06/1979, p. 02.

o presidente eleito tomava a palavra e esmiuçava suas expectativas de gestão. A composição segue abaixo relacionada:

Quadro 04. Presidentes e vice-presidentes do CEC (1968-1987)

Presidente do CEC	Mandato	Vice-presidente do CEC	Governador	Secretário de Educação e Cultura
Francisco Peixoto de Magalhães Neto (Interino)	12/03/1968 a 30/03/1968	_____	Luís Viana Filho	Luís Navarro de Brito
Odórico Montenegro Tavares	30/04/1968 a 03/09/1968)	Nelson Sampaio	Luís Viana Filho	Luís Navarro de Brito
Nelson Sampaio	03/09/1968 a 15/03/1971	Thales de Azevedo	Luís Viana Filho	Luís Navarro/ Edivaldo Boaventura
Godofredo Filho	15/03/1971 a 22/03/1973	Américo Simas Filho	ACM	Rômulo Galvão
José Calasans Brandão da Silva	22/03/1973 a 08/07/1975	Renato Berbert de Castro	ACM	Kleber Pacheco
José Calasans Brandão da Silva	1975-1979	Thales de Azevedo	Roberto Santos	Carlos Correa Sant'Anna/Mário Cardoso Neto
Ruy Santos	1979-1983	Thales de Azevedo	ACM	Eraldo Tinoco
Wilson Lins	1983-1987	Remy de Sousa	João Durval	Edivaldo Boaventura

Fonte: Revista de Cultura da Bahia (Volumes de 01-15)

A inserção nos quadros do CEC de nomes como Juarez Paraiso, Ernst Widmer, Dulce Aquino, João Augusto Azevedo, Jenner Augusto, João Eurico Matta, Gilberto Gil, Maria Bethânia, estes dois últimos, não participaram de fato das sessões plenárias⁹⁹, marcou esta etapa do CEC, em que ele perdeu seu fôlego inicial, menos por conta de sua atuação e mais por conta do fortalecimento de duas autarquias estatais: a Fundação Cultural do Estado e a Bahiatursa. A primeira, órgão executivo da SEC e, o segundo, órgão da Secretaria de Indústria e Comércio.

A posse, em especial, de Gil e Bethânia é provável que tenha

⁹⁹

Outros conselheiros nunca pisaram no Palacete Catarino, Dorival Caymmi, por exemplo.

sido utilizada também como estratégia política de Antônio Carlos Magalhães para reforçar um suposto caráter democrático do seu segundo mandato como governador biônico e exaltar sua ação cultural ao nomear dois cantores baianos de visibilidade nacional. Era a fase dos artistas no CEC.

Na sessão cartas ao leitor de *A tarde*, o depoimento de uma cidadã de prenome Jacyra Carvalho, natural de Salvador, revelou o sentimento de perplexidade com a nomeação dos cantores Maria Bethânia e Gil, criticando e querendo saber o motivo dela. Alegava que nomes como Dorival Caymmi estava como suplente, e mulheres importantes como Marieta Alves, pesquisadora, Edith Gama, expoente das letras, Hildegardes Vianna, folclorista, estavam de fora. A ausência de nomes de envergadura nacional como Frederico Edelweis e Orlando Gomes era questionada.

A matéria retratou a importância do CEC enquanto órgão que emitia parecer sobre publicações, opinião para os órgãos da cultura e elaboração dos planos e calendários culturais. O CEC além de suas publicações oficiais e de seus atos divulgados no Diário oficial do Estado, obteve repercussão de suas ações na imprensa baiana – seja através de matérias divulgando suas ações ou através de artigos de seus membros, que, com frequência, escreviam na imprensa vespertina do estado. Thales de Azevedo ao longo das décadas em que participou, referenciava o CEC constantemente em suas publicações em *A Tarde*, fato que ratifica a imersão da instituição na sociedade através da inserção dos conselheiros nos espaços de discussão pública.

A proponente da matéria falava que a composição do CEC deveria ser diversificada, pois, “um conselho de cultura deverá ter sempre uma composição eclética, dele participando escritores,

poetas, educadores, filólogos, cientistas, sociólogos, juristas, pedagogos”.¹⁰⁰ Assim, dissertava a leitora:

A composição eclética desse órgão, de tamanha responsabilidade, se justifica, mas não ao ponto de se se admitir que, de um conselho de cultura venham participar artistas famosos, cantores de música popular e artistas de televisão. Em verdade ninguém pode negar que Gilberto Gil e Maria Bethânia são figuras de primeira grandeza na música popular brasileira, ambos, com merecido prestígio e fama internacionais.¹⁰¹

A alegação era de que os cantores não teriam disponibilidade para atuar nas reuniões semanais do CEC e que deveriam ocupar um outro espaço a ser criado, afirmava, o “conselho nacional da música popular”. Era a população questionando a composição do CEC. Em perspectiva semelhante, outras especialidades fora da capital e do Recôncavo reivindicavam um nome ao então governador João Durval Carneiro (1983-1987). Alegava-se que “esta é a primeira vez que a região cacauieira reivindica do governo estadual um lugar no Conselho Estadual de Cultura, tradicionalmente integrado por intelectuais de Salvador, do Recôncavo baiano e de Feira de Santana”¹⁰²

A matéria destacava que, com a morte de Ruy Santos em 1985, instituições culturais da região queriam que um escritor “grapiúna”, residente do local, fizesse parte do CEC, apesar da região ter nomes importantes de expressão nacional como Jorge Amado, Adonias Filho,

100

Sessão cartas ao leitor. **A Tarde**, 24/09/1979, p.4.

101

Sessão cartas ao leitor. **A Tarde**, 24/09/1979, p.4.

102

“Sul do estado reivindica ser representado no CEC”. **A Tarde**, 05/12/1985, p.4.

mas que não eram residentes na região. O pleito evidenciava também as discrepâncias na distribuição do poder entre as regiões baianas “se não estamos podendo indicar o novo secretário geral da CEPLAC pelo menos podemos nos fazer representados no conselho estadual de cultura” afirmava, conforme a matéria, Soane Nazaré de Andrade, diretor da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus - Itabuna (FESPI), atualmente UESC, e um dos representantes do movimento. Em outra matéria jornalística, o Conselho Nacional de Produtores de Cacau (CNPC) faz moção de pedido ao jornalista e comunicador Telmo Padilha compor o CEC, indicado pelo deputado Galvão Filho.¹⁰³

Em outubro de 1984 o CEC foi a Ilhéus em viagem e lá ouviu os reclames da comunidade, uma conferência de Telmo Padilha sobre a região cacauzeira e sua presença nas culturas baiana e brasileira e na ocasião, Thales de Azevedo em sessão plenária realizada na FESPI, propôs indicação ao governo do estado que o CEC fosse composto por, pelo menos, representantes das três regiões do estado: o Recôncavo, os sertões e o sul do estado.¹⁰⁴

Das matérias jornalísticas ficava evidente que o CEC foi disputado e preterido por segmentos diversos, mas também existiram críticas de ensaístas ligados à cultura. Antônio Risério em *Carnaval Ijexá* (1981), misto de memória com análise social e, até certo ponto, uma crítica à política cultural dos governos baianos à época, esboçou sua opinião. Considerados pelo autor “elitistas” e sem organicidade com a população, esses governos estavam antenados

103
“Região Cacauzeira se mobiliza e quer ver Telmo Padilha no CEC”. **A Tarde** 19/07/1986, p.4

104
Cf. Conselho de Cultura em Ilhéus. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Nº 15, (1981-1984), 1985, p. 57-67. Tal pleito não foi atendido pelo governador João Durval.

aos dividendos econômicos, através da Bahiatursa e também aos anseios de uma cultura “humanista”, aristocrática, centrada na Fundação Cultural.

Risério sustentou, para o período, a argumentação de “reafricanização” não somente do carnaval, mas também do estilo de vida da juventude negra. Este processo foi resultado das práticas culturais, como também das mudanças na vida cotidiana soteropolitana. A política oficial de cultura, segundo o autor, desvalorizava e não visibilizava em termos de fomento as culturas periféricas, sobretudo, as de matrizes africanas, encarnadas nos emergentes blocos afros.

Desde a década de 1930, com a criação da Frente Negra Brasileira, que a busca pelos direitos da população negra do Brasil vem sendo uma constante. Na Bahia, o movimento negro emerge com força a partir dos anos 1970. A criação do bloco Ilê Aiyê em 1974, foi um ponto de convergência para o amadurecimento da luta contra o racismo e por uma autoafirmação da identidade dos afro-baianos. Contribuiu para que também houvessem, segundo relatos do seu fundador, Antônio Carlos dos Santos, o Vovô – ambiguidades em dois rumos, o primeiro, no sentido de uma associação do bloco à política, sobretudo quando os seus integrantes eram tachados de comunistas e, por vezes, atacados pela imprensa local, como aludido em nota do jornal A tarde de 12 de fevereiro de 1975, uma quarta-feira de cinzas:

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: “Mundo Negro”, “ Black Power”, “ Negro para você”, etc, o bloco Ilê Aiyê, apelidado de “ Bloco do Racismo”, proporcionou um feio espetáculo neste carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte americana, revelando uma enorme

falta de imaginação, uma vez que em nosso país contra o racismo existe uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do Ilê Aiyê – todos de cor – chegaram até a gozação dos brancos e das demais pessoas que os observavam no palanque oficial. Pela própria proibição existente no país contra o racismo é de esperar que os integrantes do “Ilê” voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação do instinto característica do carnaval. Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes de diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas isto no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põem o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados. É muito difícil que aconteça diferentemente com estes mocinhos do “Ilê Aiyê”.¹⁰⁵

Em segundo aspecto, o bloco estabelecia conexões com o mundo não negro, numa relação de trocas, como por exemplo, o que aconteceu no episódio do patrocínio do grupo Odebrecht ao LP comemorativo dos 10 anos de existência do bloco em 1984.¹⁰⁶

A relação das elites locais desde o tempo da escravidão, em especial no século XIX, era de punição aos rituais e religiões afro-baianas. O Candomblé há muito recebia ofensivas na Bahia. Relata Jocélio Teles (2005) que durante o governo de Luís Viana Filho (1967-

105

Matéria reproduzida em: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988, p. 10.

106

Sobre as relações do Bloco com a sociedade e o Estado ver: SOUZA JUNIOR. **O Ilê Aiyê e a relação com o estado: interfaces e ambiguidades entre poder e cultura na Bahia**. Salvador: Fast design, 2007.

1971) houve ataques ao culto do candomblé e liberação por parte do governador do aparato policial para repressão. A situação vem a se estabilizar, conforme aponta o antropólogo, nos governos de ACM (1971- 1975) e de Roberto Santos (1975-1979) através do Decreto nº 25.095 de 15 janeiro de 1976, que reconhecia os candomblés por meio de licenças. No entanto, as lideranças dos terreiros tiveram papel decisivo nessa conquista, além de que, “intelectuais, artistas, dentre eles Jorge Amado, ratificava em público as reivindicações dos terreiros; portanto, podem ser consideradas os mediadores do processo”. (TELES, 2005, p.156)

Os movimentos culturais, representados pelos blocos afros em Salvador ganharam conotação política, organizando-se cada vez mais em torno das pautas em prol da cidadania. Em 1978, foi fundado o MNU e com ele um conjunto de elementos que ajudaram por parte da comunidade negra, a luta contra a discriminação racial, o desemprego, a marginalização racial, social e cultural do povo negro. Para tanto, estabeleciam-se, em sua carta de princípios, prioridades, com: “maiores oportunidades de emprego, melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação do papel do negro na História do Brasil; valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção”. (MNU, 1998, p.18)

A chegada de Gilberto Gil ao CEC, em 1979, está conectada ao cenário descrito anteriormente, pois ele foi considerado, um modelo, um “ícone” de uma juventude negro-mestiça de Salvador. Sua chegada ao CEC suscitou variados olhares, como o fragmento descrito por Risério:

Aliás é preciso notar que se o ingresso de Gilberto Gil no Conselho Estadual de Cultura teve seus reflexos

positivos na vida da cidade, também é verdade que teve repercussões negativas. Claro: o fato de Gil se aproximar do poder local acabou estimulando outros pretos a também se aproximar, só que geralmente de uma forma algo sonâmbula, do dito cujo. (RISERIO,1981, p. 77)

Essa opinião de Risério, contemporânea aos fatos, é uma das poucas impressões encontradas na pesquisa de gente exógena ao círculo do CEC, que o enxergava, de fato, como representação do poder estabelecido. A chegada de Gil ao CEC, foi ato de uma representação simbólica, e espelho das identidades emergentes dos jovens baianos ao ver nos jornais e TV, “a posse de Gil no Conselho Estadual de Cultura, posando de bata e búzios ao lado do governador baiano”. (RISERIO, 1981, p.100)

Figura 04. Posse de Gilberto Gil no CEC



Fonte: Arquivo pessoal de Mário Kertesz. (Extraída do Instagram)

Os jornais noticiaram a posse de Bethânia no Conselho Estadual de Cultura de forma bastante evidenciada, inclusive com fotografia ao lado do governador ACM, de olhar atento, sujeito sensível a tudo que acontecia no meio cultural, sobretudo, pela expectativa de trazer para a esfera dos seus domínios. Consoante o periódico, a

cantora se pronunciou, ao dizer: “Vou saber dos projetos, e, com o tempo de trabalho que tenho vou procurar opinar sobre o que achar melhor, mais pela minha tarimba do que por uma cultura muito especial”.¹⁰⁷

Figura 05- Posse de Maria Bethânia no CEC



Fonte: A Tarde, 30/08/1979, p.4.

Nesse período tomou assento como titular as primeiras mulheres no CEC, Dulce Aquino substituindo João Augusto Azevedo Filho (falecido, em 12/02/1980) e em lugar do titular Raymundo de Souza Brito (falecido em 16/06/1982), assumiu Sylvia Maria Menezes de Athayde. Na gestão anterior, haviam tomado posse como suplentes Maria Mercedes de Oliveira Rosa e Mercedes Kauark Kruschewsky. A seguir, um registro fotográfico do CEC que ratifica, apesar da presença das mulheres, um ambiente masculino. Sobre a fonte iconográfica, percebemos a presença de várias gerações ali representadas no CEC, no entanto, verificava-se, a centralidade dos mais antigos.

107 “Posse de Bethânia toma posse no Conselho”. **A Tarde**, Salvador, 30/08/1979, p.04.

Figura 06. Conselho Estadual de Cultura da Bahia, março de 1983.

Da Esquerda para a direita e de cima para baixo: Adroaldo Ribeiro Costa, Juarez Paraiso, João Jorge Amado (filho de Jorge Amado, assessor do CEC), Eustórgio Cavalcanti (secretário do CEC), Ruy Santos, Godofredo Filho, Ary Guimarães, Ernst Widmer, **Sylvia Athayde**, Jose Calasans, Wilson Lins, Hélio Simões, João Eurico Mata, **Dulce Aquino**, Thales de Azevedo, Nelson Sampaio, Carlos Eduardo da Rocha. Adriano Pondé, Remy de Souza, Renato Berbert de Castro.



Fonte: Acervo de João Eurico Matta.

Os itinerários de parte destes novos integrantes do CEC foram completamente diferentes dos intelectuais tradicionais que faziam parte do primeiro momento. Dulce Aquino discorria:

Então nós tínhamos uma ação, quanto eu, quanto Juarez, quanto Widmer, tínhamos uma vivência no processo democrático, defendíamos os princípios democráticos, tivemos continuamente participando de uma certa resistência. A gente vinha até assumir um cargo desse por resistência. Por alguém que estava defendendo a liberdade.¹⁰⁸

A memória de Dulce Aquino sobre o Conselho se dava por “contraste” quando afirmava, que “agora, eu não me sentia uma notável. Mas, de uma atuação diferenciada na Universidade. Essa coisa que é uma sutileza. Eu não sou notável.”¹⁰⁹ Atribuía a sua participação como um ato de resistência e como elemento de não pertencimento ao processo ditatorial na Bahia que deu vida ao CEC. Em 1969, Dulce e mais outros conselheiros da Fundação do Teatro Castro Alves, a exemplo de João Carlos Teixeira Gomes, Afonso Ruy e Manoel Veiga, se retiraram do Conselho da Fundação do Teatro Castro Alves por serem contrários a realização de uma apresentação de programa de auditório no palco do TCA comandado por Flávio Cavalcanti, apresentador de TV cujas posturas políticas eram de ataque a elementos culturais das chamadas esquerdas e de apoio à ditadura. (BAHIA, 1997, p. 284). Essas posições da conselheira, destoavam do conjunto dos seus pares do CEC:

Eu acho que por incrível que pareça, olha só, a necessidade da gente e não outros ficarem. A gente tava lá como pessoas que sofriam, que tiveram restrições, sofreram restrições né? Nessa altura no golpe, nós tivemos. Eu estava no diretório acadêmico, tinha acabado de sair do diretório e foi invadido tiraram o

material e etc. E eu escondia algumas pessoas na minha casa, com medo de ser presa, de não ser presa, tudo isso. E aí a gente vai atuando. É uma geração que fez movimento estudantil, que eu vou te dizer que estava na defesa dos processos democráticos em 1964, enquanto muita gente permaneceu atuando silenciosamente na resistência. Tem um texto que nós fizemos, eu, Fernando Peres, Widmer que hoje é a Pró- Reitoria de Extensão, e que [na época] era Departamento da

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

109

Ibid.

Cultura da Universidade, que depois foi para diretoria de extensão, onde a gente dizia “por 20 anos atuamos nas trincheiras da resistência” começávamos o texto na época de Sarney. Então é essa realidade. É uma forma talvez utópica de uma realidade. Mais um desejo do real. E talvez, essa geração que tá sofrendo muito hoje, vá.¹¹⁰

Enquanto o núcleo que fundou o CEC e por muito tempo o comandou tinha uma postura de acomodação face à ditadura, Dulce em contrapartida, como exposto, fez parte da geração composta de segmentos que resistiram e combateram às medidas autoritárias.

Carlos Guilherme Mota (1980) ao estudar a geração literária que teve proeminência até 1945, parte da premissa de que as gerações não são homogêneas, convivem num mesmo espaço de tempo, intelectuais com expectativas e vivências diferentes, como foi o caso de Gilberto Freyre num extremo e, no outro, Mário de Andrade. Por exemplo, a geração do modernismo na qual se insere Mário de Andrade, uma espécie de “consciência-limite” dessa geração, foi a da consciência nacional e do projeto de cultura nacional, que atendia somente aos seus interesses e que fora rompida pela nova geração pós-Segunda Guerra, muito mais identificada com a luta política. A geração anterior marcada pela vigência durante o Estado Novo, tinha muitos intelectuais de posturas e ideologias políticas dispares, Pedro Calmon, Sergio Milliet, Luís da Câmara Cascudo, a maioria reticentes aos ditames da polarização comunismo/fascismo.

Julian Marias (1977) em “*Literatura e gerações*” admite o esquema básico de Ortega de que uma geração é o conjunto de homens nascidos em “zona de datas” de quinze anos, aproximadamente. Adverte, porém para o caráter, muitas vezes, arbitrário do pesquisador ao

110

Ibid.

classificar as gerações em literárias, pictóricas, etc. “Isso porque se denomina geração qualquer afinidade, escola, tendência, moda, sem levar em conta que essas escolas ou tendências podem afetar várias gerações, e que uma mesma geração pode cindir-se em tendências muito diversas.” (MOTA, 1980, p.83)

No presente estudo, verifica-se várias gerações convivendo num mesmo espaço de sociabilidade, no qual se discutia e elaborava diretrizes para serem executadas pelo poder público. No depoimento seguinte, percebemos a sobreposição de gerações dentro do CEC:

Ruy Santos tinha sido professor de minha mãe com 17 anos na escola. Ele era professor dela, já estava ensinando no ICEIA. Professor extraordinário, ela dizia, né? Então era uma relação quase de neta que eu tinha com alguns daquelas pessoas. Mas eram pessoas muito eruditas, formais sim, talvez reacionários. Então com isso havia um certo grau de liberdade no sistema que é onde havia o entendimento, o diálogo. Era a partir dessa percepção de mundo, claro que de uma cultura eurocêntrica muito forte, era dentro desta percepção.¹¹¹

Ademais, mesclava-se o antigo e o novo no CEC, mas sem ruídos organizacionais e de efetividade.

2.3. Uma “cultura de elite” e uma “elite cultural” na Bahia.

A dor do silêncio faz sentir esse abandono. E eu permaneço em mim mesmo segurando o tempo entre os dedos, desfilando o passado lentamente.

Carlos Eduardo da Rocha (1986)

111

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

A presente seção objetiva discutir a existência de características de uma “cultura de elite” na Bahia presente no Conselho Estadual de Cultura (CEC) durante o período da ditadura civil-militar no estado, assim como identificar suas práticas culturais que legitimaram ações e políticas de cultura no período, ou seja, “desfila[ando] o passado lentamente”, como dizia o poema do conselheiro Carlos Eduardo da Rocha.(1986)

A *Revista de Cultura da Bahia* era um local, mesmo sendo uma publicação oficial do CEC, de fermentação intelectual e de construção de um projeto para a cultura na Bahia, no qual um dos objetivos era salvaguardar as características da intelligentsia baiana, cuja efetivação se materializava na destinação de recursos públicos para sua manutenção, como a preservação do patrimônio material e a publicação de obras (literárias, memorialísticas e historiográficas) indicadas pelo CEC.

A fração da “elite cultural” baiana, presente no Conselho no período em questão, funcionava como mantenedora de práticas culturais que eram reminiscências das elites letradas das primeiras décadas republicanas. Práticas culturais que se caracterizavam pela importância do diploma e da formação universitária, a escrita em jornais baianos, o circuito fechado da intelectualidade, as remissões recíprocas que consolidavam um grupo e a ocupação dos novos espaços institucionais criados na Bahia depois do golpe de 1964.¹¹²

Problematizar os conceitos é uma tarefa fundamental para o historiador de modo que o faça no sentido de melhor analisar seu objeto. Portanto, à luz da História Social, pensaremos elite

112 O Trabalho referência para se entender as elites letradas baianas no início do século XX é LEITE, Rinaldo César Nascimento. **A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

não somente como um conceito definido pelo lugar dos sujeitos nas relações de produção, mas, também, pelas suas opiniões, pensamentos, ideologias, práticas e ações. (HEINZ, 2006) Para o autor a “noção de elite é (como) uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam postos-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”. (HEINZ, 2006, p. 07-8).

Ao se reportar ao termo de época “âncoras de tradição”, Paulo Santos Silva contribui com o presente estudo por discutir a formação dos quadros, o elenco, as instituições e as sociabilidades de uma elite intelectual e letrada baiana que se confundia também como elite política. (SILVA, 2011).

Era a Bahia dos anos de 1930-1945, ressentida com a perda de espaço político ocorrida com a chegada de Vargas ao poder. Esta elite “autonomista” produzia conhecimento, em especial uma historiografia baiana, para justificar e legitimar seu projeto político liberal de combate ao centralismo no plano federal. Wanderley de Araújo Pinho e Luís Viana Filho foram dois dos seus maiores expoentes. Seus livros reverberavam no plano pragmático, através do discurso histórico, a apropriação de um passado cuja interpretação delegava à Bahia uma certa autonomia frente aos poderes centrais. O primeiro se tornaria prefeito de Salvador na década de 1940 e, o segundo, governador em 1967, indicado pelos militares, em cujo mandato foi criado o Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

Dentre os membros do CEC, como vimos, muitos eram dessa geração e/ou conviveram e desfrutaram de uma mesma sociabilidade: Hélio Simões, Godofredo Filho, José Calasans, Thales de Azevedo, Américo Simas Filho, Francisco Peixoto de Magalhães Neto (pai de ACM), Nelson Sampaio, Wilson Lins, Ruy Santos,

Diógenes Rebouças, Fernando Luiz da Fonseca, dentre outros.

Consoante com Paulo Silva (2011), era uma elite política e intelectual cujas características perpassavam pela formação acadêmica. Ser portador de diploma superior era porta de entrada para a carreira política e profissional e também fator de reprodução dessas elites culturais. Alguns não tinham diploma superior, como Godofredo Filho, mas tinham, prestígio e vivência institucional.

O jornalismo foi importante na iniciação de muitos no mundo das letras e no mundo do trabalho. Eles ocupavam espaços como a Academia de Letras da Bahia (ALB), criada em 1917 e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), criado em 1894, criavam revistas, frequentavam cafés e realizavam encontros literários, alguns em suas próprias residências. (MACHADO NETO, 1972, p. 291) Ainda conforme Machado Neto (1972), as reuniões desses intelectuais eram frequentes em suas residências, onde se liam os clássicos em voz alta, realizavam-se também os saraus musicais. Uma destas residências era de Manoel Pinto de Aguiar, provável local onde se idealizou a revista *Arco & Flexa*, uma das mais importantes da Primeira República.

A grande maioria desses intelectuais era proveniente da Faculdade de Medicina da Bahia, principal epicentro cultural das primeiras décadas do século passado, seguidos da Escola Livre de Direito e da Escola Politécnica que, em 1946, por iniciativa de Edgar Santos, seu primeiro reitor e fundador, integraram a Universidade da Bahia, que depois de 1950, federalizada, passaria a ser chamada de Universidade Federal da Bahia. (MARQUES, 2010)

Em 1942, quando Isaias Alves criou a sociedade civil Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB), ingressavam como docentes da FFB, Magalhaes Netto, Thales de Azevedo, Godofredo Filho

e Hélio Simões. (MAGALHÃES, 2010) Já consolidada a FFB e integrada à UFBA, outros nomes importantes que irão compor o CEC seriam professores também, Nelson Sampaio, José Calasans e Ary Guimarães.

Uma das características mais marcantes desta “cultura de elite” foi a oratória, bastante reiterada em detrimento, muitas vezes, da produção intelectual strictu sensu, não que esta última fosse desmerecedora de prestígio, todavia:

O padrão vigente, era que o professor fosse também um orador. E não apenas que fosse capaz de exercer a oratória em ocasiões propícias, no fórum, no parlamento ou na tribuna popular ou cívica, mas, na própria atividade magisterial, onde as aulas-conferências, também chamadas preleções, deviam mais encantar pela forma eloquente do que pelo conteúdo científico ou singleza didática. (MACHADO NETO, 1972, p.293)

Uma remissão aos confrades era constante também, fato que os tornavam integrantes de um grupo coeso, apesar das idiossincrasias. Os intelectuais baianos do CEC, nascidos nas primeiras décadas republicanas, escreviam sobre seus pares em trabalhos biográficos ou efemérides como, por exemplo, o *Dia Nacional da Cultura* em homenagem a Ruy Barbosa, referência intelectual e política desta geração.¹¹³

Durante a criação do Conselho de Cultura da Bahia, no ano de 1967, período de incremento de uma modernização capitalista mais sistematizada pelos civis e militares no poder após o ano de 1964 na Bahia, estes espaços foram preenchidos por sujeitos portadores das tradições baianas da primeira metade do século XX cuja formação perpassava pelas características anteriormente elencadas e legitimadas

113

NOTÍCIAS. Homenagem a Ruy, no dia de cultura. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.126.

pela presença destes intelectuais com intensa atividade na UFBA.

A Reforma Universitária de 1968, implantada durante a ditadura, mudou o perfil e a estrutura organizacional da universidade brasileira. (MARQUES, 2010) Uma das características da Reforma foi a extinção da cátedra e a instituição dos departamentos. Na Bahia, isso teve consequências que interferiram na posição e prestígio dos professores catedráticos, pois:

A cátedra era a unidade final dos cursos onde se completava a carreira universitária e determinava, naturalmente, a posição e um determinado professor. Ela orientava e designava a natureza de cada curso. O professor era catedrático de tal e qual disciplina, e isso teve, naturalmente um papel. A perturbação verificada, a partir da Reforma, foi que foram tirados da cátedra não só os privilégios, muitas vezes excessivos, que se tinha, mas também muitas prerrogativas. Em consequência, permitiu-se que pessoas com categorias muito inferiores passassem a ocupar posições que, anteriormente, só cabiam aos catedráticos. (AZEVEDO, 1992)

Dentre estes “privilégios” do catedrático estava a prerrogativa de escolher seus sucessores, assistentes e associados, subtendendo-se que estas nomeações na carreira universitária atendiam a critérios subjetivos, afetivos e pessoais. Isto influenciou nas escolhas dos conselheiros de cultura. A maioria, como dissemos, vieram de suas carreiras acadêmicas e estes laços foram estendidos para dentro do CEC.

A “turma” do patrimônio histórico era oriunda da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e naquela instituição os laços eram fortes. Nomes influentes como Américo Simas Filho, Diógenes Rebouças, Fernando Fonseca interferiram nas indicações de nomes do CEC. Em entrevista, Mário Mendonça, que fora aluno dos três citados, relatou como funcionava esta rede de sociabilidade:

Fernando Luiz da Fonseca era professor da Arquitetura do Brasil e ele passou a ensinar História da Arquitetura Brasileira e o professor Américo Simas ficou então com as disciplinas da História Geral da Arquitetura que depois ele me passou. Então eu sou desse pessoal, porque éramos do mesmo Departamento. O professor Américo Simas era de dois departamentos, ele ensinava História da Arquitetura e práticas profissionais. Um departamento de história profissional e outro de historiografia. Quando chegou em determinado momento que eu vi que eu passei de instrutor de ensino, como chamava antigamente, para a condição de assistente aí eu tinha condição de ser o regente, porque como eu sou de ensino, eu não tinha só acompanhado o professor Américo, isso era muito claro. O que houve que o estudo ensinado provisoriamente, não é? Com o professor substituto, e o professor substituto é regente da cadeira, coisa e tal. Antigamente não, você tinha que chegar à uma hierarquia para ser o gerente da ação, senão você seria somente uma auxiliar, auxiliar de ensino. Quando eu fui promovido a professor-assistente, aí o professor Américo se retirou da cadeira, muito elegantemente, ele gostava muito de mim, né? E passou a ensinar somente praticas profissionais e eu fiquei com a parte de arquitetura. Foi nesse momento que eu comecei na faculdade de arquitetura justamente pela influência de “Memeco” [apelido de Américo Simas, grifo nosso] pelo fato de gostar muito de história da arquitetura eu comecei a me envolver(...).¹¹⁴

Mas, afinal, o que seria esta cultura de elite na Bahia? Para entendermos a natureza desta significação, a metodologia utilizada foi a análise dos escritos dos intelectuais em seus textos publicados na *Revista de Cultura da Bahia* e em consonância com o tempo vivido.

114

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

Boa parte deles emergiu num contexto de perda dessa cultura de elite, face aos “ventos” modernizantes que foram hegemônicos na Bahia dos anos 1960/1970.

A *Revista de Cultura da Bahia* é vista como espaço de sociabilidade, fermentação cultural dessa intelectualidade e, também, como espaço de consecução de projetos, a exemplo da defesa do patrimônio baiano e preservação das memórias desta elite intelectual baiana. Fernando Luiz da Fonseca, conselheiro de cultura, professor da Escola de Arquitetura da UFBA, assim explanava sobre esta cultura, na perspectiva de uma visão humanista de patrimônio como significado de civilização:

Devemos todos entender que o verdadeiro sentido da civilização deve ser o de conduzir o homem mecanizado e entorpecido pelos não sedimentados progressos da técnica, ainda não adaptado aos avanços do desenvolvimento, levar esse homem ao desenvolvimento. Humanização que se encontra nas tradições, fontes inesgotáveis de cultura, que podem e devem coexistir com o desenvolvimento tecnológico e científico. As tradições religiosas, históricas, folclóricas, artísticas e também morais, representam, uma soma grandiosa de cultura que poderá reconduzir o homem à sua posição humana.¹¹⁵

A própria sede do Conselho ficava no bairro da Graça, no epicentro cultural elitista de Salvador à época. As reuniões aconteciam no Palacete Catharino¹¹⁶, antiga residência das

115

FONSECA, Fernando Luiz da. Novo membro do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 4, jul /dezembro 1969, p. 67.

116

Antiga residência do comendador Bernardo Catharino restaurada para servir ao CEC. Atualmente chama-se Palacete das Artes. É um Museu de arte que combina uma mansão de 1912, uma ala moderna, jardim com obras de Rodin e café ao ar livre. Localizado na

famílias de elite baianas. Vale destacar que boa parte era católica e frequentava os atos litúrgicos das igrejas do centro de Salvador.

Thales de Azevedo, por exemplo, era católico praticante, oriundo na juventude do grupo católico formado no Colégio dos Jesuítas, onde conviveu com outro membro do CEC, seu confrade Hélio Simões, poeta e ensaísta baiano, além de nomes como Theodoro Sampaio e Anísio Teixeira.¹¹⁷ O filho de Thales, em depoimento para uma homenagem do CEC à sua memória, descreve um perfil que ilustra o cotidiano desta elite cultural:

... Cunhou uma estampa elegante e discreta: cabeleira branca, blazer e gravata-borboleta. Nos últimos anos acrescentou uma bengala ao vestuário, pois preferia andar sozinho e emperdigado, que conduzido por outros. Gostava de prestigiar os lançamentos de livros e vernissages e fazia questão de chegar aos compromissos com pontualidade. Esse era um dos poucos pontos de atrito com minha mãe. Como nunca quis dirigir e para não querer depender de outros, deslocava-se frequentemente a pé deste Conselho Estadual de Cultura, na Graça, para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Piedade, ou para casa, na Barra Avenida, em uma prática salutar cultivada desde a juventude, quando os carros e prática de esportes eram raros.¹¹⁸

Rua da Graça, 284, no Bairro da Graça, Salvador – BA.

117

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.18, p. 299-311, maio/Ago, 2005. Artigo de autoria da filha de Thales onde ela traça sua trajetória, porém, silencia sua longa passagem pelo CEC.

118

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Thales de Azevedo, meu pai**. Revista de Cultura da Bahia, Salvador, n.16, p. 147-152, 1998. Esta última referência em decorrência à homenagem póstuma a Thales pelo Conselho de Cultura

As elites também se definem não só pelo seu poder e pela sua influência intrínsecas, como também pela própria imagem que o espelho social reflete” (SIRINELLI, 1998, p. 263). As próprias concepções de cultura dos intelectuais definiam suas práticas na Instituição. Thales de Azevedo ao exaltar a Bahia, falava da formação humanística, e se reportava ao fundador da Academia de Letras da Bahia, Arlindo Fragoso, numa espécie de valorização da memória dos intelectuais das primeiras décadas:

Homem culto no sentido de aliar o saber científico e profissional ao conhecimento e ao gosto das humanidades - tipo de formação muito característico do século XIX, de que o mundo de hoje dominado pelas técnicas e pelas ciências, sente grande falta e necessidade para contrabalançar o vertiginoso progresso material com a sensibilidade intelectual, o apuro moral, a elevação da alma num humanismo integral.¹¹⁹

A crítica à cultura de massas, em emergência nos 1970, e também à iminência da formação de um mercado consumidor dos bens culturais, era uma estratégia de se afirmar enquanto uma cultura de elite. Em depoimento ao livro de memórias da Fundação Cultural do Estado, o conselheiro Germano Machado atestava esta premissa, nas suas palavras:

Não se pode tratar a cultura como se fosse uma mercadoria qualquer. Então essa discussão, em verdade, começou lá atrás, no final dos anos 70. É

119

AZEVEDO, Thales de. A vida de cultura na Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 03, jan /jun. 1969, p.20. Esteve como membro do Conselho desde a sua fundação em 1967 até 1994, exceto durante a gestão Waldir Pires (1987-1989).

interessante notar que a mobilização internacional vem crescendo, cada vez mais, como uma defesa para se evitar que a indústria cultural produzida em centros hegemônicos acabe dominando ou destruindo as outras culturas.¹²⁰

Destaca-se uma particularidade: um interesse com o regional, com as especificidades da cultura baiana. O presidente do Conselho Estadual de Cultura, entre 1968-1971, Nelson Sampaio, apontava para as projeções futuras ao fazer uma análise conjuntural da época e discorria sobre uma “perda” dos valores desta cultura de elite, comungada entre ele e seus pares intelectuais. Desta forma assim indagava:

Se quiséssemos resumir as tendências de nossa intelligentsia, apontaríamos as seguintes linhas evolutivas: o declínio da cultura verbal; a diversificação cultural; a preocupação da funcionalidade da cultura; o “desindividualismo” cultural; “o fim dos notáveis”; e valorização da cultura artística. Trata-se das tendências universais, aqui chegadas com certo atraso. O espírito de funcionalidade do conhecimento confere uma orientação pragmática à cultura, fazendo-se servir aos fins da respectiva sociedade e dando realce aos técnicos.¹²¹

Observa-se, portanto, um acento em questões de ordem pragmática que parecem alcançar também o campo da cultura – mas,

120

Depoimento Germano Machado. FUNCEB. **Memória da cultura**: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004, p. 81.

121

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 04, jul-dez 1969, p.71. Esta matéria foi uma entrevista concedida ao Diário de Notícias, em 28 de dezembro de 1969 pelo referido conselheiro.

lido isoladamente, não é possível perceber os elementos de uma crítica.

Em entrevista a dois antigos conselheiros registrou-se importantes relatos de quem conviveu com estes intelectuais. Mário Mendonça de Oliveira, então diretor da Escola de Arquitetura da UFBA, aos 34 anos ingressou no Conselho na gestão do presidente, historiador, José Calasans (22/03/1973 a 08/07/1975- 2º Biênio), de Antônio Carlos Magalhães, governador, e Rômulo Galvão, seu conterrâneo de Campo Formoso, então Secretário de Educação e Cultura.

Mário Mendonça nos relatou sobre a formação de elite dos conselheiros com os quais conviveu:

Foi um conselho do patrimônio cultural e da arquitetura. Isso foi muito bacana por causa da formação. Veja! Eu era arquiteto, Américo Simas, engenheiro, mas ensinava história da arquitetura e a sua tese de catedrático foi sobre arquitetura. Fernando Fonseca era arquiteto de formação, Diógenes Rebouças era arquiteto. Godofredo Filho era do patrimônio histórico (Câmara). O que tinha mais fora assim foi Nelson Sampaio que veio da área do Direito... Sem dúvidas. As pessoas combinavam muito, porque se espelhavam muito em Teodoro Sampaio que era muito culto e defensor do patrimônio histórico. Teodoro era um engenheiro, mas ninguém entendia mais que ele sobre a história da Bahia. Era uma referência. ... Eram pessoas muito de elite. Elite de pensamento. Pessoas extremamente representativas.¹²²

Dulce Aquino, diretora da Faculdade de Dança da UFBA em 2017, e à época professora da mesma Instituição, chefe do Departamento de Dança, ingressou no Conselho como suplente e, depois, tornou-se titular, substituindo João Augusto Azevedo Filho

122

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

(falecido em 1979), fundador do Teatro Vila Velha, titular do CEC. Era o 4º Mandato do CEC, no período de 06 de julho de 1979 a 15 de março de 1983, o governador era Antônio Carlos Magalhães em seu segundo mandato, o Secretário de Educação e Cultura Eraldo Tinoco Melo e o presidente do CEC era Ruy Santos.¹²³

Dulce não se considerava uma “notável” como aludido antes, estava ali por conta da sua atuação na universidade, junto com Ernst Widmer, músico, e Juarez Paraíso, das Artes Plásticas.¹²⁴ Serviam de contraponto aos “velhinhos”, era uma “resistência” dentro do Conselho, considerado como um espaço de “pessoas muito eruditas”. Salienta ainda, que “eram pessoas muito cultas, que conheciam profundamente música, poesia. Os médicos tinham, muitos médicos lá. Wilson Lins, por exemplo”.¹²⁵

No entanto, a professora Dulce Aquino nos relatou que havia

123

Ruy Santos (1902 -1985) médico, professor, escritor e político brasileiro, senador da República. Nascido na cidade de Casa Nova, sertão da Bahia, era filho de Alfredo Santos e Maria Estrela Santos. Ainda jovem foi para a capital do estado – Salvador – onde estudou o secundário no Colégio Ipiranga. Ingressou na faculdade de medicina e concluiu o curso em 1928.

124

Ernst Widmer (1927-1990) professor titular do Departamento de Música da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia e Coordenador Central de Extensão da Universidade. O músico, radicado na Bahia desde 1956, veio para o Brasil como convidado de Hans Joachim Koellreutter, fundador dos Seminários de Música da Bahia. Foi professor de piano e regente do Madrigal da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com a organização do Departamento de Música e Artes Cênicas da UFBA, Ernst Widmer tornou-se mentor de um grupo significativo de compositores e regentes como Lindemberg Cardoso, Fernando Cerqueira, Jarmy Oliveira, Benito Juarez, Arlindo Teixeira, Milton Gomes, Nicolau Kokron, Agnaldo Ribeiro e Afrânio Lacerda. Em 1966, fundou o “Grupo de Compositores da Bahia” e idealizou os Cursos de Música Nova e as Apresentações de Compositores da Bahia. Já Juarez Paraíso, também membro do CEC em 1979. Entre 1966 e 1968, projetou e realizou as duas bienais de Artes Plásticas da Bahia.

125

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

uma cultura poética no Conselho, mencionando Godofredo Filho, poeta que a fazia lembrar de sua infância.¹²⁶ Além disso, um clima de muita erudição e de uma cultura eurocêntrica. “Havia discussões de discordância de posições mais avançadas de pensamento. Como posso te dizer é importante, é o avanço da linguagem artística”, afirmava.

Para a conselheira Dulce Aquino, o Conselho tinha uma preocupação com a cultura baiana em seus detalhes, apesar do pouco contato com a sociedade:

E era muito trabalhada. Era bem discutido isso dentro. Vamos dizer das intervenções, né? A necessidade de se resguardar. Isso era muito debatido e discutido, não tinha a eficácia ... nenhum conselho de cultura. Tem a recomendação lá, mas aquilo não tinha uma reverberação. Era mais um conjunto de pessoas que discutiam num certo nível de erudição, mas com pouca efetividade na vida cotidiana. Agora havia muita ação na área das Artes, da necessidade, por exemplo, de recomendação de que o patrimônio público em si, menos os prédios que fossem construídos, tivessem obras de arte. Então, havia umas orientações assim, que teve um certo impacto, mas, realmente, de funcionar como algo de transformação da sociedade a partir daquilo é muito pouco. Eu sempre achei muito pouco.¹²⁷

126

“Quando ele falava, eu tinha uma sensação que eu me lembrava da minha infância. Da história da menina má e da menina boa que morre. Nasce uma frieira na sepultura da menina boa. Não, não é isso. A menina má e a menina boa, que é integra, e aí fez uma coisa lá que a menina boa quando falava só saia cristais. E a menina ruim quando falava só saia lagarto, serpente. Então quando Godofredo levantava pra falar eu só via pedras preciosas saindo da boca dele.” AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016

127

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

A efetividade do conselho estava mais para indicações do que para intervenções e diálogo com a sociedade baiana, conforme a memória da ex-conselheira, no entanto, vale destacar que “os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior”. (SIRINELLI, 2010, p.265). Conquanto as orientações reverberassem internamente, é trabalho árduo para o pesquisador mensurar os usos sociais dessas indicações dos conselheiros e, muito menos, prever os sentidos empreendidos nas pessoas. Desse modo, resta-nos enfatizar que esses pressupostos da cultura de elite baiana possuíram significados políticos e os sujeitos propugnadores eram atores no bojo do debate político.

2.4. O Comportamento político dos intelectuais.

Discutir a ideologia e o comportamento político de cada um dos intelectuais que atuaram no CEC é tarefa inalcançável nesta pesquisa, buscaremos na pluralidade a unidade, até mesmo porque, havia um respeito mútuo e uma certa tolerância de pensamento entre eles. O enfoque será dado à atuação política do CEC e para tanto, destacaremos o estudo do comportamento político de dois intelectuais no intuito de analisar sua relação com o contexto autoritário e conformação da ditadura civil-militar brasileira em terras baianas. O porquê da escolha de Nelson Sampaio¹²⁸ e Thales de Azevedo¹²⁹?

128

Nelson de Sousa Sampaio, advogado e professor, nasceu em 26 de julho de 1914 em Macajuba-BA e faleceu em 20 de dezembro de 1985. **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Nelson Sousa Sampaio; < <http://www.al.ba.gov.br> >. Acesso em: 07/11/2016.

129

Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Thales de

Nelson Sampaio por ter escrito o regimento interno, foi presidente durante o primeiro triênio do CEC e “era sempre sua, a última palavra, quando intervinha em qualquer assunto, todos os conselheiros respeitando o peso e a autoridade de seus pareceres. E no Conselho continuou, renovados os mandatos que venciam a cada governo, até o fim da vida”. (GUIMARAES, 1992)

Junto com Thales de Azevedo escreveram em forma de artigos e textos em todos os volumes da *Revista de Cultura*, eram os mais publicistas, foram muito ativos participando desde a sua fundação até 1985, ano da morte de Nelson, e Thales, estendendo-se até a sua morte nos meados dos anos 1990, ou seja, aproximadamente vinte anos de atuação proferindo estudos, moções, emitindo pareceres importantes de projetos que chegavam ao Conselho Estadual de Cultura.

A reflexão se dará a partir da análise de suas concepções/noções sobre cultura, comunismo/anticomunismo, democracia liberal, nação e política, elementos que nos ajudam a refletir sobre a natureza da participação dos intelectuais em instituições construídas em contextos autoritários e sobre a própria concepção de intelectuais.

Ao perpassar por governos e momentos políticos críticos, os intelectuais se constituem um grupo coeso e independente do conjunto social e político? Para Denise Rollenberg (2010) a construção dos regimes autoritários exige uma ação mais concreta dos sujeitos, aqueles que geralmente comandam as ações, mas também, por outro lado necessita da legitimidade por parte da sociedade para se firmarem. Consentimento, ambivalência, silenciamento são marcas

Azevedo. Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador-Ba em 26/08/1904 e morreu em 05/08/1995. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em dezembro de 1927. Foi professor e diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1964-1967. Autor de várias obras, dentre as quais *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949.

da perpetuação de ditaduras (ROLLEMBERG, 2010) ou mesmo, a zona cinzenta do pensar duplo. (LABOIRE, 2010). Desenvolveremos a seguir estas noções, mas antes faremos o debate sobre intelectuais.

O caso Dreifyfus foi um divisor de águas na França. A partir de contenda jurídica sobre o caso Dreifyfus abriu-se um campo de disputas intelectuais em que diversos segmentos se dividiram quanto ao caso. (CHARLE, 2003, p. 141-156) Alfred Dreyfus, militar francês de origem judaica foi acusado de ter vendido segredos militares aos alemães, porém, pouco tempo depois se provou sua inocência.¹³⁰ Era um contexto de anti-semitismo na França, da segunda metade do século XIX, mais precisamente a Terceira República, que tinha como pano de fundo um forte teor revanchista contra a Alemanha e uma vigorosa campanha nacionalista. A partir disso se legitimou um campo intelectual na França. Os intelectuais deixavam de ser apenas portadores de habilidades cognitivas e letradas, passando a se posicionar politicamente frente às questões do seu tempo. Saíam das suas especialidades para entrarem no debate público. (SARTRE, 1994)

As diversas concepções sobre intelectuais partem de vários matizes para explicar o seu papel na sociedade, de explicações marxistas às culturalistas. (SHIMIDT, 2012). Pensar intelectuais implica inseri-los no campo da História Política. Uma das contribuições fundamentais advêm dos estudos de Pierre Rosanvallon quando insere nas discussões “o político articulado ao social”, ou seja, a atuação dos intelectuais imbricada aos embates

130

No Brasil, um dos poucos intelectuais, talvez o único, a analisar o caso e emitir um parecer favorável ao réu foi o baiano Ruy Barbosa, ver. BARBOSA, Rui. **O processo do capitão Dreyfus**. São Paulo, editora Giordano, 1994.

sociais e à cultura política do seu tempo. (ROSANVALLON, 1995)

Uma concepção importante foi construída através de René Rémond ao instituir o político como uma dimensão importante da vida e da análise da História. Rémond lançou coletânea que renovou os estudos da História Política. (RÉMOND, 2003) Em artigo desta coletânea, Sirinelli traz uma concepção de intelectual como mediador cultural e, também, na perspectiva do engajamento. (SIRINELLI, 2013). Essas premissas influenciaram sobremaneira muitos historiadores em suas pesquisas ao mobilizarem noções como geração, itinerário, redes de sociabilidades, microclimas, tornando-os importantes instrumentos metodológicos para analisar as trajetórias de intelectuais ou, mesmo, a construção de suas biografias.

Uma das obras no Brasil que discutiremos é a de Tatyana de Amaral Maia, *“Cardeais da cultura nacional”* (2012) que versa sobre a atuação dos intelectuais do Conselho Federal de Cultura. A partir dela, suscitaremos o debate sobre a natureza e a participação dos intelectuais nas estruturas do Estado, sobretudo, em contextos de regimes autoritários. A autora analisa os intelectuais do CFC a partir da sua autodesignação como *“homens de pensamento e ação”*, ou seja, um produtor de ideias capaz de tratar de diversos assuntos e problemas sociais e, também, um agente político, que intervém por meio da participação no Estado nos rumos da sociedade”. (MAIA, 2010, p.18) Explicita sua análise ao entender a geração, os itinerários percorridos pelos intelectuais desde o modernismo dos anos 1920 do século XX até o momento da conformação das políticas culturais da ditadura pós-64. O debate central da sua concepção de intelectuais está na seguinte formulação:

As propostas e políticas empreendidas pelo CFC devem ser compreendidas neste processo histórico

específico de participação dos intelectuais no cenário político como portadores dos anseios nacionais e que atravessou governos legitimamente constituídos ou não para forjar os rumos da nação. (MAIA, 2010, p.232)

Deve-se relativizar esta visão da autora, mesmo possuidora de um rigor metodológico consistente e um arcabouço de fontes substanciais que lhe permitiu interpretar esses sujeitos dessa forma. As escolhas do pesquisador devem ser respeitadas, todavia, abordar outras concepções de intelectuais torna-se útil, já que a autora tem sido referenciada em Daniel Pécaut, cuja visão de intelectual do autor é denotativa de sua exclusividade como categoria à parte da sociedade e como portadores dos anseios da nação, seja contra ou ao lado do Estado. (PÉCAUT, 1990)

Uma questão para refletir é o postulado de Gramsci: Os intelectuais seriam um grupo autônomo? (GRAMSCI, 1982) Ao perpassar por governos e momentos políticos dissonantes os intelectuais se constituem um grupo coeso e independente do conjunto social e político? A crítica marxista, advinda de Gramsci nos suscita reflexões quando ele lança mão dos conceitos de hegemonia, intelectuais orgânicos e tradicionais. Ao disputar hegemonia (coerção e consenso) um grupo dispõe de intelectuais já constituídos, os tradicionais ou mesmo elabora seus próprios intelectuais no seio da sociedade civil, para lograr êxito em seu projeto político.

Um diálogo possível, talvez seja a estratégia interpretativa utilizada por Sônia Mendonça (2007), de matriz gramsciana, a qual propõe que os intelectuais não são “neutros”, não “pairam” sobre a sociedade, numa crítica a Pécaut (1990) e a outros historiadores herdeiros de uma interpretação que reivindica um campo autônomo para os intelectuais.

Karl Mannheim (1968) situa o debate dos intelectuais, suas ideias e a produção do conhecimento atrelados aos determinantes sociais, assim, as ideias e as ideologias dos intelectuais não estariam descoladas do contexto de produção, porém eles, os intelectuais, seriam uma categoria sem vínculos.

O debate datado nos anos 1970 sobre intelectuais, portanto, contemporâneo ao recorte temporal da pesquisa, estabeleceu balizas importantes para pensar a natureza da atuação deles. Carlos Guilherme Mota (1980) em seu estudo sobre a ideologia da cultura nacional, analisou as gerações intelectuais brasileiras, mapeando seus interesses e produções acerca da realidade brasileira. Em sua análise, a noção de “cultura brasileira” era o mote da ação e da inserção dos intelectuais no debate público. Similar a essa perspectiva, discorreu Dante Moreira Leite (1969) no limiar dos anos 1950, ao pensar o caráter nacional brasileiro, abordando aspectos da psicologia ao inserir os intelectuais como construtores da identidade nacional.

Sérgio Miceli e Daniel Pécaut complementam o quadro dos debates que vigoraram naqueles anos. Miceli tecendo inclusive críticas à abordagem de Pécaut de “que os intelectuais a exemplo dos tenentes, podem ser considerados categorias socialmente sem vínculos, habilitados a superar determinações particulares e prontos a agir como avalistas da unidade nacional”. (MICELI, 2001, p. 378) Para Miceli (2001) intelectuais e classes sociais possuem ligações que implicam na participação dos primeiros nas esferas institucionais com vinculação às classes dirigentes. Já Pécaut (1990) pensa o contrário, os intelectuais teriam relativa autonomia no interior do aparelho de Estado, mesmo colaborando para efetivar projetos e programas de determinada classe, seriam, na sua visão, a

própria elite dirigente.

No entendimento de Löwy (1978, p.17-18) os intelectuais terminam por seguir “la ley de gravidade” ou seja, deixar-se ceder pelas classes que estão em disputa pelo poder, assim, teriam uma relativa autonomia. Para Mendonça (2007), os intelectuais disputam interesses no seio da sociedade civil e buscam o controle do Estado para tornar hegemônicos seus projetos e dos grupos que representam. Esta análise complementa a abordagem de Maia (2012) para entender os intelectuais do CFC, ao ocuparem os espaços do Estado e imprimirem o seu ritmo e suas noções de cultura. Mas por se considerarem portadores dos anseios da nação deixaram de se posicionar politicamente? Ou a própria ideia de nação, como valor pátrio e cívico a ser construída já era uma proposta de projeto político?

Reitera Gramsci, sobre a aceitação da premissa de que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, mas nem todos exercem na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982) que provoca, nessa pesquisa, a reflexão proposta por Denise Rollenberg (2010) sobre a construção dos regimes autoritários. Somente uma ação concreta dos sujeitos mais intimamente ligados ao poder, bastaria para legitimar um processo político? Ou seriam necessárias situações diversas, como por exemplo o consentimento das massas? Silenciamentos e ambivalências (ROLLEMBERG, 2010), e também, a zona cinzenta do pensar duplo são matizes a serem considerados. (LABOIRE, 2010)

Tal perspectiva é promissora no sentido da conformação de regimes autoritários como constructos sociais, daí pensar essas ambivalências, os sujeitos de “carne e osso”, dissipando-se assim, as dicotomias “secas” e os revelando como atores sociais, discussão fundamental para entender a atuação dos intelectuais do CEC na Bahia.

Seriam engajados ou portadores da consciência nacional? Nelson Sampaio é um típico intelectual engajado na acepção do termo esboçado por Sirinelli (2000) e Thales Azevedo um intelectual situado na “zona cinzenta” do pensar duplo ou ambivalência de Pierre Laboire (2010). O pensar duplo, na acepção de Laboire, é uma ferramenta teórico-metodológica importante para o historiador escapar das amarras reducionistas e das interpretações aparentes, sobretudo em momentos delicados da vida de uma nação, como o foi o período da ocupação nazista da França entre 1940-1944, que selou acordo de ocupação de parte do território francês pelos alemães, além da delação e entrega dos judeus aos nazistas. Dentro desse contexto específico, as memórias dos franceses perpassavam as múltiplas temporalidades (presente-passado-futuro), e isto revelava o pensar-duplo como:

Uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção, como elemento de um amplo processo de adaptação (...) O pensar duplo aparece como uma forma de resposta social a alternativas consideradas insuperáveis, uma resposta datada que deve ser vista como tal, como tentativa patética de ajustamento entre o desejo e o possível. (LABOIRE, 2010, p.06-07)

Similitudes podem ser consideradas ao tratar a participação dos intelectuais em órgãos construídos durante a ditadura civil-militar, dentro dessa perspectiva, foram partícipes da gestão governamental, mas, ao mesmo tempo, em algum momento, reticentes ou contrários aos abusos, correndo os riscos dos “deslizes em direção a comprometimentos”, sobretudo quando se deliberava, opinava e se construía política pública em governos construídos sem a legitimidade da representação popular do voto.

Nelson Sampaio e Thales de Azevedo foram eleitos por seus pares para os cargos de Presidente e Vice do CEC, respectivamente.¹³¹ Tiveram uma participação ativa no plenário do CEC, integrantes, ambos, da Câmara de Ciências e Nelson Sampaio, também, da Câmara de Legislação e Normas. Nascidos nas primeiras décadas republicanas, os dois, de formação intelectual erudita, típica das elites letradas baianas, passaram pelos espaços educacionais e políticos da elite baiana, a saber: a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola Livre de Direito. Thales foi escritor, professor, assim como Nelson Sampaio, porém este último também engajado na vida partidária – foi deputado estadual udenista por três mandatos. Participaram e foram integrantes de uma mesma sociabilidade e geração na Bahia.

As instituições são compostas pelos sujeitos e estes carregados de historicidade, viventes do seu tempo. Nesse momento da vida brasileira que foi a ditadura civil-militar, manifestar-se publicamente era coisa para os mais “aguerridos” e combatentes, daí a cautela no manifesto ou mesmo a reticência amplamente utilizada nos pronunciamentos e publicações. Numa moção a De Gaulle, vimos isso, na negação das escolhas políticas, pelo menos no nível discursivo. Nelson Sampaio assim justificava:

O Conselho Estadual de Cultura manifesta seu profundo pesar pela morte de Charles De Gaulle, herói nacional e duas vezes, Presidente da República Francesa, em que a França e o Mundo perderam um dos maiores estadistas do século. Deixando de lado a apreciação política de sua personalidade **que não compete à natureza deste órgão puramente cultural**[grifo nosso],

131

Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 4ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 28/01/1969.

este Conselho deseja ressaltar, nesta homenagem, o seu preito de admiração ao eminente homem de espírito, notável orador e excepcional escritor que também foi Charles De Gaulle.¹³²

Ao apresentar o Conselho, em 1968, à sociedade baiana, a noção de cultura que sugeria, isentava a ação estatal de intervenção exclusiva, prevalecendo as liberdades individuais, típica do pensamento liberal constitucional do conselheiro. Tal assertiva dava um tom “democrático” às iniciativas culturais, ao tempo em que as inseriam no ambiente conjuntural da Guerra Fria, como vimos nas primeiras palavras de Nelson Sampaio:

Em contraposição à concepção de totalitarismo, que transforma toda a cultura em instrumento do poder político, a Constituição Brasileira proclama que “as ciências, as letras e as artes são livres” (art. 120). Desse modo, quando se lê que o Conselho Federal de Cultura “formula a política cultural” da nação e o Conselho Estadual faz o mesmo em relação à política cultural do estado, deve-se entender que se trata apenas da política cultural dos governos federal e estadual, ou seja, a fixação de um sistema de prioridades quanto aos recursos materiais e incentivos às diferentes esferas da cultura. Jamais poderia tal política estabelecer ortodoxias ou ditar fins às atividades culturais dos indivíduos e da comunidade. Por força do preceito constitucional, cada um é livre de abrir seu caminho dentro da grande aventura da cultura humana, e estamos certos de que uma cultura é tanto mais vigorosa quanto maior o seu número de abridores de novos caminhos. À medida, pois, em que a comunidade se robustecer culturalmente, com o apoio dos conselhos de cultura, estamos certos de que estes irão crescendo no apreço da sociedade.¹³³

132

Nelson de Sousa Sampaio. Moção. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 154.

133

Interessante notar que, nesse mesmo ano de funcionamento do CEC, ocorreram fissuras em relação aos eventos culturais de importância na Bahia. “Em 1966, mesmo com a ditadura já implantada desde 1º de abril de 1964, o governo baiano havia realizado a 1ª Bienal Nacional de Artes Plásticas, no Convento do Carmo e, em 1968, estava a 2ª Bienal, pronta para ser inaugurada, em dezembro de 1968”.¹³⁴

Era o mês do AI-5, decretado pelo general Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o mais repressivo dos atos de exceção, aquele que foi resultado da “constituição de um aparato global de controle da sociedade” no entendimento de Fico (2014, p.81). Através do AI-5, direitos políticos foram cerceados, mandatos parlamentares cassados e houve a cessação de privilégio de foro. A sensação na sociedade era de um estado de liberdade vigiada, com a restrição de frequentar determinados lugares e a proibição de atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política.

Na Bahia, especialmente nos meios culturais, ocorreu a qualificação do poeta e compositor José Carlos Capinam na “Lei de Segurança Nacional” por crime de subversão, assim como o episódio ocorrido com a equipe da peça teatral “As senhoritas” dirigida por Álvaro Guimarães, expulsa do Teatro Castro Alves, tendo seu elenco e parte da plateia espancados por policiais, fato que levou o governador Luís Viana Filho a cancelar todos os espetáculos naquele ano no TCA. (BAHIA, 1997, p. 280-281)

Nesse ínterim, Mario Cravo Junior, pediu demissão do CEC,

SAMPAIO, Nelson de Souza. Apresentação. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p. 03-4.

134

Fonte: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/50-anos-do-golpe-2a-bienal-da-bahia-foi-fechada-1576889>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

em carta ao governador do estado, alegando que não considerava correto o caráter competitivo da II Bienal e por questões conceituais sobre a arte, sobretudo, numa alusão ao seu caráter universal, havia contestado e discordado da forma como estava organizada a II Bienal de Artes Plásticas da Bahia.¹³⁵

Foi demitido o Secretário de Educação e Cultura, Luís Augusto Fraga Navarro de Brito; e ocorrido o afastamento, meses antes da Bienal, do então presidente do CEC, Odorico Tavares¹³⁶ e, durante a Bienal, as prisões de Luís Henrique Dias Tavares¹³⁷, professor da UFBA e, então, diretor do Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC) e Juarez Paraíso, diretor da Bienal, mais tarde, nos fins dos anos 1970, também conselheiro de cultura.¹³⁸

135

Mario Cravo demite-se do CEC por discordar da 2ª Bienal. **A Tarde**, 05/10/1968, p.05. Artista Plástico baiano renomado no Brasil, integrante do CEC em sua primeira formação em 1968.

136

Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro ATA da 28ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 03 de setembro de 1968. Este alegando que não havia se adaptado ao serviço público, haja vista era do ramo privado, das telecomunicações (Fundador da TV Itapoan). Sobre Odorico Montenegro Tavares da Silva, nascido em Timbaúba PE, em 1912 e falecido em Salvador BA, em 1980. Jornalista, escritor, poeta e colecionador de arte. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Inicia a carreira de jornalista no *Diário de Pernambuco*, pertencente ao grupo Diários Associados. Fixa-se em Salvador em 1942, convidado por Assis Chateaubriand (1892 - 1968) para dirigir a rede dos Diários Associados da Bahia, da qual fazem parte o jornal vespertino *O Estado da Bahia*, a Rádio Sociedade e o *Diário de Notícias* - adquirido após sua chegada. No *Diário de Notícias* assina a coluna diária Rosa dos Ventos, em que publica diversos artigos sobre a vida cultural e artística da Bahia, com especial destaque para as artes plásticas. É responsável também pela direção do suplemento cultural do jornal, editado semanalmente. Fonte: <<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/odorico-tavares>> Acesso em 05/09/2016.

137

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO – 6ª REGIÃO MILITAR (BAHIA-SER-GIPE). Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR_DFANBSB_AAJ. **IPM. Encaminhamento nº 58**, 03/12/1969.

138

A condenação do professor Luiz Henrique foi justificada “por suas ações subversivas e contrarrevolucionárias caracterizadas pela propaganda da ideologia marxista-leninista, quer no exercício da função pública, quer através da imprensa”. Segundo o IPM (1969) o historiador tornou-se elemento cujo comportamento era considerado nocivo à “Revolução”, sendo, portanto, passível de enquadramento no Artigo 4^a do Ato Institucional n^o 5, no que se refere à suspensão dos direitos políticos por 10 anos e no Parágrafo. 1^o Artigo 5^o do mesmo Ato, no que se refere à proibição do exercício do magistério público ou particular em qualquer nível, de exercer atividades, cargos ou funções em entidades de classe, associações culturais e recreativas, de exercer função pública, a qualquer título, em órgãos de administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista) tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, e Municípios.

Navarro de Brito também sofreu sanções, perdeu o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Antes, foi proibido de adentrar nas dependências da Secretaria e precisou se retirar do país para não ser preso, depois de vários dias sendo interrogado no Quartel-General, na Mouraria.¹³⁹ No seu depoimento foi questionado pelo comando da 6^o Região Militar a respeito de um poema intitulado “*América nuestra*” em homenagem à memória

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 – 1987)**. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf>, p. 07. Acesso em 13/11/2016. Ver também <<https://www.youtube.com/watch?v=4iiRLmjInEA>> Acesso em: 13 nov. 2016. Vídeo da TV UFBA onde Juarez Paraíso fala de sua trajetória e de sua prisão durante a Bial.

139

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO – 6^a REGIÃO MILITAR (BAHIA-SERGIPE). Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR_DFANBSB_AAJ. **Ofício n^o 72/E2**. Salvador, 20/05/1969.

de Che Guevara, morto em 1967 na Bolívia, publicado na revista Porto de Todos os Santos, de autoria Carlos Anísio Melhor. Sobre isso respondeu que não tinha controle sobre o conteúdo devido ao elevado trânsito de documentos que passavam por ele diariamente no exercício de secretário. Ainda foi interpelado sobre as posturas de Luis Henrique Dias Tavares, também interrogado, e sobre os objetivos da revista, respondendo que “ela tem um objetivo puramente cultural. E que nunca esteve na cogitação do governo em transformá-lo num veículo de seu pensamento político”. (IPM, 1969, p. 12)

O historiador Fernando Peres, sucessor de Navarro de Brito na cadeira de número 25 da ALB, relatou que Navarro em 1967, ao ser convidado para o cargo de secretário estadual, “pensou e conversou com seus amigos e familiares sobre a conveniência de participar de um governo resultante de um golpe de estado”.¹⁴⁰ Os motivos da perseguição, conforme Fernando Peres, estão relatados no fragmento a seguir:

É nesse encargo que a vida de Navarro de Brito vai passar por uma provação - que, diga-se de passagem, irá revelar o seu forte caráter e a sua coragem -, ao ser culpabilizado pelos militares, por haver dado cobertura, como secretário, a certas realizações consideradas subversivas: a Bienal de Artes Plásticas, a publicação de Obras Completas de Gregório de Mattos (edição James Amado), em sete volumes, a circulação da “Revista Porto de Todos os Santos” e a greve dos estudantes do Colégio da Bahia (Central).¹⁴¹

140

PERES, Fernando da Rocha. Discurso de posse na ALB. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n. 36, nov. 1989, p.282. O discurso ocorreu na sessão solene de posse do acadêmico, em 16 de junho de 1988.

141

PERES, Fernando da Rocha. Discurso de posse na ALB. **Revista da Aca-**

Tal fato visibilizou as ambiguidades do Governo Luís Viana Filho em um processo em que a cultura da Bahia estava entre a criação e a repressão. Cecília Soto (2012) evidencia que o governador mandou fechar a Bienal devido a existência de 10 obras ditas “subversivas” e que o apoio à Bienal teria sido o motivo da demissão do secretário de Educação e Cultura, além das renúncias de Odorico Tavares e Mario Cravo Jr. do CEC, para não desagradar o governador e os militares.

De modo oposto, intelectuais de esquerda sofreram sanções do governo autoritário no plano nacional. Os casos de Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender foram emblemáticos, ambos, atingidos pelos instrumentos repressivos do Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar. (CARDOSO, 2013, p. 310-335) Na Bahia, foi preso o geógrafo Milton Santos poucos dias depois de deflagrado o golpe. O mesmo não era válido, ao tratar-se de sujeitos políticos da vida baiana, vinculados ou a uma elite pretérita ou aliados do governo. Ratificamos isto quando se tratava de figuras do mesmo campo de atuação de Nelson Sampaio e que desfrutou desta cultura de elite baiana.

Caso emblemático foi a homenagem a Pedro Calmon, conselheiro federal de cultura atuante no período que, igualmente a Ruy Barbosa, foi sujeito reiteradamente homenageado pelo plenário do CEC. Em discurso, no banquete ofertado no Clube Bahiano de Tênis, foi orador oficial o conselheiro Godofredo Filho a quem o “chamou de um dos maiores oradores baianos vivos”. Na ocasião, comemorou-se o septuagésimo aniversário de Pedro Calmon, num evento promovido pelo CEC, pelo Conselho Estadual de Educação, ALB, IGHB, Associação Baiana de Imprensa, OAB, Pen Club,

demia de Letras da Bahia. Salvador, n. 36, nov. 1989, p.283.

Associação Comercial e a Federação das Indústrias da Bahia, que reuniu a intelectualidade baiana.¹⁴²

Sobre o contexto que levou a tais acontecimentos dissertava Nelson Sampaio. Ele escreveu textos de análise política na *Revista de Cultura da Bahia*. Na sua retórica tratou o golpe de 1964 como “revolução de 64”, assim como 1930 para ele foi um golpe, revelando-se como um dos construtores das memórias dos civis, já que escreveu pouco menos de seis anos depois do acontecido. Na sua interpretação, “tivemos uma revolução, a de 1964, e dois golpes de Estado, sem contar os *semigolpes* dos ‘impedimentos’ de dois Presidentes da República em 1955, quando se arranhou, mas não se rompeu a Constituição”.¹⁴³ Além de corroborar e legitimar o golpe destacou todo o seu discurso anticomunista ao afirmar que “a Revolução de 1964 situa-se no quadro da guerra fria, sendo uma resposta não só à desordem econômico-financeira e à tentativa de desorganização militar, mas também à subversão marxista-leninista, soprada de várias direções, sobretudo de Cuba”.¹⁴⁴

Condenava o marxismo/comunismo e presidente João Goulart, numa delimitação de suas posturas políticas em consonância com

142

Homenagem a Pedro Calmon. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VII n° 08, jul /Dez, 1974, p.155. Ver também as moções de Homenagem a Antônio Carlos Magalhães, prefeito da capital baiana, em decorrência das obras de reparação do Paço Municipal de Salvador e Gilberto Freyre, conselheiro federal de cultura pela passagem de seu 70º aniversário. Moções de março e abril. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV n° 05, jul /Dez, 1970, p.152.

143

SAMPAIO, Nelson de Souza. A revolução de 1930. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV n° 05, jul /Dez, 1970, p.21.

144

SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.24

o contexto autoritário e em semelhança ao seu passado udenista, cuja agremiação a nível nacional, atuou em forte oposição ao campo getulista/janguista. Destacava que,

Em 1964, a causa mortis da Quarta República é mais complexa, aparentando a ausência de contaminação de uma campanha presidencial. Mas é inegável que esta já existia, com candidatos ostensivos, como Juscelino e Lacerda, sendo claro que as desastrosas manobras de Jango tinham em mira, com grande antecipação, a sucessão de 1965. Dêsse modo, há muita semelhança entre 1945 e 1964, até na radicalização esquerdizante, descontada a bisonhice do discípulo de Vargas.¹⁴⁵

No caso de Nelson Sampaio, sua ideologia aproximava-se de um liberalismo constitucional democrático em respeito aos princípios constitucionais/legais, às liberdades individuais¹⁴⁶ e uma explícita aversão às doutrinas socialistas, as quais ele chamava de “totalitárias”, numa referência “à ditadura soviética”.¹⁴⁷ Suas críticas não se restringiam somente às ações, mas aos princípios formuladores dessas teorias.¹⁴⁸ Dessa forma:

O socialismo marxista-leninista não fez reinar a fraternidade entre as nações desse credo, irmãs apenas em ideologia. A ditadura do proletariado, ao passar para a prática, tornou-se uma expressão vazia,

145

SAMPAIO, Nelson de Souza. *Idem*, p.23.

146

(SANTOS,1978)

147

SAMPAIO, Nelson de Souza. Ruy e a cultura nacional. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Ano III nº 04, jul /Dez, 1969, p. 11.

148

SAMPAIO, Nelson de Souza. O morticínio das crenças. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 11, jan /Dez, 1976.

convertendo-se na tirania sobre o proletariado e sobre todo o povo por parte dos “profetas armados” da elite partidária e das forças armadas.¹⁴⁹

Nesse fragmento, assim como em diversas passagens de sua vasta obra, Nelson Sampaio referencia-se nas ideias e na semântica do pensador francês Raymond Aron, que na década de 1950, teceu duras críticas ao socialismo. Esta hipótese parece válida, quando Aron deslegitima o marxismo enquanto ciência, atribuindo-lhe a alcunha de ideologia e fé secular. Em *O Ópio dos Intelectuais*, obra escrita em 1955, citada por Nelson Sampaio como uma referência da ciência política à época – Aron chega a usar termos como “fanatismo” e religião dos intelectuais numa crítica direta aos prepostos de esquerda. (ARON, 1955)

O contexto da década de 1950 foi marcado pela explanação do presidente russo Nikita Kruschev, no XX Congresso do Partido Comunista, em 1956, dos crimes cometidos pelo stalinismo. Tal fato, provocou a reação dos opositores liberais e os revisionismos posteriores do movimento socialista pelo mundo. Destarte, Motta (2000) em sua tese sobre o anticomunismo brasileiro, destaca que a matriz liberal combatia o comunismo motivados por dois aspectos: a pretensa defesa da democracia liberal, ausente no “autoritário” modelo soviético e a defesa da propriedade privada.

Após a Segunda Guerra, esse discurso anticomunista, segundo o pesquisador, afinou-se com a defesa dos interesses norte-americanos na América Latina e sua crítica foi embasada em valores muito frágeis:

Na maior parte das vezes, a crítica liberal ao

149

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Ética e técnica. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, nº 29, Setembro de 1981, p. 41.

comunismo se restringia a formulações algo simplórias, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética. O caráter convencional destas posições se evidencia quando se faz o contraste com a realidade brasileira: vituperava-se contra a falta de liberdade no regime comunista como se tivéssemos aqui um idílio republicano. (MOTTA, 2000, p. 60)¹⁵⁰

Já Thales de Azevedo advertia para a noção de intelectual como portador da consciência nacional. Ao parafrasear Ruy Barbosa, elegia os princípios liberais ao generalizar a cultura como consciência pátria, nacional, do povo. Cultura como abdicação de princípios individuais em prol do coletivo:

A cultura não é, realmente, apenas o refinamento da ilustração, o apuro da estesia, a fruição ociosa dos prazeres do espírito, mas a vida mesma dos povos no seio da lei, das instituições, da justiça, dos costumes que encorajem e produzam a variedade das idéias, o senso da análise e da crítica inteligente e informada, o receito das divergências de opinião, a coragem e a proteção das atitudes honestas, a lealdade na luta, no diálogo, no uso do poder, o apreço pela honra e pela dignidades humanas, o horror a violência de qualquer gênero e procedência, ao domínio dos instintos, ao reconhecimento e à satisfação das iniquidades.¹⁵¹

“A cultura não é apenas criação é o conjunto da nação”¹⁵², a

150

Em outro fragmento complementa: “A fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana. O tema da liberdade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários. Isto explica o fato de ter ficado apagada, em alguns momentos, a crítica aos aspectos autoritários do comunismo, aparecendo na forma vaga de denúncias contra a “tirania” ou a “escravização” vigentes na Rússia”, p. 61.

151

AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.60.

152

consciência nacional, enquanto valor civilizatório, como evidenciava Thales, se materializava, na prática, nas indicações, moções e ações no sentido de preservar o patrimônio da Bahia, este, considerado como símbolo da memória das elites baianas. Dentre essas ações, as articulações do colegiado baiano com o seu congênere nacional na efetivação da cidade de Cachoeira como Monumento Nacional, assim como previu a carta magna baiana em 1967, tornando-a, pela sua importância histórica nas lutas pela independência, monumento estadual. Materializava-se também na execução dos calendários culturais, ao elencar as efemérides de nascimentos ou comemorativas de figuras baianas, no entender do Conselho, doadoras de valores para a nação.¹⁵³

Thales, ao se colocar como elite, ratificava o seu papel e de seus pares, não como uma elite impositiva de suas ideias, mas como portadora da “luz”, do saber e da orientação ao conjunto da sociedade. Esta visão de intelectual de elite como uma missão:

Por certo que a cultura precisa ser explicitada como realidade interpretada e descrita, em modo que se diria de substancia metafísica que a mente possa analisar, colaborando com a experiência em comunicá-la dinamicamente de geração em geração. Essa tarefa, a seu jeito também criadora e reveladora, ao mesmo passo que transformante, é das elites de que carecem todas as sociedades de homens livres – elites que devem ser, nas democracias sociais, não uma casta sob qualquer aspecto, que modele e dirija as mentes, porém, uma como universidade dos talentosos, dos doutos, dos diligentes, dos contemplativos e refletidos que recebem e captam e traduzem e espargem, multiplicada, a luz, por vezes pálida e vaga que a vida

AZEVEDO, Thales. *Idem*, p.61.

153

Resolução nº 09/68. Calendário de Cultura para 1969. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p. 94-95

irradia. Cabe a essa elite, que está em todo o povo e agora e ali se condensa e sistematiza nas instituições políticas, nas igrejas, nos centros de reflexão e de ensino e comunicação, —cabe a tarefa de pensar pelo diálogo, pela escuta, pela indagação paciente da realidade que é o mundo no fluxo incessante do ser e do fazer que é a história. Na mente dessa elite organiza-se a imagem de uma realidade existencial que aos educadores, aos cientistas, aos guias espirituais e, aos políticos, aos estadistas incumbe impregnar de sempre novas idéias e valores que, caldeados com a experiência, constituam um genuíno humanismo, uma cultura em que o tempo e a transcendência se transfundam nos costumes, nos sentimentos, nas crenças, nos gostos, no trabalho e no lazer, nas instituições e na ordem social para a obra ininterrupta da criação do homem e do humano.¹⁵⁴

Nesse sentido, as orientações pedagógicas em relação à população foram constantes. Era fundamental a colaboração dela na preservação do patrimônio material, também elemento importante nas estratégias do estado em tornar a Bahia um destino turístico competitivo a nível nacional. Nelson Sampaio afirmava:

Não foi menor o serviço o esforço do Conselho no sentido de despertar na comunidade uma consciência orientada para a conservação do seu patrimônio histórico, artístico e paisagístico bem como para a defesa ecológica do ambiente. Este esforço logrou algumas recompensas iniciais na repercussão que obteve na imprensa da capital, em algumas personalidades de destaque e em entidades particulares, como a Sociedade de Amigos da Cidade do Salvador. Mas esses primeiros passos apenas mostram a grande estrada que temos à frente, e da qual não podemos recuar. Forçam-nos ao avanço não só as exigências do desenvolvimento da Bahia, mas também as crescentes preocupações em

154

AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.62.

transformá-la num dos maiores centros turísticos do país.¹⁵⁵

Na edição de retorno da *Revista de Cultura* em 1998, em novo formato, haja vista, que o último exemplar foi de 1984, um depoimento do filho de Thales, também conselheiro de cultura nos anos de 1980, o arquiteto Paulo Ormino Azevedo, apresenta aspectos da vida cotidiana de Thales. O mesmo declarava que era suspeito para falar do antropólogo e médico Thales, “ele que já havia enterrado suas ferramentas médicas em um baú e o enterrado no subsolo da casa da Barra Avenida”¹⁵⁶, era mais fácil falar do pai, nesta homenagem póstuma que o Conselho de Cultura fazia ao seu membro que por mais tempo ficou na instituição. Assim, então explanava o cuidado de Thales ao se posicionar politicamente:

Dois dos seus traços mais marcantes eram a cordialidade e a tolerância. Católico praticante tinha amigos de todos os credos e até agnósticos e ateus, como Anísio Teixeira e Frederico Edelweiss, dois dos mais próximos. Quando escrevia sobre catolicismo popular e relações do Estado com a igreja, o fazia com tal isenção e distanciamento, que seria difícil imaginar que o autor era um católico engajado.... Outra virtude era o equilíbrio. Enquanto a quase totalidade dos intelectuais católicos se rendeu, nos anos 30, ao integralismo, ele preferiu manter a distância, sem contudo, alinhar-se à esquerda dominada pelos comunistas.¹⁵⁷

155

SAMPAIO, Nelson de Souza. Três anos de Conselho Estadual de Cultura. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul / Dez, 1970, p.137-145.

156

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Thales de Azevedo, meu pai. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n.16, p. 147-152, 1998.

157

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Thales de Azevedo, meu pai. *Idem*, p.148.

Nesse período, parcelas da juventude baiana, estudantes secundaristas e universitários aderiram ou simpatizaram com preceitos integralistas/nacionalistas: Godofredo Filho MAGALHAES, 2010, p. 104), José Calasans (NASCIMENTO, 2004; FERREIRA, 2009), Wilson Lins, que foi integralista na juventude, anticomunista, antivarguista membro da UDN “dura”, e depois liberal.¹⁵⁸ Odorico Tavares, próximo a círculos udenistas e Ruy Santos também nomes que integraram o Conselho e que no período Varguista estavam bem balizados politicamente.

Diga-se de passagem também era definido o posicionamento de Ruy Santos e Wilson Lins frente à intervenção militar em 1964, o primeiro articulando na câmara Federal junto com ACM a indicação do nome de Castelo Branco à presidência; e, o segundo, justificando a ditadura alegando a falta de uma elite civil responsável, numa alusão ao bloco janguista.(DIAS, 2017) Em relação a Thales de Azevedo, Vanessa Magalhães da Silva reforça nossa análise que o mesmo:

...não tinha relação próxima com a política. Ao ser perguntado qual figura política ele admirava, o professor responde: Não tenho a lembrança mais viva, quem eu possa recordar. O Getúlio sempre me chamou atenção pelo personalismo, por aquela tendência ditatorial (...). Eu não participava da política na Bahia, aquilo pouco me tocava. (2010, p.110)

Importante delimitar as ações dos sujeitos nos seus campos de atuação e condicionados aos limites e/ou possibilidades de que

158

Wilson Lins assumiu a direção o jornal *Imparcial*, nos meados de 1940, notadamente na década anterior, o vespertino foi propagandeador das ideias integralistas. O jornal havia sido comprado pelo seu pai o coronel Franklin Lins de Albuquerque, que fazia oposição ao interventor Landulfo Alves. A partir da direção de Wilson Lins o jornal passa a combater o integralismo e defender posturas pró- liberais e americanistas. (FERREIRA, 2009)

dispunham, no tocante, sobretudo à construção da política cultural proposta pelo Estado em tempos de ruptura institucional:

Estamos assim respondendo à confiança que no Conselho depositou o Governo, selecionando e convidando para fazer parte dele especialistas de vários ramos que pudessem colaborar com a sua experiência em determinação eficiente das diretrizes daquela política.¹⁵⁹

Visão que delimitava o nível de especialização dos intelectuais, credenciada, sobretudo pela atuação deles na Universidade Federal da Bahia, para além das escolhas políticas que os fizeram ingressar no CEC. O engajamento de Nelson Sampaio, mesmo reticente com a narrativa, porém explícito no conteúdo, reverberava suas interpretações de mundo, ou seja, suas ideologias, refletidas em suas práticas no Conselho, sobretudo, quando foi presidente. Nesses escritos além da referência ao liberal baiano Ruy Barbosa, o jurista defendia sua visão de cultura a partir do indivíduo. Thales entendia que a atuação dos intelectuais, bem como da instituição da qual participou, o CEC, deveria ser doadora de valores pátrios, civilizacionais e democráticos, mesmo durante a vigência de um regime que se armava contra a democracia e que se apropriava da cultura como um elemento fundamental de justificativa de sua existência.

Episódios díspares indicaram aspectos desta ação cultural, como foi o caso da Moção publicada em abril de 1967 na segunda edição da revista *Cultura*, publicação do CFC, do posicionamento contrário de seu membro Octávio de Faria à censura de “Terra

159

Sugestões ao Plano Integrado de Educação e Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p.10.

em Transe” de Glauber Rocha, que forçou um ajuste desta “zona cinzenta”, levando a cúpula do CFC a solicitar que um membro seu participasse dos organismos censores e que o julgamento fosse cultural e não de teor político.

Entre os baianos, o próprio Glauber ganhou uma Moção do CEC em 1969, proposta pelo conselheiro Carlos Eduardo da Rocha e ratificada em plenário pelo presidente Nelson Sampaio, pelos prêmios conquistados no Festival Internacional do Cinema em Cannes, principalmente o de melhor diretor, conseguido com seu filme “O santo guerreiro contra o dragão da maldade”. Uma “baianidade” em episódios como este, diferenciava os intelectuais da terra, na defesa de suas coisas, apesar de fissurar a hierarquia a quem estava submetido no plano federal.

Nesse sentido, ao demonstrar atuações diferentes, como foram as de Thales e Nelson Sampaio, ratificamos o papel político exercido pelo Conselho, partícipe e legitimador das políticas governamentais para a cultura na Bahia, assim como se assemelhava ao Conselho Federal a nível nacional, no sentido de criar ao seu gosto e perspectiva, uma rotina e dinâmica organizacional na esfera cultural do estado. Legitimaram as políticas empreendidas pela ditadura e pelos governos baianos a ela vinculados, como a consolidação de conselhos estaduais de cultura.



CAPÍTULO III

PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NO CEC



Para se chegar ao cerne das concepções e ações do CEC, o caminho escolhido foi a análise do pensamento de seus membros através de suas obras, sobretudo daqueles que centralizavam suas tomadas de decisão, os que gozavam de maior prestígio e reconhecimento. Por isso, objetivamos colocar, frente a frente, confrontar, contrastar suas ideias, fazer o inventário das diferenças e semelhanças entre esses intelectuais da Bahia.

A atuação de Nelson Sampaio, Thales de Azevedo, José Calasans e Américo Simas, para ficar nesses, serviu para ilustrar a participação dos demais conselheiros do CEC. Foram os que mais escreveram na RCBA e gerenciaram o CEC. Nesta seção, analisamos a obra de Nelson Sampaio, um dos mais ativos intelectuais do CEC e sua relação com o pensamento político brasileiro.

Acreditamos que um liberalismo constitucional e o anticomunismo foram ideias motivadoras da ação deste grupo em análise, além do conservadorismo, que reverberou em suas ações práticas como conselheiros de cultura. Destarte, as noções de folclore, patrimônio, caráter nacional foram elementos estruturantes no tecido de ideias que legitimou a existência do Conselho.

3.1 - Sobre temas e autores do Pensamento Político Brasileiro

As elites culturais geralmente são endógenas, no entanto, os produtos culturais por elas elaborados tem alcance social, principalmente intelectuais que publicavam muitos artigos e livros como foi o caso de Nelson Sampaio. Pensamos que os intelectuais integrantes do CEC, mesmo com orientações ideológicas variadas, norteavam como posições políticas dominantes no grupo, o anticomunismo e o liberalismo. Daí a necessidade de estudar

o autor e a obra, pois “uma história dos letrados demasiado dissociada da sua história propriamente intelectual levaria a uma supressão epistemológica nociva”. (SIRINELLI, 1998, p. 271)

É interesse, portanto, a discussão sobre a existência da formulação de um pensamento político em Nelson de Sousa Sampaio, jurista, político e professor baiano. Esta seção objetiva identificar a qual linhagem/família do pensamento político brasileiro ele estava integrado e estabelecia “afinidades eletivas”, levando-se em conta temporalidades distintas – bem como, quais interpretações de Brasil engendrou/elaborou. Nossas hipóteses estão embasadas na análise das obras do autor em diálogo com a bibliografia sobre pensamento político no Brasil.

O Cientista político André Kaisal resume o entendimento sobre as linhagens do pensamento político brasileiro expressas por Gildo Brandão, um dos estudiosos do tema:

Antes de mais nada, é preciso esclarecer o que Brandão entende por “linhagem” no âmbito da história das idéias sociais e políticas. Ao recorrer a essa categoria, o cientista político pretende apontar a existência de continuidades de determinados modos de pensar, esquemas interpretativos, problemas e temas de reflexão durante um longo período da história intelectual do país, de 1870 a 1980, aproximadamente. Seriam justamente essas continuidades que constituiriam as linhagens, as quais, todavia, não deveriam ser confundidas com categorias taxionômicas, nem com outros conceitos dos estudos sobre pensamento político, como “ideologia”, mesmo que uma dada linhagem possa ter afinidade com determinada ideologia. (KAISEL, 2014, p. 11)

Conceitos, discussões e debates sobre o pensamento político e social no Brasil perpassaram por temas relativos ao caráter e papel do Estado e suas relações com a sociedade brasileira desde o Império e,

sobretudo, no decorrer do período republicano. Formas de governos, modelos explicativos e orientações para ação política foram balizados por concepções políticas sobre centralização, federalismo, construção do Estado e nação, liberalismos e anti-liberalismos.

O papel das oligarquias associado ao tema do patrimonialismo resultou em análises e visões sobre a causa do atraso brasileiro e dos bloqueios ao “moderno”. Paralelamente a isso, noções como nação/povo, reforma/revolução serviriam como chaves interpretativas da modernização capitalista no Brasil, além da inserção da democracia como elemento fundante na explicação do pensamento político brasileiro.

Gildo Brandão (2005) sinteticamente expõe quais seriam as duas grandes famílias do pensamento político brasileiro: a) Idealismo orgânico ou conservantismo: cujas características perpassavam por entender que historicamente o Brasil foi marcado por uma sociedade civil fraca, pelo arbítrio do privado, pela necessidade do Estado intervir para garantir uma sociedade liberal (reformas institucionais), a liberdade e a cidadania; e b) o Idealismo Constitucional: interpretação que entendia que os “males” brasileiros estavam no excesso da ação do Estado que impediria a efetividade de uma vida plena e associativa. Além da adoção de instituições políticas e jurídicas que impedissem o arbítrio do Estado e equilibrassem a relação com a sociedade. Para se chegar a uma ordem liberal consolidada, era preciso acuidade nas escolhas políticas e o aperfeiçoamento das formas de governo.

Durante o Império, destacou-se a personagem José Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguay (1807-1866), precursor da linhagem do conservantismo ou idealismo orgânico, consoante caracterização de Gildo Marçal Brandão (2005), corrente

interpretativa que defendia o fortalecimento do Estado centralizador para conter os âmbitos privatistas, diante de uma sociedade brasileira fraca e desorganizada. Essa corrente interpretativa, justificava a centralização para que se evitasse abusos dos entes políticos descentralizados – no caso do Império, as Assembleias Provinciais. Centralização foi sinônimo de civilização para o Visconde do Uruguay. Em sua principal obra, *“Ensaio sobre o direito administrativo”*, fundamentou historicamente tentativas de centralização no mundo moderno que criticavam a descentralização. Homem de Estado do Império, segundo Uruguay, sem o braço forte do Estado nacional – faltavam, inclusive esses braços na esfera local – gerava-se a anarquia dos poderes oligárquicos locais. Na sua visão, o liberalismo não era incompatível com a centralização e muito menos com a forma de governo vigente: a monarquia. (URUGUAI, 1862)

Com ideais discordantes, encontrava-se Tavares Bastos (1839-1875), liberal, parlamentar, que teve vida bastante breve, cuja temporalidade dos seus escritos, assim como o Visconde do Uruguay, foi a segunda metade do século XIX. Era considerado como o “pai” da linhagem liberal, também conhecida sob a alcunha de Idealismo constitucional ou utópico como nominou Oliveira Vianna (1939). Bastos defendeu o *self-governement* e criticou a ação centralizadora do Estado no que se remetia ao seu poder excessivo. Para esta linha de pensamento político, não era o poder privatista o problema do Brasil, mas, a necessidade de se desenvolver uma sociedade com caráter mais associativo, que propiciasse a consolidação de uma sociedade de mercado, através do fortalecimento de instituições jurídicas e políticas que limitassem o arbítrio do Estado. (TAVARES BASTOS, 1976). Sua

referência teórica e inspiração política foi o liberalismo americanista, que muito influenciou intelectuais por todo Brasil, inclusive na Bahia, nomes como Thales de Azevedo e principalmente Wilson Lins, redator do jornal *Imparcial* nos anos 1940, em cujas páginas, defendia um modelo americano de sociedade. (SILVA, 2014)

A perspectiva americanista referenciada, não no sentido da adoção dos EUA como modelo para as instituições políticas (a referência nesse sentido é a monarquia constitucional inglesa) mas sim, para as relações entre Estado e sociedade, com ênfase na liberdade individual e no livre mercado. O princípio racional da liberdade aparece menos como doutrina e mais em conexão com as experiências empíricas do mundo anglo saxão e também com argumentos pragmáticos pela necessidade de reformas educacional e econômica fortes, e reformas políticas mais pontuais. (TAVARES BASTOS, 1976)

De inspiração liberal também se encontrava o pensamento político de Joaquim Nabuco. Em seu *Abolicionismo*, obra escrita na segunda metade do século XIX, abdicava da política como critério de interpretação do Brasil e centrava sua análise nas questões sociais, em especial a escravidão – os africanos em condição de cativo – considerada por ele, o principal mal social do país. (NABUCO, 2000) Nabuco escreveu boa parte de sua obra no contexto de transição da monarquia para a república, e seus escritos foram marcados pela transitoriedade analítica, sem, contudo, perder o fio condutor liberal. No período republicano, priorizou a política como balizadora de critérios para a organização da sociedade. Neste ínterim, desenvolveu um pensamento liberal mais consolidado, cuja preocupação estava na proposta de um projeto democrático, bastante influenciado pelo pensamento de Tocqueville.

O Nabuco de *Minha formação*, obra publicada em 1900,

(NABUCO, 2010), retornava ao argumento de que o problema do Brasil permanecia na escravidão e seus reflexos, todavia, comparava analiticamente a experiência brasileira aos EUA/ Inglaterra e defendia, como solução, o parlamentarismo como sistema de governo. Já o Nabuco de Balmaceda (NABUCO, 1895) não era a discussão da forma de governo a grande questão, mas a busca da virtude, de governos virtuosos, por isso mobilizava o caso chileno para argumentar que naquele país, o regime republicano assentava-se nos pilares liberais elementares, ao destacar o estatuto da liberdade, diferentemente do que ocorria no Brasil.

Dois pensadores, assim como Nabuco, estavam na trilha de pensar o direcionamento da recém fundada república brasileira: Ruy Barbosa e Manoel Bonfim. Eles foram expressões contundentes do pensamento político naquele período. O primeiro defendia um modelo democrático para o país, baseado no protagonismo do poder judiciário, sobretudo, através da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) que garantiria em última instância o equilíbrio entre os poderes.

Ruy Barbosa acreditava no fortalecimento da sociedade civil, na liberdade de imprensa e no parlamento independente, ou seja, nos preceitos liberais clássicos.¹⁶⁰ A república oligárquica impedia, na visão de Ruy, tais pressupostos, por isso, defendia o fortalecimento das organizações classistas e populares para que o modelo republicano se tornasse robusto.¹⁶¹ Para o jurista

160

BARBOSA, Rui. O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira. In: _____. **Pensamento e ação de Rui Barbosa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

161

BARBOSA, Rui. Plataforma eleitoral lida no teatro Politeama Baiano/ As oligarquias. In: _____. **Pensamento e ação de Rui Barbosa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

e político baiano, o sistema representativo era frágil, pois, as maiorias eleitorais não refletiam a vontade nacional, e esse argumento baseava-se em sua própria experiência de derrotas nas duas eleições presidenciais que disputou. Ruy obteve mais votos nos ambientes urbanos, fato que ele justificava pelo poderio das oligarquias que, frequentemente, fraudavam as eleições no meio rural. (CINTRA, 2015)

Contemporâneo de Ruy Barbosa, o pensamento político de Manoel Bonfim, atestava para a existência, no Brasil, de uma nação embrionária bem antes da consolidação do Estado. Contrapunha-se às correntes que defendiam que o Estado deveria moldar a sociedade, representadas no seu estado de origem, Sergipe, por Silvio Romero e em oposição às ideias defendidas pelo Visconde do Uruguay – cuja interpretação atribuía as origens do “atraso” brasileiro ao modelo deficitário de organização do Estado. Oposto ao pensamento defendido de que o Estado deveria moldar o indivíduo, Bonfim afirmava que “a sociedade era o oceano” numa crítica à visão organicista. Ele apostava na perspectiva individualista (liberal) onde “o corpo social teria coesão” e não precisaria do Estado em última instância para mediar os conflitos. (BONFIM, 1997)

Em linha argumentativa divergente sobre a causa do atraso brasileiro e de bloqueios ao “moderno” destacou-se o pensamento de Oliveira Vianna – braço direito dos governos de Getúlio Vargas e herdeiro direto do conservantismo do século XIX. Em sua principal obra, *O idealismo na Constituição*, publicada em 1927, argumentava que não era possível existir liberalismo sem sociedade liberal no Brasil, por isso a intervenção tinha que vir “por cima”, através do Estado e de forma autoritária e direcionada, ou seja, instrumental.

(VIANNA, 1939). Esse era o pilar de seu pensamento ao desenvolver o conceito de autoritarismo instrumental.

Wanderley Guilherme dos Santos, um dos intelectuais precursores da ciência política enquanto campo autônomo no Brasil, o coloca como um intérprete do pensamento político que acertou na metodologia interpretativa (autoritarismo instrumental) para se chegar ao moderno, mesmo sendo um homem da Era Vargas e construtor daquele regime intervencionista. (SANTOS, 1999). O “moderno” seria interpretado como ápice da sociedade liberal, onde se teria condições favoráveis para efetivação de relações sociais e econômicas de mercado.

Para Nestor Duarte, contemporâneo de Oliveira Vianna e opositor do centralismo varguista, o bloqueio ao moderno achava-se no privatismo e no “familismo” – característica fundante da precária e irregular organização social, na reprodução das famílias, na falta de capacidade organizativa, sobretudo pela nossa fragilidade em não nos constituirmos enquanto “povo” político e na ordem privada. O Estado não era separado da sociedade, pelo contrário, ele refletia os interesses políticos familiares. O intelectual baiano, defendia a democracia capitaneada pelos intelectuais, pela classe média e, principalmente, a existência de um Estado forte ao tempo em que criticava um governo forte – negação do Estado forte. Dessa forma, criticava tanto os idealistas utópicos quanto os autoritários centralizadores que orientavam que o Estado deveria moldar a sociedade. (DUARTE, 2006)

Em relação ao “povo” político brasileiro, Nestor Duarte sustentava que a sociedade que se constitui até a escravidão e o começo da República era formada por duas classes – a do senhor de escravo e a do escravo. A outra, a classe média, oscila entre as

duas, por dependência e consequência, sem poder ter predomínio e constituir grande base de apoio. Para o autor, se pudesse crescer e ter peso econômico, seria essa classe média o segmento propriamente capaz de formar o melhor contingente de um povo político sobre o qual o Estado poderia, por sua vez, fundar-se. Isso aconteceria menos por via de sua alfabetização e instrução literária que viesse a ter para exercer o voto e compreender as instituições políticas, do que pela propensão de desfeudalizar as castas, famílias rurais e a propriedade territorial. Daí então a crítica de Duarte que argumenta que antes de julgarmos o “povo brasileiro” ou a valorização política pelo grau de sua alfabetização e instrução, é necessário apreciá-lo pelos seus caracteres morfológicos e pela sua constituição orgânica. (DUARTE, 2006)

Raymundo Faoro¹⁶², duas décadas depois, nos anos 1950, diferentemente de Nestor Duarte, ampliou sua análise sobre o Estado, indo além dos interesses familiares. Ratificou na continuidade das práticas do Estado português um critério de atraso e elaborou o conceito de estamento burocrático, que, segundo ele, era organismo que estava acima da sociedade e se apropriava do Estado na defesa dos seus interesses (visão negativa de Brasil). O estamento não era uma classe e nem era elite.

Na interpretação de Werneck Vianna sobre o pensamento de Faoro, a modernização foi implantada no Brasil sem a modernidade. O moderno, em países de capitalismo desenvolvido não admitiria intervenções pelo alto, “atalhos”, no entanto, o capitalismo brasileiro foi politicamente orientado, pois forças liberais nacionais foram incapazes de tocar sozinhas o seu curso, necessitando das forças da tradição — do estamento burocrático. Ademais, na obra de Faoro o

162

A título de informação, este autor fez parte do Conselho Federal de Cultura, e opinou sobre processos que envolviam a Bahia.

patrimonialismo surgia como conceito fundante: confusão entre os interesses privados e públicos. (WERNECK VIANNA, 1999)

Nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, noções como nação/povo, reforma/revolução foram chaves interpretativas utilizadas para se entender a modernização capitalista do Brasil discutidas por autores importantes, de orientação nacionalista, como, o baiano Guerreiro Ramos, e também, de orientação marxista, a exemplo Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Guerreiro Ramos (1960) defendia um projeto político radical para o Brasil daqueles anos, com uma intervenção do Estado sobre a sociedade para propor reformas de cunho nacional e populares. Ou seja, valia-se de uma metodologia de pensadores conservantistas como Oliveira Vianna, para se obter objetivos diferentes na consecução de um projeto de desenvolvimento e de valorização das riquezas nacionais, no qual o Estado, em diálogo com setores progressistas, deveria implantar.

Na contramão do nacionalismo tutelado pelo Estado, os marxistas clássicos, imprimiam um ritmo de análise do Brasil na perspectiva de ruptura do processo histórico de dominação capitalista no país. Caio Prado Junior (1942) em seu *“O sentido da colonização”* como chave interpretativa do modelo dependente brasileiro, buscava encontrar as raízes da dependência e, em *A revolução brasileira* (1966), as possibilidades de superação estariam na própria percepção da realidade, ou seja, na análise da evolução do capitalismo nacional. Somente através da análise do passado, poder-se-ia, de forma consciente e calculada, estabelecer os meios e as estratégias para a sua superação, cujos atores – os trabalhadores – deveriam pautar as lutas inspirando-se em sua própria autonomia. Já Florestan Fernandes, ao colocar o problema da ordem social competitiva, evidenciava que a dominação burguesa no Brasil não

prescindia do caráter autocrático, pois segundo o sociólogo, ou ela agiria desse modo, ou inevitavelmente a saída seria seu oposto, o socialismo. (FERNANDES, 2000)

Por sua vez, o tema da democracia no pensamento político brasileiro sinalizava para autores preocupados com a participação da sociedade no processo de mudança da dominação burguesa. Os caminhos eram opostos, os atores da transformação talvez os mesmos. Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Francisco Weffort, “os filhos de Florestan”, ambos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), órgão criado no período da distensão dos anos 1970, defendiam, o primeiro, uma mudança no sistema político que expressasse um pluralismo político da sociedade civil, rebaixando o tema das classes e das identidades, e o segundo, uma maior participação da sociedade nos espaços decisórios, inclusive fazendo uma crítica ao modelo de sindicato atrelado ao Estado. (LAHUERTA, 2001)

Outros três autores desta geração revisitaram o tema da democracia. Carlos Nelson Coutinho demonstrava em seu estudo a necessidade dela como instrumento de luta no caminho do socialismo. (COUTINHO, 1979) Simon Schwartzman revisitou os escritos do liberalismo de Faoro, no sentido de demarcar os limites da democracia frente a nossa estrutura patrimonialista (SCHWARTZMAN, 1988) e Werneck Vianna, com sua chave interpretativa da revolução passiva e modernização conservadora, na qual a tônica era o “conservar mudando”, onde as estruturas permanecem, ocorre a mudança, mas com os atores antigos. (WERNECK VIANNA, 1999). Essas obras situavam-se no contexto de transição da ditadura civil-militar para o retorno do processo democrático, período de emergência da pluralidade de partidos

políticos, e de revisão dos caminhos que a esquerda deveria seguir.

A partir desse balanço das interpretações do pensamento político brasileiro que surgiram desde o século XIX até meados do processo da redemocratização em 1985, discorreremos sobre os escritos de Nelson Sampaio, cuja elaboração de grande parte de sua obra se deu antes da institucionalização da ciência política (anos 1960), e muito antes da inserção do pensamento político enquanto campo acadêmico de investigação dos fenômenos políticos. O curso “*Teoria Geral do Estado*”, ministrado por Nelson Sampaio na UFBA, na prática, correspondia à ciência política, e formou muitos baianos que depois deram sequência aos estudos acadêmicos sobre o tema, a exemplo de Machado Neto, inclusive, tecendo críticas ao seu mestre.¹⁶³ Outros tantos dos seus discípulos ocuparam postos chave na administração e política baianas embasados em seus ensinamentos.

3.1.1 Diálogos e trajetória do pensamento político de Nelson Sampaio.

Se o convívio nas instituições de cultura cria identidade entre seus membros, generalizando pensamentos e propósitos, revelados ou apenas individualmente concebidos, pressentistes, senhores acadêmicos, o desígnio generoso de Nestor Duarte, quando me erguestes, por votação enobrecedora, à vossa ilustre companhia. Josaphat Marinho¹⁶⁴

163

CF. MACHADO NETO, A. L. Contribuição baiana à filosofia jurídica e à sociologia do direito. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, 61(1), 1965, 117-157. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66501>. **Publicada originalmente na Revista dos Tribunais**, 1966. (Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ano 61, fax 1, 1966).

164

MARINHO, Josaphat. Discurso de posse. **Revista da Academia de Le-**

Nelson de Sousa Sampaio foi um intelectual baiano muito ativo durante o século XX, advogado, formou-se em 1937 pela Faculdade de Direito da Bahia – celeiro de formação de inúmeros pensadores e políticos baianos cuja matriz intelectual era o liberalismo. Nestor Duarte, Josaphat Marinho, Aloísio de Carvalho Filho, Luis Viana Filho foram alguns dos seus interlocutores.

Nascido em 26 de julho de 1914 na cidade de Macajuba, interior baiano, faleceu em 20 de dezembro de 1985 em Salvador.¹⁶⁵ Na vida política *strictu sensu*, foi consultor jurídico do Poder Legislativo baiano entre 1970-1976 concomitante ao exercício do magistério e de atividades no CEC, na ALB e no IGHB. Eleito deputado estadual, sempre pela União Democrática Nacional (UDN), partido fundado nos pós Segunda Guerra que tinha em Otávio Mangabeira sua maior liderança. Exerceu o mandato entre 1947-1951, reeleito em 1951-1955, e renovado para a legislatura 1955-1959, durante o Governo de Antônio Balbino, ao qual fez dura oposição.¹⁶⁶

tras da Bahia. Salvador, n. 24, 1975-1976, p.5-18. Josaphat Marinho substituiu Nestor Duarte na cadeira de número 30 da ALB. Josaphat foi colega de parlamento de Nelson Sampaio na Assembleia Legislativa da Bahia entre 1947 e 1959, ambos, professores da Faculdade de Direito da UFBA e seguidores/comentadores da obra de Nestor Duarte.

165

O episódio de sua morte trágica (suicídio), foi amplamente comentado na imprensa baiana. “A sociedade baiana e, notadamente, os meios culturais foram pesarosamente surpreendidos, na tarde de ontem, com a notícia do falecimento, em trágicas circunstancias, do professor Nelson Sousa Sampaio, jurista e ex-professor universitário, e também antigo político e parlamentar. Considerado uma das mais salientes figuras de sua geração, seu desaparecimento abre uma grande lacuna em nossa elite intelectual. Os funerais serão hoje, tendo o corpo ficado em câmara ardente na faculdade de Direito da UFBA, da qual o extinto foi catedrático e diretor”. Cultura baiana perdeu Nelson Sampaio. **A Tarde**, Salvador, 21/12/1985, p.03-05.

166

Foi autor de muitos livros e artigos acadêmicos e não acadêmicos em periódicos na Bahia como a *Revista do IGHB*, *Revista de Cultura da Bahia*, *Universitas*, *Revista da Faculdade de Direito da UFBA*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, da qual foi co-editor, dentre outros periódicos de alcance nacional. Aposentou-se como professor da UFBA em 1980.

Ary Guimarães, professor e contemporâneo de Ciência Política de Nelson Sampaio na UFBA, também conselheiro de cultura na década de 1970, o definia como um “liberal democrático”, homem sisudo e ético, de poucos amigos, porém afeito ao debate das ideias e, por vezes, chamado de conservador e de direita por seus alunos. (GUIMARÃES, 1992)

Nelson Sampaio foi um dos pioneiros na defesa do status científico e da existência da ciência política no Brasil. Em sua defesa de tese apresentada à Faculdade de Direito da UFBA, para concorrer

Sobre sua trajetória, lecionou Psicologia Educacional no Instituto Normal da Bahia, em 1938, foi diretor da Penitenciária da Bahia, 1938-1939. Ingressou em agosto de 1943 como professor contratado na Faculdade de Filosofia da Bahia (Atualmente FFCH-UFBA), professor catedrático de *Teoria Geral do Estado* da Faculdade de Direito da Bahia, professor de *Sociologia* da Faculdade de Filosofia, de *Ciências Políticas* da Escola de Administração e de *Instituição de Direito* da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, cursou Ciência Política na Northwestern University, Illinois, USA de 1945-46, e foi diretor da Faculdade de Direito no período pré-golpe militar, entre 1961-1964. Doutorou-se em Direito entre 1961- 1963. Também foi professor visitante de El colégio do México em 1963, em cujo Centro de Estudos Internacionais ministrou um curso sobre “*Política exterior do Brasil*” e observador da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas eleições de 1966 da República Dominicana e da Bolívia. Foi presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia entre 1968-1971, elaborou seu regimento interno e permaneceu como conselheiro até 1985. Além disso, foi membro de diversos conselhos e entidades: Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia - OAB-BA, Instituto dos Advogados da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, Associação Bahiana de Imprensa e, sobretudo, da Academia de Letras da Bahia - ALB, na qual tomou posse na cadeira de nº 7 em 20/04/1971, cujo patrono era o Visconde de Cairu. Informações obtidas no Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Nelson Sousa Sampaio; Revista da Academia de Letras da Bahia e no site da Assembleia Legislativa da Bahia: <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 07/11/2016.

à cátedra de *Teoria Geral do Estado*, o autor explicava a existência da ciência política como um problema gnoseológico, de teoria do conhecimento sobre a análise e regularidades dos fenômenos políticos, evitando as “situações individualíssimas”.¹⁶⁷ Na obra, *Ideologia e Ciência Política*, datada de 1953, percorre um caminho histórico desde os antigos aos modernos, discorrendo sobre as concepções de Estado, sociedade e democracia que permitiram identificar as ideias irracionistas na trajetória do pensamento ocidental.¹⁶⁸

Outro objetivo, não menos importante, era desvincular a política como ramo exclusivo do Direito e desconstruir argumentos que faziam objeção à existência de ciência política — no caso em destaque, “a irracionalidade do objeto assim como a do sujeito do conhecimento político”.¹⁶⁹ A crítica ao irracionalismo, às paixões que moviam os homens, às decisões impensadas são temas de suas obras, parte delas editadas pela Editora Progresso. Em *As Idéias Forças da Democracia*, de 1941, discorre sobre o papel do indivíduo nas sociedades democráticas e o seu direito inviolável de participação e de tomada de decisões. No entanto, pondera que, as decisões precisavam vir seguidas das boas escolhas, de análise das virtudes e percepção da realidade através da razão — para que a política não fosse exercida pelos “maus”. Eram esses os princípios ensinados em *A Desumanização da Política* de

167

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **Ideologia e Ciência Política**. Salvador: Progresso, 1953, p 16-17.

168

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **Prólogo à Teoria do Estado** (Ideologia e Ciência Política). Rio/São Paulo: Forense, 1960.

169

Idem, p.187-188.

1951, que culminariam no argumento de que o indivíduo alçaria a felicidade através do uso da razão – ideia central de *A Arte de Ser Livre*, de 1957.

Todavia, inaugurou em *O Diálogo Democrático na Bahia*, de 1960, uma investigação que perpassava pelo estudo dos dados empíricos para a análise dos quadros políticos, sobretudo, o perfil do parlamento baiano entre 1947 e 1958. Esse era de fato, um objeto de ciência política que investigava a fundo as vicissitudes pelas quais a vida política transcorria na Bahia, a saber: a fragmentação partidária no parlamento, a fragilidade da instituição devido à impossibilidade de base parlamentar forte que contribuísse para que a governança obtivesse êxito, as mudanças no perfil intelectual, econômico e social dos mandatários e, principalmente, um esfacelamento da proeminência das oligarquias tradicionais, que dificilmente, “resistiriam muito ao cerco das forças da competição democrática”. (SAMPAIO, 1960, p. 134)

No entanto, essa obra ressoou nos meios intelectuais baianos através de uma contenda advinda de seu discípulo, Machado Neto, ao criticar a atuação do sujeito político Nelson Sampaio – que sendo deputado pela UDN se beneficiava das coligações com as forças mais conservadoras e, ao comentar a referida obra, apontando deficiências interpretativas:

Em vez de anotar esse fato incontestável da vida política brasileira e que no Estado repercutiu visivelmente na última campanha sucessória onde os três candidatos ao posto de governador porfiaram por identificar a sua campanha com as teses centrais do nacionalismo – o que é de fato incontestável –, o prof. Nelson Sampaio, preferiu num bias jurídicista indesculpável no sociólogo político, fundar todas as suas verificações estatísticas e demais conclusões na base do quadro sociologicamente pouco significativo das legendas

partidárias, isso quando a formação de partidos médios entre nós como o PR e o PL decorrem, como é sabido, de defecções pessoais e disputam internas de liderança no seio da UDN, e não de qualquer evento de real significado ideológico.”(MACHADO NETO, 1965, p.148-149)

Machado Neto considerava Nelson Sampaio um “liberal puro” e que, por conta disso, abandonou sua carreira política, sem ao menos tentar a reeleição em seu terceiro mandato como deputado pela UDN. Ele estava mais para a reflexão filosófica do que para a realidade – o arrefecimento das ideias liberais – que contrastava com seu pensamento. Sampaio foi influência para uma geração de estudantes de Direito, incluso Machado Neto, para quem o classificou como um crítico das referências até então adotadas na Faculdade de Direito da UFBA – cujas influências iniciais perpassavam pelo positivismo. Assim, Nelson Sampaio, rompia com essa tradição e inaugurava a fase “crítica” do Direito baiano, impregnando a “província” com pressupostos científicos e de base epistemológica. Machado Neto discordava do seu mestre ao refutar sua tese da ciência política pois, para ele, não passava de uma sociologia política e que Sampaio, imbuído pelos pressupostos americanistas, não conseguiu definir um conceito preciso de ciência política. Machado Neto admitia a política como ramo sujeito às individualidades, acreditava na neutralidade axiológica que seu mestre havia lhe imputado no início dos estudos na Faculdade de Direito da UFBA.

Os discursos de Nelson Sampaio no parlamento constituíam verdadeiras aulas de ciência política – muitas vezes regadas pelo descontentamento com a vivência prática. Aliás, muitas de suas reflexões como pesquisador advinham de formulações práticas, como podemos ratificar nesse discurso do deputado na ALBA:

Sr. Presidente, se analisarmos o panorama da complexa vida política brasileira, poderemos apontar muitos traços salientes e responsáveis pelas dificuldades que atravessamos. Mas, sem dúvida, nenhuma, sobressairá à chamada “fragmentação partidária”. Desde que foi restaurada entre nós a democracia em 45 até hoje, temos presenciado que este fenômeno vai num crescendo apavorador e é sobretudo por essa divisão das forças políticas no país que a crise costumeira em todos os períodos da sucessão presidencial assume desta feita aspectos mais graves. E que esta fragmentação partidária favorece e agrava vícios decorrentes da nossa evolução social e econômica e da fraqueza das instituições estabelecidas em 1945 para canalizar nosso crescimento social.¹⁷⁰

O tema da democracia foi o eixo principal de discussão de suas obras e perpassava seus interesses na tentativa de interpretar o Brasil, cuja definição apontava na seguinte diretiva: “A democracia moderna resulta da conjugação de dois elementos: 1) govêrno popular, no sentido de baseado no consentimento do povo; 2) a existência das liberdades fundamentais.”¹⁷¹ Para o autor, o segundo elemento foi mais importante para o contexto brasileiro. O debate sobre democracia no mundo, porém, necessitou de outras interpretações que não fossem sob a perspectiva liberal.

As discussões foram intensificadas a partir da inserção do tema entre os marxistas, que a partir dos anos 1970, retomaram os debates a respeito da condução do socialismo. Motivados pela emergência dos pressupostos do Eurocomunismo, intelectuais

170

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Grande Expediente. **Diário da Assembleia**. ALBA, mai. 1955, p. 8653.

171

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. *Universitas*, Salvador, nº 10, set-dez 1971, p.47.

como Norberto Bobbio, Poulantzas, Althusser, Claude Lefort, dentre outros, atualizaram o debate acerca da ditadura do proletariado versus democracia liberal, ao trazer as polêmicas da II Internacional que envolveram perspectivas mais reformistas, representadas por Eduard Bersntein, e outras mais radicais, como a proposta de Rosa de Luxemburgo – ambas no diálogo com Lênin – um dos principais intelectuais comunistas e líderes da Revolução Russa de 1917. Lênin foi interlocutor direto da obra de Karl Marx, no sentido de atribuir a democracia ao caráter do Estado na condução da sociedade, sobretudo em períodos pós-revolucionários.

No Brasil foi salutar o debate sobre se a democracia teria ou não um valor universal, e se o conceito de ditadura do proletariado e a via revolucionária estariam válidos ainda. O ponto de partida foi o artigo de Carlos Nelson Coutinho (à época, vinculado ao PCB) *A democracia como valor universal*, publicado na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 9, no ano de 1979. Participaram desse debate Luiz Werneck Vianna, Marilena Chaui, Marco Aurélio Nogueira, Francisco Weffort, Adelmo Genro Filho, Leandro Konder, Eder Sader, Ozeas Duarte, Décio Saes, dentre outros.¹⁷² Esse ambiente de análises levava à aceitação da “revolução passiva” como quadro de mudanças sem rupturas estruturantes com o sistema capitalista, mas alertava para inserção soberana das massas no debate nacional.

Carlos Nelson Coutinho, em fins dos anos 1970 e começo dos 1980, período de reavaliação dos caminhos das lutas no Brasil,

172

Uma trajetória desse debate está em MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, p. 19-51.

ao pensar numa conjunção do modelo de Estado liberal, sugere que ele deveria combinar a democracia social com democracia política através do protagonismo e da pluralidade dos sujeitos políticos autônomos e dos movimentos vindos de “baixo”. Esses movimentos deveriam atuar politicamente no sentido de ampliar a democracia política criando novos institutos políticos dentro da democracia liberal clássica – cujo estatuto não previa. Destarte, afirmava Coutinho, evidenciando a necessidade de superação dos modelos liberais e totalitários, que:

A democracia socialista é assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos. (COUTINHO, 1980, p. 40)

Em *Liberalismo e democracia* (1994) Bobbio enfatizou os limites da concepção liberal de democracia em comparação à democracia marxista. Segundo o pensador italiano, a democracia liberal jamais seria capaz de cumprir um modelo que garantisse uma distribuição mais ou menos igualitária do poder econômico e do poder político. Estaria presa aos limites da representação sem alcançar o poder direto das massas, de abertura para o exercício mais amplo da soberania popular. A argumentação central de Bobbio enfatiza a indissociabilidade entre o liberalismo e democracia e também o

caráter intrínseco da relação entre o socialismo e a democracia. A crítica maior recaía sobre as formas de pensar cuja supressão da liberdade seria total – no caso específico do totalitarismo. Resumidamente, Bobbio descreve as diferenças entre o modelo liberal e o socialista de democracia:

No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. (BOBBIO, 1994, p. 84)

Por outro lado, Bobbio esclarece a noção de democracia social – que pressupõe um Estado de direitos – cujas ambiguidades resvalam na crítica liberal, que nele prevê a supressão das liberdades individuais e numa crítica da esquerda mais radical, que via nesse Estado o obstáculo à democratização total.

Nelson Sampaio era um crítico dos regimes que excetuavam a democracia, na sua interpretação: as ditaduras comuns e militares, os totalitarismos e o marxismo-leninismo, “doutrina” bastante combatida em seus escritos. Ao interpretar o Brasil discorria sobre eventos da história nacional onde a democracia esteve ameaçada – segundo o professor, eram as “*causas mortis*”, ou seja, os motivos das rupturas políticas e dos desfechos políticos trágicos em nossa República.¹⁷³ A República na sua acepção era o regime político onde se teria assento natural a democracia. No entanto, apontava para a afirmação de que todas as mudanças ocorridas desde o

173

SAMPAIO, Nelson de Sousa. A revolução de 1930. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970.

Brasil Imperial e, sobretudo, no período republicano, tinham ritmo lento e aconteceram “pelo alto”, com pouca participação popular, rara, em alguns episódios, nos quais o direcionamento não era protagonizado pelo povo.¹⁷⁴

As “revoluções” de 1930 e a de 1964 foram um dos seus objetos de estudo e interpretação do Brasil do século XX, considerados pelo autor eventos fundadores de mudanças estruturais. Segundo Sampaio, em 1930, setores médios estavam comprometidos em cindir com as oligarquias da República Velha, do mesmo modo, como setores populares se manifestavam em marchas no pré-1964, a exemplo da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Apesar da defesa costumaz da democracia, é perceptível deduzir que sua interpretação de 1964 estava comprometida com uma memória dominante ao chamar o golpe de 1964 de um “movimento” ou “revolução”. Revolução em sua acepção entendida como subida ao poder por meios não convencionais. O regime que sucedeu ao 31 de março de 1964 ele chamou de “Republica militar-tecnocrática”. Criticava a falta de diálogo político, os excessos nas punições dos contrários ao regime, ao tempo em que analisava a longevidade dos militares no poder sob a justificativa de que a situação de exceção serviria como motivo e sustentação da crença no desenvolvimento econômico no país.¹⁷⁵

174

A abolição da escravidão, considerada por Nelson Sampaio como principal marco de mudanças no Brasil também se deu em ritmo lento culminando em 1888 quando já se encontravam libertos quase a totalidade dos escravos.

175

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perfil sesquicentenário. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 08, jan-dez, 1973, p. 07-38. Sobre as representações memorialísticas do golpe de 1964 entre militares e civis ver CAR-

Na análise sobre 1964, Nelson Sampaio acreditava que tinha ocorrido uma ruptura com a carta de 1946. O problema não foi em si a constituição de 1967, segundo Nelson Sampaio, nocivos foram a emenda constitucional nº1, que retirava o poder do Parlamento e os excessos do AI5 – considerado pelo jurista como “lamentável omissão do uso dos remédios daquele texto para crises políticas”.¹⁷⁶ Sua explicação global sobre o golpe de 1964, por ele chamado de “movimento” e depois “revolução” – quando os militares decidiram levar o projeto adiante e constituir um programa sistematizado de desenvolvimento econômico para o Brasil arregimentado na Doutrina de Segurança Nacional – foi inicialmente forjado como resposta à quebra da hierarquia militar por parte de Goulart. Além desses fatores, “cingia-se a uma limpeza do terreno ou correção das distorções políticas reinantes: luta contra a inflação, contra a subversão comunista, contra a corrupção, contra a inércia administrativa”.¹⁷⁷

Antes de adentrar nas afinidades teórico/interpretativas do autor é necessário uma incursão quanto às definições do pensamento político brasileiro.¹⁷⁸ Para a Associação Brasileira de DOSO, Lucileide C. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n. 62, 117-140, 2011.

176

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. *Universitas*. Salvador, nº 10, set-dez 1971, p.60.

177

SAMPAIO, Nelson de Sousa. *Op cit*, 1973, p.60.

178

Atentar-se para a nomenclatura do termo. Existem, obviamente, inúmeros pensamentos políticos e/ou sociais que expressam diversas maneiras de interpretação do país, seja através da cultura, da economia e dos processos políticos. Priorizamos a análise do pensamento analítico sobre o Brasil sob os seus aspectos políticos.

Ciência Política a área de pensamento político brasileiro:

Deve ser entendida como a história intelectual da ciência política brasileira no sentido largo, abrangendo sua produção científica, mas também ideológica, discursiva e doutrinária. Pertenceriam a essa área temática estudos relativos tanto ao pensamento produzido no curso da história brasileira por políticos, jornalistas e intelectuais, mas também aquela parte da teoria produzida pelas gerações mais antigas de cientistas políticos, julgadas de relevância para o desenvolvimento desta ciência (pensamento politológico brasileiro). Dada a sua vocação interdisciplinar, a área também dialoga com a teoria política, de que pode ser considerada a expressão nacional, e com as manifestações mais amplas do chamado pensamento social no Brasil.¹⁷⁹

Para Gildo Marçal Brandão o pensamento político brasileiro cumpre a função de “demarcar a existência, no plano das ideias e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições... mesmo que entre nós haja a negação da existência real de um conservadorismo e de um liberalismo, chamado de fachada”. (BRANDÃO, 2005, p.245)

Lynch (2016) numa passagem do seu texto faz a crítica à negação da existência de pensamento político brasileiro por Faoro (1994) quando este autor nos vincula às tradições ibéricas e delega nosso liberalismo a uma ideologia imanente a Portugal. Concordamos com Lynch ao considerar as duas abordagens de pensamento político brasileiro: uma mais *latu sensu* onde afirma que o pensamento político brasileiro alude ao conjunto de ideologias de que a cultura política do Brasil é composta e, a outra, ao tratar dos cânones escritos antes da institucionalização da ciência política.

179

Cf: <<https://cienciapolitica.org.br/index.php/area-tematica/pensamento-politico-brasileiro> > Acesso em 2017/02/05.

Nelson Sampaio dialogava com essas duas perspectivas, que são complementares entre si, pois a maioria dos seus livros foram escritos entre os anos 1940-1960, temperados com análises pós 1970 em revistas nacionais e baianas.

O diálogo de Nelson Sampaio com o pensamento político estava integrado ao idealismo constitucional que previa legislação em textos oficiais que garantisse uma plataforma liberal com democracia no centro, com executivo forte, mas, também revigorados os outros poderes. A partir desse ponto, nos interrogamos se existe uma formulação de um pensamento político em Nelson de Sampaio ou o referido autor não passaria de um teórico/estudioso do percurso da democracia no Brasil, e de fenômenos políticos? Eleitorais¹⁸⁰?

Nossa hipótese é positiva para uma elaboração de pensamento político, porém, não numa obra mais global (canônica) sobre a interpretação do Brasil, mas, sobretudo, em artigos publicados nas revistas em que o autor se propõe a fazer análises mais direcionadas a entender o motivo da não efetivação democrática no Brasil. Para o intelectual, o seu problema de investigação consistia em saber se o entrave à democracia poderia ser fruto do subdesenvolvimento. De certa maneira, comungava com o “amorfismo” social de Oliveira Vianna ao retratar sua perspectiva de que as mudanças no Brasil foram feitas a partir de intervenções pelo “alto”. Ratificava a inexistência de povo no sentido político da palavra – fraca participação popular no processo político, além do fraco engajamento político e uma baixa capacidade de organização. Isso tudo fruto do subdesenvolvimento, obstáculo à democracia,

180

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Diálogo democrático na Bahia. Salvador: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1960.

consoante afirmava o autor.¹⁸¹

A aproximação de Nelson Sampaio com o pensamento político brasileiro está na sua tentativa de “diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação de forças sociais determinadas”. Brandão argumenta que “não se trata de reduzir ideias e modos de pensar às estratégias micropolíticas, nem fazer uma biografia do autor, nem muito menos pensar suas ideias associadas ao seu grupo ou classe.” (BRANDÃO, 2005, p. 243)

No sentido atribuído por Brandão, Nelson Sampaio, ou quaisquer outros atores/pensadores, estariam desvinculados de sua sociabilidade e intenções políticas. Assim, não concordamos por inteiro da posição deste autor e comungamos com Christian Lynch (2016) que adota uma perspectiva na qual o pensamento político brasileiro dialoga com outros campos do conhecimento e alinha sua definição associando-o à cultura política em que os intérpretes do Brasil estão inseridos. Dito de outra forma, as vivências, experiências, os condicionantes políticos e ideológicos interferem diretamente na elaboração do pensamento.

Lynch propõe, mesmo não sendo esta sua intenção principal, caminhos metodológicos que se aproximam de uma *História dos Intelectuais* proposta por Sirinelli, de intelectuais como atores do político, sensíveis à cultura política de uma época, engajados e mediadores culturais (SIRINELLI, 2013) É verdade que não se pretende analisar a atuação de Nelson Sampaio como parlamentar, visto que ele foi deputado na ALBA pela UDN, fiel opositora ao nacional-estatismo varguista, todavia é evidente que a elaboração do seu pensamento esteja vinculado ao campo liberal que criticou

181

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. *Universitas*. Salvador, n° 10, set-dez 1971.

o centralismo varguista e seus aliados na Bahia que se formou em torno de uma cultura de elite letrada.

Paulo Santos Silva demonstrou que uma elite letrada na Bahia, autonomista no campo político de oposição a Vargas, utilizava-se da produção histórica como combate político e como discurso histórico justificador de suas aspirações políticas. Dentre esta elite analisada pelo historiador estavam nomes como Wanderley de Pinho, Nestor Duarte e Luiz Viana Filho – os dois últimos contemporâneos de Nelson Sampaio.¹⁸²

Nesse sentido, Nelson Sampaio estaria em consonância com o fio liberal interpretativo, inaugurado por Tavares Bastos na segunda metade do século XIX: constituído de um liberalismo constitucional, cujo objetivo era criar condições institucionais para efetivar uma sociedade liberal, encontrar o moderno condensando o liberalismo com a democracia e abandonando formas radicais de ruptura da ordem, as quais ele se referia como práticas de “terrorismo”.¹⁸³

Nelson Sampaio também dialogava com o “fio conservantista” inaugurado pelo Visconde do Uruguay no Império e Oliveira Vianna no XX, cujas “afinidades eletivas” com esta linhagem interpretativa, apesar de divergirem em concepção, comungava na metodologia no sentido de se ter um Estado pedagogo e educador das massas.¹⁸⁴ A “afinidade eletiva” entendida no sentido de um

182

Ver, SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador, EDUFBA, 2011.

183

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. **Universitas** Salvador, nº 10, set-dez 1971, p.42.

184

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **A arte de ser Livre**. Salvador: Editora Progresso, 1957, p. 34.

parentesco que não é simples correlação, nem influência e sim processos de interação e articulação forte e recíproca, porém, não dependentes de causalidade direta nem relação “expressiva” entre forma e conteúdo.

Lowy traça uma genealogia do termo “afinidades eletivas” ao mostrar os seus usos pela ciência química, passando pela literatura de Goethe e de pensadores das ciências sociais como Weber – que buscava os elos entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. O conceito “afinidades eletivas” aparece em seus estudos como “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal ou à influência no sentido tradicional”.¹⁸⁵

O diálogo com Oliveira Vianna ratificava alguns pontos de seu pensamento e discordava de outros, a convergência advinha da crítica à aplicação de ideias exteriores à realidade brasileira. Sobre a análise de Oliveira Vianna, Sampaio assim discorria:

Devemos anotar que somente concordamos com algumas observações de Oliveira Vianna quanto ao que ele denomina “idealismo utópico”, isto é, a inclinação brasileira para esposar ideais políticos sem considerar a nossa realidade. Mas discordamos inteiramente da terapêutica por ele proposta ou do seu “idealismo orgânico”, que o leva jactar-se de precursor do Estado Novo e a entusiasmar-se com os “gênios” de Mussolini ou Hitler. Como se vê, o seu idealismo orgânico padecia da mesma atração pelos modelos estrangeiros.¹⁸⁶

185

LOWY, Michael. **Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.18.

186

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. **Universitas**. Salvador, nº 10, set-dez 1971, p.63.

Seria uma crítica ao pensamento político brasileiro de Vianna ou às opções políticas do *statemaker* da Era Vargas? Para Nelson Sampaio, o liberalismo não seria uma “ideia fora do lugar”¹⁸⁷, muito pelo contrário, era bem orientado:

Nosso liberalismo, entretanto, nada tem de utópico e de abstrato. É, se assim pudermos chamar, um liberalismo realista. Não nos animaríamos a esperar a sua aplicação em todos os povos e em quaisquer condições históricas. Para certos povos, receitaríamos a nossa fórmula em sua inteireza, para alguns somente certa dose seria aplicável, enquanto para outros, enfim, sabemos que ela seria inviável. Aliás, sempre se levava em conta a situação de cada povo quando se cogitava da recomendação das formas de governo. Em plena fase do universalismo racionalista, que precedeu à Revolução Francesa, foi essa a lição de Montesquieu. Segundo ele, os governos deveriam variar de acordo com as características geográficas, especialmente as de clima. Outros deram preponderância ao fator raça.¹⁸⁸

Nesse fragmento dialoga com Tavares Bastos (1976) e faz uma crítica a Oliveira Vianna em sua categoria de idealismo utópico mais uma vez. Também Gildo Marçal Brandão reitera a afirmativa de que o liberalismo brasileiro teria sido coerente em seus propósitos: federalismo, representação, parlamento no centro, executivo forte, judiciário como árbitro. (BRANDÃO, 2005, p. 249)

Nelson Sampaio considerava que os estágios culturais, ou seja, a cultura como conjunto de produção humana era baliza para diferenciar povos desenvolvidos dos subdesenvolvidos. Em linhas gerais, nos

187

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. **Estudos Cebrap**. S. Paulo: n.3, 1973, p. 151-161.

188

SAMPAIO, Nelson Sousa. O Brasil e a democracia. **Universitas**. Salvador, nº 10, set-dez 1971, p. 52-53.

países subdesenvolvidos, devido a seu “atraso” cultural, a tendência seria a ditadura, pois a democracia seria esporádica. Portanto, a saída para o subdesenvolvimento era caminhar para a democracia numa combinação de desenvolvimento econômico com social que possibilitasse uma maior integração da nação brasileira ao processo civilizatório ocidental incorporando sua população à economia de mercado, ao acesso à técnica e ao mínimo de instrução básica.

Para o Brasil, descartava a possibilidade do socialismo democrático.¹⁸⁹ Expõe teoricamente suas preferências pelo liberalismo e suas incursões teóricas a respeito da democracia, deixando explícito seu programa teórico e prático. Não apontava claramente os atores políticos que pavimentariam o caminho para a democracia com desenvolvimento. As conclusões a que chegava era a de que “para os que tenham vivo amor aos termos dialéticos, o grande problema político de hoje é o de, vencendo a tese da onipotência do Estado, e a antítese da negação do Estado, atingir a síntese que concilie a existência do Estado com a eminente dignidade da pessoa humana”¹⁹⁰. Admitia, portanto, a existência do Estado limitado e condenava a utilização de qualquer indivíduo humano como simples instrumento ou meio para os fins de outros indivíduos ou grupos.¹⁹¹ Criticava a centralização excessiva do Estado concomitante à defesa da democracia.

Admitia o caráter polissêmico da democracia, expressando-a

189

SAMPAIO, Nelson Sousa. **As ideias-força da democracia**. Salvador, Imprensa Regina, 1941.

190

SAMPAIO, Nelson Sousa. **As ideias-força da democracia**. Salvador, Imprensa Regina, 1941, p. 196.

191

SAMPAIO, Idem, p. 187.

em seus matizes liberais e na ênfase negativa do modelo marxista, ao explicitar sua aversão às doutrinas socialistas, as quais ele chamava de “totalitárias”. O termo surgiu nos anos 1930 e ganhou notoriedade a partir da Segunda Guerra, período que correspondeu justamente aos escritos de Nelson Sampaio nos quais abominava os regimes totalitários. A partir da década de 1960, há uma tentativa de expansão do conceito de totalitarismo para outros lugares fora da Alemanha hitlerista e da União Soviética stalinista – considerados por Hanna Arendt, os dois países expoentes, de fato, de existência do totalitarismo. (ARENDR, 2013)

Estudos de Hanna Arendt, Brzezinski e Raymond Aron Bobbio são citados por Bobbio em “*Dicionário de política*” (1999) como referenciais nos anos 1950, sobre a definição do conceito de totalitarismo, apontando divergências e também as convergências, dentre as quais: partido único, uma ideologia oficial e o regime de terror (polícia secreta e supressão das liberdades). Para a pensadora alemã, o totalitarismo foi um regime novo, diferenciava-se de outras tiranias e autocracias devido ao seu caráter extremamente afirmativo para uma completa imersão da ideologia totalitária no corpo social.

Ainda na trilha de Hannah Arendt, a “política totalitária foi arma para transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos somente passiva e relutantemente se submetiam”. (ARENDR, 2013, p.393) O resultado disso foi praticamente a eliminação, no caso da Alemanha hitlerista, dos componentes raciais indigestos para o regime. Segundo Hanna Arendt (2013) os regimes totalitários foram auxiliados em grande medida pela propaganda, que, por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são

forçados a recorrer a ela. Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda.

As críticas de Nelson Sampaio não se restringiam somente às ações – quando se referia ao socialismo real, mas aos princípios formuladores dessas teorias. Ele acreditava que o direcionamento teórico da “ditadura do proletariado” facilmente chegaria na prática a regimes totalitários.¹⁹² Além disso, foi firme na defesa dos progressos do federalismo, e enfático na crítica ao sindicalismo nacional/popular e ao socialismo como entraves às liberdades individuais. Nessa perspectiva, apareciam as convergências de Nelson Sampaio com pensadores do campo liberal. O eixo de suas preocupações está centrado na relação da sociedade com o Estado, por isso, centra o foco em sua concepção de democracia na qual deve-se persistir as garantias e liberdades individuais através do fortalecimento das instituições. Para ele, existia a apatia ou quase recessão da ação e do pensamento democráticos no Brasil.

Nelson Sampaio enquanto teórico da democracia brasileira, argumentava que deveria haver o equilíbrio que resultasse das instituições, “porque é um atributo impessoal e perdurável das regras do jogo político”, pois a “apatia dos elementos liberais está a nosso ver um dos maiores entraves à normalização constitucional” e, “na imperfeita e vacilante democracia brasileira, o elemento popular, representado pelas eleições, foi quase sempre um engodo. Mas o segundo elemento de nossa definição de democracia, as liberdades fundamentais, sempre persistiu não muito longas e episódicas violações”.¹⁹³ Seu diálogo é com o pensamento de Rui

192

SAMPAIO, Nelson de Souza. O morticínio das crenças. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 11, jan /Dez, 1976.

193

Barbosa na qual a sociedade, sujeita aos mandos oligárquicos, teria acesso ao sufrágio universal, ou seja, o povo teria o direito ao exercício da cidadania através do voto, mas esse não teria caráter efetivo e não expressaria a consciência nacional. (CINTRA, 2016)

Para ele, teríamos na história brasileira setores liberais que reagiram a momentos de supressão democrática – numa espécie de “tradição sesquicentenária no Brasil”. No processo do “movimento de 64” essa reserva liberal viria dos intelectuais – incluso aí o próprio Nelson Sampaio, os estudantes universitários e secundaristas e segmentos da Igreja Católica. Acreditava na defesa da democracia dentro dos círculos militares da ESG, numa visão otimista de construção de uma democracia modernizada que não violasse os princípios elementares da Constituição. Para ele, as forças armadas seriam uma das poucas instituições organizadas na história brasileira, já que os partidos eram frágeis, os sindicatos atrelados ao Estado e somente os militares eram “capazes, por isso, de decidir de modo mais ou menos incruento os nossos dissídios políticos, quando permanecem coesos”.¹⁹⁴

O argumento principal era que o Brasil foi marcado por mudanças muito lentas em sua história, prevalecendo menos as rupturas do que as continuidades – processos esses, caracterizados pela fraca participação popular, num cenário de subdesenvolvimento, com instituições frágeis e fraca organização social. A partir dessa argumentação, notamos a aproximação com

SAMPAIO, Nelson de Souza. O morticínio das crenças. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 11, jan /Dez, 1976, p. 62.

194

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perfil sesquicentenário. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 08, jan-dez, 1973. Texto também reproduzido na revista *Universitas* nº 14 em 1973 com um maior número de páginas.

as ideias de Nestor Duarte (1939), que delegava aos setores médios um protagonismo social na defesa de um Estado democrático – Estado forte, mas não necessariamente um governo forte.

Nestor Duarte, como já afirmamos, criticava tanto os idealistas utópicos quanto aos autoritários centralizadores que achavam que o Estado deveria moldar a sociedade. Daí a assertiva, similar a Nestor Duarte de que não tínhamos um povo político, e por isso, o Estado deveria cumprir um papel pedagógico na organização nacional. Nelson Sampaio também criticava os utópicos ao achar um lugar definido e estanque para o liberalismo em sua interpretação de Brasil. Do mesmo modo, criticava os idealistas orgânicos, pois acreditava que a centralização é por si só causa fatal para a democracia.

Durante a trajetória de vida de Nelson Sampaio (1914-1985), identificamos a elaboração de um pensamento político perpassado por três momentos distintos da vida social e política brasileira marcados por dinâmicas e contextos específicos, mas que não modificaram sua forma de pensar o Brasil. Opositor do Estado novo, crítico do populismo 1945-1964 e reticente quanto aos excessos da ditadura civil-militar instalada a partir de abril de 1964, foi otimista quanto ao caráter democrático de setores da *intelligentsia* das forças armadas. Sampaio atribuía à atuação de setores liberais médios, em semelhança com Nestor Duarte, as garantias de defesa de um modelo liberal democrático para o Brasil como uma das nossas tradições desde a Independência em 1822.

A defesa da democracia, o liberalismo constitucional, no sentido de garantia das liberdades individuais, a crítica ao subdesenvolvimento como empecilho à prática democrática no Brasil, seja pela ilusão do voto ou manipulação institucional foram suas categorias de interpretação da realidade nacional. O Estado

era condição sine qua non, desde que não houvesse centralização exacerbada que prejudicasse as liberdades e ferisse as boas intenções federalistas.

Nelson Sampaio nos deixou um legado como um intérprete dos fenômenos políticos brasileiros. Seus ensaios e pesquisas apesar de não terem tido a mesma visibilidade destinada a baianos de projeção nacional como um Rui Barbosa e Nestor Duarte – contribuíram na formação de quadros intelectuais, na elaboração de argumentos para ação política de forças sociais na Bahia.

Destarte, esses fragmentos da escrita de Nelson Sampaio, delineiam o conteúdo ideológico de muitas das ideias e ações dos conselheiros de cultura: pensamento liberal constitucional, perspectiva individualista da cultura, certa dose de anticomunismo e posição de acomodação frente à nova ordem instituída a partir do golpe iniciado em 31 de março de 1964.

3.1.2. A influência do pensamento político de Nelson Sampaio e as reverberações no campo da cultura.

Ao ser convidado para o cargo de conselheiro de cultura pelo governador Luis Viana Filho em 1968, Nelson Sampaio, um liberal clássico, em nenhum momento de sua trajetória no CEC questionou o papel do Estado enquanto provedor de políticas culturais, muito pelo contrário, ratificava que o poder público deveria abrir os caminhos para que os indivíduos – criadores e fazedores de cultura – tivessem as oportunidades. No entanto, a sua perspectiva liberal da ação do Estado no campo da cultura, de um lado contribuiu para estancar as produções alternativas ao modelo elitista de cultura; e, do outro, abolia uma intervenção total do Estado na sociedade quando o assunto permeava os movimentos culturais. Era um sinal

de rejeição às ideologias “totalitárias” – cuja crítica fazia desde os tempos do pós-Segunda Guerra.

A ditadura civil-militar, por sua vez, não se constituiu num regime totalitário, acreditava Sampaio, apesar de, em muitos momentos, ter censurado obras de arte, artistas, exposições e eventos culturais. Essa era uma pauta “espinhosa” para o Conselho, ou seja, eram as “zonas cinzentas” nas quais se atuava entre a institucionalidade e os valores humanos legitimados pela tradição liberal de direitos.

Nelson Sampaio atribuía a Rui Barbosa um modelo de homem de cultura – que expressava um perfil liberal seguido pelo conselheiro. Por isso, a pedido do CEC, elaborou um esboço da biografia de Rui Barbosa em comemoração ao dia nacional da cultura atribuído ao político baiano como forma de homenageá-lo. Assim, Nelson Sampaio enfatiza as características que julga pertinentes para justificar a escolha. Rui Barbosa, oriundo das camadas baixas da sociedade, que, devido a sua “curiosidade” intelectual, ascendeu socialmente e tornou-se um intelectual polimorfo. Na concepção de Nelson Sampaio, Rui representava “o estadista, o apóstolo das ideias liberais, o sábio, o artista, o político, o parlamentar, o jornalista, o advogado, em suma, o homem da práxis e da ação, predominante nele, e que não perdia o amor à teoria”¹⁹⁵.

Ao falar de Rui, Nelson Sampaio explicitava seus pressupostos políticos liberais, tais como a liberdade como condição plena da criação cultural e a crítica consistente às ofensas dos direitos individuais. Daí sua noção de cultura esboçada em sentido liberal

195

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Ruy e a cultura nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 04, jul./dez 1969, p.10

de que toda cultura nasce de dois processos: “a elaboração anônima ou inconsciente do povo ou de pessoas cujos nomes a história não registra e o processo consciente, erudito ou planejado de criação cultural dos sábios e artistas que ligam seus nomes a determinadas criações culturais.”¹⁹⁶

Em seus escritos, a cultura aparece como significado mais amplo que compreendia todas as atividades humanas dirigidas por fins conscientes e os produtos dessas atividades. Era tudo quanto o homem somava à natureza. Era fruto do trabalho anônimo das gerações – em suas dimensões como a língua, o folclore, a religião, a economia, o conhecimento, a moral, o direito, as normas, as artes, as recreações e a educação. Por outro lado, à medida que as sociedades se tornarem mais complexas, a cultura ganharia o status do individualismo – as criações passariam a levar o nome dos seus criadores e seriam transmitidas através dos processos educacionais para as gerações futuras.

O conhecimento gerado a partir de uma elaboração mais sistematizada, “obras de arte, códigos jurídicos, preceitos morais, arquitetura, música, escultura e pintura” estaria sob responsabilidade das classes mais instruídas – mesmo sabendo que a fonte de suas inspirações estava nas categorias anônimas e nas culturas populares. Dito de outra maneira, Sampaio acreditava que era papel das elites culturais salvaguardar todo o conteúdo e os esforços produzidos pela sociedade como um todo, sobretudo, enfatizando os valores do belo, do justo, do bem, da verdade ou do sagrado.¹⁹⁷

196

SAMPAIO, Nelson de Sousa. *Idem*, p. 09.

197

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **Prólogo à Teoria do Estado** (Ideologia e Ciência Política). Rio/São Paulo: Forense, 1960, p. 227-244.

Nelson Sampaio corroborava a noção de unidade nacional proposta pelos militares ao defender a integração nacional como condição equitativa do acesso aos processos culturais múltiplos do país. Contra isso, segundo o conselheiro, estava o marxismo com seu universalismo.¹⁹⁸ Ademais, as formulações liberais de Nelson Sampaio reverberavam em suas ações práticas dentro do Conselho, cuja posição era hierárquica e de prestígio – ocupou a presidência e por isso encaminhava e direcionava muitas questões.

A cultura, entendida de uma perspectiva liberal, deveria estar livre para a criação, delegado ao Estado o papel de fomentador e garantidor da perenidade dos processos culturais, mas nunca ditando regras como nos países “totalitários”, onde as coisas seriam impositivas, na visão do conselheiro.

3.2 Thales de Azevedo e a cultura nacional.

O médico, antropólogo e cientista social Thales de Azevedo foi um dos expoentes intelectuais mais significativos da Bahia em seu tempo. Deixou uma vasta obra marcada pela publicação de livros, artigos em revistas e em jornais. Diferentemente de Nelson Sampaio, Thales não elegeu como prioridade de suas pesquisas a investigação sobre os fenômenos estritamente políticos. Era interesse do conselheiro investigar as bases culturais da formação do povo brasileiro, principalmente no tocante à busca dos elementos que configurassem a noção do “caráter nacional” brasileiro.

Durante os anos finais da década de 1960 até meados dos anos 1980, foi conselheiro de cultura, presidiu o Colegiado e, também,

198

SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 04, jul-dez 1969, p.70.

a Academia de Letras da Bahia. Nesse período, sua atuação foi notadamente marcada pela intervenção e sugestões aos órgãos governamentais de cultura, emitindo pareceres, ratificando tombamentos do patrimônio baiano, sugerindo publicações de autores baianos, que, em última medida, seriam exemplos da “legítima” cultura baiana e brasileira.

A trajetória intelectual de Thales e seu pensamento estavam vinculados às suas posições religiosas, fato que marcou seus escritos em inúmeras passagens. Católico fervoroso, formado em colégio de jesuítas, o humanismo foi norteador do seu pensamento em relação a uma concepção de cultura ligada estritamente aos valores cristãos. A confluência das benfeitorias dos progressos científicos e da razão deveriam se alinhar às raízes históricas, às tradições nas quais era indispensável a reflexão filosófica e teológica. Segundo Thales, sempre abertas “as veredas por onde a imaginação, a criatividade, a inventiva, e, concomitantemente, a objetividade mais corajosamente realista, desenharão os objetivos, os rumos, as direções”, em que, ratificava o intelectual, “hão de marchar a nossa gente, a nossa ordem social, a nossa cultura, para que sejam verdadeiramente humanas e cristãs”.¹⁹⁹

A noção de cultura por ele perpetrada funcionava com o objetivo de atribuir sentido a existência humana:

É perfeitamente razoável e legítimo falar da cultura como de estados de alma e de consciência como de sentidos da existência, organizados em inteligência das coisas em sensibilidade diante da natureza e do bem, em atitudes que refletem os ideais comuns fundamentais que os agrupamentos humanos assumem e aprimoram

199

AZEVEDO, Thales. Cultura brasileira e caráter nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IX nº 11, jan /Dez, 1976, p. 49.

pela universalidade da educação, pelo acesso amplo a todas as expressões da arte pelo contínuo esforço da elevação moral e espiritual.²⁰⁰

A idéia de cultura nacional, por sua vez, para efeitos práticos, funcionava para estabelecer os padrões civilizacionais que o povo brasileiro deveria ser portador e a partir disso, orientar as instituições e, sobretudo, a condução do Estado na consolidação de um amalgama cultural sólido. Para Thales de Azevedo, a expressão “caráter nacional” seria em princípio, “o conjunto dos padrões culturais, tomando a cultura como a totalidade dos modos de ser – em seus componentes ideacionais, societários, tecnológicos”. (AZEVEDO, 1981, p. 47).

Na referida obra, “*Os brasileiros: Estudos de caráter nacional*”, o antropólogo baiano expõe a necessidade de se discutir o tema pondo em diálogo diferentes autores, perspectivas metodológicas e modelos, seja através da psicologia social, psicanálise, do modelo culturalista, do dialético-materialista ou estruturalista. Indicava a obra de Dante Moreira Leite²⁰¹ como balizadora da compreensão dos períodos ou construções em que o caráter nacional foi mobilizado para entender a realidade nacional.

Transversal aos temas da cultura nacional e da religião presentes nos escritos de Thales, estavam suas opções ideológicas de aversão ao marxismo e às práticas sociais da sociedade baiana, sobretudo aquelas que “feriam” os seus princípios cristãos. A reticência de Thales aos ideais comunistas, no entanto, não significou uma militância e uma

200

AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1970, p.62.

201

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: 2ª ed., Pioneira, 1969.

participação efetiva na política partidária como ocorreu de fato com seus colegas conselheiros que foram deputados e senadores. No tocante ao marxismo, Thales até reconhecia os avanços em países que adotaram um certo tipo de socialismo que não o marxista-leninista, para ele, destruidor das liberdades individuais, logo, incompatível com a sua perspectiva de cultura.

A teoria marxista era dissociadora, a partir da “luta de classes”, do caráter atávico nacional e, “prometendo embora mais justiça na distribuição da riqueza, distingue-se por seu acentuado caráter repressivo, monolítico e unificante sob o ateísmo militante”.²⁰² Era de sua opinião que:

Naquelas nações submetidas ao socialismo “científico”, a verdade é que a liberdade pessoal sucumbe inteiramente ao mais intolerante coletivismo estatal e à completa perda de identidade e de prerrogativas: neles como em todas as ditaduras hodiernas, de esquerda e de direita, não se fala em direitos humanos e não se põe em dúvida as draconianas leis de segurança que velem antes pelo poder do que pelo povo.²⁰³

No tocante às questões morais, Thales discorria que a cultura estava sendo pervertida pela deturpação de manifestações populares como o carnaval, no formato que se apresentava nas ruas da capital, e pela veiculação de programas de TV extremamente perniciosos aos costumes e moral cristãs, ao exhibir cenas de violência e nudez desmedidas.²⁰⁴ Sobre o carnaval ele sugeria:

202

AZEVEDO, Thales. Entre capitalismo e socialismo. **A Tarde**, sexta-feira, 21/05/1982, p. 03.

203

AZEVEDO, Thales. Interpretações do “socialismo”. **A Tarde**, sexta-feira, 15/07/1982, p.05.

204

Seria necessário, que conservássemos a alegria genuína, que estivéssemos a inclinação para o contentamento, para a gratidão dos benefícios e a retribuição sentimental do que nos fosse feito de bom, sem, no entanto, nos deixar anestesiado pelo efêmero e superficial, pelo sensual, pelo desregrado que esse tipo de festa propicia. Carecemos de mais espírito de trabalho que se equilibre e equivalha à exultação ruidosa e buliçosa. Carecemos também de mais consciência do que importa melhor à nossa realização, em todos os planos, sem permitir que essa vigilância se empane com as luzes passageiras desses fogosfátuos.²⁰⁵

A ideia era a valorização de um humanismo e dinamização do setor cultural através de parâmetros sugeridos ao governo do estado que se refletiriam em orientação para a população. Por isso, pontua os vultos e os eventos culturais marcantes na Bahia, reconhecendo, em seu tempo, certa falta de renovação e dinamização culturais, mas nunca um sentimento de derrotismo.²⁰⁶

O Folclore, as manifestações populares, o papel das universidades e dos cientistas, teriam igual valor na constituição e preservação do caráter nacional. Similar ao pensamento de Nelson Sampaio e quase unânime entre seus pares conselheiros era a evocação da figura pública de Rui Barbosa — considerado bastião da democracia, ícone da tradição e da garantia de direitos

Sobre o desconforto de Thales com alguns programas televisivos. Ver: AZEVEDO, Thales. Problema da televisão. **A Tarde**, 26/02/1982. “O casamento, o pudor, o amor mesmo saem destroçados de não poucas novelas e se apresentam às novas gerações — que são hoje escravas passivas e submissas aqueles programas — como, no mínimo, objetos de critérios chocantes, que tendem a alterar perniciosamente a nossa cultura. O mal, a desgraça, os desvios, as aberrações estão aí, mas porque mostrá-los e os focalizar de modo a sugestionar a juventude e ferir a sensibilidade dos que prezam a moral e a cultura?”.

205

AZEVEDO, Thales. Carnaval. **A Tarde**, sexta-feira, 19/02/1982, p.06.

206

AZEVEDO, Thales de. A vida de cultura na Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 03, jan /jun. 1969.

constitucionais, fundamentais ao processo civilizatório. Sendo assim,

É nesse sentido que para Ruy, a pátria não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados a comunhão da lei, da língua e da liberdade.²⁰⁷

O patrimônio histórico era outro pilar de demarcação da cultura, haja vista que patrimônio para Thales era sinônimo de civilização. As heranças portuguesas seriam fundamentais na demarcação de um sentido para nosso povo. Em *“Elites de cor”*, obra de Thales escrita no começo dos anos 1950, cuja primeira edição foi em língua francesa, por exemplo, o modelo europeu, branco e português seria o padrão que garantiria a harmonia social das raças constituintes da nação. Essa obra está inserida no contexto das intervenções da Unesco nos países em desenvolvimento. A Bahia nas décadas iniciais do século XX, havia sido objeto de estudos sobre as relações raciais por inúmeros pesquisadores estrangeiros, a destacar Donald Pearson – cuja influência nitidamente marcou o pensamento de Thales. Pierson, em sua obra *“Pretos e Brancos na Bahia: um estudo de contato racial”* caracterizava a sociedade baiana como multirracial e profundamente enraizada em diferenças de classe.²⁰⁸

207

AZEVEDO, Thales. Cultura como consciência nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970, p.63.

208

Sobre a relação de intelectuais norte-americanos na Bahia nas décadas iniciais do século XX, ver MICELI, Sérgio. **A história das ciências sociais**

Um convênio foi firmado pelo então secretário de educação e saúde, Anísio Teixeira, em 1949, entre o governo da Bahia e a Universidade de Columbia nos EUA. Thales de Azevedo e Charles Wagley foram respectivamente os nomes mais representativos dessa parceria. Segundo o sociólogo Antônio Sergio Guimarães, *As elites de cor é, nesse sentido, uma monografia engajada com uma certa política racial e com um programa anti-racista bem definido encampado pela Unesco. Complementava, ainda, que “tratava-se de demonstrar a possibilidade empírica de convivência de raças e etnias diversas com um mínimo de tensão e conflito raciais”*. (GUIMARÃES,1996, p. 69). Essa assertiva seria uma constante ao longo da trajetória de Thales.

Em perspectiva diferente, Marcos Maio (2017) discorre que era objetivo da Unesco através do Convênio Columbia University/ Estado da Bahia, abordar as desigualdades socioraciais no Brasil e colocá-las num plano a evidenciar, por exemplo, que o processo de modernização da sociedade baiana, os desafios à tradição e a dinâmica da mobilidade social são concebidos como potenciais geradores de conflito racial.(MAIO, 2017)

Um ponto de consenso entre Guimarães (1996) e Maio (2017) sobre Thales de Azevedo, situa-se na análise da mudança de orientação deste autor no tocante à percepção da democracia racial como um mito. O Thales de Azevedo duas décadas depois dos estudos da Unesco, na década de 1970, apontava para uma revisão dos pilares que nortearam suas produções iniciais – a ideia de que o racismo não era tão comprometedor entre os baianos, pois havia uma convivência e harmonização ente brancos e não brancos. (AZEVEDO, 1975) Guimarães resume

no Brasil. São Paulo: Vértice, 1989.

sinteticamente o que isso significou:

Poucos terão, ao longo de uma vida, acompanhado tantas mudanças do científica e politicamente correto: oriundo do berço mais nobre do racismo científico brasileiro, ajudou com seus primeiros trabalhos a feri-lo de morte, estabelecendo o novo consenso culturalista de negação das raças, de afirmação das cores e de laudação dos ideais da democracia racial. Não durou muito, todavia, para passar a militar contra a ideologização desse novo consenso, desmascarando as racionalizações e revelando as discriminações e preconceitos raciais e de cor. (GUIMARÃES, 1996, p. 78)

Sangiovanni (2015) discorre sobre a trajetória e as mudanças interpretativas da obra de Thales no tocante às questões raciais, no momento, sobretudo, quando sua atuação foi intensa no Conselho – os anos 1970. O autor procura formular hipóteses acerca do posicionamento de Thales contextualizando-o para a luta anti-racista no Brasil e sua apropriação pela diplomacia brasileira, a serviço da ditadura civil-militar, e chamando atenção do leitor para outras variantes interpretativas de caráter pessoal e subjetivo do autor. Ele tende a reconhecer as imbricações entre raça e classe no entendimento do papel e situação dos negros no Brasil, nesse período, talvez, influenciado pela leitura de Florestan Fernandes. (FERNANDES, 2008)

No entanto, é importante ressaltar que as preocupações de Thales no campo teórico em relação as questões raciais não se refletiram em sugestões e deliberações enquanto esteve como conselheiro de cultura, no sentido de incluir a população negra no conjunto de preocupações das políticas de governo para a cultura.

Sobre a trajetória do pensamento de Thales, sobretudo, no começo da carreira, anos 1930, destacava-se a publicação na revista carioca *Mundo médico*, o artigo – “*As raças humanas superiores e raças inferiores*” ainda muito influenciado pela tradição da Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formara, justamente famosa pelas suas doutrinas racialistas de medicina legal. Thales iniciava uma longa trajetória intelectual que o levaria do “racialismo, ainda dominante em alguns meios intelectuais brasileiros nos anos 30, ao domínio e à maestria da Antropologia Cultural e Social” e, ao reconhecimento nos anos 1970 de que a democracia racial era um mito construído na sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 1996)

Thales foi marcadamente influenciado pela noção de democracia racial e mestiçagem de Gilberto Freyre, ao reafirmar a idéia do padrão europeu, português, que se harmonizou ao entrar em contato com os povos autóctones. Em *Povoamento da cidade de Salvador*, de 1949, obra encomendada pelo governo do estado à época, fica nítido esses pressupostos interpretativos que davam uma conotação europeia ao caráter nacional, sendo as outras raças contribuintes desse caráter à medida que houvesse miscigenação. A marca freyreana de Thales fica mais evidenciada em *Povoamento da cidade de Salvador*, onde ali, se fazia presente o debate que lhe custaria esforços e construções institucionais, “aparente anuência, à quase ausência de preconceito, herdada dos séculos de convívio com mouros e prêtos”, graças à qual “o branco português, sempre em minoria sensível na Bahia, conseguiu absorver parte dos africanos que importou”. (AZEVEDO, 1969, p. 223-224).

Inclusive em seu ensaio sócio-antropológico intitulado *Cultura e situação racial no Brasil*, escrito em 1966, constatou através de uma metodologia de pesquisa de campo – que aplicou questionários

para os brasileiros, no intuito de identificar as visões, características e estereótipos que eles tinham dos diversos povos e nacionalidades – que as características mais positivas eram atribuídas aos norte-americanos e europeus, em detrimento de aspectos que consideravam negativos, com “preguiçoso” atribuídos aos negros, índios e povos orientais.

Engajado na pesquisa acadêmica e institucional numa Bahia com elevados índices de analfabetismo, Thales expunha as dificuldades que ladeavam a pesquisa, como a existência de uma escassa literatura em ciências sociais sobre a situação racial baiana, especialmente quando tratava-se do processo de mudança social. Por isso, o engajamento de Thales de Azevedo na proposta da Unesco em desvendar os interiores do Brasil e sua ênfase nas questões raciais, mobilidade dos negros e racismo.

Porém, a partir de 1964, imbuído talvez, no diálogo com a perspectiva de integração nacional proposta pelos militares, Thales reverbera em seus textos, sobretudo nas revistas e jornais baianos, a preocupação com a definição do caráter nacional brasileiro. Seus escritos foram direcionados pelo revisionismo de suas posições anteriores em relação as questões raciais, e mais ainda na delimitação de um conjunto de características que formariam o amálgama da nação: cultura portuguesa, princípios democráticos, cordialidade do brasileiro, dentre outros caracteres. (AZEVEDO,1966)

Maria Brandão Azevedo (2005) analisa a obra de Thales em ciclos: os estudos raciais, os da Igreja e Estado, caráter nacional e ideologia, estudos sobre ciência e educação e os temas de antropologia. A autora, filha do escritor, traz aspectos da memória familiar condensando com a análise de sua participação nas instituições e sua produção

intelectual, mas não menciona a passagem de Thales pelo Conselho de Cultura, apenas relata que teve artigos publicados na Revista de Cultura sem creditá-la ao Conselho.

Os artigos publicados semanalmente na imprensa baiana mostram essa variedade de ciclos, sobretudo, os do jornal *A tarde*, cuja coluna se manteve desde os anos 1950 até a sua morte. Num plano geral, os artigos de Thales de Azevedo nos jornais, condensam seu pensamento para o leitor, acrescentando à narrativa, os acontecimentos e episódios da vida cotidiana baiana.²⁰⁹

Porém, ao que tudo indica, e centramos nossa análise em um aspecto aqui, que acreditamos é amálgama dos demais – o caráter nacional brasileiro – onde o autor deixa transparecer as demais dimensões para sistematizar o seu engajamento acerca do entendimento da realidade brasileira. Sobre o livro “*Brasileiros estudos de caráter nacional*” – de 1981, Thales esboça sua preocupação em definir o caráter dos brasileiros. Para isso contrapõe características de povos regionais opostos – de um lado os baianos cujo modo de vida seria mais livre, mais humano, avesso à pressa e, do outro, o tipo regional “gaúcho do campo”, mais objetivo, mais empenhado e afetuoso ao progresso. No entanto, faz ressalva para o caráter plural da formação do brasileiro, atentando-se para a grande diversidade territorial e cultural.

Nesse ensaio, também percorre a trajetória de preocupações intelectuais, científicas e ensaísticas sobre a definição do Brasil e dos brasileiros. Em diálogo com Dante Moreira Leite (1969) corrobora o autor na crítica à naturalização das características psicológicas

209

Os artigos de Thales de Azevedo escritos no jornal *A Tarde* estão digitalizados de 1960 a 1999 e se encontram no link <<http://www.thalesdeazevedo.com.br/bibliografia.htm#21>> Acesso em: 15/07/2016.

e naturais que se atribuiu ao brasileiro pelo senso comum. Dante Moreira Leite se opôs este conceito de “caráter nacional” como categoria analítica. Em outro fragmento, mesmo sem citar, dialoga com autores como Carlos Guilherme Mota que consideram os estudos sobre o caráter nacional uma ideologia de classes ou de momentos históricos. (AZEVEDO, 1981, p. 08)

Discordava de seu companheiro de Conselho, Nelson Sampaio, que estabelecia conflitos, violência e acirramentos políticos como aspectos de entendimento do Brasil.²¹⁰ Contrapunha-se a esse argumento ao referenciar-se com a ideia de homem cordial de Sergio Buarque de Holanda:

Um homem cordial, não, necessariamente, um homem sempre gentil e amável, incapaz de irritar-se e de se deixar arrastar à violência. A nossa história mostra que não somos uma pomba sem fel, porém mostra particularmente a tendência brasileira para a conciliação, para o entendimento para a concórdia mais do que para o ressentimento, o rancor, a intransigência de sentimentos.²¹¹

Um dos principais interlocutores dessa empreitada de Thales de Azevedo que buscava entender a identidade nacional foi Paulo Prado com seu *Retrato do Brasil* de 1928. Prado expressava uma visão negativa do Brasil, ao demarcar as características como sensualidade, luxúria e cobiça do brasileiro como frutos dos condicionamentos do povoamento no início da colonização. O encontro das três raças produziu efeito adverso no Brasil nessa perspectiva.

210

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Brasil e a democracia. **Universitas**, Salvador, nº 10, set-dez 1971.

211

AZEVEDO, Thales. A cordialidade do brasileiro. *A Tarde*, sexta-feira, 13/02/1976.

Ao se contrapor a essa interpretação negativa, Thales recorria ao regionalismo baiano. Do seu esforço em estabelecer um debate sobre as identidades regionais, sobretudo a baiana, podemos auferir um dos motes do seu pensamento social no que diz respeito a uma comunhão entre o que pensa e elabora e, o que propôs enquanto um conselheiro para as políticas públicas de cultura na Bahia durante muito tempo. Assim definia o caráter da Bahia e dos baianos, positivando-os:

Bahia em que se formavam o homem cordial, os gostos intelectuais, o povo amável, o ritmo da existência, o equilíbrio de contrários de um humanismo que, no parecer de Gilberto Freyre, constitui o melhor elemento da personalidade e da cultura brasileiras, Bahia essa, que nutre e gera poesia de Godofredo filho, Hélio Simões, de Florisvaldo Matos, de Myriam Fraga, de Fernando Peres, e os ensaios historiográficos de Teodoro Sampaio, de Pedro Calmon, de Wanderley Pinho, de Frederico Edelweis, de Afonso Ruy, de Luís Henrique Dias Tavares. Essa é a Bahia das festas populares, da pompa litúrgica, do candomblé, do carnaval, dos contrastes dos alagados, das invasões, dos grandes edifícios e viadutos, da miséria e afluência de pretos, de brancos e de mulatos em uma convergência sem ódios, a Bahia de tradições de cultura, das Universidades, da vida, da inteligência e da arte, a Bahia vencedora do 2 de julho e a Bahia esperançosa do plano de industrialização e de desenvolvimento. (AZEVEDO, 1981, p. 16-17)

Atribui ao avanço da técnica - o ocaso de experiências que alinhem a técnica ao saber humanístico, buscando no passado - os intelectuais baianos que representavam essa unção que deveria inspirar a geração contemporânea tão carente desses pressupostos. Porém, em outro sentido, não conseguia materializar a sua concepção de Bahia plural nos seus reclames. A ideia era de assimilação de todos os caracteres positivos que a

civilização proporcionou na Bahia em sua “idade de ouro” como o progresso e a vigência científica representada na universidade. Thales endossava a crítica à tese da “preguiça” baiana e a enxerga como retórica atribuída e um obstáculo a ser superado reforçando o humanismo como caráter dos baianos, “porque a prosperidade econômica, o progresso, o avanço tecnológico, estão asfixiando os valores humanos nas sociedades afluentes e desenvolvidas.” (AZEVEDO, 1981, p.22)

Daí ter que preservar esses valores era significativo para manter um equilíbrio. O humanismo deveria ser um estímulo para uma melhor absorção das aceleradas mudanças na sociedade. Esse humanismo e o caráter cordial do brasileiro, foi herança portuguesa, o apreço pela família e pela religião cristã. Portanto, esse era o caldo cultural defendido por Thales e que consistia na base do caráter nacional brasileiro. O patrimônio histórico, como veremos adiante, seria parte fundante da nacionalidade.

3.3 O patrimônio baiano como valor histórico.

Compreender a trajetória da noção de patrimônio é revisitar sua historicidade dos tempos antigos aos modernos. Da noção de patrimônio como um bem familiar, uma herança, até o momento da transição que atribuía somente valor artístico, para a visão que passou a caracterizar um patrimônio como histórico e também àquela que associava tudo que tivesse valor patrimonial ao caráter nacional. (CHOAY, 2006). Discussão de igual relevo, principalmente para se entender a trajetória da preservação do patrimônio no Brasil a partir da atuação dos órgãos oficiais, é a participação de intelectuais que atuavam em instituições como o IPHAN.

A atuação de nomes como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães foi decisiva para a política de preservação no Brasil. Eram personalidades fortes que atuaram em períodos históricos onde se teve acentuada intervenção do Estado, por vezes, balizada através de medidas de exceção, mas que contornaram esses condicionantes ao estabelecerem propósitos para a cultura nacional através da atuação na área do patrimônio. Conforme Fonseca (2017) a chamada “fase heróica” que se iniciou entre as décadas de 1930 e 1940 e foi até 1967, ano de saída de Rodrigo Melo do IPHAN – estava conformada na construção do patrimônio como valor e identidade nacionais.

Já a fase que representou os anos 1970 e 1980 marcou um ajuste e redirecionamento do patrimônio para interesses econômicos, sem perder os objetivos identitários. A atuação dos intelectuais do CEC e suas elaborações sobre o patrimônio dialogavam nessas duas perspectivas que veremos a seguir.

Na lista de assuntos discutidos no CEC, o lugar do patrimônio teve papel de destaque por dois motivos: a) uma preocupação a nível mundial sobre o tema, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial quando os países estavam empenhados em recuperar seu patrimônio material perdido com os conflitos, a criação da Unesco,²¹² órgão da ONU, que passou a atuar nos países da América do Sul de forma decisiva orientando os governos e estabelecendo diretrizes de políticas culturais e do patrimônio para eles; e, b) um segundo motivo, que é consequência do primeiro – uma organização na esfera nacional, principalmente do CFC, que deu ênfase no patrimônio

212
BRITTO, Luiz Navarro. A UNESCO: uma tentativa de abordagem. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VII, nº 09, Jan /Dez, 1974.

como objetivo de reconstrução da memória do passado através do patrimônio nacional material.

Na Bahia, isso teve repercussão direta, haja vista o estado e principalmente sua capital, que, na acepção do estudioso francês Michel Parent, especialista no assunto, foi considerada “a primeiracidade de arte do Brasil”.²¹³ A Unesco chegou à Bahia diretamente com intervenções na área do patrimônio nos fins dos anos 1960, sobretudo a partir da necessidade de preservação do Pelourinho e de seu conjunto arquitetônico. Os conselheiros de cultura participaram dessa mobilização.

Dentro da estrutura organizativa do CEC se criou a Câmara de Arte e Patrimônio²¹⁴ cujos componentes foram pessoas há muito ligadas ao assunto. Diógenes Rebouças por exemplo, executou projetos importantes no estado como o estádio da Fonte Nova nos anos 1950 e a Avenida Contorno nos anos 1960, junto com Américo Simas Filho, foi fundador do Centro de Estudos em Arquitetura da Bahia - CEAB na UFBA. Era a presença da Faculdade de Arquitetura no CEC, que estabelecia um microclima, o do patrimônio, indicando seus pares à Câmara como aconteceu nos casos dos professores Fernando Fonseca e Mário Mendonça, este último, depois de sua participação no CEC, assumiria a direção da Fundação do Patrimônio, que em 1979, iria se transformar em órgão importante do estado, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) – responsável pelos tombamentos e

213

SIMAS FILHO, Américo. Sistema de proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, p. 74, jul/dez 1971.

214

Essa Câmara passou por modificações a cada mudança de regimento, porém suas atribuições permaneceram inalteradas.

existente até o presente.

Na Câmara do Patrimônio destaca-se a presença de Godofredo Filho, ex diretor do 2º Distrito Regional/DR do IPHAN na Bahia/Sergipe, num extremo, pois mesmo não sendo diplomado, exerceu funções diretivas na área, décadas antes da fundação do CEC; e, no outro, Paulo Ormino, filho de Thales de Azevedo, professor da Escola de Arquitetura, sucessor dos mais antigos no CEC e iniciador de um programa executado pela Secretaria de Indústria e Comércio no início da década de 1970, responsável pelo Inventário do Patrimônio Baiano, o IPAC-SIC.²¹⁵

Godofredo tinha ligações com Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro, figuras de destaque e dirigentes máximos no IPHAN. As ideias desses pensadores reverberaram e muito dentro do CEC no tocante às concepções e programas desenvolvidos por eles. Basicamente, podemos falar em uma valorização do estilo barroco colonial de origem portuguesa, seguido do neoclássico e do moderno, uma hipervalorização do valor estético dos monumentos e a prioridade pela restauração em seus aspectos originais. (LIPPI, 2008)

Para essa seção discute-se, principalmente a concepção do patrimônio, ao verificar-se nos escritos de seus conselheiros, sobretudo, os da Câmara de Artes e Patrimônio, quais matrizes definiam o conceito de patrimônio para o CEC. A constatação inicial era que se discutia a associação do patrimônio com a história, ou seja, a atribuição de valor histórico:

215

AZEVEDO, Paulo Ormino. A Herança e o inventário. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n. 44, 2000.

O valor cultural desses monumentos é imensurável, pois essas lições do passado podem influenciar os arquitetos do presente, sugerindo novas soluções para o futuro. Deste estudo restaram apenas duas capelas que, infelizmente, desapareceram. Uma delas a de São Gens, à margem do Rio Una, e a outra a de Nossa Senhora da Ajuda, em Salvador, demolida pelo “urbanismo cirúrgico” do século XX.²¹⁶

A cultura barroca de origem portuguesa foi a matriz conceitual principal, sem dar muito espaço a expressões que representassem outras marcas identitárias, e isso não destoava do pensamento dos órgãos federais de preservação, acrescentando-se que, na Bahia, essa perspectiva era seguida de sua história de grandeza, “autenticidade” e “primordialidade” no cenário nacional:

É tempo de lembrar os fatos notáveis, as coisas imperecíveis e os filhos ilustres da Bahia, fatos que a história não registrou, coisas que ficaram abandonadas e os personagens que honraram a sua terra e hoje são esquecidos. É suficiente a história da colonização para elevar o nome da Bahia no panorama das grandes realizações. Os desbravadores dos sertões que marcaram a conquista territorial para o norte e o oeste, os Adorno, os Dias D’Ávila e tantos outros que conseguiram levar bem longe a semente civilizadora das novas cidades. Os jesuítas, construtores de aldeias, que semearam o cristianismo pelas plagas hostis do Brasil de antanho. A esses homens e tantos outros que, mais tarde, com espírito de brasilidade, se levantaram pela Independência, em Santo Amaro, São Francisco do Conde e em especial Cachoeira, a esses devem os baianos até o nome da família portuguesa por designações nativas, mostrando o quanto amaram a terra e quanto desejavam defendê-la.

216

FONSECA, Fernando. Capelas abobadadas. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano x, nº 12, jan-dez 1977, p. 65.

Pelos séculos afora, são exemplos de bravura e do amor que sesolidificaram, unindo cada vez mais a nacionalidade.²¹⁷

Após a conferência de Veneza na Itália, em 1964, é que se pôde diversificar a conceituação de patrimônio, atribuindo não somente valor histórico aos bens culturais, mas também, valor artístico, ampliando-se assim o conceito de patrimônio (CHOAY, 2006). O patrimônio imaterial só seria colocado em pauta no âmbito das políticas de Estado a partir de 1980, sobretudo depois de Aloísio Magalhães. Porém, Mário de Andrade nos anos 1930 foi pioneiro na tentativa de valorizar o patrimônio intangível.

Santana (2011) explica que a relação entre patrimônio material e imaterial é mínima, ao mostrar que o patrimônio imaterial é realizado por sujeitos concretos, humanos, e muitas vezes, são materializados através de objetos concretos. Do outro lado, o patrimônio material, se manifesta também a partir dos sentimentos, das identidades e dos valores coletivos. Essa interação, portanto, entre patrimônio material e imaterial, era facilmente perceptível para o CEC, ao colocar no rol de suas preocupações, a cultura artística e o folclore baiano, tema da nossa próxima seção:

Em que pesasse, funestamente, sobretudo nas três primeiras décadas deste século, o desconhecimento generalizado de múltiplos tesouros que a civilização luso-brasileira aqui acumulou, e , por último, tivesse a cultura, no setor das artes plásticas, aquela mentalidade reformista que se notabilizou em só erigir obras novas sobre a destruição ou mutilação dos mais esplêndidos

217

FONSECA, Fernando. Novo membro do conselho estadual de cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 04, jul./dez 1969, p.67.

documentos do passado, restou ainda à Bahia, inexaurível que é, o mais extraordinário conjunto de bens imóveis e móveis tocados da tortura da perfeição na busca da beleza, como nos foi revelada pelos seus artistas gloriosos e seus artesões anônimos.²¹⁸

No entanto, para os intelectuais da Câmara de Artes e Patrimônio, a prioridade era dada ao patrimônio material de “pedra e cal”, às construções e edificações históricas, aos sítios urbanos e rurais, e ao seu valor para a história e a memória das elites baianas. A arquitetura colonial e barroca foi a privilegiada para as intervenções do CEC, assim como a Bahia, esteve entre os estados do Brasil com mais bens tombados pelo IPHAN na chamada fase “heróica” do órgão entre as décadas de 1930 e 1960. (FONSECA, 2017)

Muitas foram as afirmações que justificavam a proeminência da arquitetura barroca baiana como primordiais para a preservação:

Nada, na cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos, que se compare, pelo sentido plástico monumental e conteúdo humano de expressão, ao conjunto arquitetônico e urbanístico situado nos seus atuais sub-distritos da Sé e do Passo. É fruto exemplar de cultura do passado e da própria civilização do homem na América.²¹⁹

A noção de patrimônio defendida pelo CEC estava comprometida com o contexto de atuação do Conselho. Preservar os monumentos históricos para garantir a sua manutenção e para

218

CEC. III Encontro dos governadores para o patrimônio. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 06, jan-dez 1971, p.122.

219

SIMAS FILHO, Américo. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II n° 04, jul./dez 1969, p.38.

servir aos interesses dos governos na consecução das políticas voltadas para o turismo e incremento econômico, sem, contudo, abandonar as características originais. A proposição de Godofredo Filho é ilustrativa desse processo:

O Engenho Matoim - situado na baía de aratu, é uma peça representativa da opulência da sociedade patriarcal que se estabeleceu no Recôncavo. É um exemplo precioso de arquitetura do nosso passado, que está merecendo os cuidados necessários para sua preservação. Fazendo parte da área do CIA, poderia compor juntamente com o museu do Recôncavo, do qual dista menos de um quilômetro, um sistema de estruturas representativas do nosso passado com finalidades recreativas e também turísticas. Considerando que o engenho Matoim é bem tombado pelo IPHAN e encontra-se em estado avançado de ruína, propomos que este Conselho dirija-se ao CIA, solicitando informes sobre o destino que devemos dar ao referido Engenho.²²⁰

“Patrimônio mede grau de civilização”, declarava Diógenes Rebouças²²¹ numa demonstração de visão holística de uso do patrimônio, semelhante à noção de patrimônio da Unesco, principalmente as inscritas nas recomendações das cartas internacionais, como atestou o conselheiro Mario Mendonça em entrevista.²²²

220

FILHO, Godofredo Filho. PROPOSIÇÃO n° 06/72. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 07, jan-dez 1972, p. 131.

221

REBOUÇAS, Diógenes. Parecer 14/75/77. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 10, jan-dez 1976, p. 115-117.

222

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

Para preservar os valores civilizacionais era necessário a ação educacional. O tombamento não era o único instrumento para a preservação. (ANDRADE JUNIOR, 2011) O CEC entendia isso, e ultrapassava sua atuação na conscientização, fiscalização, na execução de indicações e estudos para a preservação, principalmente para a constituição de reserva dos poderes públicos através de sua arrecadação.

Américo Simas Filho afirmava que “sem dinheiro, pessoal, órgãos dotados de estrutura racional e atribuições executivas específicas e uma programação conveniente, aprovada por Colegiados idôneos, tudo que se pretende fazer ficará na intenção, na fantasia e nas palavras.”²²³ Descentralização de órgãos do patrimônio era outra sugestão para que se obtivesse êxito nessa jornada.²²⁴

No geral, era concepção dos conselheiros, a noção de patrimônio como sendo sinônimo e memória do passado da Bahia, repositório de valores históricos e identitários das elites antepassadas, materializado em tudo que fosse de origem e legado colonial. Essa foi a prioridade e intenção do CEC sobretudo para que o acervo monumental do estado acompanhasse a modernização em curso naqueles anos. Muito embora o CEC tenha resistido à modernização ao defender tradições como o Folclore, também garantidor das identidades consideradas autênticas pelos intelectuais do CEC.

223

SIMAS FILHO, Américo. Sistema de Proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p.72.

224

CEC. Sugestão do Conselho ao governador para preservação do patrimônio. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 187.

3.4. José Calasans e as “manifestações do nosso populario”.²²⁵

“*Folk lore*”, vem do inglês e significa saber das pessoas comuns, ou da gente comum. No decorrer da modernidade foi apanágio dos românticos, intelectuais, literatos e poetas que viam no folclore a busca do passado em meio às transformações modernas. Os iluministas, diferentemente dos românticos, estavam mais interessados em ressignificar a noção de saberes populares, dar-lhes um caráter racional.

No Brasil, sobretudo durante o século XIX, foram os românticos os pioneiros a pensar o folclore, entendido, primordialmente como cultura do povo. Era necessário catalogar, localizar, descortinar os folguedos, as danças, as manifestações de caráter popular. Sílvio Romero foi um desses intelectuais preocupados em catalogar em sua terra natal, Sergipe, manifestações populares.²²⁶

Nas décadas iniciais do século XX, os modernistas, a exemplo de Mário de Andrade, forjaram novas concepções do folclore, ao desvincular o sentido que lhe era atribuído como coisas pitorescas, exóticas, numa tentativa de atribuir um caráter científico ao estudo folclórico, onde a observação etnográfica e de campo seriam uma constante. Para Mário, a desvinculação do folclore da alcunha de “popularesco” deveria ser acompanhada de sua contribuição à constituição da identidade nacional, rompendo inclusive uma

225

CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Nº 36, nov. 1989, p. 117.

226 A cidade de Lagarto, interior de Sergipe, cidade natal de Sílvio Romero, foi o campo de observação de inúmeras manifestações consideradas folclóricas como ele entenda que: “No Lagarto, cidade da província de Sergipe, foi que melhor as estudamos. Os brinquedos mais comuns são: O Bumba meu boi, os marujos, o Cego, etc”. ROMERO, Sílvio. **Folclore Brasileiro- Cantos populares do Brasil. TOMO I e II**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 52.

dicotomia entre cultura popular e erudita.

Depois de Mário de Andrade, ocorre entre as décadas de 1940 e 1950, uma preocupação maior de outros pensadores brasileiros sobre o tema, como Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Arthur Ramos, Cecília Meireles, Câmara Cascudo – que foi seguida pela institucionalização do folclore. Em 1947, foi criada a Comissão Nacional do Folclore, sob a presidência de Renato Almeida, um dos mais respeitados nomes do assunto no Brasil. Para ele, o folclore deveria ser retratado como uma ciência de interpretação da cultura do povo, com o objetivo de desvendar, através dos “modos de ser dos primitivos o complexo espiritual da nacionalidade”. Completava sua noção de que o “folclore é atividade científica e humana, uma e outra tem de ser realizada com inteligência e com amor, trabalho de campo, de laboratório, de gabinete, de biblioteca, para a investigação, o registro, o cotejo, a exegese”.²²⁷

As comissões estaduais do folclore se espalham pelo Brasil, sendo a da Bahia, criada em 1957, sob liderança de Edison Carneiro. Em 1958, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que depois se tornaria o Instituto Nacional do Folclore, ligado ao MEC. (CALABRE, 2008, p. 92) Da Campanha, surgiu seu principal veículo de difusão: a *Revista Brasileira de Folclore*, que congregou muitos intelectuais na tentativa de inserir o folclore na pauta das políticas públicas de cultura durante a ditadura civil-militar e ratificar o papel do folclore como vetor principal da identidade nacional. (LORYM SOARES, 2009)

A Campanha e a Revista foram incorporadas à Fundação Nacional de Arte, criada em 16 dezembro de 1975 através da

227

ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. **Revista Brasileira do Folclore**. Ano V n 13, set/dezembro 1995, p. 225-226.

Lei nº 6.312, mas só iniciaria suas atividades no ano seguinte. A FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos de execução das diretrizes políticas do governo, conforme rezava o Plano Nacional de Cultura (PNC) de 1975.

Aloísio Magalhães, chefe do IPHAN no início dos anos 1980, inspirado também em Mário de Andrade, e vindo da experiência do Centro Nacional de Referência Cultural- CNRC, evitava as noções de cultura popular e folclore já que não via os bens culturais como sobrevivências do passado, mas como expressões consagradas. Aloísio Magalhães ressignificou a noção de patrimônio e, com ela, desconstruía a ideia do folclore como algo estático. No entanto, a sua metodologia congregava as expectativas de folcloristas e de pesquisadores, pois juntava o caráter de herança ao de continuidade, a noção de autenticidade dinâmica, mas também preocupação com perigos “alienígenas” que pudessem desvirtuá-las.

Na Bahia, além de Edison Carneiro, afetado e perseguido pelo golpe civil-militar de 1964, outros baianos, estes, não reprimidos, seguiram a trilha na identificação e catálogo dos materiais considerados folclóricos, dentre eles Frederico Edelweiss, Hildergardes Vianna e José Calasans.

José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) nascido em Aracaju, era homem de muita representação naquela geração. Em Sergipe, participou intensamente das questões culturais e ao chegar à Bahia onde se tornou em 1937, bacharel em ciências jurídicas e sociais, seguiu caminho semelhante. Ao longo de sua trajetória presidiu casas culturais importantes como o CEC, o IGHB, a ALB, foi professor de História do Brasil da FFCH, e vice-

reitor da UFBA.²²⁸ Nacionalista e integralista na juventude, tinha trânsito livre entre militares e civis e participou das principais mobilizações nacionais e regionais em prol da defesa do folclore, a destacar o III Congresso Nacional do Folclore realizado, em 1966, na capital baiana do qual foi presidente.

Suas concepções sobre o folclore em muito influenciaram as diretrizes e ações do Conselho Estadual de Cultura, eram complementares. Por isso, o destaque da seção será dado a José Calasans. Assim, é tarefa principal, discutir o lugar do folclore dentro do CEC, já que no âmbito de Brasil e em outros estados, os estudiosos do Folclore integraram o Conselho Federal e inúmeros conselhos estaduais. (LORYM SOARES, 2012)

É importante mostrar o que o CEC entendia por folclore e por cultura popular, bem como buscar compreender a opção da instituição pelo primeiro. O folclore caricaturiza a cultura, ao mesmo tempo em que a inscreve numa temporalidade estática. O folclore é um lugar de memória – monumentaliza, elogia, consagra; mas também nega o dinamismo, a vitalidade, a força da tradição. De um ângulo mais amplo essa é a crítica, talvez, mais pertinente que se aplique nesse contexto, pensar as concepções do

228

Informações obtidas em **FFCH /UFBA**. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva. José Calasans foi convidado por Isaias Alves em 1949 para assumir a regência da cadeira de História contemporânea, logo em seguida em 1951, leciona História da América, em 1955, assume a cátedra em História Moderna e Contemporânea e em 1973, lhe é concedido o título de Doutor em História pelo concurso de docente livre de História do Brasil. Orientou inúmeros trabalhos de mestrado na FFCH, concomitantes a ocupação de cargos administrativos como o ocorrido em 1974, quando fora nomeado pelo presidente da república, diretor da FFCH, antes de ter exercido o cargo de chefe do Departamento de História.

folclore numa perspectiva memorialística, como iremos abordar mais detidamente em seção do próximo capítulo.

As publicações sobre o folclore por exemplo, que chegavam ao CEC para serem apreciadas ratificavam essa preocupação memorialística. Elas mereceram destaque e foram aprovadas sem maiores problemas. Tratava-se de obras literárias em sua maioria. O debate entre a cultura popular e o folclore, vigente à época, estava resolvido no CEC, que justificava o apoio ao folclore indistintamente. A noção de folclore do CEC girava muito mais no sentido de preservar do que construir, o folclore entendido como preservação do passado, das tradições populares mais autênticas, nacionais, em detrimento muitas vezes, da influência da cultura de massas.

Lucia Lippi informa que, no contexto deste estudo, “preservar a tradição da cultura popular – entrava em choque com a visão da sociologia da época, que acreditava que o passado colonial deveria ser superado, que as regiões atrasadas pouco tinham a contribuir para o desenvolvimento nacional”. (LIPPI, 2018, p.92) A visão de cultura popular para o CEC era sinônimo de folclore, diferentemente de outras noções, que a partir dos anos 1960, sob influência de Bakhtin (1987), revisitaram um novo conceito de cultura popular, impregnada do riso, da subversão e dos costumes.

Nos fins dos anos 1980, os estudos de Roger Chartier, apontavam para o conceito de cultura popular como um sistema de representações simbólicas, apropriados de maneiras distintas e que rompia a dicotomia simples entre cultura popular *versus* cultura de elite. (CHARTIER,1995). Enfim, esses debates tangenciaram a atuação de Calasans e do CEC.

O historiador José Calasans escreveu inúmeras obras nas

quais percorreu sobre o tema do folclore, membro da Comissão Baiana do Folclore na condição de secretário geral entre 1956-1962, o intelectual dedicou estudos no intuito de fazer uma espécie de “arqueologia” do saber folclórico baiano. Revisitou bibliografias, cordéis, fontes impressas, canções e analisou sobretudo as obras dos folcloristas. Na condição de Conselheiro de Cultura, opinou e emitiu pareceres que garantiram recursos para os grupos folclóricos, para publicação de obras de folcloristas, de cancioneiros e de pesquisadores.

Como pesquisador, foi responsável pela pesquisa “*Folclore Geo-Histórico da Bahia*”, financiada pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro em 1970, num convênio firmado com a FFCH/UFBA. No parecer favorável a esse convênio, o então diretor da FFCH, Joaquim Batista Neves, relatava sobre a importância dos estudos folclóricos desenvolvidos por Calasans, que envolviam alunos de vários cursos da Universidade, inclusive os de música, além de opinar sobre o autor:

Alguns presságios de ser o autor notável professor de história que tanto admiramos, ou do orador primoroso, cujas plamas de eloquência fazem vibrar, com sua palavra fluente e culta, os temas cívicos e históricos que versa com tanta proficiência. Pesquisador atento e lúcido, os seus estudos, sobre o folclore (de que o presente trabalho é exemplo), sobre a historiografia, e, em especial, sobre o messianismo, são hoje em dia, subsídios indispensáveis à literatura desses temas no país e no estrangeiro.²²⁹

O folclore apareceu em suas principais obras: “*Temas da*

229

Informações obtidas em FFCH /UFBA. Pasta administrativa de José Calasans Brandão da Silva, 13/01/1970.

Província” de 1944, “O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro”, apresentado como tese de Livre Docência em 1959, na UFBA, “No tempo de Antônio Conselheiro” s/d, “ABC de Canudos” escrito em 1969 e inúmeros outros artigos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, na RALB e em *Universitas*.

Para Calasans tudo aquilo que surgisse de manifestações genuinamente populares era considerado folclore. Na Bahia, o historiador afirmava que o folclore tinha um caráter reivindicatório, pois muito do que se falava que era de fora, era manifestação baiana.²³⁰ Calasans em seus escritos buscava analisar o caráter popular das manifestações folclóricas contidas nos eventos cívicos baianos e nas representações sobre eles. Exemplo do Dois de Julho da Bahia, data cívica maior do estado, e suas expressões recorrentes registradas nos ditados como “o ABC do dois de julho”, expressões como “vã rezar no pé do caboclo”, canções e versos sobre o “O vapor de Cachoeira”²³¹, importante vetor de transporte do Recôncavo baiano, região, segundo o historiador, das mais ricas em manifestações folclóricas. No seio popular circulavam as peças de sagas de personagens que marcaram o cotidiano do recôncavo da Bahia. “Tu és um Lucas” e “Estrela brilha no céu”, foram expressões das peças folclóricas mais representativas; a primeira se referia a Lucas da Feira, o “salteador” das roças e das fazendas que, na década de 1840, amedrontava os lares oligárquicos dos sertões; e a

230

CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Nº 36, nov. 1989.

231

Caetano Veloso durante o exílio em Londres se reportou na música *Triste Bahia*, do álbum *Transa*, gravado em 1971, os versos “O vapor da cachoeira não navega mais no mar; Triste Recôncavo, oh, quão dessemelhante...”

outra, o Besouro Mangangá, justiceiro dos malfeitores de Santo Amaro. Uma narrativa depreciava e a outra positivava.

Era preocupação de Calasans registrar, preservar e entender a importância dos versos, das trovas, desenhos e das cantigas, como aconteceu no parecer sobre o livro *“A Língua e o Folclore da Bacia do São Francisco”*, de autoria de um vivente na região por nome Edilberto Trigueiros e indicado pelo CEC para publicação, tendo como argumento principal “o recolhimento de aspectos folclóricos e lexicográficos dos mais ricos da Bahia”.²³²

O ofício de historiador consistia na análise da fonte folclórica e no entendimento dos sentidos atribuídos pelo folclorista, como intérprete do povo, nos acontecimentos que revelavam a identidade da Bahia. Segundo análise do historiador Jairo Nascimento (2008), a perspectiva historiográfica de José Calasans não buscava grandes explicações teóricas sobre os fatos, mas a busca da veracidade, cruzando fontes para checar as informações mais precisas. Foi uma prática historiográfica de influência positivista que não desmerecia em nada o seu pioneirismo na Bahia em considerar as fontes orais equitativas aos documentos escritos em grau de importância e relevo para a pesquisa.

Do mesmo modo como registrava as representações populares sobre personagens importantes de episódios como a Guerra de Canudos. Composições de cancioneiros, registros bibliográficos sobre o comandante da 3ª expedição contra Canudos, o *“Corta cabeças”*, o Moreira César, ajudam na interpretação do gênio psicológico do algoz conselheirista,

232

PARECER 13/73/75. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VI, nº 08, jan-dez 1973.

morto nos sertões da Bahia, como registrado por Calasans, ao citar um poema de um folheto escrito por Jota Sara, pseudônimo de José Aras, escrito em 1963, e reproduzido pelo historiador nos seguintes termos, “e disse Moreira Cesar, por seu ódio não há perdão, foste orgulhoso no mundo, não terá salvação, volte lá para a terra, vá cuidar de sua guerra, no reino da escuridão.”²³³

O folclore como contribuição ao nacionalismo foi influência das leituras de Calasans, ainda estudante na Faculdade de Direito, sobre os pensadores estudiosos da questão nacional do período, como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Porém, talvez a influência mais significativa em sua formação fosse Gilberto Freyre e suas teses sobre a democracia racial, que atestavam a resiliência dos portugueses em forjar a nação muito mais pelo apaziguamento do que pelo conflito. Jairo Nascimento (2008) afirma que a orientação teórica de Calasans nos estudos sobre o folclore está ligada a esse movimento de cunho nacional institucionalizado, que refletia na sua essência, uma preocupação em formar uma identidade nacional brasileira.

Esse movimento nacional institucionalizado ao qual se reporta o historiador Jairo Nascimento em seu livro sobre a trajetória e escrita historiográfica de Calasans, diz respeito à perspectiva onde se encontrava o historiador, no grupo de pesquisadores que se preocupavam em analisar o nacional a partir do folclore regional. E Calasans não se furtava em valorizar seus antepassados, até os não baianos, como Celso Vasconcelos e Nina Rodrigues, inserindo-os como referenciais na valorização do folclore nacional.

233

CALASANS, José. Moreira César na poesia popular. **Universitas**. Nº12/13 maio/dezembro 1972, p.42.

A concepção de folclore de José Calasans era consenso dentro de um colegiado tão diversificado como foi o CEC? Atestamos que era positivo, haja vista, que os pareceres eram unanimidade entre todos que julgavam as coisas do folclore, nos quais a quase totalidade partia da iniciativa de José Calasans sob fortes argumentos. Esse conjunto de pensamentos formava um amalgama das ideias sobre o folclore dentro do CEC que o tornava um dos seus principais vetores de atuação na Bahia daqueles anos.

CAPÍTULO IV

A EFETIVIDADE DO CEC: AÇÕES CULTURAIS NA BAHIA



Nesta seção procurou-se discutir os critérios de efetividade do CEC através da análise de suas ações ao longo de duas décadas de sua existência inicial. A edição da Revista de Cultura da Bahia, as políticas de memória e de publicações, as atividades referentes à análise de pedidos dos mais diversos agentes culturais, fossem individuais ou institucionais, os prêmios culturais e a defesa dos bens culturais baianos foram os elementos que visibilizaram o CEC naquele período através da intensa mobilização de elementos culturais por parte dos intelectuais do colegiado.

4.1 A Revista de Cultura da Bahia: a continuidade de uma tradição.

A RCBA constituiu-se num periódico especializado nas questões culturais. Editada pelo CEC, representava a necessidade de se divulgar a atuação dos intelectuais nesse órgão. A RCBA era o canal de comunicação cujo objetivo expressava a rotina institucional do CEC e suas ações. O objetivo, porém, não foi exclusivamente institucional e burocrático – reverberava o projeto de divulgação de sua política de memória e de grupo daquele conjunto de intelectuais que, de certa forma, estava em sintonia com os intelectuais do CFC.

No colegiado federal a valorização da nacionalidade através do passado e os valores pátrios era o objetivo principal inscrito nas páginas da Revista *Cultura*, boletim oficial do CFC. Semelhante, só que em escala regional, encontrava-se a RCBA. Em suas páginas era possível visualizar uma identidade e interesses da Bahia que não eram somente do estado, mas também dos conselheiros. O pano de fundo principal era a valorização dos valores pátrios, cívicos, identitários das expressões brasileiras consideradas “genuínas” em contraponto ao que viesse deformar essas manifestações, seja através da modernização incipiente, do turismo, da destruição do

patrimônio e da cultura de massas.

No caso da Bahia, mas também no plano nacional, a RCBA representava nesse período, uma síntese de uma tradição baiana de agrupamento intelectual e consolidação de periódicos como expressão de movimentos políticos, literários e culturais, dessa feita, materializados a partir da própria ação do Estado enquanto ente oficial. Ali, condensava-se a expressão de muitos movimentos anteriores, representados direta e indiretamente pela presença de seus conselheiros, participantes em épocas pretéritas de movimentos literários e culturais importantes na Bahia. Para ficar em um único exemplo, os conselheiros Hélio Simões e Godofredo Filho, foram lembrados pelo plenário do CEC, em 1978, pela passagem dos 50 anos de surgimento de *Arco&Flexa*, revista que marcou a primeira manifestação literária coletiva do modernismo da Bahia. Em decorrência da efeméride, o CEC solicitava à Fundação Cultural a publicação fac-símile da revista *Arco&Flexa*²³⁴, ressaltando não somente a presença dos seus conselheiros no movimento modernista, como também, a necessidade de “relembrar um dos momentos em que nossa cultura literária procurou emparelhar com a contemporaneidade nacional”.²³⁵

As tradições intelectuais baianas arregimentadas em movimentos literários, grupos e grêmios intelectuais remontam desde os tempos coloniais com a pioneiras Academias Brasília dos Esquecidos (1724) e Academia dos Renascidos (1759), ambas surgidas na Bahia. (PESSOTI, 2009) No período republicano, em especial, pela

234

Publicação realizada pela Fundação Cultural do Estado em 1978.

235

SIMÕES, Hélio. Proposição. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano x, nº 12, jan-dez 1977, p.185.

proximidade temporal e geracional, destacamos os movimentos e suas publicações, com relevo para Nova Cruzada (1901-1914) de teor simbolista/parnasiano, que tinha como expoentes os baianos Pethion de Vilar, Francisco Mangabeira e Pedro Kilkerry, literatos e poetas reiterados constantemente pelo CEC.²³⁶

A Academia dos Rebeldes (1927-1931) composta por jovens como Jorge Amado, Alves Ribeiro – que dá nome à biblioteca do CEC – representava uma boemia literária baiana que frequentava os bordéis e cafés do centro da cidade e que almejava espaço naquele período. *Arco&Flexa*, de tiragem de apenas 5 exemplares, circulou entre os anos de 1928-1929, iniciava o modernismo na Bahia, como já falamos, com Hélio Simões, Godofredo Filho, Pinto de Aguiar, dentre outros. A *Ala das Letras e das Artes*, fundada em 1937 na Escola de Belas Artes da Bahia, foi importante vetor de difusão cultural e de realização de eventos. Foi criada pelo poeta, cronista, crítico literário Carlos Chiacchio, figura de grande influência nos meios culturais baianos.

Duas décadas depois, *Caderno da Bahia* (1948) marcava a segunda geração de modernistas baianos de diversas áreas das artes. Eles condenavam o excesso de academicismo, pregavam renovação estética e defendiam a liberdade de criação. Pertenceram ao movimento Claudio Tuiuti, Vasconcelos Maia, Mário Cravo Jr, Jenner Augusto, Luís Henrique Dias Tavares, Machado Neto, Walter da Silveira. Nessa mesma década, duas outras expressões

236

Sobre o histórico do movimento literário baiano, ver SANTANA, Valdomiro. **Literatura baiana 1920-1980**. Rio de Janeiro Philobibliun; Brasília: INL-Instituto Nacional do Livro, 1986. Obra composta de depoimentos de literatos baianos ainda vivos no início da década de 1980. Ver também Calmon (1949) e Selma Ludwig (1982).

surgiram dentro da Universidade da Bahia. *Ângulos*, revista do Centro Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA com 17 volumes (1952-1961) – financiada pela UFBA, criada por Machado Neto, João Eurico Matta e que teve como colaboradores João Carlos Teixeira Gomes e Navarro de Brito – e a Revista *Mapa*, de 1958, editada em apenas 3 volumes. Seus expoentes principais foram Fernando Peres, Florisvaldo Mattos e Glauber Rocha.

Consoante aponta Selma Ludwig (1982) em estudo sobre as mudanças da vida cultural de Salvador entre as décadas de 1950 e 1970, apesar das tentativas de inovação estilística e estética, das criações inovadoras no campo das artes, cinema e literatura, e do impulso cultural promovido pela UFBA, sobretudo, através das ações culturais incentivadas pelo reitor Edgar Santos – os movimentos culturais, em especial no campo editorial e literário, ficaram muito restritos aos grupos intelectuais da elite letrada baiana, apesar da expansão de museus, teatros e do surgimento de algumas editoras. O público, em geral, ficava alheio às produções.

No entanto, destaca-se uma outra tradição baiana e brasileira, principalmente no período republicano. Revistas institucionais que representavam anseios dos governos não constituídos legitimamente. Dois casos são importantes e merecem destaque: a revista *Cultura Política* criada no período da ditadura Vargas e a revista *Cultura* do CFC criada em outro momento de exceção. Ângela de Castro Gomes estudou a primeira revista e chama atenção para os objetivos de periódicos oficiais que visavam fazer a propaganda dos governos. (GOMES, 2007, p. 157)

O governo Vargas difundiu sua política cultural através da revista *Cultura Política*, criada em 1941 e findada em 1945, periódico que fazia parte de uma estratégia maior de defesa daquele governo

e de construção do nacionalismo, de uma cultura nacional forte e unificada. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era o órgão específico para tal empreendimento. Depois de 1942, com o desenrolar da Segunda Guerra, o periódico passou a ter conteúdo militar. Intelectuais de matizes ideológicos variados escreveram em *Cultura Política* porém, o que os conectava era a defesa do nacionalismo.

O folclore entraria como aspecto conteudístico dessa proposta, além de que, os autores principais escreviam obras e artigos para estabelecer um determinado modelo de cultura nacional condizente aos reclames ideológicos do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas. Cultura Nacional que buscava uma reconciliação positiva com o popular, resignando-o contra os perigos alienígenas e arrematando os intelectuais como intérpretes e educadores da nação. (VELOSO, 1998)

Durante a ditadura civil-militar, o CFC, principal órgão da cultura na esfera federal, também se valeu de revistas como forma de divulgar e estabelecer diretrizes de sua política cultural. Foram criados dois periódicos a revista *Cultura* (1967-1970) e o *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (1971-1975), estes mais informativos das atividades do CFC, além da *Revista Brasileira de Cultura* (1969-1974), de cunho mais ideológico com vistas à consolidação dos posicionamentos políticos dos conselheiros federais de cultura. (MAIA, 2012, p.106-130)

As concepções de uma cultura nacional essencialista defendidas no Estado Novo retornariam na ditadura civil-militar pós 1964, somadas a uma perspectiva modernista e de integração regional. Os Conselhos Estaduais eram os locais destinados a fomentar as regionalidades e sua integração ao nacional. Os calendários culturais e as casas de cultura seriam elos fortes

dessa política, e a divulgação das ações também perpassava pela publicação periódica dos CEC's.

Nesse bojo, surge a *Revista de Cultura da Bahia*, pensada logo em seguida da instalação do CEC em março de 1968. Os intelectuais que compuseram o colegiado, em sua primeira formação, preocupavam-se em divulgar as atividades do CEC e pensaram na política de publicações no intuito de valorizar a produção baiana. Américo Simas Filho sugeria que o modelo fosse parecido com a revista do Conselho Federal de Cultura (CFC). Carlos Eduardo da Rocha, por sua vez, reclamava que houvessem recursos destinados exclusivamente para a produção da revista e outras publicações do CEC.²³⁷

No início da atuação do CEC, o periódico oficial da cultura da SEC era a revista *Porto de Todos os Santos*, desse modo, os conselheiros indicavam que o noticiário sobre o CEC e os artigos fossem publicados nesse periódico do DESC. O conselheiro Thales de Azevedo foi o primeiro a provocar a necessidade de se criar um boletim do CEC e Odorico Tavares em posse da revista *Cultura* do CFC, indicou ao plenário do CEC que seguisse um formato semelhante.²³⁸ Em 1968, saíria o primeiro volume da *Revista de Cultura da Bahia* cujo objetivo principal era divulgar as atividades do CEC, publicar artigos de autores autóctones e legitimar as políticas culturais orientadas pelo governo baiano.

A RCBA tinha uma tiragem de 1000 exemplares, e boa aceitação

237

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 14ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 28/05/1968.

238

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 15ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 04/06/1968.

no meio intelectual – circulava pelas instituições culturais do país e do exterior.²³⁹ A revista era remetida aos estados da federação para servir às entidades culturais e, também, solicitada pelas instituições de abrangência nacional.²⁴⁰ Chegar a um grande público era seu objetivo, mas ela, prioritariamente, circulou nos espaços letrados, ambientes intelectuais e universitários.

Além da revista, o Conselho divulgava suas atividades para o grande público na imprensa local da Bahia, principalmente nos grandes jornais e no Diário Oficial do Estado. Sem muita sofisticação na elaboração editorial e estética, suas páginas em preto e branco eram impressas na Empresa Gráfica do Estado da Bahia, através de chamadas licitatórias. Foram 15 números até 1987, ano que marcou o fim da primeira fase da RCBA, que depois de 1992, passou a ter um outro projeto e formato, colorida e com menos páginas.

Com periodicidade semestral, intercalada em alguns anos por publicação anual, em média, a RCBA tinha 200 páginas de muita erudição e informação. Somente o primeiro volume editado em 1968, foi de menor paginação, mas sua importância deve ser registrada pela publicação do conjunto de leis e regimentos que deu vida ao CEC.

Os artigos eram distribuídos entre os conselheiros e os convidados. Os mais “publicistas” foram Nelson Sampaio, Thales de Azevedo, Américo Simas Filho, Fernando Fonseca e José Calasans, como podemos verificar na Tabela 01 a seguir:

239

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 30ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 11/08/1970.

240

Solicitação da Biblioteca Nacional. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 11, 1972, p.185.

TABELA 01

Número de artigos dos Conselheiros na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

CONSELHEIROS	QUANTIDADE DE ARTIGOS	%
Nelson Sampaio	12	16,21%
Thales de Azevedo	9	12,16%
Américo Simas Filho	9	12,16%
Fernando Fonseca	7	9,45%
José Calasans	7	9,45%
Carlos Eduardo da Rocha	6	8,1%
Claudio Veiga	5	6,75%
Godofredo Filho	4	5,4%
Antônio Loureiro	2	2,72%
Wilson Lins	2	2,72%
Renato Berbet de Castro	2	2,72%
Ary Guimarães	2	2,72%
Mario Mendonça	1	1,35%
Adroaldo Ribeiro Costa	1	1,35%
Germano Machado	1	1,35%
José Duarte de Araújo	1	1,35%
Mercedes Rosa	1	1,35%
Rui Santos	1	1,35%
Barbara Vasconcelos	1	1,35%

Fonte: Revista de Cultura da Bahia (Vol. 01-15)

Os colaboradores faziam parte do mesmo *métier* intelectual, membros das Academias e Institutos Históricos, professores da UFBA e convidados internacionais. Na maioria, pessoas ligadas ao CEC e à Universidade. A seguir a lista dos intelectuais convidados:

TABELA 02

Número de artigos dos colaboradores na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

COLABORADORES	QUANTIDADE DE ARTIGOS
Antônio Luiz Machado Neto	2
Frederico Edelweis	2
Davi Salles	2
Luis Rogerio	1
Maria Beatriz Nizza da Silva	1
João Carlos Teixeira Gomes	1
Consuelo Pondé de Sena	1
Navarro de Brito	1
Edivaldo Machado Boaventura	1
Raul Souza da Costa e Sá	1
Luis Henrique Dias Tavares	1
Romano Galeffi	1
Aloisio Pires	1
E. Bradford Burns	1
Hildegardes Vianna	1
Marvin Maurice	1

Fonte: Revista de Cultura da Bahia (Vol. 01-15)

Os temas mais debatidos foram o Patrimônio Histórico, seguidos de perto de outros como a História da Bahia, cultura baiana

e o folclore, elementos centrais da política de memória adotada, que servia para balizar as ações do Conselho em seus pareceres, artigos, análise de auxílios financeiros, elaboração da política cultural do estado, do Plano Estadual de Cultura e do Calendário Cultural da Bahia. No Tabela 03 a seguir, o quantitativo dos temas:

TABELA 03

Número de publicações dos conselheiros por tema na Revista de Cultura da Bahia (1968-1987)

TEMAS	QUANTIDADE DE ARTIGOS	%
Patrimônio Histórico	24	32,43%
Política	10	13,51%
Literatura	9	12,16%
Biografias	7	9,45%
História da Bahia	6	8,10%
Folclore	5	6,75%
Cultura nacional	5	6,75%
Cultura baiana	3	4,05%
Sociologia	3	4,05%
Educação	2	2,70%

Fonte: Revista de Cultura da Bahia (Vol. 01-15)

A função da revista consistia em divulgar a política cultural do estado, expor as ideias dos intelectuais baianos, defender as coisas da Bahia elitista, alertar a comunidade baiana sobre os perigos da destruição do patrimônio e principalmente estimular a rotina e o apoio às instituições e indivíduos fazedores da cultura na Bahia, sobretudo, os ligados ao mundo do saber letrado.

Reforçar uma identidade baiana recortada nos interesses de suas elites letradas consistia em fortalecer uma cultura regional

integrante a uma nacionalidade brasileira. Ademais, a revista circulava por um público específico, restrito a formadores de opinião, por isso era distribuída gratuitamente para diversos órgãos nacionais, pois, através da política de distribuição da RCBA estaria garantida a difusão dos calendários culturais, os convites para exposições, conferências e eventos realizados pelo CEC, visibilizadas as obras publicadas pelo Conselho e, também, as referendadas para publicação financiadas pelo governo.

4.1.1 A política de publicações do CEC.

O CEC priorizou uma política de publicação e, para isso, sensibilizou órgãos estatais, sobretudo a SEC, o DESC e a Fundação Cultural. Também a Universidade Federal da Bahia foi parceira nesse sentido. No entanto, as questões orçamentárias eram colocadas como entrave à perenidade de recursos que possibilitassem uma efetiva sequência de publicação de livros.

Experiências como a Editora Progresso, nos anos 1950, de propriedade de Pinto de Aguiar, aparecia nas falas dos conselheiros como um modelo exitoso que tornou visível obras de escritores baianos, a exemplo dos conselheiros Thales de Azevedo e Nelson Sampaio que tiveram livros editados, inclusive de alcance nacional.²⁴¹

241

Sobre a Editora Progresso consultar os depoimentos de Pinto de Aguiar concedidos à historiadora Consuelo Novais Sampaio. Em um fragmento, Pinto de Aguiar afirmou: “Com relação à Progresso, apesar das deficiências do Estado e das grandes dificuldades enfrentadas, conseguimos lançar cerca de 500 edições, entre os anos de 1945 a 1960. Houve meses em que fizemos 8 lançamentos. A nossa linha editorial privilegiava as obras de caráter cultural.” (SAMPAIO, 2011, p. 183)

Em outro sentido, se relatava que as demais experiências de editoras baianas estavam sujeitas ao amadorismo e à carência de recursos. Atestamos tal estado de coisas no depoimento de Florisvaldo Matos sobre as edições Macunaíma, da geração *Mapa*, nas quais “as tiragens eram de 500 exemplares. Como se vê uma editora bem artesanal. Por isso não sobreviveu” afirmava o editor da revista. Além do mais, “era uma editora de autores com livros de subscrição. Mas deu tudo errado”. Complementava o conselheiro que, “quando um livro saía não dava para pagar nem dez exemplares do que se tinha planejado. Acho que as condições da estrutura gráfica e do mercado de livreiro da Bahia dificultaram muito o nosso projeto”.²⁴²

Para Florisvaldo, ao compararmos autores dos anos 50/60 com os das décadas de 70/80, os primeiros, pertencentes a sua geração, se preocupavam com a qualidade das obras, e os de 70/80 “com a atração, a novidade passageira, o brilho, e em primeira e última instância o lucro”. (SANTANA, 1986, p. 52) Era a tônica da massificação onde grande parte da criatividade artística ficava em segundo plano e procurava-se atender aos anseios de público de massa.

Com as dificuldades de consolidação de um mercado editorial mais consistente para autores baianos, foi do plenário do CEC que partiu a iniciativa de criação do Instituto Estadual do Livro, espelhado no modelo adotado no Rio Grande do Sul.²⁴³ Neste parecer, sugerido por Thales de Azevedo e relatado por Nelson Sampaio ao Governador Roberto Santos, alegava-se que devido a carência de um mercado

242

Depoimento de Florisvaldo Matos. (SANTANA, 1986, p. 51).

243

Parecer nº21/75/77. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IX, nº 11, jan-dez 1976, p. 133-135.

editorial baiano forte, com exceção da Editora Progresso, fazia-se necessário ao governo estabelecer um órgão específico de fomento à produção e divulgação das obras de escritores baianos.²⁴⁴

Os pedidos de publicação já eram analisados pelo CEC, mas era preciso estabelecer uma esfera específica para tal encaminhamento. Por isso o CEC, advertia o parecer, deveria ser órgão emissor e elaborador das medidas cabíveis para a publicação de obras, organizando o processo que seria administrativamente executado pela Fundação Cultural e Empresa Gráfica da Bahia. Como dito, já ocorria o funcionamento dos pedidos de publicação de obras ao CEC e também ao CFC, e muitos deles chegavam ao órgão colegiado para que fossem analisados e encaminhados para publicação ratificada com recursos do governo. Preteriria-se sobretudo, aos trabalhos que chegavam para serem analisados através dos pareceres, que os “mesmos tivessem méritos”.²⁴⁵ Porém, o CEC estabeleceu sua própria política editorial em conjunto com os órgãos estatais, universidade e editoras baianas. Muitas obras inéditas e outras foram reeditadas devido à importância atribuída a elas. A quase totalidade das obras editadas pelo CEC ganhava prefácio e /ou comentários de um dos seus conselheiros.

No primeiro ano de funcionamento, o CEC articulou a publicação de uma “*História da Cultura Baiana*”.²⁴⁶ Essa proposta se

244

Sobre a carência de mercado editorial baiano, ver depoimentos do livro de Valdomiro Santana (1986) sobre a política editorial anos anteriores.

245

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 14ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 28/05/1968, p. 67.

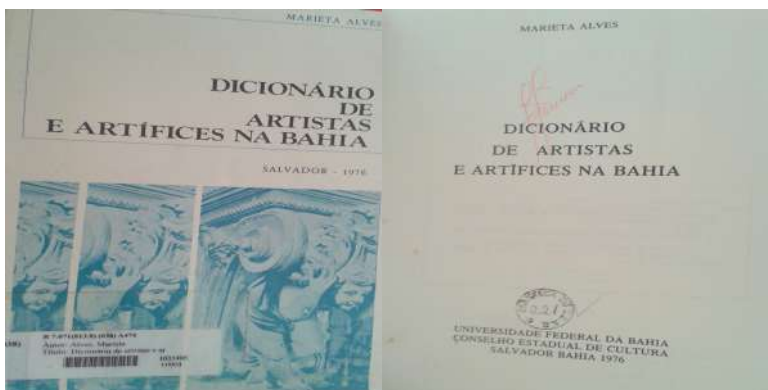
246

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 11ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 07/05/1968, p. 60.

materializou anos depois com a edição do “Catálogo Bahia Cultural” organizado pelo CEC em 1975.²⁴⁷ Em 1983, o CEC publicou “Dicionário de Autores Baianos”.²⁴⁸ Priorizaram-se estudos que inventariassem aspectos da história e culturas da Bahia assim como obras específicas sobre sujeitos e instituições culturais baianas.

Assim, ocorreu quando o CEC publicou em conjunto com a UFBA, sob a direção de José Calasans, prefaciado por Godofredo Filho, a obra “Dicionário de artistas e artífices da Bahia” da pesquisadora Marieta Alves. A ideia do CEC publicar esta obra era visibilizar e valorizar individualmente pelo nome e obras, os artistas baianos desde o século XVI que estiveram a contribuir para a Bahia com suas pinturas, esculturas e escrituras:

Figura 07. Capa do Livro “Dicionário de artistas e artífices da Bahia”



Fonte: Biblioteca Central da UFBA

247

Parecer nº25A/75/77. Publicação Catálogo Bahia Cultural. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IX, nº 11, jan-dez 1976, p. 137-138.

248

RESOLUÇÃO 03/83. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano XIVIII, nº 15, (1981-1984), 1985, p.13.

Da mesma forma, fazendo chamada de preços de editoras interessadas, publicou “*Almanch para a cidade da Bahia, anno 1812*”, edição fac-símile com 264 páginas, impressão feita pela Empresa Gráfica da Bahia em 1973 com uma introdução do conselheiro Renato Berbert de Castro.²⁴⁹ Obras de contemporâneos de geração também foram priorizadas, quando a Comissão Editorial do CEC, aprovou e lançou os livros “Um praticante da democracia: *Octavio Mangabeira*”²⁵⁰ e “*Um estudo sobre a obra de Anísio Teixeira*”²⁵¹. Sob o título de “*Odorico Tavares*”²⁵² o CEC publicava uma biografia de

249

Almanch para a cidade da Bahia, anno 1812. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VII, nº 09, Jan /Dez, 1974, p. 176-177. Sobre os almanaques, José Honório Rodrigues afirmava que “são uma fonte primária de grande valor histórico, pelas informações valiosas que só eles possuem, como o calendário, dias de grande cortejo, os de audiência, a lista de reis e vice-reis, o corpo eclesiástico, militar, os tribunais, o Senado da Câmara, as várias repartições, o corpo do comércio, os médicos, os professores, os negociantes, o comércio, as importações e exportações. Este Almanaque da Bahia de 1812 é extremamente raro e tudo faz crer a existência de um único exemplar na Academia de Ciências de Lisboa, do qual foi esta edição reproduzida. Os almanaques eram publicados todos os anos, mas é rara a sobrevivência de exemplares. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já reproduziu em sua *Revista*, sem o luxo desta edição, os Almanques de 1790, 1870, 1811, 1817, 1825, 1827. O Almanaque Laemmert, a série mais regular e antiga no Brasil, circulou entre 1844-1930, e a Biblioteca Nacional possui uma coleção completa, como possui a do Garnier, outra coleção preciosa, e a de Gotha, que é uma suma da família dos almanaques”. In:

<www.revista.usp.br/revihistoria/article/download/132925/128988/>

Acesso em 21/11/2018.

250

Com depoimentos de Afonso Arinos, Américo Simas Filho, Josaphat Maranhão, Luis Viana Filho e Nelson Sampaio.

251

Com pronunciamentos de Tobias Neto, Hildécio Oliveira, Jose Silveira, Elizabeth Junqueira Aires, Milton Tavares, Diógenes Rebouças e Godofredo Filho.

252

Com introdução de Rui Santos e depoimentos de Carlos Eduardo da Rocha, Wilson Lins

seu ex- presidente, e atestava também no quesito editorial uma política de caráter endógeno ao publicar também de Odorico Tavares, com introdução de José Calasans o livro *“Canudos: cinquenta anos depois (1947)”*.

Era objetivo do CEC com sua política editorial, expandir a publicação de obras de autores da Bahia sanando um déficit histórico. Além dos pareceres que julgava para definir o que o governo deveria publicar, o CEC foi espaço institucional que produziu livros que refletiam seus anseios, constituindo-se em publicações de caráter memorialístico, funcional, para registro catalográfico e de inventário.

4.2. A Política de Memória do CEC: Efemérides e Calendários Culturais Baianos.

De qual história trata as memórias refletidas nas ações do Conselho Estadual de Cultura da Bahia? Que passado é esse que o CEC quer lembrar? Como o passado é recomposto pelo CEC e quais memórias da Bahia são ativadas e por quê? São muitas as indagações que carecem de respostas e que num plano geral nos desafia a analisar a política de memória do CEC.

No plano nacional, o CFC desenvolveu ações que necessitavam da colaboração direta dos Conselhos Estaduais de Cultura, dentre elas, as Casas de Cultura, a implantação dos Conselhos Municipais, os Calendários Culturais, os Parques Históricos, a política de museus e arquivos e a política de salvaguarda dos bens materiais e simbólicos. Na Bahia, essas diretrizes foram executadas pelos órgãos estaduais de cultura, com maior ou menor intensidade.

e Renato Berbett de Castro. Sobre as obras citadas conferir: Relatórios da Presidência. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano XIVIII, nº 15, (1981-1984), 1985, p. 07-11.

de Cultura foram implantadas, a primeira na cidade de Lençóis, museus foram criados a exemplo do Museu Wanderley Pinho no Recôncavo, programas de inventários e estudos do patrimônio, ações de preservação dos centros históricos, a criação dos parques históricos de Canudos e Castro Alves²⁵³ e, principalmente, os Calendários Culturais.

São os Calendários Culturais os lugares onde podemos problematizar a relação entre a história e a memória e, assim, identificar o projeto de memória do CEC e quais os objetivos foram pretendidos. Pensar nisso, requer, associar as recomendações e diretrizes de suas ações às noções de cultura, de história e de memória que propugnavam. Elas estavam imbricadas. A noção de história, por exemplo, será abordada em duas dimensões – a primeira, contrastando com a história acadêmica em processo na universidade e suas tendências de abordagem do passado; e, em segundo plano, as formulações da história enquanto memória, usos do passado.

O que Pierre Nora (1993) chama de história-memória, centrada na relação Estado-Nação perdera lugar, especialmente no século XX, para a memória individual, subjetiva, imersa na sociedade, dessacralizada e desenraizada – a primeira, a história-memória, foi a inspiração do CEC, pois centrava seus

253

BOAVENTURA, Edivaldo. **Castro Alves: um parque para o poeta**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006. O Parque Histórico de Castro Alves foi criado pelo Decreto 22.268 de 11 de fevereiro de 1971 pelo então governador Luis Viana Filho. Já o Parque Estadual de Canudos foi criado pelo Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986 no governo de João Durval Carneiro. Houve também, anteriormente, por iniciativa do CEC, em abril de 1972, uma indicação para a criação do Parque Histórico Pirajá, sugerido pelos conselheiros Hélio Simões e Diógenes Rebouças, que seria efetivado pelo poder municipal em novembro daquele ano. Cf. Atividades do Conselho Estadual de Cultura em 1972. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.182.

propósitos nas narrativas e nas tentativas de construção de uma identidade nacional, no caso baiano, uma identidade regional. Essa história-memória estava em processo de esfacelamento, devido à emergência da história-crítica, enquanto ciência social e representação do passado. Uma história preocupada com a dessacralização da memória, e esta, ao contrário, interessada na ritualização da história, sobretudo através dos lugares de memória. Assim, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. (NORA, 1993, p.13)

A história, mesmo com sua intenção crítica de desmitificar a memória, contribuiu para a consolidação dos lugares de memória, ao estimular a preservação dos arquivos e dos documentos escritos – um dos instrumentos necessários ao trabalho do historiador. A história também pode construir lugares de memória, desde que questione a própria memória. (NORA, 1993, p.13)

Nos círculos acadêmicos, havia na Bahia uma proeminência da sociologia em detrimento da história, sobretudo com a implantação do Mestrado em Ciências Sociais na UFBA em março de 1968.²⁵⁴ Era objetivo do Mestrado formar docentes e pesquisadores para o magistério superior, numa época em que eram pouquíssimos mestres e os doutores na Bahia. O caminho marchava para duas

254

MACHADO NETO, A. L. Um Mestrado em Ciências Humanas. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p. 107-120. Segundo Paulo Santos (2011), em 1976, o Mestrado passou a ser em Ciências Sociais, tendo duas áreas de concentração: sociologia e história.

superações típicas dos condicionantes das décadas de 1960 e 1970; superava o treinamento que formava tecnólogos especializados e fugia de “uma tradição retórica e nada instrumental que fez o encanto das antigas gerações intelectuais de nossa terra, num tempo em que as condições ambientais não permitiam à inteligência muito mais do que brilhar e exhibir-se”.²⁵⁵

Nas décadas de 1930 e 1940, a historiografia que se praticava na Bahia era basicamente factual e feita por juristas e políticos, com predominância dos estudos estritamente documentais. Uma História Política desdobrada em biografias e estudos dos feitos dos estadistas, mas, por outro lado, inauguradora de temas que posteriormente nas décadas de 1970 e 1980 seriam explorados por uma História Social produzida pelos historiadores baianos. O *status* do historiador como intelectual era questionado, e juntamente com o folclorista, não era algo resolvido pois, “a História somente não bastava. O Discurso, a Cátedra, a Academia teriam de completar o quadro, que para tanto não bastava o culto silente ainda que reverente de Clio.”²⁵⁶

Para Machado Neto, primeiro coordenador do programa, o Mestrado foi um divisor de águas na Bahia, ao inserir antes das diretrizes da Reforma Universitária, uma orientação para pesquisas pautadas sob a égide de teor filosófico-epistemológico associado à pesquisa empírica. Recomendava-se dentre outras exigências um trabalho monográfico ao final do curso. Com o Mestrado, os temas

255

MACHADO NETO, A. L. *Idem*, p. 109.

256

MACHADO NETO, A. L. O estudo sociológico da vida intelectual baiana. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano IV nº 05, jul/dez 1971, p.14.

de pesquisas visavam investigar aspectos da História da Bahia em diversas temporalidades e espaços como o Recôncavo, a Bahia do século XIX, assim como, problematizar temas em que Bahia estivesse presente no contexto da vida nacional sobretudo em relação ao Nordeste e à Revolução de 1930. A nível epistemológico, houve a predominância do desenvolvimento de estudos influenciados por uma sociologia da vida intelectual baiana.²⁵⁷

Outro aspecto a ser considerado para analisar a produção historiográfica do período, sob o olhar dessa elite intelectual letrada do CEC, é a ideia da cultura histórica, ou seja, “a relação que uma sociedade mantém com seu passado”, não destinando-se apenas para a disciplina histórica, mas ampliando o conhecimento cujas referências é o passado, com outras formas de expressões como a “literatura, arte, cultura popular, monumentos e muitas outras manifestações simbólicas que estabelecem relações com o tempo.” (GOMES,1996, p. 58)

Verifica-se a permanência de uma cultura histórica que reproduzia memórias e não as questionava. A história era continuidade do passado no presente, era projeto de memória das instituições que visavam promover no seio da sociedade uma visão do valor pátrio/cívico nacional e da Bahia, com evidentes fins pedagógicos. No depoimento do conselheiro Fernando Fonseca estão evidentes esses propósitos:

É necessário que a cultura de nossos antepassados seja preservada e enriquecida cada vez mais pela ação dos homens de hoje, para que se possa legar aos sucessores

257

MACHADO NETO, A. L. O estudo sociológico da vida intelectual baiana. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IV nº 05, jul/dez 1971

um acervo cada vez mais rico e precioso. A ação de instituições universitárias e governamentais [inclusive aí o CEC, grifo nosso], as primeiras ensinadas como preservar, as segundas acolhendo e legislando, poderá constituir-se no trabalho monumental de conservar o que o tempo busca destruir.²⁵⁸

Nesse bojo, encontrava-se o CEC, o IGHB e a ALB, instituições que promoviam os lugares de memória, em detrimento da análise historiográfica das memórias. No entanto, havia uma contradição nesse processo. A Universidade, espaço comum de sociabilidade dos intelectuais do CEC, principalmente os da área de Ciências Humanas, representava essa transição de uma história-memória para uma história crítica.

Novamente invocando Pierre Nora, os lugares de memória deveriam ser rituais e simbólicos, possuidores de vontade de memória, senão, seriam apenas, lugares de história. O caráter ritualístico e simbólico estava contido nas comemorações das efemérides, nos Calendários Culturais e nos elogios recíprocos dos referenciais representativos dessa geração que os faziam no presente, espelhos refletidos.

A afirmação de que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7) provoca a reflexão para entender a atuação do CEC como um meio propagador dos lugares de memória. Um meio que se constituía na necessidade de colocar o grupo de intelectuais em questão, em destaque, já que suas práticas culturais estavam sendo corroídas pelas mudanças em curso, como bem apontou Nelson Sampaio:

258

FONSECA, F. Arquitetura do Recôncavo baiano. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano VIII, nº 10, jan-dez 1975, p. 33.

É fácil, pois, prever que, na década de 70, teremos uma rede mundial de televisão, por meio de satélites; provavelmente se fale pelo telefone para os mais distantes recantos do mundo; gigantescos aviões, de espantosa velocidade, levarão os homens a toda parte, fazendo que cada dia mais o nosso século seja o século do turismo; a televisão colorida já existirá em quase todos os países; os transplantes de órgãos humanos ou as implantações de órgãos artificiais tornar-se-ão quase rotina; o homem viverá mais, apesar de comprimido em supercidades, cada vez mais dependente das máquinas.²⁵⁹

Como vimos nas palavras do professor Nelson Sampaio, além de alusão a um crescimento vertiginoso dos meios de comunicação, da urbanização e da técnica em geral, mudanças mais específicas afetariam o universo intelectual ao qual ele pertencia, sobretudo através “do declínio da cultura verbal; a diversificação cultural; a preocupação com a funcionalidade da cultura; o “desindividualismo” cultural; “o fim dos notáveis”; e valorização da cultura artística.” Segundo ele, era uma perspectiva que conferia uma orientação pragmática à cultura, fazendo-se servir aos fins da respectiva sociedade e dando realce aos técnicos.”²⁶⁰ Era uma visão holística de que a técnica e seu desenvolvimento aceleraria o curso da História e dissiparia uma orientação humanista para a vida, por isso, lembrar do passado significaria para essa geração, em meio a essas transformações, e no interior e através CEC, manter vivas as tradições humanistas, a valorização de um patrimônio material

259

SAMPAIO, Nelson. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 04, jul./dez 1969, p.71.

260

SAMPAIO, Nelson. Salvador em 60 anos. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano V nº 07, jan/dez 1972, p.19.

e intelectual que se visibilizava através da Revista de Cultura da Bahia e dos Calendários Culturais.

Aleida Assmann (2011) questiona a fundamentação de que a memória não existe mais. Para a autora, o historiador Pierre Nora acredita na memória enquanto tradição cultural e não articula a memória como aprendizagem. Para a pesquisadora alemã, a memória deve ser entendida como fator de discussão pública e não como evento acabado, com diz Nora. Para Nora, os lugares de memória são espaços onde a memória necessita ser acionada e construída através de objetos simbólicos concretos, como monumentos, museus e arquivos, muitas vezes ligados a uma autoimagem de heroísmo e de orgulho por parte das nações (e dos indivíduos) – elementos essenciais na consolidação da história-memória dos estados nacionais. Essas construções fortaleciam aspectos indentitários que garantiam a coesão de determinado grupo ao celebrar um passado comum, numa sociedade em que a memória coletiva estava em processo de esvaziamento em detrimento do recrudescimento dos produtos culturais voltados para o consumo de massa e industrial.

Aleida Assmann, ao desenvolver o conceito de memória cultural, acredita, ao contrário de Nora, que a memória está no cotidiano, presente nas paisagens, monumentos, objetos, livros e rotineiramente associadas ao passado. Ela permite que os indivíduos se reconheçam como uma continuidade através do tempo.

A memória cultural consiste em lembranças precisas e institucionalizadas, podendo ser armazenadas, transmitidas e reincorporadas ao longo das gerações. A memória cultural é constituída, assim, por heranças simbólicas materializadas em

textos, no caso específico do CEC – os Calendários Culturais, os ritos, monumentos, celebrações, objetos e outros suportes mnemônicos que funcionam como dispositivos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza, monumentaliza experiências coletivas do passado que podem durar por muito tempo.

A memória surge, dessa maneira, como um artifício para proteger o passado contra a ação destruidora do tempo. Porém, a memória cultural é dependente das mídias e práticas culturais. (ASSMANN, 2011, p. 24). Tal formulação é perceptível na política de memória do CEC quando o órgão elaborava seus calendários em forma de textos e os enviava às repartições públicas para replicação. No entanto, as memórias vão mudando numa escala diretamente proporcional ao desenvolvimento das mídias. (ASSMANN, 2011, p. 25)

O CEC, para além da Revista de Cultura, buscava publicar os Calendários nos jornais locais. O rádio e a TV representavam os principais veículos de informação daquele período, porém, não encontramos registros de reverberação deles nesses espaços. Todavia, tal premissa reforça a ideia de que a memória cultural dependia das lembranças em conjunto com outras mídias.

Atentar-se também, como apontava Maurice Halbwachs (2003, p. 51) – um dos pioneiros do estudo da memória coletiva ou memória social, no início do século XX – para a ideia de que a memória é uma construção coletiva do passado realizada por indivíduos ou por um conjunto deles. Complementa essa análise o caráter seletivo da memória, ao estabelecer o que lembrar, como lembrar e como transmitir. Porém, essas memórias fazem sentido para demarcar um grupo e suas necessidades no presente.

Dessa forma, os produtos culturais que emergiram da política de memória do CEC, além de cumprirem a função de lugares de memória, estavam permeados da memória cultural, a partir do momento em que as elites letradas baianas cultuavam elementos do passado no seu cotidiano e os referenciais da cultura baiana que os identificavam e que faziam da memória, o presente em suas ações.

Sobre a característica que define a memória como seletiva, nitidamente vimos no CEC a escolha de temas e assuntos específicos, cuja predominância e preferências se circunscreviam a temas referentes ao patrimônio material, geralmente de origem barroca – em referência aos tempos “áureos” dos colonizadores, aos temas referentes ao folclore e suas datas mais significativas. O dado importante é a definição de prioridades por parte das gerações mais antigas sobre esses temas, em relação aos mais novos que compunham o CEC, cujas preocupações permeavam questões contemporâneas suas e que escapavam às lembranças de um passado mais distante.

O carnaval por exemplo, manifestação efervescente nos meados da década de 1970 não era representativo das preocupações do CEC. Até porque o antigo carnaval dos blocos de elite que desfilavam décadas anteriores estava em crise e, novas formas que incluíam o trio elétrico e os blocos afro, emergiam com força nas ruas de Salvador. No depoimento da ex-conselheira Dulce Aquino, ficava evidente que, aos poucos, sobretudo a partir do início dos anos 1980, o carnaval era mencionado no plenário do CEC:

Essa coisa da área de arte é que eu não lembro especificamente disso. Quer dizer, eu recordo da gente formalizar questão de prêmio de obra de arte

nos logradouros públicos e das empresas privadas, fazer solicitação para que em cada edifício tivesse. Essas ações, carnaval, a gente discutia muito carnaval. Porque carnaval era importante. E a gente ali discutia como deveria ser a presença do artista na decoração do carnaval, na necessidade de se ter edital público, ser aberto. Já naquela época a gente discutia isso. Da necessidade de ser feito concurso para fazer a decoração da cidade. Era um elemento importante. O Parque de Pituçu... A arte no Castro Alves a gente discutia muito. As apresentações que não fossem só no Castro Alves e ligados aos interesses da televisão na época.²⁶¹

Apesar de surgirem preocupações desse tipo no plenário do CEC não evidenciamos a presença delas nos calendários baianos. Havia uma forte preocupação com o pensamento cívico, que também esteve tão evidente nos calendários, como as efemérides do 2 de julho. Os símbolos da Bahia, como a bandeira e o hino, foram redimensionados e definidos, sendo publicados nos jornais baianos sob a responsabilidade do CEC. Porém, outros eventos e manifestações foram silenciadas.²⁶²

261

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

262

Conselho aprova a padronização da Bandeira e Armas. **Correio da Bahia**. Salvador, 29/11/1979, p.03. A iniciativa partiu dos conselheiros Thales de Azevedo e Renato Berbert e foi aprovada uma resolução pelo então presidente Rui Santos, encaminhando-se ao governador do estado a proposta que versava oficialmente que “a bandeira baiana deverá constar de faixas horizontais vermelhas e brancas alternadas, a primeira das quais na parte inferior vermelha, tendo ao alto, à esquerda, um quadrilátero azul com um triângulo equilátero branco em seu interior”. Outra matéria afirmava que havia variações na apresentação da bandeira e que por isso se fazia necessário a padronização. Cf: Bandeira da Bahia será oficializada. **Diário de notícias**. Salvador 29/11/1979, p.04. Por fim o CEC, aprovou a minuta,

Tatiana Maia (2010, p.205), acertou ao designar os Calendários Culturais Nacionais elaborados pelo CFC como lugares de memória, na acepção de Pierre Nora, espaços de preservação da memória coletiva, esfacelada pelos processos modernizantes. Os calendários culturais nacionais recebiam sugestões dos Conselhos estaduais e muitas efemérides estaduais foram aceitas como datas nacionais. Segundo a historiadora, os conselheiros federais selecionavam as efemérides que representavam a cultura nacional e que tivessem mais de 100 anos, exceto as comemorações de cinquentenários de nascimentos e falecimentos.

No CFC, os Calendários cumpriam a função de fortalecer as políticas culturais do Estado brasileiro incorporando através dos Calendários nacionais elementos que alimentavam o caráter nacionalista e de civismo dos intelectuais. Na Bahia, além disso, resgatar a memória das figuras representativas para o CEC era autoafirmar-se no presente como um grupo coeso que ocupava um espaço dentro do Estado.

Para analisar os Calendários baianos, a metodologia adotada foi inicialmente identificar na Revista de Cultura da Bahia onde eles foram publicados e a partir disso, construir os quadros dos calendários baianos. (Ver Apêndices). Identificar quem era homenageado, quais datas foram escolhidas como efemérides, como foram elaborados os Calendários Culturais baianos, para quem eram enviados, por quais instituições foram reconhecidos e incorporados e, por último, quais os temas escolhidos para integrar o

em 1981, do Decreto para oficialização dos símbolos do estado, cuja parte jurídica coube ao conselheiro Nelson Sampaio. Ver: Relatório das Atividades desenvolvidas pelo CEC. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano XIVIII, nº 15, (1981-1984), 1985, p. 08.

Calendário. Para montar os quadros dos Calendários subdividimos em quatro categorias: a) Efemérides cívicas, literárias e eventos da História da Bahia; b) médicos; c) políticos e; d) Literatos, bacharéis, professores, cientistas, jornalistas. Foram mapeados os Calendários Culturais baianos dos anos de 1969, 1970, 1973, 1975, 1976, 1977, 1980, 1981, 1984 e 1985, publicados na íntegra ou parcialmente em moções e resoluções. (Ver Apêndices).

Os Calendários Culturais baianos eram elaborados e discutidos pelos conselheiros de cultura. A sua aprovação era submetida ao pleno do CEC. A organização ficava sob a responsabilidade da Câmara de Letras – o primeiro calendário seria apresentado em agosto de 1968.²⁶³ O professor José Calasans, como membro efetivo da Câmara de Letras e por um longo tempo, presidente da Câmara, era o responsável pela feitura do Calendário pelo menos até 1983. Nesse ano, se negou a permanecer no colegiado a convite do então secretário de educação e cultura Edivaldo Boaventura.

Comemoravam-se cinquentenários, centenários, sesquicentenários de nascimentos e falecimentos e datas especiais de lançamentos de livros e obras de autores baianos. Os mortos estavam nos Calendários, mas os vivos, mesmo tendo a prerrogativa de falarem diretamente por si, receberam moções e alusões condecorativas pelos seus feitos tanto no plenário quanto nas páginas da RCBA. Pedro Calmon, Gilberto Freire, José Calasans receberam homenagens em vida pelo CEC. Américo Simas Filho e Magalhães Neto, importantes conselheiros, depois de mortos, foram celebrados em discursos no plenário e homenageados com o nome de salas nas dependências do CEC. Além das referências a indivíduos,

263

Resolução nº 09/68. Calendário de Cultura para 1969. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p. 94-95

personalidades do meio cultural e político, homenageavam-se datas cívicas e representativas da História da Bahia. O Dois de Julho – dia da Independência da Bahia foi data reiteradamente citada, como também foi lembrada a fundação da Sociedade Liberadora Sete de Setembro, que visava a libertação dos escravos em 1869.²⁶⁴

As comemorações de efemérides não eram práticas exclusivas do CEC, a ALB e o IGHB, instituições mais antigas e anteriores já o faziam. Registra-se inclusive, nos Calendários Culturais baianos as homenagens a literatos, personalidades políticas que tiveram participação na ALB ou no IGHB. (Ver Apêndices) Assim, além da continuidade dessas homenagens fazia-se uma reverência aos indivíduos delas participantes. Rui Barbosa foi o exemplo mais notável de intelectual baiano que se tornou referência nacional para aquela geração.²⁶⁵

Comemorou-se de igual maneira, o centenário de nascimento de Afrânio Peixoto²⁶⁶ e de Pethion de Vilar, intelectuais de inserção nacional.²⁶⁷ Nesses dois casos além das

264

Ver: Resolução 04/1973. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VI nº 08, Jan/dez 1973, p. 198. Aprova o Calendário Cultural para 1973, elaborado por José Calasans, com destaque para as comemorações do sesquicentenário da Independência da Bahia, cuja valorização da História da Bahia deveria seguir com uma edição especial da Revista de Cultura com artigos sobre o tema.

265

SAMPAIO, Nelson. Ruy e a cultura nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 04, jul. /Dez 1969, p.7-12.

266

Cf. Ata da sessão plenária nº 35. **Revista de Cultura da Bahia**. Nº 11, Jan /Dez, 1976, p. 192.

267

Ata da sessão plenária nº 24. 01/06/1969. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 04, jul. /Dez 1969,106.

comemorações das efemérides, o CEC havia feito o pedido de subsídios ao governo do estado para publicações de obras dos autores homenageados. Já para o Calendário Cultural da Bahia de 1977, homenageavam-se dois políticos e escritores baianos – Carlos Gonçalves Ribeiro e Luís Pinto de Carvalho pela passagem do centenário de nascimento. Diferentemente do pedido de publicação de suas obras apenas, as homenagens sugeridas pelo Conselho constituíam-se na instalação de placas e a escolha dos oradores para proferir as homenagens.²⁶⁸

A comemoração da efeméride geralmente vinha acompanhada de artigo e/ou comentários sobre a biografia do homenageado. Exemplo disso foi o ocorrido em 1976 quando o CEC homenageava junto com o ALB o centenário de nascimento do médico baiano Augusto de Couto Maia, ao retratar sua biografia e sua inserção na vida baiana. Exaltava-se a cultura médica baiana que foi proeminente na Academia de Letras e que também marcava espaço no CEC com a presença de muitos médicos envolvidos com a atividade intelectual.²⁶⁹

No Calendário Nacional elaborado em 1969 pelo CFC, dois baianos foram homenageados, o centenário de morte do poeta Francisco Muniz Barreto e o centenário de estreia de Rui na política. O conselheiro José Calasans pedia que o Conselho enviasse notícia para que o IGHB e a ALB participassem dessas comemorações. O conselheiro Nelson Sampaio reiterava que era necessário ir para além

268

Ata da sessão plenária nº 4. 25/01/1977. **Revista de Cultura da Bahia.** Nº 12, jan /dez, 1977, p. 192.

269

Cf. Ata da sessão plenária nº 28 em conjunto com o Conselho Estadual de Educação. **Revista de Cultura da Bahia.** Nº 11, Jan /Dez, 1976, p. 182.

do Conselho, que se divulgasse na imprensa baiana a importância da efeméride sobre Rui “e sua participação na vida nacional, para evitar e corrigir a maneira de encerrar-se a personalidade de Rui pelos mais novos”.²⁷⁰

No rol dos homenageados, personalidades baianas que representavam no passado as aspirações dos intelectuais do CEC no presente e que, além de representar a Bahia consoante os critérios adotados pelo CEC, seria como vontade no presente, a valorização da “cultura de elite” cujas necessidades de mostrar as permanências no tempo era objetivo estratégico. Os Calendários Culturais eram momentos de resgatar a premissa de figuras representativas para aquela geração, acepção que corrobora na afirmação de Beatriz Sarlo de que “o passado se faz presente” (2017, p. 10) como um testemunho não somente institucional, mas, principalmente subjetivo, daqueles que faziam das homenagens também um espelho de suas lembranças.

Rui Barbosa talvez não tenha sido conhecido fisicamente por parte dessa geração intelectual do CEC, mas foi intelectual que viveu na faixa etária da existência de muitos, portanto, não era só lembrança, era presença. No cinquentenário de sua morte, evento inserido no Calendário Cultural, atestava-se naquele momento autoritário, em pleno governo Médici (1969-1974), o “culto aos ideais cívicos e políticos que constituíram a atuação do grande baiano, daquele que foi o mais decidido pregador da democracia em nosso país”.²⁷¹ Aqui percebemos um dos

270

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 11ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 07/05/1968.

271

NOTÍCIAS. Homenagem a Ruy, no dia de cultura. **Revista de Cultura da**

componentes ideológicos presentes no CEC – o liberalismo democrático estampado nessa indicação.

Desse modo, quando se mencionava Rui Barbosa na revista indagava-se a permanência de seus ideais liberais. Afirmou Le Goff (1990, p. 51) que “na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo”, além de reverberar através das representações das elites letradas o prestígio no presente, acionando o passado para tal.

O Dia Nacional da Cultura, comemorado todos os anos no 05 de novembro, dia do nascimento do jurista, era data do Calendário Nacional de Cultura, efeméride que mobilizava outros setores da sociedade para além dos meios culturais.²⁷² No 05 de novembro de 1975 houve por exemplo, mobilização do setor judiciário da Bahia, numa sessão extraordinária no Tribunal de Justiça com a presença dos conselheiros de cultura e do governador do estado, ACM.

No entanto, para além das personalidades homenageadas, as instituições do mundo do saber obtiveram destaque, sobretudo, para ratificar a existência no passado, de uma tradição baiana, pioneira no Brasil, de associação intelectual. Dessa forma, indicava o conselheiro Hélio Simões para o Calendário do ano de 1973, ele próprio um expoente de academias e movimentos literários intelectuais na Bahia da primeira metade do século XX, a comemoração dos 250 anos da Academia Brasileira dos

Bahia, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.126

272

INDICAÇÃO. Revista de Cultura da Bahia, Salvador, nº 08, jul-dez 1974, p.210.

Esquecidos.²⁷³ Seguia a efeméride com indicação de publicação dos materiais referentes ao evento comemorativo em conjunto com a UFBA, UCSAL e o governo do estado.²⁷⁴ Nos Calendários baianos não constavam comemorações de efemérides de sujeitos históricos que tivessem origem social diferente dos homenageados pelo CEC, em geral, episódios e personalidades negras, figuras históricas representativas das lutas populares na Bahia raramente constavam no calendário.

Como eram divulgados os calendários baianos? A quem chegava? O caráter de difusão dessa atividade estava inscrito em seu objetivo de “propor a comemoração das efemérides aos órgãos culturais, educacionais, e administrativos assim como às correspondentes entidades privadas”.²⁷⁵ Nos registros da RCBA não temos como analisar o alcance e recepção por parte da sociedade como um todo. Podemos, então, ratificar o caráter pedagógico dos calendários numa tentativa de que a população assimilasse as efemérides como datas representativas.

Decerto, os Calendários Culturais eram enviados às instituições culturais como a UFBA, departamentos estaduais e municipais, órgãos do patrimônio, entidades religiosas e culturais, fato que denotava o trânsito das ações do CEC nos meios

273

SIMÕES, Hélio. Proposição. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VI nº 08, jan/dez 1973, p.193-194.

274

Resolução 03/73/75. P. 204-205. **Revista de Cultura da Bahia**. Ano VI nº 08, jan/dez 1973, p.204-205.

275

Resolução nº 09/68. Calendário de Cultura para 1969. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p. 94.

instrucionais.²⁷⁶ O Calendário Cultural de 1977, por exemplo, foi distribuído à imprensa e divulgado no Diário de Notícias, jornal de grande circulação na Bahia²⁷⁷, e também enviado para o Tribunal de Contas do Estado.²⁷⁸

Os Calendários Culturais baianos privilegiavam a exaltação do passado e das personalidades representativas para os conselheiros como relevante para a História da Bahia e do Brasil. As exclusões ficavam por parte de negros, indígenas e pobres. O caráter da política de memória do CEC era endógeno, e favorecia sobremaneira, a instituição de lugares de memória que reorientavam seus interesses através das homenagens aos seus pares do passado, que de certo modo, serviriam para marcar a identidade do grupo que compunha o CEC na diferenciação com outros grupos intelectuais, emergentes no período. A função do CEC era garantir que esses lugares de memória fossem constantes nos círculos culturais na Bahia naquele período.

4.3 As ações no patrimônio.

Receamos que a era tecnológica seja danosa aos bens culturais do estado. Receamos que o nosso patrimônio, constituído de bens materiais valiosíssimos, venha a desaparecer muito em breve, se uma ação conjugada de esforços não for movida imediatamente. Fernando Fonseca (RCBA, 1970, p.85)

276

Programação para o primeiro semestre. **Revista de Cultura da Bahia.** Ano VII, nº 09, Jan /Dez, 1974, p. 175.

277

Ata da sessão plenária nº 4. 25/01/ 1977. **Revista de Cultura da Bahia.** Ano X, nº 12, Jan /Dez, 1977, p. 193.

278

Ata da sessão plenária nº 7.15/02/1977. **Revista de Cultura da Bahia.** Ano X, nº 12, Jan /Dez, 1977, p. 197.

As preocupações com o patrimônio no Brasil registram momentos em que este esteve ameaçado ou pela ação dos homens ou pela ação do tempo. Na Europa, as guerras foram o principal inimigo, tanto que, logo após à Segunda Guerra, surgia a Unesco, órgão da ONU dedicado à preservação do legado cultural da humanidade. Em terras brasileiras, as primeiras incursões datam do período colonial, algumas poucas na época Imperial e, uma grande visibilidade no período republicano, cuja discussão perpassava pelas medidas modernizadoras efetuadas nas grandes cidades brasileiras.²⁷⁹

Em Salvador, em nome do progresso, muito se destruiu e demoliu para que o projeto modernizador fosse efetivado. O caso mais emblemático foi a demolição em 1933, da Catedral da Sé, imponente edificação localizada no centro da capital, para a passagem dos trilhos. (PERES,1999) O historiador Rinaldo Leite descreveu as motivações para ações deste tipo:

Esta era, portanto, a característica do processo de modernização e civilização das cidades: a sua tendência demolidora, destruidora de tudo que fosse tomado por velho ou associado ao antigo. Renegava-se todo e qualquer legado arquitetônico e cultural do passado que pudesse representar um elemento de atraso em comparação às idealizações elaboradas por segmentos das elites; bem como tudo que constituísse um empecilho ao avanço do ambicionado progresso, que vinha abrindo as suas asas sobre todas as nações civilizadas. (LEITE, 1996, p.13)

279 SIMAS FILHO, Américo. Legislação de proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 03, jan/jun.1969, p. 39-72. Simas menciona sobre a primeira ação isolada de um governante brasileiro no período colonial em 1742 em prol da preservação de um monumento histórico, o Palácio das Torres em Recife, construído por Maurício de Nassau no século XVII. O Vice-Rei, Conde das Galveias, havia pedido ao governo português sediado em Salvador, que o prédio não virasse um quartel, em face de sua importância histórica.

Paralelo a isso, também se forjaram as primeiras iniciativas na Bahia por parte de instituições no sentido de colocar na pauta, a preservação dos bens patrimoniais do estado. O IGHB através de Wanderley Pinho em 1917, foi pioneiro ao estabelecer uma comissão com objetivos explícitos de intervir no assunto.²⁸⁰ Em 1927, dessa vez, o governo baiano, na gestão de Góes Calmon (1924-1928), criou a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, anos antes do Decreto federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que criou Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.²⁸¹

Contudo, foi na década de 1960 que as ações se tornaram mais efetivas no quesito governamental. Diferente das elites políticas pretéritas, o projeto modernizador estava mais atento no tocante aos cuidados com os bens culturais. Por isso, dotou o estado com uma estrutura administrativa composta de muitos órgãos responsáveis pelos bens culturais. As funções acabavam por se confundir tamanha a multiplicidade de atribuições. O CEC estava no topo da pirâmide como órgão de “cúpula”, cuja atribuição maior era a de elaborar a política cultural da Bahia, atividade que suplantaria a dos demais.

Era dentro da Secretaria de Educação e Cultura que estavam

280

O historiador Wanderley Pinho escreveu à época, um manifesto sobre a necessidade de se preservar o patrimônio. O artigo intitulado *“Proteção de objetos públicos e objetos históricos”* foi publicado na revista do IGHB e reeditado pela RCB. O autor enfatizou o passado da Bahia como herança a ser preservada, criticava a não conservação do patrimônio pelos governos, além disso, culpava a modernização pelo desvirtuamento desse patrimônio. PINHO, José Wanderley de Araújo. *Proteção de objetos públicos e objetos históricos. Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.* Nº 04, julho /dezembro 1969.

281

Sobre as Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais verificar os trabalhos de Suely Ceravolo (2015) e Vanessa Dócio (2014). Ela tinha a finalidade de inventariar as obras de interesse cultural e os monumentos, além de cuidar dos tombamentos.

tais órgãos – o DESC, que além de versar sobre patrimônio cuidava do ensino superior da Bahia, a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico (órgão da administração direta), a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (órgão da administração descentralizada) que, em 1979 se tornaria o IPAC e a Fundação Cultural criada em 1972. Fora da esfera da SEC ainda se tinha o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER) e órgãos de turismo da prefeitura que em seus regimentos constava as questões patrimoniais e usos do solo.

As ações do CEC na área do patrimônio consistiam, através de sua Câmara de Artes e Patrimônio Histórico²⁸², na sugestão dos meios necessários à preservação dos bens culturais do estado a partir de várias providências como o levantamento do acervo arquitetônico de valor, a delimitação de áreas de proteção e a preocupação com estudos e técnicas que fossem necessárias à preservação.

O CEC se apropriou do conceito de bens culturais estabelecido pela Unesco. São bens culturais aqueles objetos materiais associados às tradições culturais. Eles poderiam ser de dois tipos: os bens imóveis – representados pelos monumentos, os edifícios que tem um conteúdo histórico ou artístico que justifica a sua preservação, os ambientes e os sítios, especialmente, os arqueológicos; e os bens móveis – que são as obras de arte, os documentos, os manuscritos, os livros, as coleções científicas e demais objetos de caráter artístico, histórico ou arquitetônico.

O mote principal que justificava a ação do CEC era o perigo que representava a modernização em curso na Bahia. Por isso o olhar

282

A Câmara depois das mudanças regimentais foi separada em duas: Câmara de Artes e a Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural.

atento e “vigilante”, como afirmava o conselheiro Mário Mendonça, ao relatar que o CEC era muito ativo na defesa do patrimônio da Bahia.²⁸³ Nesse mesmo sentido, afirmava o historiador Jose Calasans, então presidente do CEC, que:

Os assuntos concernentes à preservação de nosso patrimônio artístico e histórico foram, sem dúvida alguma, os que mereceram maiores atenções de nossa parte, tendo em vista sérios e graves atentados praticados, ou a praticar, contra o acervo cultural do país e do estado. Assim como louvou, em várias indicações unanimemente aceitas pelo Plenário, os atos julgados dignos de aplauso, o Conselho não fugiu ao cumprimento de seus deveres manifestando desaprovação a certas medidas deformadoras de nosso patrimônio.²⁸⁴

As críticas à modernização, sinônimo de “deformação” apareciam veementemente, principalmente nos textos dos conselheiros, como nesse trecho de Américo Simas Filho, que alertava, “há quem pense, erroneamente, que tais testemunhas de nossa evolução cultural sejam obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento urbano, mas devemos recordar que neles a história se encontra escrita nas pedras”. Logo em seguida, fazia uma crítica à ocupação desordenada dos espaços do centro da cidade, ao afirmar que “mesmo assim o centro histórico continua, sendo a região mais visitada das cidades históricas brasileiras”.²⁸⁵

283

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

284

CALASANS, José. As atividades do Conselho. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 10, janeiro /dezembro, 1975, p. 133.

285

Eram críticas que se justificavam – para além de apontarem os desmandos – pela positivação do arsenal cultural que a Bahia representava no cenário nacional. Os conselheiros ainda fundamentavam a defesa nas características, que possuía a capital baiana, em especial, as que ratificaria o cuidado com seu patrimônio:

E continua a ser, ainda hoje, em que pese as mutilações e profanações que tem sofrido, o mais acabado exemplo de cidade brasileira do passado, preservado num conjunto plástico de validade artística e histórica que garante unicidade no contexto urbanístico americano.²⁸⁶

Para isso, o CEC propunha e publicava estudos que serviam de sugestões ao governo na execução das ações. O papel da RCBA funcionava como divulgadora de estudos, metodologias e proposituras para intervenção e conservação dos bens culturais. Merecem destaque os artigos de Américo Simas Filho sobre isso, nos quais diagnosticava, apresentava soluções e análises para que se resolvessem os problemas, mesmo com as enormes dificuldades orçamentárias, como também apontava a necessidade de maior intervenção do estado na área, tecendo críticas em relação a operacionalidade dos órgãos vinculados ao patrimônio. Os estudos técnicos vinham acompanhados pela preocupação humanista e cultural:

Precisamos estudar os núcleos urbanos, as áreas e paisagens humanizadas, os sítios naturais e jazidas arqueológicas do estado em termos de sua proteção, através do tombamento parcial e de conjuntos

SIMAS FILHO, Américo. Problemática e critérios para delimitação das áreas de proteção histórica. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, jan /Dez, 1976, p.05.

286 SIMAS FILHO, Américo. Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 04, julho /dezembro 1969, p.39.

urbanos, de modo a permitir que sejam conservados testemunhas do nosso passado cultural que, de outra forma, serão devastados pelo “progresso”, quando entendido e praticado sem a adequada vinculação com as raízes culturais da região e do país a que deve servir.²⁸⁷

Não era somente com o patrimônio erguido que o CEC se preocupava, mas o ambiental também e isso aparecia nas páginas da RCBA, como demonstrado nas preocupações referentes à conservação da Lagoa do Abaeté no que se referia “à retirada de suas areias e retalhamento de seu espaço em terrenos, para servir à diabólica especulação imobiliária”.²⁸⁸

A cidade estava em expansão de sua área urbana industrial e novos destinos turísticos na capital e o no interior do estado surgiram como potencial a ser explorado pelos governos baianos. No entanto, sobre o turismo, as ambiguidades ficavam evidentes. Não se negavam os ganhos que esta atividade propiciava, sobretudo para a economia do estado, mas também o CEC tinha uma postura reticente. O colegiado recomendava que apesar do turismo “desvirtuar” as tradições baianas deveria; de outro modo, servir para o incremento econômico, ao explorar as características culturais que reforçavam a identidade e singularidades da Bahia. Por isso, os centros históricos deveriam estar bem conservados e preservados para que os turistas pudessem apreciar. Poeticamente,

287

SIMAS FILHO, Américo. Solar Bandeira. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 02, set /dez. 1968, p. 55.

288

PARECER 15/83. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano XIVIII, nº 15, (1981-1984), 1985, p. 35. O parecer lamentava que apesar dos alertas feitos pelo CEC nada se fazia em defesa e conservação da Lagoa.

o conselheiro Carlos Eduardo da Rocha resumia essas intenções, ao exaltar as características da culinária baiana:

Os restaurantes vários, nacionais, típicos e internacionais, como que muito de propósito deixam escapar o cheiro da cozinha baiana e de toda fome do mundo vem à boca molhada dos desejos da Bahia, no seu mistério profundo, de corpos flor e azeite. O acarajé dourado boiando no dendê, o abará misterioso envolvido nas folhas, o caruru de São Cosme cheirando, abençoando, fazem uma visão única e que fica para sempre na memória dos sentidos” .²⁸⁹

Nas páginas da RCBA ficavam estampadas as preocupações, no entanto, elas eram complementadas através das resoluções, indicações, pareceres de tombamentos e destinação de recursos, moções e recomendações que passavam para o campo prático. O CEC interviu diretamente em situações que implicavam em risco ao patrimônio. Os exemplos foram inúmeros. Cuidados com os monumentos existentes no entorno do CIA, quando os engenheiros eram convidados a prestar esclarecimentos no CEC, apresentar as plantas das indústrias para saber a real localização no sentido de não afetar o patrimônio ali localizado.²⁹⁰

O CEC mobilizava seus conselheiros para estarem, inclusive *in loco*, nas obras que pudessem apresentar algum risco. Quando da construção da Estrada do Coco, importante via turística que ligou Salvador ao Litoral Norte, a Câmara de Artes e Patrimônio,

289 Elogio ao turismo de, ROCHA, Carlos Eduardo da. Roteiro do Pelourinho. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, janeiro /dezembro 1976, p.18.

290

Atividades do Conselho Estadual de Cultura ano de 1970. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IV nº 05, Jul/dez 1971, p.199.

representada por Diógenes Rebouças, foi convidada para verificar se a construção da estrada afetaria uma das edificações mais antigas do período colonial brasileiro, a Casa da Torre do Castelo Garcia D'Ávila em Praia do Forte. Diógenes Rebouças propôs estudo sobre o impacto que causaria a construção da estrada. Era a demonstração de que os conselheiros estavam atentos, inclusive houve convocação dos técnicos do Departamento de Estradas e Rodovias - DERBA ao plenário do CEC para ouvirem as recomendações sobre a distância necessária que a estrada deveria passar para garantir a integridade do bem patrimonial.²⁹¹

Foi também do plenário do CEC que partiu a elaboração do dispositivo legal sobre tombamento de imóveis que possibilitava à Fundação do Patrimônio e, depois, o IPAC executarem os processos de tombamento do patrimônio considerado de valor na Bahia. O Decreto nº 26.319 de 23 de agosto de 1978, regulamentado através da Lei Estadual nº 3.660, de 08 de junho 1978 sancionada no Governo Roberto Santos, cujo Artigo 2º estabelecia que:

O Estado promoverá o tombamento dos documentos, das obras, dos monumentos e dos locais de valor histórico ou artístico, dos sítios e paisagens naturais notáveis, bem como das jazidas arqueológicas, que não estejam tombados pela União. (BAHIA,1978)

Cabe ressaltar que a cidade de Cachoeira, sob mobilização constante do CEC, em 1971, foi designada como Monumento Nacional através do Decreto nº 68.045, de 18 de janeiro 1971 e o IPHAN em seus relatórios reconhecia uma série de imóveis na Bahia como patrimônio nacional. Para efeito de ilustração, os exemplos dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Lençóis

291

Casa da Torre será preservada. **A Tarde**, 14/09/1977, p.02.

e Porto Seguro no interior baiano, o Forte de São Lourenço na ilha de Itaparica, e na capital, o perímetro dos subdistritos da Sé e do Carmo com seus inúmeros casarões e igrejas tombados.²⁹²

As primeiras indicações feitas pelo CEC ao Governo do Estado para tombamento, constava de outros inúmeros bens imóveis de arquitetura civil não incluídos pelo IPHAN, mas de valor equitativo, as fontes de Mangangá, do Baluarte e do Dique do Tororó e outras seis igrejas espalhadas por Ilhéus, Salvador e Olivença. A propositura vinha acompanhada de recomendação à secção de estudos técnicos do IPHAN, do IPAC e do CEAB da UFBA para uma análise mais cuidadosa dos processos.²⁹³

Cabe ressaltar que a partir da década de 1980, houve uma reorientação do rol de tombamentos feitos pelo IPHAN que valorizava outros aspectos até então não considerados, como por exemplo o patrimônio imaterial, muito discutido na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN entre 1979 e 1982. O terreiro da Casa Branca o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, representou essa preocupação, sendo o primeiro a ser indicado para tombamento em 1986 pelo Conselho do IPHAN. (GARCEZ MARINS, 2016, p. 12)

O processo de valorização dos bens culturais baianos contou com a participação ativa dos conselheiros nos eventos sobre o patrimônio. No Brasil, dois encontros foram decisivos para o estabelecimento de metas e proposições de medidas que a sociedade, de forma geral, e os poderes públicos, especificamente, deveriam estar atentos no que se referia à preservação do patrimônio

292

BRASIL. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: relação dos bens tombados. MEC/IPHAN, 1973, p. 06-12.

293

PROPOSIÇÃO 01/1979. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano XIII, nº 14, jan. 1979-dez. 1980, p. 335.

brasileiro. O Compromisso de Brasília, como ficou conhecido o I Encontro dos gestores da cultura realizado pelo MEC, aconteceu em abril de 1970²⁹⁴, e o II Encontro de Salvador, realizado em outubro de 1971, reuniu o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho e o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, dentre outros governadores, o CEC e demais pessoas envolvidas com a cultura.

Várias sugestões foram feitas, dentre as principais, a criação de um Ministério da Cultura, a integração entre as administrações públicas, as universidades, os órgãos de cultura e uma melhor definição e proteção do patrimônio cultural.²⁹⁵ Essas recomendações estavam referendadas pelas cartas Internacionais de Veneza (1964) e Quito (1967), cujas diretrizes norteadoras serviram de base para os governos nacionais.

Do ponto de vista burocrático, o trabalho da Câmara era intenso, opinava e dava parecer. Opiniões e análises que tiveram destaque foram sobre o Plano Integrado de Educação e Cultura e do anteprojeto do Plano Nacional de Cultura - PNC²⁹⁶, ratificando sua função de órgão consultivo. Sobre o PIEC, previsto para o triênio 1968-1971, o CEC foi crítico e rigoroso, alertou sobre a ausência de metodologia no Plano, sugeriu mudanças e uma nota sobre a

294

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Departamento de História USP; IAB –Departamento de São Paulo; 4 ° Distrito da DPHAN, São Paulo, 1970.

295

II Encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 06, jul. /dez. 1971, pp. 121-129.

296

ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Cultura.** Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº02, ago. 1967, pp. 63-68.

ausência do patrimônio no corpo do texto, onde se disse que “nem uma palavra sequer sobre a proteção do acervo monumental do estado, o que nos parece um lapso imperdoável”²⁹⁷, no entanto, sobre o PNC o colegiado se manifestou, aprovando na sua totalidade a proposta do CFC.

As ligações com os órgãos federais eram sólidas, tanto com o DPHAN, que depois virou IPHAN. Havia, portanto, um trânsito muito grande dos representantes desse órgão no CEC, inclusive com a visita de Renato Soeiro – dirigente máximo do órgão e discípulo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sujeito central na defesa dos bens culturais do país desde os anos 1930. Isso se dava pela afinidade de idéias e concepções do patrimônio – cuja preferência conceitual pela materialidade do patrimônio foi carro chefe – e por uma questão central, quadros do CEC haviam sido representantes na Bahia, como foi o caso de Godofredo Filho que durante anos assumiu a diretoria regional do DPHAN nos distritos da Bahia e Sergipe.

OCEC deliberava sobre a aprovação dos recursos que deveriam ser empregados na revitalização e restauração do patrimônio. Os processos que pediam ajuda financeira eram remetidos do CFC para o CEC e das instituições interessadas diretamente para o CEC. Os pareceres sobre os processos de tombamentos eram enviados pelos órgãos responsáveis para o CEC e mereceram um cuidado especial. Eram verdadeiras aulas sobre a história do imóvel em questão, na qual se ressaltava a importância do edifício ou monumento para a localidade onde estava inserido e a sua utilização pela comunidade,

297

CEC. Sugestões ao Plano Integrado de Educação e Cultura. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura** Ano I, nº 02, set /Dez, 1968, p.09-28.

como verificado na justificativa de aprovação, contida no parecer sobre o tombamento das fontes soteropolitanas, enviadas pelo IPAC:

Abrange solicitação de tombamentos de quatro das muitas fontes públicas existentes em Salvador, três delas em atenção a seus méritos artísticos, sóbrias nas linhas e no processo construtivo, mas belas em razão dessa mesma autêntica sobriedade - Baluarte, Munganga e Dique; a 4ª, a Fonte dos Padres, é representativa tão só por seu valor histórico-ambiental, por sua vinculação desde o século XVI aos jesuítas, que a condicionaram à satisfação das necessidades hídricas do Colégio e das suas mais propriedades, e às da arraia-miúda, dos moradores e dos marinheiros que enxameavam no sopé da encosta.²⁹⁸

Outras atividades eram realizadas no sentido de promover iniciativas que ressaltassem a importância do patrimônio, através de cursos, palestras e concursos que mobilizavam a comunidade. Foi assim com o concurso de fotografia²⁹⁹ para valorizar o patrimônio de Salvador e o I Curso de Extensão em Cultura na UFBA promovido pelo CEC no Centro de Estudos Baianos.³⁰⁰ Iniciativas como estas, tinham o objetivo de sensibilização, já que o CEC também publicava nas páginas da RCBA imóveis já desaparecidos, no sentido de visibilizar a perda para que não

298

CEC. Processo nº 00258/80. Tombamento Estadual das Fontes do Baluarte, da Munganga, do Dique e dos Padres. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano XVIII, nº 15, (1981-1984), 1985, p. 74-75.

299

Publicação no Diário Oficial nº 12.256 de 22/10/1982, p. 24.

300

Publicação no Diário Oficial nº 12.250 de 15/10/1982, p. 02.

contecesse mais.³⁰¹

O caráter das ações tinha sentido mobilizador. A fala do conselheiro Américo Simas Filho, corroborava com essa perspectiva ao atribuir o caráter pedagógico da preservação:

A conservação dos bens que exprimem a continuidade cultural dos povos é primordialmente, obrigação e dever das chamadas elites, mas em benefício da comunidade, no que concerne à imperiosa necessidade de educá-la, pois é sobejamente conhecido que uma sociedade torna-se segura guardiã de sua herança cultural, quando adquire consciência do valor das obras que testemunham e explicam o seu passado. A partir daí, a simples hipótese da destruição de tais bens, levará o povo a colaborar com entusiasmo e perseverança, ajudando, por isso mesmo, aos organismos responsáveis por tal mister.³⁰²

Objetivo semelhante ao que versava o artigo 9º do Compromisso de Brasília que orientava como o patrimônio deveria ser trabalhado dentro das escolas:

Deverão ser incluídas nos currículos escolares de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de

301

FONSECA, Fernando L. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 05, jul. /dez. 1970

302

SIMAS FILHO, Américo. Sistema de Proteção aos bens culturais. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano IV nº 05, Jul/dez 1971, p.65.

Arquitetura com a disciplina Arquitetura do Brasil; e nos cursos não especializados, e de Estudos brasileiros, parte dêste consagrados aos bens culturais ligados tradição nacional.³⁰³

Complementa-se à divulgação das ações do CEC quando ele mobilizava a imprensa para reverberar suas preocupações. Os conteúdos veiculados recomendavam atenção sobre obras da prefeitura que desvirtuavam a paisagem original de Salvador, denúncias contra a destruição de patrimônio em Porto Seguro e em demais cidades do interior, preocupações com o patrimônio ambiental e políticas nacionais implementadas como os parques históricos e casas de cultura.

No tocante às recomendações dos estudos proferidos pelo CEC, enfatizou-se a necessidade de formação de material humano para trabalhar na restauração e conservação dos bens culturais, um problema não exclusivamente brasileiro, mas mundial. Para tanto, sugeriu-se parcerias com as universidades, aporte técnico para que se estabelecesse uma legislação adequada que garantisse ao Estado instrumentos para a preservação e principalmente a consolidação de uma consciência de preservação, que em muitos casos surtiu em participação direta da comunidade.³⁰⁴

O CEC tinha agenda institucional extensa, participava dos eventos nacionais e estaduais sobre o patrimônio, enviando seus conselheiros para representar o órgão e recebendo visitas para

303

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Departamento de História USP; IAB –Departamento de São Paulo; 4 ° Distrito da DPHAN, São Paulo, 1970.

304

O Mosteiro da Graça por recomendação do CEC e do CFC mereceu parecer de aprovação de restauro, tendo o governo baiano se encarregado disso e contou ainda, com doações da comunidade baiana na ordem de Cr\$ 80.000,00(oitenta mil cruzeiros). SIMAS FILHO, Américo. Importância e necessidade da defesa dos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia.** Ano VII, nº 09, Jan /Dez, 1974, p. 24-33.

discutir o tema. As recomendações e diretrizes de suas ações estão imbricadas às suas noções de cultura, de história e de memória.

Os pedidos de tombamento eram aprovados, porém os demais encaminhamentos nem sempre obtinham sucesso. Vale-se registrar o caráter de indignação e lamento por parte dos conselheiros quando não eram atendidos em seus pleitos, principalmente quando um patrimônio histórico deixava de ser preservado.³⁰⁵

4.4. Direito à cultura no CEC.

Como vimos na seção anterior, o patrimônio constituiu-se numa preocupação de primeira ordem, mas não como um direito universal da população. Foi projeto das elites. O projeto de direitos, em especial de direitos humanos, inscreve-se na modernidade europeia iluminista, surgida com a emergência da noção moderna e universal de pessoa durante o século XVIII. Textos como a *Declaração da Independência dos EUA* em 1776 e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), escrita durante a Revolução Francesa, foram instituidores da semântica de direitos universais em documentos legais, apesar de filósofos como Rousseau já terem cunhado o termo “direitos do homem”.³⁰⁶

305 Exemplos de patrimônio material que o CEC citou como desaparecidos e/ou em ruínas: Igreja de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, Fachada da Igreja de Nossa Senhora de Brotas do Convento Beneditino em São Francisco do Conde, Igreja de Nossa Senhora do Ribamar em Salvador, Engenho do Conde, Escola Imperial Agrícola em São Francisco do Conde, Torre da antiga Igreja do senhor do Bonfim em Mata de São João, Igreja de Nossa senhora do Ó em Paripe, Salvador, dentre outros. Cf. RCBA, nº 05.

306

Em especial na sua obra “*O Contrato social*” de 1762.

Lynn Hunt, em sua obra *A invenção dos direitos humanos – Uma história* (2009), preocupou-se em demarcar, no tempo e no espaço, o surgimento dos direitos humanos ao questionar, principalmente, por que homens aristocratas e escravocratas legislaram sobre a causa dos direitos; e ratificar a necessidade de demarcá-los no debate acerca de sua validade enquanto conteúdo político.

A autoevidência dos direitos não se afirmava somente em textos legais, mas, sobretudo, na percepção das pessoas, nos sentimentos e através de processos de empatia e autonomia, forjados no mundo secular, principalmente através das leituras de romances epistolares (HUNT, 2009, p.25). Tal assertiva sobre a autoevidência dos direitos no século XVIII recuperada e confirmada na Declaração da ONU de 1948 – nos ajuda a compreender no Brasil e na Bahia a relação dessas sociedades com os direitos culturais. Não bastava a eles apenas estarem inscritos em textos constitucionais, mas, sobretudo, requeria-se que estivessem verificados na prática a partir das reivindicações da comunidade baiana no atendimento às suas demandas específicas.

Era preciso, portanto, tornar os direitos culturais ou, pelo menos, sua busca, autoevidentes. Bobbio (2004, p.25) enfatiza, ao historicizar a luta por direitos e inseri-los também, no debate político – suplantando uma definição explicativa e filosófica – que antes de tudo, era necessário o estabelecimento de um modo mais seguro para que eles fossem garantidos, e no caso específico dos direitos do homem, para que não fossem violados. É importante mencionar aquilo que Hunt (2009) chama de “o paradoxo da autoevidência”. É precisamente a necessidade de “declarar” que demonstrava a novidade da cultura de direitos nas últimas décadas do século XVIII e, portanto, a sua não autoevidência. Ainda assim, porque

inspirados na tradição jusnaturalista, eles são identificados como iguais, naturais e universais – por isso mesmo, autoevidentes.

O projeto de direitos que ora estamos tratando, assentado numa razão definida, na noção universal de pessoa como afirmamos e, também, com base numa territorialidade do Estado-nação, justificava-se, inicialmente, por afirmação dos direitos civis e políticos, mas era restritivo quando se referia aos direitos sociais, por exemplo. Os direitos sociais só foram reconhecidos ao longo da segunda metade do século XX na Europa, devido em grande medida à luta e mobilização dos trabalhadores. (CARRACEDO, 2000)

Os direitos culturais conforme aponta Varella (2014) são de difícil conceituação e, muitas vezes, foram inseridos nas legislações na esteira dos direitos humanos. Para outros pesquisadores são considerados direitos “fracos”, por não serem priorizados como instância a ser disputada em igual relevo a despeito das questões econômicas ou espaço político por exemplo. (FONSECA, 2017, p.76). Os direitos culturais segundo Fonseca (2017), estão a reboque dos princípios do exercício da cidadania, por isso, foram preteridos em grande medida pela mobilização dos agentes estatais no Brasil.

A partir desta premissa, o desafio desta seção é discorrer sobre a compreensão dos “direitos culturais” nos tempos da ditadura civil-militar na Bahia e problematizar os limites de efetivação de uma cidadania cultural anterior à carta de 1988, tema ainda incipiente na historiografia e já bastante abordado no Direito. (CUNHA FILHO, 2010).³⁰⁷ Segundo José Murilo Carvalho (2016), a ditadura em seus

307

Verificar também o conteúdo e discussões do site: <<http://www.direitos-culturais.com.br/>> Acesso em 29/08/2017. Entendo por cidadania cultural a efetivação dos direitos culturais, ou pelo menos, sobre o que estava autoevidenciado no conjunto de leis e que de alguma forma foi preterido

primeiros anos atacou os direitos civis e políticos, cujo ápice foi em 1968 com o AI-5, para depois, efetivar direitos sociais sob a tutela do Estado autoritário.

Em relação à cidadania cultural é importante verificar o que dizem a carta de 1948 da ONU e as cartas constitucionais de 1947 (Bahia) e 1967 (Brasil e Bahia). Os direitos de primeira geração são os civis e políticos, os de segunda geração – os direitos sociais, já os direitos culturais, costumam ser associados à questão das identidades (étnica, religiosa, sexual) e são considerados direitos de terceira geração. Vale destacar, a classificação dos direitos culturais, pois comumente, a literatura os concebe como de terceira geração. (CARRACEDO, 2000; PIOVESAN, 2003; CARVALHO, 2016) Há outras propostas de periodização, como a de Guilherme Varella (2014) em *“Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil”*, que propõe uma subdivisão dos direitos culturais entre as várias gerações de direitos. Eles foram articulados pela geração do pós-guerra, sobretudo a partir da década de 1960, na esteira dos processos de descolonização e da contracultura.

É necessário refletir se essa noção de “direitos culturais” está presente no processo de criação do CEC. A princípio é uma premissa negativa. “Direito à cultura” é uma coisa diferente de “direito cultural”. O “direito à cultura” que está na declaração de 1948 e que inspirou a criação da UNESCO, por exemplo, é uma coisa bem diferente da pauta feminista ou LGBT após o massacre de Stonewall, em 1969, que estava na esteira da luta pelos direitos civis nos EUA. “Cultura”, nesse contexto baiano, apresenta um evidente corte civilizacional e modernizador, incompatível com as noções posteriores de identidade e diferença.

pela comunidade ou executado pelo poder público, observando-se o grau de efetividade e os sujeitos propugnadores.

Nesse sentido, duas coisas precisam ser balizadas: a primeira sobre a alusão aos direitos humanos no início da seção, no tocante à simultaneidade, pois, na primeira metade do século XX, aparecia a narrativa pelos direitos culturais nos textos constitucionais, pioneiramente no México e na Constituição soviética de 1918 e, depois, em outros países. Em segundo lugar, a definição de cultura pelo CEC de forma abrangente, como expressão da nacionalidade e identidade, sem reivindicar demandas específicas de grupos, apesar da manifestação deles em busca de fomento e apoio.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, resultado do pós Segunda Guerra, é herdeira da legislação de direitos do século XVIII. Os direitos culturais aparecem no texto de 1948 em seu Artigo 22º, ao ressaltar que:

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, em harmonia com a organização e os recursos de cada país.³⁰⁸

Ao abordar, em seu art. 27, os pressupostos em relação à cultura, torna-se doadora da autoevidência dos direitos da pessoa, ao evocar estritamente princípios liberais, sem, no entanto, apontar as instâncias garantidoras destes direitos:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de

308

Ver < <https://declaracao1948.com.br/> > Acesso em 11/01/2019

qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor. (HUNT, 2009, p.233-235)

A Constituição Federal do Brasil de 14 de maio 1967, instituída no período da ditadura civil-militar, discorria em seu Título IV, *Da Família, da Educação e da Cultura*, sobre os seguintes aspectos:

Art. 171 - As ciências, as letras e as artes são livres. Parágrafo único - O Poder Público incentivará a pesquisa científica e tecnológica. Art. 172 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (BRASIL, 1998, p. 76)

No Brasil ficavam evidentes e garantidos em lei, as liberdades da produção cultural e o apoio do Estado no incentivo da cultura. A Constituição de 1967 é legitimada por um “Direito inspirado pela ótica do Estado, radicado nos deveres dos súditos” (PIOVESAN, 2012, p.90) e não na ótica da cidadania. A ênfase é destacada na dignidade da pessoa humana como mote norteador e com parâmetros definidos sobre os direitos culturais.

Na Bahia, antes disso, a quarta Constituição do Estado, de 02 de agosto de 1947, vigente até 14 de maio de 1967, foi aprovada pela Assembleia Legislativa por unanimidade e expressou em suas páginas, as seguintes considerações sobre a cultura:

Da educação e cultura. Art. 117 - A função de educação e ensino compete ao Estado, na forma da Constituição Federal, incumbindo sua superintendência e direção ao Conselho Estadual de Educação e Cultura, órgão autônomo, administrativa e financeiramente, nos termos desta Constituição e da Lei Orgânica do Ensino. § 1º - O Conselho Estadual de Educação e Cultura se comporá, além de seu presidente, de seis membros,

nomeados pelo Governador, com a aprovação do Poder Legislativo, dentre pessoas de reputação ilibada, renovando-se, de dois em dois anos, pelo terço. O Conselheiro perderá o mandato nos casos previstos na Lei Orgânica do Ensino. (BAHIA, 1947)

Por essa legislação entendemos que os direitos culturais ficavam em segundo plano, pois a prioridade era a educação. O Conselho de Educação e Cultura, apesar de ter o componente “cultura”, e ser deliberativo, incumbia-se de tarefas normativas e de difusão da cultura, ainda que de forma tímida. O órgão executivo era o Departamento de Cultura criado na gestão do governador Octávio Mangabeira (1947-1951) e do secretário de educação e cultura Anísio Teixeira, que também não cuidava exclusivamente da cultura. Consoante explanava a Carta de 1947:

Art. 119 - O Estado promulgará a Lei Orgânica do Ensino e Cultura, instituindo, observadas as diretrizes e bases de educação nacional, o sistema do ensino público e as condições do particular, incluindo naquele, além das escolas de todos os graus e ramos, instituições extra-escolares destinadas à promoção e difusão da cultura física, científica, artística e de informação em geral, bem como de proteção do patrimônio natural, artístico e histórico. (BAHIA, 1947)

Em 1967, a carta baiana inovou com a separação dos conselhos de educação e cultura, o primeiro teria ordem deliberativa e o segundo, consultiva e normativa. As leis estaduais N° 2.463 (Lei Orgânica de Ensino) e N° 2.464 (Organização da SEC), ambas publicadas em 13 de setembro de 1967 e reproduzidas na Revista de Cultura da Bahia, especificavam com mais detalhamento o que seria o funcionamento da cultura, sobretudo a partir do CEC e com indicações de projetos no meio cultural.

No governo Luís Viana Filho (1967-1971) foi criado o CEC, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. Já havia o DESC e criou-se a Bahiatursa, a empresa de turismo. No entanto, esta modernização cultural, apesar de contribuir para uma institucionalização da cultura, dentre outras medidas, o surgimento do CEC como primeiro órgão estatal criado para tratar exclusivamente das demandas culturais no estado, não se efetivou numa integração com mecanismos perenes de apoio ao financiamento e à difusão cultural.

Os direitos de primeira geração, ou seja, os civis e os políticos, como vimos anteriormente, estavam em grande medida, comprometidos, pois o contexto era de exceção. Já os direitos de segunda geração (os sociais), e os de terceira geração, os “direitos culturais”, ficaram em segundo plano, pela própria natureza intrínseca da modernização conservadora, excludente no que tangia a ampliação de direitos. E mesmo com direitos civis e políticos arranhados, o processo era mais complexo, como afirma José Murilo de Carvalho:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. (CARVALHO, 2016, p.15)

Assim, a cidadania deve ser interpretada como fenômeno histórico e possibilidade de participação na esfera pública, bem como os direitos humanos, por exemplo, silenciados no plenário do CEC, mas latentes quando as fissuras apareciam e ficaram evidentes em muitos momentos, sobretudo quando da organização da II Bienal de Artes Plásticas na Bahia em 1968, em que foram proibidas a exposição de algumas obras pelo governador, sob a justificativa de que eram subversivas, fato que gerou prisão do diretor do DESC, o historiador Luís Henrique Dias Tavares e Juarez Paraíso, organizador da Bienal e uma década depois, integrante do CEC.³⁰⁹

4.4.1 As demandas culturais.

Os pedidos ao CEC são as fontes primordiais na configuração de uma análise da “cidadania cultural” (auto) evidenciada na legislação e muito preterida pela comunidade baiana à época. As moções, indicações e pareceres sobre os processos e as justificativas de aprovação ou não dos pedidos, diziam muito sobre qual seria o papel do intelectual atuando como gestor/legislador da cultura ao definir os recursos e verbas a serem destinadas pelo Estado aos projetos/sujeitos culturais que solicitavam ajuda.

Consoante Sirinelli (2003, p. 235) a ação intelectual está inserida “no tempo curto do debate cívico”, logo, o crivo do julgamento do que deveria ser aprovado pelo poder público girava em torno das

309

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 28ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 03 de setembro de 1968. Também saiu por conta de fissuras o então presidente Odorico Tavares, alegando que não havia se adaptado ao serviço público, haja vista era do ramo privado, das telecomunicações.

concepções e valores culturais dos intelectuais integrantes do CEC e, conseqüentemente o exercício do intelectual e sua participação no espaço público. (MARGATO & GOMES, 2015)

Ainda que o CEC fosse normativo e consultivo, ele teve papel político no sentido de resolver ou pelo menos minorar os problemas referentes à cultura. Equipamentos culturais precisavam ser melhorados, alertava o CEC, ao pedir recursos para o Teatro Castro Alves³¹⁰. No bojo dessa iniciativa, solicitava a salvaguarda do acervo do antigo Escritório de Planejamento Urbano de Salvador (EPUCS), demonstrando sua preocupação com as memórias da Bahia.

Desta maneira, o CEC dialogava com a sociedade baiana de forma direta, apesar da inexistência de canais de efetivos contatos como editais públicos, seleções de fomento cultural etc. Os pedidos eram enviados e endereçados ao CEC através de telegramas e/ou projetos escritos que passavam a ser examinados pelo Conselho. Inicialmente, eram colocados na ordem do dia e depois encaminhados às referidas Câmaras que tratavam de forma específica cada pedido. Muitos pedidos também chegavam ao Conselho Federal de Cultura e este os remetia ao seu congênere estadual. Dessa forma, o CEC fortalecia a constituição de uma rotina institucional para a cultura na Bahia.

As instituições também procuravam o órgão para solicitar suas demandas, as mais diversas possíveis, como veremos a seguir. Havia uma reciprocidade de quem visitava o CEC, que, de certa forma, legitimava a atuação dos conselheiros. Muitas visitas de gestores de instituições estaduais e municipais ao CEC foram feitas e constantemente prestavam esclarecimentos sobre a

310

PARECER 11/68. Fundação Teatro Castro Alves. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 02, set / Dez, 1968, p.90-92.

situação de seus órgãos e em que medida se encontravam. Em sua maioria, se queixavam dos poucos recursos que eram destinados para manutenção do seu funcionamento, da rotina institucional e também dos recursos humanos.

O diretor do Museu Popular de Arte, em 1968, Renato Ferraz, compareceu ao CEC para discorrer sobre o fechamento do museu por questões de atraso de pagamento dos servidores.³¹¹ O CEC prontamente discutiu a demanda em plenário, propondo soluções e encaminhamentos. O próprio presidente do CEC foi ao secretário de educação e cultura tratar desta situação, atitude que demonstrava o bom trânsito dos conselheiros e o alinhamento político no sentido de resolução dos problemas que surgiam no meio cultural.

Neste mesmo ano, o diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia, Ramiro Figueredo, também visitava o Conselho e relatava as condições de dificuldade pelas quais passava a instituição. O CEC era o elo de ligação destas instituições com o governo. Destaque-se a atuação do Conselheiro Thales de Azevedo que possuía intensa participação no Conselho, desde a sua instalação. Sensível às necessidades da cultura baiana, preocupava-se com a situação das instituições culturais e sempre que possível, fazia indicação, sobretudo, no sentido de garantir segurança financeira a elas. Foi o caso da sua indicação em relação à garantia de recurso ao funcionamento do Instituto Feminino da Bahia, em 1968.³¹²

A “política de cultura”, termo da época, era também sinônimo

311

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 19ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 01/07/1968.

312

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 23ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 30/07/1968.

de inovação e sensibilidade. Thales de Azevedo, na década de 1960, alertava para a necessidade de criar conselhos de cultura municipais para se atender as demandas culturais locais. Além da inovação, estavam sensíveis às questões culturais, muitas vezes despercebidas pelo conjunto da sociedade, como foi o caso da arquitetura de ferro, espalhadas pela cidade de Salvador.³¹³

Os pedidos ao CEC, classificamos da seguinte forma, em ordem de importância e deliberação: a) pedidos de instituições; b) pedidos de pares intelectuais; e, c) pedidos de cidadãos comuns. As principais áreas atingidas foram: dança, publicação de livros, preservação do patrimônio material, música, folclore, apoio às manifestações artísticas e populares.³¹⁴

No Conselho Federal de Cultura prevalecia uma hierarquia de prioridades na hora de apoiar e/ou financiar eventos culturais, “os processos aprovados em plenário deveriam atender prioritariamente às instituições nacionais; de outra maneira seriam retidos na ordem da distribuição” (MAIA, 2012, p. 103) O escritor Josué Montello, presidente e um dos idealizadores do CFC, declarava a prioridade nas obras de restauração em primeiro lugar, depois as obras novas

313
AZEVEDO, Thales. Parecer n° 03/70. Processo n. PR 01/70. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano IV n° 05, jul/dez 1971, p. 159. A criação dos Conselhos municipais foi ideia do CFC como célula básica para a construção do Plano Nacional de Cultura (MAIA, 2012, p. 104), porém não estava expresso em lei, daí a novidade do parecer do Conselheiro Thales.

314
Uma tentativa de organizar a tipologia dos pedidos ao CEC, conforme análise deles na RCB seria basicamente assim: a) dar parecer sobre pedidos de instituições ao CEC, b) pedidos diretos de publicação, c) pedidos de aquisição de livros, d) pedidos de auxílio para executar projetos, e) pedidos para organizar eventos f) pedidos de reconhecimento de instituições culturais e, g) pedidos para estabelecer convênios.

de caráter nacional e, em terceiro, as obras novas de caráter estadual. Daí constatarmos o quanto que se deliberou sobre preservação de patrimônio na Bahia, e, principalmente, atendendo instituições culturais de prestígio como o IGHB, a Universidade Católica, a UFBA, o Museu de Arte Moderna, dentre outros.

Destarte, o conselho priorizava pedidos de instituições. Entidades públicas e civis solicitavam diretamente ao CEC ou pediam solicitação/intermediação ao CFC. Ausência de editais públicos era a tônica do período e a aprovação era analisada pelos conselheiros de forma exclusiva, porém obedecendo os trâmites regimentais. Primeiro o processo era encaminhado às referidas Câmaras e de lá, com parecer definido por um relator, seguia de volta para o plenário do CEC, de onde então partia para o gabinete do Secretário de Educação e Cultura.

No caso do patrimônio material, é importante constatar que eles legislavam em causa própria. Solares e casarões das elites baianas receberam recursos e tiveram um olhar atento dos conselheiros. Nesses processos, prevaleceu a questão da memória (usos do passado) de uma elite pretérita que fazia parte do repertório e sociabilidade afetiva dos conselheiros. Ativar esta memória para questões de ordem pragmática foi a estratégia do CEC e isso era evidenciado na aprovação dos projetos e solicitações.

A análise dos pareceres é indicadora das demandas culturais da Bahia no período e o modo como o CEC enquanto órgão colegiado da SEC, deliberava os pedidos da sociedade e os processos que chegavam dos órgãos governamentais. A priori, não podemos falar em “direitos culturais”, “cidadania cultural” ou até mesmo políticas culturais, estaríamos incorrendo em anacronismo, mesmo que na legislação já apareça uma preocupação com os temas. O que aparece

nas fontes estudadas é “política de cultura” (BOAVENTURA, 1971).

Ratificamos que não estavam colocados na agenda do CEC a noção de direitos assim como em seus regimentos internos. Naquele período eram oferecidos prêmios culturais, como forma de possibilitar a participação do meio cultural aos recursos do Estado. A preocupação do CEC era com a pedagogia cultural, como afirmava Nelson Sampaio ao apresentar o Conselho à sociedade, sob a lógica de “robustecer a comunidade cultural baiana com a presença do conselho”³¹⁵. A ideia perpassava pelo estímulo à conscientização de preservação do patrimônio e conservação dos espaços culturais, além da preocupação em relação à manutenção e ao custeio das entidades culturais. Sobre os pedidos de publicação, não havia um mecanismo perene de financiamento de publicações pelo CEC, os processos chegavam e eram analisados.

Um caso específico, foi o parecer sobre o grupo folclórico *VivaBahia* cujo relator foi Godofredo Filho, que solicitava reconhecimento da instituição, através de um atestado de existência e benemerência.³¹⁶ O pedido foi deferido pelo CEC e sua existência reconhecida sob a justificativa de que o referido grupo folclórico

315

SAMPAIO, Nelson. Apresentação. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p. 03-04.

316

Ver a resolução que reconhecia e registrava as instituições culturais da Bahia para fins de convênios e parcerias, no entanto o CEC exigia prova de personalidade jurídica, estatutos, legislação que criou a instituição, prova do mandato da diretoria em exercício, prova de funcionamento, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, para então conceder o registro que era votado em plenário do CEC. RESOLUÇÃO 01/69.Registro Instituições Culturais. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano II nº 03, jan./jun. 1969, p.95

reunia um conjunto de documentos comprobatórios e apresentações realizadas, e, sobretudo, citado por autoridades do Folclore Nacional, a exemplo do escritor Adonias filho, membro do CFC e da pesquisadora baiana Hildegardes Vianna, estudiosa do tema.

Um detalhe interessante foi a “advertência” de Godofredo Filho ao final do parecer, cujo registro ratificava a preocupação com o desvirtuamento da cultura folclórica face aos apelos do turismo e da cultura de massas, revelando a necessidade de garantir autenticidade às manifestações. Assim, Godofredo destacava:

O que, de um modo geral, temer-se-ia em espetáculos da natureza dos propiciados pelo Grupo, é a possibilidade sempre presente de que o desejo imoderado de agradar, para fins propagandísticos ou comerciais, venha a prejudicar a genuína fonte de inspiração que se buscou. No caso um tal perigo parece afastado.³¹⁷

Dessa forma, Godofredo Filho, dava a tônica dos pareceres do CEC, priorizando atender instituições e grupos propugnadores de uma “legítima” cultura popular, representada no folclore e manifestações afins.

No quesito patrimônio histórico erguido, o CEC não hesitava em dar pareceres favoráveis à restauração, ao tombamento e à recuperação de áreas para usufruto da comunidade. Diógenes Rebouças, integrante da Câmara de Artes e Patrimônio Histórico do Conselho, alertava que “a salvaguarda dos espaços urbanos tradicionais ou históricos não é tão somente um problema estético

317

FILHO, Godofredo. PARECER nº 13/75/77. Processo 00746/ 75/ 77. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, jan /Dez, 1976, p. 115.

sim problema social e político”.³¹⁸ Acreditamos, pelo exposto, que, quando Rebouças falava em estético, referia-se às incursões dos governos à época de tentar unir patrimônio histórico e turismo cultural como tentativa de incremento ao turismo.

No caso específico do parecer referente a um processo enviado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado sobre um projeto que visava a construção do Colégio Estadual Carneiro Ribeiro³¹⁹, na ladeira da Soledade, em Salvador – região de importantes relíquias arquitetônicas. Diógenes Rebouças estava preocupado não somente em preservar o prédio, mas também atender às necessidades da comunidade e dar sentido às coisas do passado naquele momento. Indagava o conselheiro “teremos um futuro para o nosso passado”?³²⁰

Para tanto, além de alargar sua concepção de patrimônio, sugeria no parecer, a integração dos diversos órgão responsáveis (IPHAN, Programa Integrado de Recuperação de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), governos estadual e municipal)

318

REBOUÇAS, Diógenes. PARECER nº 14/75/77. Processo 00762/ 75/ 77. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, jan /Dez, 1976, p. 115-117.

319

O prédio do Colégio Carneiro Ribeiro e o Solar Bandeira, situados ambos, na ladeira da Soledade foram objeto da primeira indicação feita pelo Conselho de Cultura, recém instalado, através de sua Câmara de Arte e Patrimônio a título de desapropriação para preservação. Indicação nº 01/1968. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.21.

320

REBOUÇAS, Diógenes. PARECER nº 14/75/77. Processo 00762/ 75/ 77. **In: Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Nº 11, jan /Dez, 1976, p. 17.

para que se corrigisse uma imagem de uma cidade que destruíra seu patrimônio “numa terra em que ainda estão abertas as feridas da demolição da Sé, cujos historiadores começam a apontar o juízo implacável da posteridade”³²¹. O conselheiro estava se referindo à demolição da catedral da Sé em 1933, no centro histórico da capital, para dar ciência ao projeto modernizador do governo do estado à época, que tocava o projeto dos trilhos cuja passagem foi no local da antiga catedral.

Havia uma acuidade na observação dos pedidos que chegavam ao CEC, para que se encaminhasse de forma precisa às instâncias executivas do governo estadual, por isso, muitos pedidos foram negados por motivos diversos, porém bem justificados. Vejamos um caso exemplar do pedido do cidadão baiano Edson Luís (não identificado) sobre a criação de um Museu do Negro na Bahia. Carlos Eduardo da Rocha, da Câmara de Artes e Patrimônio, relator do processo, indeferiu o pedido justificando assim:

Srs. conselheiros, a impropriedade, a ambição desmarcada, o delírio que representa esse projeto eclético, envolvendo a criação de centro de estudos, museus de várias especializações - programas de ensino profissional, criação de oficinas, estudos de arte, etc., nada acrescenta a tudo que já existe no campo dos Estudos Sociais, da Antropologia, da Museologia, do Folclore, em relação às contribuições do negro para a cultura nacional.³²²

Thales de Azevedo também acentuava para a existência de instituições que preenchem alguns dos itens requisitados pelo

321

REBOUÇAS, Diógenes, idem, p. 117.

322

Resolução nº 04/68. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.36.

proponente Edson Luís, como “a atuação do Centro de Estudos Afro Orientais, da UFBA, promovendo cursos, publicações, pesquisas, o ensino de línguas africanas, [que] vem contribuindo de maneira valiosa para esses estudos”.³²³

Outros pedidos de civis, com justificativas plausíveis no entendimento do Conselho, foram aprovados e com recomendação de ajuda financeira a ser concedida pelo órgão executivo da secretaria, o Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC). Lia Robatto³²⁴ solicitou ao CFC ajuda para o seu grupo experimental de dança da Escola de Iniciação Artística, da qual era diretora em 1968. No pedido, a dançarina solicitava intermediação do CEC junto ao CFC para deliberar um pedido feito há seis meses. A demanda pedia ao CEC que firmasse um convênio permanente entre a Escola de Iniciação Artística e o governo do estado, afim de garantir a sobrevivência do grupo, que tinha inserção não somente na Bahia, mas também, no sul e sudeste do país. Alegando-se também o pioneirismo dessa iniciativa na Bahia, a Câmara de Artes de Patrimônio deliberou pelo convênio e Mário Cravo Júnior, seu relator, estabeleceu uma quantia de NCr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros novos)

323

Resolução nº 08/68. *Idem*, p. 37. Cf. **ARQUIVO DO CEC**. Biblioteca Alves Ribeiro. ATA da 15ª Sessão Ordinária do CEC, realizada em 04/06/1968.

324

Lia Robbato anos mais tarde seria presidente do Conselho, no século XXI. “Desde sua criação, em 1967, passaram pelo CEC-BA cerca de 150 intelectuais e artistas baianos, em 21 gestões até 2010. Nesse universo, 25 mulheres integraram o colegiado, e dessas duas ocuparam a presidência do colegiado, em gestões diferentes: Eulâmpia Reiber (2005-2006) e Lia Robatto (2010-2011). Na década de 1990, a conselheira Myriam Fraga ocupou a vice-presidência por dois mandatos”. (SOTO, 2012, p.61).

para a manutenção do grupo.³²⁵ Em valores atualizados, seria aproximadamente, 185 salários mínimos, ou seja, R\$ 173.000,00 (Cento e setenta e três mil reais).³²⁶

Seguia-se um critério hierárquico de distribuição de recursos, quando as instituições de prestígio foram contempladas em diversos pareceres e indicações, o IGHB³²⁷ e a Universidade Católica do Salvador, como exemplo; seguidas dos pedidos dos pares intelectuais para publicações e salvaguarda de acervos; e, por último, os pedidos dos cidadão comuns. O crivo deliberativo do CEC era mais rigoroso, quando se tratava deles, porém quando bem justificados eram aprovados, como foi o pedido dos músicos do Instituto de Música da Bahia, que solicitavam ajuda de compra de instrumentos.³²⁸ O problema é que muita coisa foi negada, e isso

325

Resolução 03/1968. In: **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, 29-31. Utilizamos um método de conversão dos valores, através da verificação do salário mínimo vigente no Brasil à época da resolução que deu vida ao convênio, atualizando-o para o valor atual do salário mínimo.

326

O salário mínimo vigente entre 26/03/68 e 01/05/69 era de NCr\$ 129,60. Fonte: BRASIL, SENADO FEDERAL. **DECRETO Nº 62.461, DE 25/03/1968**. Extraído de <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=176136&norma=193541>>. Acesso em 18/08/2017.

327

Atividades do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano VII nº 09, jan/dez 1974, p. 192. Informa que o IGHB recebera a importância Cr\$ 30.000,00 para a realização de um Congresso de História.

328

Resolução 02/1968. Processo 69.771/68. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p. 34.

suscitava certa parcialidade na elaboração dos pareceres, o que nos faz pensar se eles eram propriamente técnicos.

Em relação aos prêmios culturais, aludidos antes, que ocorriam por iniciativa do CEC para premiar escritores do estado da Bahia, alguns eram na categoria de História e Biografia, como foram respectivamente os prêmios Wanderley Pinho (História) e Luís Viana Filho (Biografia), considerado pelo CEC, o melhor biógrafo do Brasil. Conclui-se que era uma forma de agraciar os seus pares intelectuais do passado, e afirmar-se no presente como herdeiros de suas práticas culturais e intelectuais, por contraposição ao avanço e diversificação do meio intelectual baiano, efeito da emergência da cultura de massas e dos cursos de pós-graduação recém instalados na UFBA, frutos da reforma universitária de 1968, no caso de Wanderley Pinho e o próprio ex-governador, e senador Luís Viana Filho. Estes dois prêmios em especial, reservavam em valores NCr\$ 100 mil cruzeiros, para os seus ganhadores.³²⁹ O CEC destinava recursos maiores para pagamentos de prêmios literários-culturais que para manutenção de grupos.

Baseados no ofício 208/1971 do DESC em resposta ao pedido do CEC, constava uma lista de publicações de obras vencedoras de prêmios literários de 1969, feita pelo órgão no seguinte ano. A publicação constava como premiação. Dentre as obras publicadas com recursos públicos: *“Contos”* de Aurélio Velame, *“Educação moral e cívica”* coletânea de documentos, *“Álbum do Museu de Arte da Bahia”*, *“O demônio”* de Fernando Ramos, *“Imagens e roteiros de Charles Chaplin”* de Walter da Silveira.

Os prêmios literários foram regulamentados por decreto governamental nº 25.264, de 08 de julho de 1976, na gestão do

329

Processo nº 21/71 de 20 de julho de 1971. **Arquivo do CEC.** Biblioteca Alves Ribeiro.

governador Roberto Santos. Porém, bem antes disso, os prêmios culturais já existiam como uma prática institucional, mas a Fundação Cultural (FCEBa) e o CEC, estavam preocupados em sua diversificação, reajuste no valor da premiação, publicação em alcance nacional, e torná-los sob uma única designação de Prêmios Culturais da Bahia.³³⁰

Em 1980, o governo do estado, instituiu o Prêmio “Pirajá da Silva”, na área de ciências biológicas em homenagem ao cientista, com premiação de NCr\$ 100 mil cruzeiros (atualmente cerca de R\$ 22.500,00 reais). O conselheiro João Eurico Mata foi o relator do processo na Câmara de Ciências. Em 1984, a indicação nº 12/CEC de 1984 de autoria de Godofredo Filho propunha uma revisão dos prêmios culturais.

Reportando-se a necessidade, assinalada, de mobilizar o meio criador, sugere o aludido documento medida de evitar pertinência, qual a de nominar “Prêmio Estado da Bahia”, todos aqueles que foram instituídos para fins em causa, bem como (e essa é a principal contribuição trazida) a de abrir um leque de variadas múltiplas premiações.

Acabou sendo acatadas várias modalidades de prêmios: artes plásticas, cinema, música, dança e fotografia.³³¹ Os prêmios culturais

330

ARQUIVO DO CEC Sugestões para criação dos prêmios culturais do estado da Bahia. Ofício ao CEC. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, 14/08/1978. Em 1967, foram criados os Prêmios “Teodoro Sampaio” - estudo e ensaio, “Afrânio Peixoto” - de Crítica e história literária; em 1973 o prêmio “Leão Rozenberg” – de Fotografia; e pelo decreto de 1976, inúmeros prêmios, “José Valadares” de história da arte, “Xisto Bahia” de teatro, “Nestor Duarte” de romance, dentre outros.

331

ARQUIVO DO CEC. Biblioteca Alves Ribeiro. Ata da Sessão plenária

eram o caminho mais direto de contato com a comunidade artística, todavia, restritos aos espaços acadêmicos e intelectuais *strictu sensu*. De fato, houve diversificação dos prêmios, porém de alcance longínquo quando se tratava da comunidade cultural como um todo. É importante destacar, o esforço do CEC em se aproximar da coletividade baiana, mas é bem verdade que a Fundação Cultural do Estado, criada em 1972, substituindo o DESC, era quem, dentro da estrutura administrativa da SEC, detinha mais recursos e possibilidades de fomento à cultura.

A “cidadania cultural” que vigorou durante a ditadura civil-militar e que reverberou na Bahia, através da instalação e efetivação de políticas de cultura, tendo no CEC um pilar básico, não criou canais efetivos de financiamento para uma ampla demanda requerida pela comunidade baiana ao longo de duas décadas, antes da Constituição de 1988, chamada de “cidadã”.

A ação cultural do Estado, seja no Brasil e na Bahia, evidenciava na legislação as prerrogativas culturais, sem, no entanto, estabelecer de fato sua efetividade. O projeto de modernização, sobretudo, o engendrado pelas elites culturais brasileiras a partir de 1930, e, em especial, na Bahia depois do golpe de 1964, não tratou de ampliar os direitos sociais, quiçá os direitos humanos, incluso também aí os direitos culturais.

Na Bahia, a política de cultura ficou a cargo dos intelectuais da elite cultural endógena, cujo mote de suas ações foi referenciado no plano político pelo liberalismo e anticomunismo; o silenciamento em relação às violações de direitos humanos, a cultura portuguesa como referencial, a cultura folclórica e patrimonial e uma sociabilidade de institutos e Academias de

de 21/02/1984.

Letras, referenciada na UFBA.

As vivências desses intelectuais no CEC, muito sensíveis às coisas da Bahia, serviram para indicar, julgar e ratificar recursos públicos para a cultura, apesar de não usufruir de exclusividade orçamentária de outros órgãos executivos da estrutura administrativa do estado da Bahia. Nesse sentido, estavam autoevidentes os direitos culturais principalmente inseridos nas legislações e regimentos dos organismos culturais da Bahia, sem, no entanto, constituírem-se em participação direta dos entes culturais.

É possível falar de uma sub-cidadania cultural, limitada pela pouca destinação de recursos às diversas áreas culturais – com exceção do patrimônio, e por uma política endógena que materializava-se na consolidação e canais de acesso a poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Conselho Estadual de Cultura foi criado como espaço institucional para congregar setores da elite cultural letrada da Bahia no aconselhamento das políticas de cultura do estado em consonância com o congênere federal, o CFC, e no estabelecimento de diretrizes organizativas do setor cultural, a exemplo do plano estadual de cultura.

A criação do Conselho Estadual de Cultura, em 1967, no governo Luis Viana Filho, aliado direto dos militares, em especial Castelo Branco, primeiro militar a assumir a presidência após o golpe de 64, possibilitou que uma elite cultural baiana ocupasse este importante espaço de normatização e formatação da política cultural do estado.

Os intelectuais que estiveram no CEC eram imbuídos de práticas culturais de institutos históricos e academias de letras, e dentro do CEC deram continuidade a rituais institucionais, relações de amizade, trocas afetivas e intelectuais. A presença da maioria foi legitimada pela atuação na UFBA como professores e ocupantes de postos estratégicos na universidade.

Estes intelectuais são participes de gerações que remontam às primeiras décadas republicanas, cuja formação e sociabilidade advém de intensa vida cultural, sobretudo na participação de movimentos literários. A atuação intelectual não estava desvinculada da vida política, muito pelo contrário, estavam imbricadas. Os intelectuais do CEC exerceram mandatos parlamentares, ocuparam cargos administrativos em órgãos da administração direta e também em órgãos culturais.

A ditadura instalada no Brasil depois de 1964 não modificou a moldura institucional por completo, o aparato institucional da vida cultural não se desmanchou em sua totalidade, entretanto, o Estado

financiou e fez surgir novas estruturas no plano cultural como a Embrafilme, o CNRC, a FUNARTE dentre outras. Porém, muitos desses espaços não congregaram intelectuais “conservadores” ou tradicionais, como foram os do CEC e do CFC. Os técnicos estavam em evidência em detrimento deles.

A relação de dependência dos intelectuais com o Estado continuou e muitos serviram aos seus propósitos. O Estado abriu canais e espaços institucionais como as universidades federais, mas foi preciso criar espaços de atuação dessa elite para manter suas práticas culturais, face às ameaças modernizadoras, dentre elas, a reforma universitária, a massificação da cultura e as políticas de turismo que foram de encontro à perspectiva de patrimônio para eles. Tanto que, na Bahia, procurou-se uma forma que melhor ajustasse a relação de uma “baianidade” com as questões do turismo.

Para isso, os intelectuais do CEC elaboraram uma política de memória e de apropriação de um passado comum, que demarcava espaço e fazia vivificar dentro do Conselho práticas culturais de uma determinada geração, cuja sociabilidade foi marcada como verificamos, pela relação de amizade, prestígio intelectual e interesses comuns. As concepções de cultura dos intelectuais reverberam em suas ações enquanto agentes públicos, cujas elaborações e ideias nortearam ações do estado baiano, aconselhavam as diretrizes a serem tomadas pelos dirigentes da Cultura. Os intelectuais, cuja elaboração principal advinha do liberalismo, defendiam a liberdade de criação cultural, a condenação de formas “totalitárias” de condução da cultura (os fascismos e o comunismo).

Ao analisar a cultura de elite na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira, esboçamos, mesmo não sendo objetivo principal, um quadro/panorama das ideias, obras e produções

destes intelectuais. Fizemos também uma História das Ideias, mas, sobretudo, como essas ideias, materializadas na vontade dos sujeitos, nas suas ações e experiências nas instituições que participam e dirigiram, deram forma a um conjunto de significados culturais e sociais que promoveram por um lado, inclusões de frações das elites baianas no tocante à definição das políticas culturais e, por outro lado, possibilitaram exclusões de sujeitos sociais que estavam à margem desse processo a exemplo das minorias: negros, indígenas, baianos do interior e um conjunto de cidadãos comuns que não tiveram acesso à cidadania cultural.

Os conselheiros eram escolhidos por relações de proximidade, pela vivência na universidade, a questão ideológica não foi muito pautada no CEC, apesar dos episódios que emperraram o ingresso do historiador Luís Henrique Dias Tavares em 1968 no Conselho. A atuação dos intelectuais foi muito anterior à vigência da ditadura iniciada em 1964, muitos vivenciaram a ditadura do Estado Novo. Alguns conselheiros foram simpatizantes e adeptos do Integralismo que, nos anos 1930/1940, fascinou uma boa parcela da juventude, sobretudo secundarista, na Bahia.

A polarização ideológica daquele período foi marcada pelos embates entre o comunismo e o integralismo. Três décadas depois, o “espectro” do comunismo, rondava a Bahia. Eram os tempos da guerra fria, mas, depois de 1964, não necessariamente, significava que quem aderisse ao golpe era anticomunista. No Conselho, a lógica era a da sociabilidade da vida, as pessoas se congregavam em torno das relações em comum.

A composição do CEC foi formada basicamente de pessoas de competências diversas, de pensamento tolerante, o Conselho não foi um parlamento, e, muito menos um tribunal ou corte. Como vimos

através da documentação, a atividade do CEC, por definição legal, se situou no plano consultivo e normativo (art. 36 da Lei estadual nº 2464 de 13 de setembro de 1967) e o Regimento Interno lhe conferiu a atribuição de “formular a política cultural do estado e aprovar o Plano estadual de cultura”.

Ademais, o fato de ser um órgão consultivo, também não o caracterizava como uma estrutura “ornamental” dentro do governo. Disputou com outras esferas dentro do estado pela sua proeminência como elaborador das diretrizes culturais. O prestígio dos intelectuais e sua atuação lhes credenciava na tomada de opiniões e sugestões aos dirigentes executivos, em especial o secretário de educação e cultura e o Governador do estado. Apesar do caráter opinativo do Conselho, pelo prestígio e autoridade de alguns dos conselheiros a opinião se transformava em diretriz na consecução dos projetos de Estado.

A partir dessas considerações – a vida intelectual baiana entre os anos estudados (1968-1987), marcos temporais balizados na criação e fechamento das atividades culturais do CEC nos anos de 1980 – foi marcada por continuidades de gerações anteriores. A UFBA se estabeleceu como principal centro cultural. O surgimento na Bahia dos cursos de pós-graduação da UFBA a partir da reforma de 1968 não modificou a presença dos intelectuais nela, apesar de ter ampliado o papel das atribuições do professor/intelectual. Muitos quadros do CEC, da ALB e do IGHB assumiram postos chave na UFBA e participaram dos programas editoriais e de difusão do conhecimento.

O CEC como epicentro desta análise foi um espaço de representação cultural, um lugar de poder com um grau de importância atrás da UFBA, IGHB, ALB, as duas últimas instituições com relativo

prestígio. O CEC, por sua vez, diferenciava-se das demais instituições por tratar em específico das questões culturais da Bahia.

No CEC, essa fração da elite intelectual baiana, trabalhava coletivamente na consecução das políticas culturais, emitindo pareceres, moções, elaborando estudos, organizando eventos e mediando a política editorial do governo do estado. Uma elite elaboradora da política cultural, cujos produtos emergentes de suas ações, estavam em consonância com as concepções de cultura, de patrimônio e de história, oriundas da geração às quais pertenceram, e que no recorte temporal em questão, entravam em choque com um novo modelo de modernização da cultura, cuja predominância estava focada na cultura de massas e na operacionalidade estatal no meio cultural.

Outrossim, os intelectuais tradicionais do CEC legitimavam as políticas federais de cultura, sobretudo, as elaboradas pelo Conselho Federal de Cultura. A efetividade do CEC consistiu na intermediação junto aos órgãos executores; e o trabalho de cuidar da cultura, de elaborar planos e projetos, cujos produtos culturais reverberavam nos calendários culturais, nas efemérides de datas históricas, prêmios culturais, seminários, exposições conferências, moções. Mesmo o CEC sendo normativo e consultivo, ele teve papel político no sentido de resolver ou pelo menos minorar as deficiências da atuação governamental referentes à esfera cultural. Em alguns momentos de demandas não atendidas pelos órgãos executivos, os intelectuais ficavam queixosos e demonstravam nas suas falas registradas nas atas o descontentamento e lamento face aos não atendimentos, ao mesmo tempo em que faziam questão de afirmar o compromisso e execução das tarefas que lhes foram incumbidas regimentalmente.

Para a História intelectual da Bahia e, também, para a História do exercício das funções públicas de agentes culturais, essa tese contribuiu no entendimento do processo de construção do aparato institucional da área da cultura na Bahia nos anos da vigência da ditadura civil-militar. Permanências ficaram, mas elas devem ser digeridas pelos sujeitos contemporâneos entendendo-as como aprendizado e experiência histórica. Os intelectuais do CEC cuidaram do seu jeito e maneira das coisas da Bahia.

LISTA DE FONTES

1. FONTES DOCUMENTAIS

ALBA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Diário da Assembleia**. Salvador, maio, 1955.

BAHIA. Assembleia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991**. 2ª ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 1997. 384 p. ilustr.

BAHIA. **Conselho Estadual de Cultura (1967-2005)**. Salvador, 2005.

BAHIA. Constituição (1967). **Constituição do Estado da Bahia: 14 de maio de 1967**. Salvador, BA: Imprensa Oficial Nacional, 1967. 35 p.

BAHIA. Constituição (1947). **Constituição do Estado da Bahia: 02 de agosto de 1947**. Salvador, BA: Imprensa Oficial Nacional, 1947. 35 p.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição Federal**. DF, Senado Federal, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. CODEAC. **Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura 1977**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BRASIL. Senado Federal. **DECRETO N° 62.461, DE 25 DE MARÇO DE 1968**.

BRASIL. II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF >. Acesso: em 20/11/2017.

BRASIL. **Política Nacional de Cultura**. Departamento de Documentação e Divulgação Brasília, DF - 1975.

BRASIL. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: relação dos bens tombados. MEC/IPHAN, 1973, p. 06-12.

CEC. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. **ARQUIVO do CEC**. Biblioteca Alves Ribeiro.

CEC. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. III Encontro dos governadores para o patrimônio. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, n° 06, jan-dez 1971, p.122.

CEC. Conselho Estadual de Cultura da Bahia. PROPOSIÇÃO 01/1979. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano XIII, n° 14, jan. 1979-dez. 1980.

CEC. Sugestão do Conselho ao governador para preservação do patrimônio. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano IV n° 05, jul/ dez 1971.

CFC. Conselho Federal de Cultura. ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Cultura**. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 n°02, p. 63-68. ago. 1967.

LOMANTO JR. **Mensagem apresentada** à ALBA em 16/02/1966.

MNU. **MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO.1978-1988**: 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do Livro, 1988.

MINISTÉRIO DA GUERRA, IV EXÉRCITO - 6ª REGIÃO MILITAR (BAHIA-SERGIPE). Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR_DFANBSB_AAJ. IPM. Salvador, 20/05/1969.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Departamento Cultural da Reitoria. **Notícia histórica da Universidade da Bahia.** 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Nelson Sampaio.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor José Calasans.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Hélio Simões.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Luis Viana Filho.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Godofredo Filho.

UFBA. Universidade Federal da Bahia ARQUIVO FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Francisco Peixoto de Magalhães Neto.

UNESCO. **Cultural Policy a preliminar study.** França, Unesco, 1969.

USP. Universidade de São Paulo. **COMPROMISSO DE BRASÍLIA.** Departamento de História USP; IAB -Departamento de São Paulo; 4º Distrito da DPHAN, São Paulo, 1970.

2. PERIÓDICOS

A Tarde. 1960-1987

Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro: CFC, 1967-1970.

Cultura. Rio de Janeiro: CFC, 1967-1971.

Correio da Bahia. 1979.

Diário de notícias. 1979.

Revista da Academia de Letras da Bahia: ALB, 1960-2018.

Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro: CFC, 1969-1974.

Revista Brasileira do Folclore: MEC, 1965; 1973.

Revista de Cultura da Bahia: CEC, 1968-1987.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: IGHB, 1960-1991.

Revista Porto de Todos os Santos: DESC, 1968.

Universitas: UFBA, 1968-1990.

3. ARTIGOS E LIVROS

ALMEIDA, Renato. Mensagem aos Jovens folcloristas do Brasil. **Revista Brasileira do Folclore**. Rio de Janeiro, Ano V n 13, set/ dezembro 1995.

ALMEIDA, Rômulo. **As pastas rosas de Rômulo Almeida**. Salvador: SEPLAN, 2012.

AZEVEDO, Paulo Ormino. A Herança e o inventário. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, n. 44, 2000.

AZEVEDO, Thales. A vida de cultura na Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Salvador, Nº 03, jan /jun. 1969.

_____. **Cultura e Situação Racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Cultura brasileira e caráter nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Salvador, Ano IX nº 11, jan /Dez, 1976.

_____. Cultura como consciência nacional. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano IV nº 05, jul/ dez 1970.

_____. **Democracia Racial**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

_____. **Os brasileiros**: estudos de caráter nacional. Salvador: Centro Editorial e didático da UFBA, 1981.

BARBOSA, Rui. **O processo do capitão Dreyfus**. São Paulo, editora Giordano, 1994.

_____. O Supremo Tribunal Federal na Constituição Brasileira. In: **Pensamento e ação de Rui Barbosa**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A convivência acadêmica**. Salvador: Quarteto, 2012.

_____. **Castro Alves: um parque para o poeta**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.

_____. Criação e reorganização do Conselho e Educação da Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, n 10, p 13-30, jul/de, 1992.

_____. **O Conselho de Educação da Bahia**. Salvador: CEE, 2010.

_____. “Luís Navarro de Brito”. In: **Gente da Bahia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p.141-145.

_____. **Por uma política de cultura**. Salvador, 1971.

_____. **Gente da Bahia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

CALASANS, José. Primeiros estudos de folclore na Bahia. **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, Nº 36, maio/dezembro, 1972.

_____. O Folclore Histórico no Recôncavo da Bahia. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano IV, nº 05, jul/dez 1972.

_____. Moreira César na poesia popular. **Universitas**: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia. Nº12/13, p.42.v. 1989.

FONSECA, Fernando. Capelas abobadadas. **Revista de Cultura da Bahia**. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano X, nº 12, jan-dez 1977.

_____. Ruínas Notáveis. **Revista de Cultura da**

Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura, Salvador, nº 05, jul. /dez. 1970.

MELO, Agenor Bandeira de. **Cartilha histórica da Bahia.** Rio de Janeiro: Cívica, 1970.

PINHO, José Wanderley de Araújo. Proteção de objetos públicos e objetos históricos. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Nº 04, julho /dezembro 1969.

ROCHA, Carlos Eduardo. **A hora única.** Salvador: Edições o ViceRey Cidade da Bahia, 1986.

ROMERO, Silvio. **Folclore Brasileiro: Cantos populares do Brasil. TOMO I e II.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **A arte de ser Livre.** Salvador: Progresso, 1957.

_____. A revolução de 1930. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano IV nº 05, jul /Dez, 1970.

_____. **As idéias-forças da democracia.** Salvador: Imprensa Regina, 1941.

_____. **Ideologia e Ciência política.** Salvador: Progresso, 1953.

_____. **Prólogo à Teoria do Estado.** Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1960.

_____. O Brasil e a democracia. **Universitas:** Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, nº 10, set-dez 1971.

_____. **O Diálogo democrático na Bahia.** Salvador: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

_____. O morticínio das crenças. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Nº 11, jan /Dez, 1976.

_____. Perfil sesquicentenário. **Revista de Cultura da Bahia,** Salvador, nº 08, jan-dez . 1973, p. 07-38.

_____. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia,** Salvador, nº 04, jul-dez 1969.

_____. Ruy e a cultura nacional. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano III nº 04, jul /Dez, 1969.

SIMAS FILHO, Américo. Importância e necessidade da defesa dos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia.** Salvador Ano VII, nº 09, p. 24-33, Jan /Dez, 1974.

_____. Legislação de proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Nº 03, jan/jun.1969.

_____. Problemática e critérios para delimitação das áreas de proteção histórica. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão do Conselho Estadual de Cultura. Salvador: Nº 11, jan /Dez, 1976.

_____. Sistema de Proteção aos bens culturais. **Revista de Cultura da Bahia.** Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Salvador, Ano IV, nº 05, jul/dez 1971.

VIANA FILHO, Luís. **Petroquímica e industrialização da Bahia.** — Brasília: Senado Federal, 1984

4. ENTREVISTAS

AQUINO, Dulce. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

AZEVEDO, Thales de. **Entrevista concedida a Maria Palácios (FAEEBA/UNEB).** Salvador, 1992.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 17/01/2017.

CAPINAN, José Carlos. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 09/08/2017.

CARRANO, Jorge. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador, 10/08/2016.

HOLANDA, Sergio Buarque. A democracia é difícil. **Revista Veja**, janeiro 1976. Disponível em: < <https://www.cafecomsociologia.com/sergio-buarque-de-holanda-entrevista-de/>> Acesso em 28/06/2019.

MATTA, João Eurico. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador, 07/10/2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entrevista. Disponível: <<https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrico-patto-sa/>> Acesso em: 13/11/2017.

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

SANTOS, Roberto Filgueira. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 02/08/2017.

5. FONTES MEMORIALÍSTICAS

ALMEIDA, Rômulo. **Rômulo Almeida (depoimento 1988)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV-SERCOM/Petrobrás, 1988.

FUNCEB. **Memória da cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004.

SANTOS, Roberto Figueira. **Vidas Paralelas. 1894-1962**. Salvador. Edufba, 2008.

_____. **Na Bahia das últimas décadas do século XX: Um depoimento crítico**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. Pinto. “Notas sobre o enigma baiano”. **Planejamento**, Vol. 5, nº 4, out./dez, 1977.

ALMEIDA, R. “Traços da História da Bahia no Último Século e Meio”. **Planejamento**, Vol. 5, nº 4, out./dez, 1977.

ALVES, Ivia. **Arco & flexa: contribuição para o estudo do modernismo**. [Salvador]: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia de Bolso, 2013.

- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília: ED. UNB, 1980.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Thales O. G. A Economia Baiana em Torno de 1850. In: **Planejamento**, Vol. 5, nº 4, out./dez, 1977.
- BAKTHIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Cultura e política**. São Paulo: UNESP, 2015.
- _____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- BOTELHO, André. Manoel Bonfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: A. Botelho & L.M. Schwarcz (orgs.) **Um enigma chamado Brasil**: São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BONFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio: Topbooks, 1997.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.18, p. 299-311, maio/Ago, 2005.

BRITO, Mauricio. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. DADOS, Rio: vl.48, n.2, 2005.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 37, janeiro-junho de 2006, pp. 81-98.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALMON, Pedro. **História da literatura bahiana**. Salvador: José Olympio, 1949.

CARRACEDO, José Rubio. “Derechos liberales o derechos humanos?”. In: **Ciudadanía, nacionalismo y derechos humanos**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

CARVALHO, José Murilo. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In: **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 159-198.

CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado: Políticas culturais, turismo e baianidade na modernização da Bahia (1967-1983)**. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2013.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Clasco Libros, 2005.

CARDOSO, Lucileide C. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n62, 117-140, 2011.

_____. **Criações da memória: Defensores e**

Críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

_____. Autoritarismo, controle e vigilância: Jacob Gorender na mira da repressão (1940-1980). **Antíteses** (Londrina), v. 6, p. 310-335, 2013.

_____. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. **Anos 90**, v.20, p. 237-267, 2013.

CERAVOLO, Suely Moraes. “BAHIA AMEAÇADA”: a visão de patrimônio cultural arquitetônico de José Valladares (1958-1959). **Museologia e Patrimônio** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio/MAST - vol.8, no 1, 2015.

CHARLE, Cristophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**. ASPHE/Faf/UFpel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados 9 (23)**, São Paulo, 1995, p.81.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, n. 16, p, 179-192.

CINTRA, Wendel. **Liberalismo, justiça e democracia: a crítica de Rui Barbosa à experiência republicana brasileira** (1910- 1921). Anais da III Semana de Ciência Política - Universidade Federal de São Carlos, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, mar. 1979.

CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico

e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. S. **Cadernos de seminário de pesquisa**. Volume II. São Paulo: USP-FFLCH- Humanitas, 2002, pp. 98-116.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, dez. 2007.

CUNHA FILHO, F. H. Cidadania cultural: um conceito em construção. In: CALABRE, L. (Org.). **Políticas culturais: diálogos e tendências**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. p. 177-201.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. UFRJ, 2009, (Tese de Doutorado).

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927 - 1967)**. Dissertação (Mestrado) História. Salvador: UFBA, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, Nestor. 2006 **A ordem privada e a organização nacional (contribuição à sociologia política brasileira)**. Versão para eBook - eBooksBrasil - Fonte digital: digitalização de edição em papel Brasileira - V. 172[1939]. Biblioteca Pedagógica Brasileira; Cia. Ed. Nacional. <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ordemprivada.html>.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História social: Historiografia e pesquisa. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio: Nova Aguilar, 2000.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. **O Golpe de Estado de 1964 na Bahia**. 2003, p.06 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf> Acesso em: 24 dez. 2017.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**, vol.1 - 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil** .4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

GARCEZ MARINS, Paulo César. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 10 57, p. 9-28, janeiro-abril, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Essa Gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. II, 1993, p. 62-77.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia. **Cadernos CRH**, 02. 1987.

_____. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930-1964**. 1982. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

_____. As elites de cor e os estudos de relações raciais. **Tempo social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo vol.8, n.2, pp.67-82, 1996.

GUIMARAES, Ary. Uma vida dedicada à cultura. **Revista da Academia de Letras**. Salvador, Nº 38, 1992, p. 93-106.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBSBAWM. Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. São Paulo: CIA das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar duplo. IN: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários. Europa. Sociedades e regimes autoritários.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.), **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, pp. 79-87.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil – CADERNOS AEL.** Vol. 8, n.14/15, 2011.

LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe: teatro e contracultura na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2009.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana.** Salvador, 1912-1916. Dissertação de mestrado, Salvador, UFBA, 1996.

_____. **A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro.** São Paulo, 2ª ed., Pioneira Editora, 1969.

LYNCH, Christian E. C. **Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, N. 19 – Brasília (p.p. 75-119), 2016.

LIMA, Thiago Machado de. **Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia.** Feira de

Santana: UEFS, 2015. (Dissertação de mestrado)

_____. Um intelectual na mira da repressão: Milton Santos e o golpe de 1964. **Revista de História da USP**, nº177, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.137230>.

LIPPI, Lucia. **Cultura é patrimônio - um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LÖWY, Michael. **Para una Sociología de los Intelectuales Revolucionarios**. (La Evolución Política de Lukács 1909-1929). Siglo XXI Editores, México 1978.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen** : marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.- 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LORYM SOARES, Ana. **Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)**. ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Fortaleza, 2009.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUDWIG, Selma Costa. **Mudanças na vida cultural de Salvador 1950-1970**. Dissertação (Mestrado História), 1982. 159 fls.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana. 1724-1759**. São Paulo: Hucitec, 2004.

KAYSEL, André. (2014). **Epistemologia conservadora, política**

radical: história das ideias e projeto político na obra de Guerreiro Ramos. Brasília, DF: IX Encontro da ABCP. Disponível em : <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br>

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História-** 2 ed ver. São Paulo: Ateleie Editorial, 2001.

NABUCO, Joaquim. **Balmaceda.** São Paulo: Cia Letras, 2010.

_____. **Minha formação.** Brasília: EDUNB, 1991.

_____. **O abolicionismo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

MACHADO NETO, A. L. A Bahia intelectual (1900-1930). **Universitas**, Salvador, n. 12/13, p. 261-304, mai/ dez. 1972. [Separata].

_____. MACHADO NETO, A. L. Sociologia do pensamento social como Sociologia da Sociologia". **Universitas**. Salvador, Nº 06, mai/dez, 1970, p.102-103.

_____. Contribuição baiana à filosofia jurídica e à sociologia do direito. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, 61(1), 1965, 117-157. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66501>. Publicada originalmente na Revista dos Tribunais, 1966. (Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ano 61, fax 1, 1966.

MAGALHÃES, Vanessa. **No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950).** Dissertação (Mestrado) UFBA: Salvador, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1968.

MAIA, Tatiana. **Os cardeais da cultura nacional**: o conselho federal de cultura na ditadura civil-militar. São Paulo, Itaú Cultural; Iluminuras, 2012.

MAIO, Marcos Chor. As Elites de Cor: Thales de Azevedo e o Projeto UNESCO de Relações Raciais no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 05, No. 10 Mai/Ago 2017.

MATOS; BESSONE; (Orgs). **Historiadores pela Democracia. O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer satã com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”. In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.145-174.

NASCIMENTO, Jairo. **José Calasans e a história reconstruída**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MATA-MACHADO, Bernardo. Conselhos de cultura e democratização do estado no Brasil. In: FERNANDES, T.; RUBIM, A.; RUBIM, I., (Org.) **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 213 - 235.

MATTA, João Eurico. **Modernização do poder executivo na Bahia: estratégia e dinâmica do Programa de Reforma Administrativa do governo Lomanto Junior (1963-1967): uma história de caso**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARGATO, Izabel & GOMES, Renato C. (Orgs.) **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MARIANI, Clemente. “Análise do Problema Econômico Baiano”. In: **Planejamento**. Vol.5, nº 4, out/dez, 1977.

MARQUES, Maria Inês. **UFBA na memória**. Salvador, EDUFBA, 2010.

MARIAS, Julian. **Literatura e Gerações**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1977.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 213.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Intelectuais na historiografia brasileira. **Anais do IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais**, 8 a 11 de outubro de 2007, Universidade Estadual do Maranhão São Luís/MA. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/40.pdf> Acesso em: 14 Nov. 2016.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A história das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. (Entrevista). In: **Café História - história feita com cliques**. Disponível em: <http://www.cafehistoria.com.br/entrevistarodrigo-patto-sa/>. Publicado em: 12 jun. 2017.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-**

1974). 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOORE JR, Barrington. **As origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo. Martins Fontes, 1975.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” In: **Projeto História**. Trad. Yara Aun Khory. São Paulo, nº.10, p.07-28, dez. 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PASSOS, Lucas & NASCIMENTO, Maíra. **Elite intelectual e patrimônio cultural no conselho estadual de cultura de Sergipe**. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 16 a 18 de outubro/2013 Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PESSOTI, Bruno Casseb. **Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro**. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO. Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atraso e personalismos”. **Ideação**, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./ dez. 1999.

PIOVESAN, Flávia. “A Constituição Brasileira de 1988 e o processo de democratização no Brasil – a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais”. In: PIOVESAN. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva: 2012.

PRADO Jr., Caio. “Sentido da colonização”. In: _____.

Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAFFAINI, Patrícia T. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938).** São Paulo: Humanitas, 2001.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil.** Editora Saga, 1960.

_____. **Mito e verdade da revolução.** Rio: Zahar, 1963.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural.** Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RISERIO, Antônio. **Carnaval Ijexá.** Salvador: Corrupio, 1981.

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n 30, p. 9-22, 1995.

ROSA, Flávia; CARVALHO, Kátia; VIEIRA, Sônia C. **Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, 1968-1991.** Disponível: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/FlaviaSoniaKatiaNanci.pdf> Acesso em 18/07/2018.

RUBIM, Antônio Albino C. Conselhos de Cultura: atribuições, caráter, composição e democracia. In: RUBIM, Antônio Albino C. (Org.) **Políticas Culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTANA, Valdomiro. **Literatura baiana 1920-1980**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

SANGIOVANNI, Ricardo F. **Freyre, Pierson, Florestan: democracia racial e mestiçagem na obra de Thales de Azevedo (1949-1975)**. Disponível: 2015.
Anais eletrônicos - XXVIII Simpósio Nacional de História - Anpuh.

SANT'ANNA, Marcia. Patrimônio material e imaterial. In: GOMES, M.; CORRÊA, E. (Orgs.) **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Atica, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Práxis liberal no Brasil**. In: Santos, W.G. dos. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio: Rocco, (1999) [1978].

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1985.

SILVA, Paulo Santos. "Historiografia baiana nos últimos 50 anos". In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado ao futuro: edição**

comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo, Contexto, 2011.

_____. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949).** Salvador, EDUFBA, 2011.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

_____. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.259-279.

_____. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural.** Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.409-418.

_____. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.131-137.

SCHWARZ, Roberto (1973). **As ideias fora do lugar.** ESTUDOS CEBRAP – S. Paulo: n.3 (p.p.151-161)

SOARES, Ana Lorym. **Revista Brasileira de Folclore: folclore, intelectuais e políticas culturais (1961-1976).** 2010. Dissertação (Mestrado- História Social da Cultura – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOTO, Cecília Ana Vásquez. **A trajetória histórica do conselho estadual de cultura e as políticas culturais na Bahia.** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos. Salvador: UFBA, 2012.

SOUZA, Guaraci Adeodato A. (Org.) **Bahia de Todos os Pobres.** – Petrópolis: Vozes, 1980; CEBRAP, Caderno CEBRAP, n.º. 34, 1980.

SOUZA JUNIOR. **O Ilê Aiyê e a relação com o estado: interfaces e ambigüidades entre poder e cultura na Bahia.** Salvador: Fast design, 2007.

TAVARES BASTOS, A. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro.** In: A.T. Bastos: Os males do presente e as esperanças do futuro: Estudos brasileiros. 2ªed. São Paulo: Cia.Ed.Nacional; Brasília:INL (Col.Brasiliana,v.151) (p.9-14;27-48), 1976.

TOUTAIN, Lúdia & VARELA, Marilene (Org.) **Reitores da UFBA:** de Edgard Santos a Naomar de Almeida. Salvador, EDUFBA, 2011.

URUGUAI, Visconde do. **Ensaio sobre o direito administrativo.** Rio: Typografia Nacional, 1862, p.159-220.

URUGUAI, Visconde do. **Estudos Práticos sobre a administração das províncias no Brasil.** Rio: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1865, p. I – XXVII.

URFALINO, Philippe. A História da Política Cultural. In: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. (Dir.). **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998. pp. 293-306.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia (1964 - 1987).** Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987 .pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987.pdf)>, p. 07. Acesso em 13/11/2016. Ver também< <https://www.youtube.com/watch?v=4iiRLmj1nEA>> Acesso em: 13 nov. 2016.

VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VELLOSO, Monica. Os intelectuais e a política cultural do estado novo. **Revista de sociologia e política**. Nº 9,1997.

VILELA, Gileide et alii. **Os baianos que rugem: a imprensa alternativa na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1996.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo na constituição**. 2a.ed. aumentada - S.Paulo/Rio: Cia Editora Nacional, 1939.

WERNECK VIANNA, Luiz J. (2009). **Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização**.in: A. Botelho & L.M. Schwarcz (orgs.): Um enigma chamado Brasil: S.P: Cia Letras, p. 364-377.

_____. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio: Revan ,1988.

ZACHARIADES, Grimaldo Carneiro. (Org.) Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Salvador: EDUFA, 2009.

APÊNDICES

Calendários Culturais: 1969, 1970, 1973,1974,1975, 1976,1977,1980, 1981 1984 e 1985.

a) **Efemérides cívicas, literárias e eventos da História da Bahia**

Evento	Efeméride	Comemoração
Sociedade Libertadora Sete de Setembro	Centenário de Fundação(1969)	Marcou o desempenho do importante papel na luta pela emancipação dos escravos (1869)
Vapor de Cachoeira	Sesquicentenário(1969)	Primeira viagem do Vapor de Cachoeira, primeiro do tipo em nosso país (1819)
Camões	IV centenário dos Lusíadas (1972)	Ato solene, cursos na UFBA, exposição camoniana no Gabinete Português de leitura, prêmio para o melhor trabalho sobre os Lusíadas, sugerido e coordenado pelo CEC
Independência da Bahia	Sesquicentenário do 2 dois de Julho (1973)	07/01/1823. Vitória dos brasileiros na defesa da ilha de Itaparica 1823
Independência da Bahia	Sesquicentenário do 2 dois de Julho(1973)	03/05/1823. Batismo de fogo de Luiz Alves de Lima e Silva, num combate travado durante a guerra da independência da Bahia
Independência da Bahia	Sesquicentenário do 2 dois de Julho(1973)	02/07/1823. Entrada do Exército Brasileiro na cidade do Salvador

Academia Brasileira dos Esquecidos	250 anos	Comemoração dos 250 anos da fundação (1974)
Fundação da cidade do Salvador	430 anos	Alusão à data (1979)
Jorge Amado	Cinquentenário de lançamento do livro "O país do carnaval" (1931)	Homenagem publicada na RCB pelo conselheiro Wilson Lins (1981)
Euclides da Cunha	80 anos	Comemoração de 80 anos da publicação dos Sertões (1982)
Godofredo Filho	Cinquentenário de publicação	Poemas de Ouro Preto (1982)

b) Médicos

Homenageado	Efeméride	Informações Biográficas
Egas Moniz Barreto de Aragão- Péthion de Villar - (1870 - 1924).	Centenário de Nascimento (1970)	Péthion de Villar é o pseudônimo literário do médico e poeta brasileiro. Foi um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia, ocupando a cadeira nº 13.
Juliano Moreira (1873-1933)	Centenário de nascimento (1973)	Médico psiquiatra

Personalidade	Efeméride	Dados biográficos
Francisco Torquato Bahia da Silva Araújo (?- 1919)	Cinquentenário do falecimento(1969)	Torquato Bahia foi jornalista e professor, primeiro ocupante da cadeira n. 28 da Academia de Letras da Bahia

Manuel Pessoa da Silva (1819-1878)	Sesquicentenário do nascimento (1969)	Jornalista, poeta e satírico baiano do século XIX
Alexandre José Melo de Morais Filho(1844-1919)	Cinquentenário do falecimento(1969)	Tradicionalista brasileiro, historiador, folclorista nascido em Salvador
Manoel Antônio Silva Serva (? - 1819)	Sesquicentenário do falecimento (1969)	Português de nascimento, proprietário e fundador da primeira tipografia baiana
Francisco Bonifácio de Abreu (1819- 1887)	Sesquicentenário do nascimento (1969)	Barão de Vila da Barra, patrono da cadeira n. 21 da Academia de Letras da Bahia, tradutor da Divina Comédia. (1819)
Manuel Querino (1853 -1923)	Cinquentenário do falecimento (1973)	Baiano, folclorista, estudioso dos assuntos brasileiros
Francisco José da Silva e Almeida (? - 1873)	Centenário do falecimento (1973)	Natural de cachoeira, jornalista e advogado
Plínio Augusto Xavier de Lima (1847-1873)	Centenário de morte (1973)	Poeta nascido em Caetité
Eduardo Pires Ramos (1854-1923)	Cinquentenário do falecimento (1973)	Escritor, membro da ABL, senador e primeiro diretor da Faculdade de Direito da Bahia
Américo Furtado Simas (1875-1944)	Centenário de nascimento (1975)	Engenheiro e professor da Escola Politécnica da Bahia, pai de Américo Simas Filho- conselheiro de cultura

Almachio Diniz(1880-1937)	Centenário de nascimento (1980)	Advogado, jurista, professor, escritor e poeta brasileiro. Membro-fundador da Academia de Letras da Bahia, ocupou a Cadeira n. 37
---------------------------	---------------------------------	---

APÊNDICE- B

Conselheiros do CEC (1968-1987)

PERÍODO / GOVERNO	CONSELHEIROS
1º Mandato:09 de março de 1968 a 15 de março de 1971. Governador: Luiz Viana Filho. Secretário de Educação Cultural: Luis Navarro de Brito, Edivaldo Machado Boaventura	1. Francisco Peixoto de Magalhães Neto (Presidente Interino 12/03/1968 a 30/03/1968)
	2. Odorico Montenegro Tavares (Presidente de 30/04/1968 a 03/09/1968)
	3. Nelson de Souza Sampaio (Presidente de 03/09/1968 a 15/03/1971)
	4. Carlos Eduardo da Rocha
	5. Diógenes de Almeida Rebouças
	6. Américo Furtado Simas Filho
	7. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho
	8. Hélio Simões
	9. José Calasans Brandão da Silva
	10. Mário Cravo Júnior
	11. Thales Olímpio Góes de Azevedo
	12. Fernando Luis da Fonseca (a partir de 15 de julho de 1969)
	13. Aloisio Prata (ingresso em 1969)

<p>2º Mandato: 30 de junho de 1971 a 15 de março de 1975 Governador: Antônio Carlos Magalhães Secretário de Educação e Cultura: Rômulo Galvão de Carvalho, Kleber Pacheco, a partir de maio de 1974</p>	<p>1. Godofredo Filho (Presidente 15/03/1971 a 22/03/1973 – 1º Biênio)</p> <p>2. Américo Simas Filho (Vice-Presidente – 1º Biênio)</p> <p>3. Carlos Eduardo da Rocha</p> <p>4. Diógenes Rebouças</p> <p>5. Helio Simões</p> <p>6. José Calasans Brandão da Silva</p> <p>7. Renato Berbert de Castro</p> <p>8. Mario Mendonça de Oliveira</p> <p>9. Wilson Lins de Albuquerque</p> <p>10. Nelson de Souza Sampaio</p> <p>11. Odorico Tavares</p> <p>12. Thales de Azevedo</p>
<p>22 de março de 1973 a 07 de julho de 1975 (2º Biênio) Governador: Antônio Carlos Magalhães</p>	<p>1. José Calasans Brandão da Silva (Presidente 22/03/1973 a 08/07/1975 – 2º Biênio)</p> <p>2. Renato Berbert de Castro (Vice-Presidente – 2º Biênio)</p> <p>3. Américo Simas Filho</p>
	<p>4. Carlos Eduardo da Rocha</p> <p>5. Diógenes Rebouças</p> <p>6. Godofredo Rebello de Figueredo Filho</p> <p>7. Hélio Simões</p> <p>8. Mario Mendonça de Oliveira</p> <p>9. Nelson de Souza Sampaio</p> <p>10. Thales de Azevedo</p> <p>11. Odorico Tavares</p> <p>12. Wilson Lins</p> <p>Suplentes</p> <p>13. Carlos Alberto Reis dos Campos</p> <p>14. Mercedes KauarkKruschewis</p> <p>15. Manoel Vicente Ribeiro Veiga Junior</p> <p>16. Maria Mercedes de Oliveira Rosa</p> <p>17. Cláudio de Andrade Veiga</p>

	18. Adroaldo Ribeiro Costa
	19. Ary Guimarães
	20. Fernando Luiz de Fonseca
	21. Antonio Loureiro de Souza
	22. José Duarte de Araújo
	23. Jose Martins Catharino
	24. Antonio Celso Spinola
<p>3º Mandato: 08 de julho de 1975 a 15 de março de 1979 Governador: Roberto Santos Secretário de Educação e Cultura: Carlos Corrêa de Meneses Sant'Anna até abril de 1978, depois, Mário Cardoso da Costa Neto</p>	1. José Calasans Brandão da Silva (Presidente)
	2. Thales de Azevedo (Vice-presidente)
	3. Diógenes Rebouças
	4. Godofredo Filho
	5. Helio Simões
	6. Adriano de Azevedo Pondé
	7. Nelson de Souza Sampaio
	8. Odorico Tavares
	9. Renato Berbert de Castro
	10. Américo Simas Filho
	11. Wilson Lins
	12. Carlos Eduardo da Rocha
	13. Ary Guimarães
	* Neste mandato foram 12 os suplentes, incluindo o historiador Fernando da Rocha Peres e o cantor/compositor Dorival Caymmi
	1. Ruy Santos (Presidente)
	2. Thales de Azevedo (Vice-presidente)
	3. Helio Simões
	4. Nelson Sampaio
	5. Renato Berbert de Castro
	6. Raymundo de Souza Brito
	7. José Calasans Brandão da Silva
	8. Odorico Tavares
	9. João Eurico Matta
	10. Carlos Eduardo da Rocha
	11. Wilson Lins

<p>4º Mandato: 06 de julho de 1979 a 15 de março de 1983 Governador: Antônio Carlos Magalhães Secretário de Educação e Cultura: Eraldo Tinoco Melo</p>	12. Ary Guimarães	
	13. Godofredo Filho	
	14. Américo Simas Filho	
	15. João Augusto Azevedo Filho	
	16. Gilberto Passos Gil Moreira	
	17. Maria Bethânia Viana Teles Veloso	
	18. Adriano de Azevedo Pondé	
	Suplentes:	
	19. Jairo Simões	
	20. Adroaldo Ribeiro Costa	
	21. Maria Mercedes Rosa	
	22. Florisvaldo de Mattos	
	23. Remy de Souza	
	24. Germano Machado	
	25. Bárbara Vasconcelos de Carvalho	
	26. Dorival Caymmi	
	27. Sylvia Athayde	
	28. Jenner Augusto da Silveira	
	29. Guido Araújo	
	30. José Julio de Calasans Neto	
	31. Lindaura AlbanCorujeira	
	32. Fernando da Rocha Peres	
	33. Ernest Widmaer	
	34. Juarez Paraíso	
	35. Dulce Aquino	
	<p>5º Mandato: 1983-1987 Governador: João Durval Secretário de Educação e Cultura: Edivaldo Machado Boaventura</p>	1. Wilson Lins (Presidente)
		2. Remy de Souza (Vice-presidente)
		3. Cláudio Veiga
		4. Geraldo Machado
		5. Germano Machado
		6. Godofredo Filho
		7. Hélio Simões
		8. Ruy Santos
		9. James Amado
		10. João Eurico Matta

	11. Jorge Augusto Novis
	12. Adroaldo Ribeiro Costa
	13. José Luiz de Carvalho Filho
	14. Maria Mercedes Rosa
	15. Nathan Coutinho do Rosário
	16. Nelson de Souza Sampaio
	17. Carlos Eduardo da Rocha
	18. Renato Berbert de Castro
	19. Thales de Azevedo
	20. Ary Guimarães

Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Vol. 01 -15.

Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943)	Centenário de nascimento (1973)	Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, devotado à causa da proteção à infância desamparada
Augusto de Couto Maia (1876-1944)	Centenário de nascimento (1976)	Médico baiano, professor da Faculdade de Medicina da Bahia
Afrânio Peixoto (1876-1947)	Centenário de nascimento (1976)	Médico e escritor baiano, membro da ABL
José Francisco da Silva Lima (1826-1910)	Sesquicentenário de nascimento (1976)	Iniciador da medicina tropical no Brasil
Luís Pinto de Carvalho (1877-1965)	Centenário de nascimento (1977)	Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia e foi professor de Neurologia.
Antônio do Prado Valadares (1880- ?)	Centenário de nascimento (1980)	Médico baiano, pai do conselheiro federal de cultura, o baiano Clarival do Prado Valadares e de José Valadares, que foi diretor do Museu do Estado da Bahia

c) Políticos

Político	Efeméride	Dados Biográficos/Comemoração
José Maria da Silva Paranhos (1819-1880)	Sesquicentenário de nascimento (1969)	Visconde do Rio Branco, estadista do Segundo Reinado e nascido na Bahia

Francisco Agostinho Gomes (1769-1822)	Bicentenário do nascimento(1969)	Baiano, erudito, deputado às Cortes Gerais e Constituinte da Nação Portuguesa
Rui Barbosa(1849-1923)	Nascimento em 05 de novembro de 1849	Dia Nacional da Cultura (Também comemorado pelo Conselho Federal de Cultura, instituído por Castelo Branco em 1964)
Rui Barbosa (1849-1923)	Cinquentenário da morte(1973)	Exibição de documentário em Salvador
Franklin Lins de Albuquerque(1873-?)	Centenário de nascimento (1973)	Coronel de Pilão Arcado no interior baiano. Pai do escritor e conselheiro de cultura Wilson Lins
Arthur Neiva (1880-1943)	Centenário de Nascimento (1980)	Cientista, etnógrafo e político brasileiro. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi aluno de Oswaldo Cruz. Interventor na Bahia em 1931
Moniz Sodré (1881-1940)	Centenário de nascimento (1981)	Governador da Bahia entre 1916-1920. Formado pela Faculdade de Direito da Bahia/ publicação de artigo na RCB do conselheiro João Eurico Matta em sua homenagem.

d) Literatos, bacharéis, professores, cientistas, jornalistas

ANEXOS

O CEC em imagens

Conselho de Cultura da Bahia na década de 1970



Em pé a partir da esquerda, os acadêmicos João Eurico Matta (primeiro), Ary Guimaraes (terceiro), Cláudio Veiga (quarto), Carlos Eduardo da Rochas (quinto), Paulo Ormino Azevedo (sétimo) e Renato Berbert (nono). Sentados: Hélio Simões (terceiro), José Calasans (quinto), Wilson Lins (sétimo), Thales de Azevedo (oitavo)

Fonte: BOAVENTURA, E.; RIBEIRO, C. (orgs) ALB. Academia de Letras da Bahia: Um século de História. Salvador, EDUFBA/ALB, 2018. Observa-se uma expressiva presença de membros da ALB nessa importante instância do poder executivo, sinal de prestígio que desfrutava a instituição.

Reunião do CEC, presidida por Odorico Tavares (Segundo à direita)



Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

Thales de Azevedo e Nelson Sampaio



Em 20 de novembro de 1970, os presidentes da Academia de Letras da Bahia, professor Thales de Azevedo, e do Conselho Estadual de Cultura, professor Nelson Sampaio, visitaram a fazenda Cabaceiras, na comitiva do secretário de Educação e Cultura.

Fonte: BOAVENTURA, Edivaldo M. Castro Alves: um parque para o poeta. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.

Mário Kertesz, Secretario de Planejamento do estado visita o CEC em 1974



Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Ano V, nº 08, Jan /Dez. 1974.

O CFC EM IMAGENS

Assinatura do decreto que estabeleceu o custeio do Plano Nacional de Cultura.



Da esquerda para a direita: Josué Montello, Ministro da educação Tarso Dutra e Deolindo Couto, membro do CFC.

Fonte: Cultura. Rio de Janeiro: MEC, Conselho Federal de Cultura. Ano 01 nº01, jul 1967.

Josué Montelo, presidente do CFC, e o Secretário de Educação Navarro de Brito na Instalação do CEC na Bahia.



Fonte: Revista de Cultura da Bahia. Ano I nº 01, março /agosto 1968.

O CEC EM DOCUMENTOS


Ata da primeira reunião do CEC em 12 de março de 1968

Conselho Estadual de Cultura, ata da primeira sessão.

Aos doze dias do mês de março de mil, novecentos e sessenta e oito, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Estadual de Cultura, na sala das sessões dos Conselhos de Educação e Cultura do Estado da Bahia, à rua da Graça, n.º 21, nesta Capital, sob a presidência do Conselheiro Francisco de Magalhães Netto e com a presença dos Conselheiros Nelson Sampaio, Odorico Tavares, Mário Cravo Júnior, Thales de Azevêdo, José Calasans, Godofredo Filho, Diógenes Rebouças, Hélio Simões e Américo Simas Filho. Inicialmente o Conselho designou, por unanimidade, o Conselheiro Francisco de Magalhães Netto para presidir, até que se proceda a eleição do Presidente do Órgão por ser o mais idoso entre os pares. Ao começar a direção dos trabalhos, o Presidente achou por bem escolher o Conselheiro Nelson Sampaio para elaborar o projeto de Regimento Interno, o qual se comprometeu trazer o trabalho na próxima reunião, ou seja na terça-feira vindoura, fazendo o possível para distribuí-lo antes desta data, para conhecimento de todos os Conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, encerrou a sessão. E eu, Maria José do Nascimento, datilógrafa, lavrei a presente ata que será lida, posta em discussão, uma vez aprovada, será assinada pelos presentes. Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. (Ass) Francisco de Magalhães Netto, Presidente, Nelson Sampaio, Odorico Tavares, Mário Cravo Júnior, Thales de Azevêdo, José Calasans, Godofredo Filho, Diógenes Rebouças, Hélio Simões.

Fonte: Ata da Primeira sessão plenária. Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.41

Indicação sugerindo a criação do Prêmio Pirajá da Silva


SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Registro N.º 153
Salvador, em 15/07/80
Ruy Santos
FUNSIONÁRIO

INDICAÇÃO

A cultura de um povo se afirma na pesquisa; é a pesquisa que dá características nacionais à cultura. Daí o empenho de todos os povos do mundo em pesquisar, em todos os setores. O ensino faz-se pesquisando; a educação é principalmente fruto da investigação, que se faz na escola e fora da escola.

O Brasil já evoluiu bastante no campo da investigação científica, e de há muito. Não só na área das ciências biológicas, como no setor social. E, investigando, estamos nos afirmando. Pirajá da Silva, o grande mestre baiano teve o seu nome ligado, mundialmente, ao de Manson, na identificação de um dos grandes males tropicais; Gilberto Freire iniciou um grande trabalho e formou discípulos no campo social. Há muito porém, ainda a ser feito, e precisamos estimular a investigação. Daí a necessidade do Estado criar um prêmio para os melhores trabalhos sobre pesquisa, realizados mais recentemente. Este prêmio, que teria o valor mínimo de cem mil cruzeiros, seria designado "Pirajá da Silva", numa homenagem ao grande mestre que engrateceu o ensino médico brasileiro.

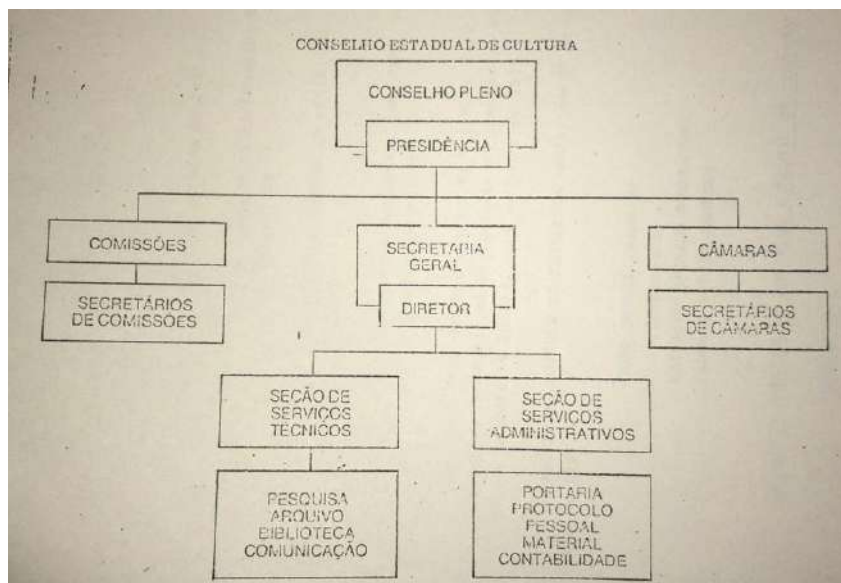
É o que sugiro ao Conselho Estadual de Cultura, em forma de indicação.

Sala das Sessões; 15/07/80
Ruy Santos

Al. Carneiro
15/7/80

Fonte: ARQUIVO DO CEC. Processo nº 153/80.

Organograma de Funcionamento do CEC em 1985.



Fonte: ARQUIVO CEC. 3º Regimento Interno.

Funções gratificadas

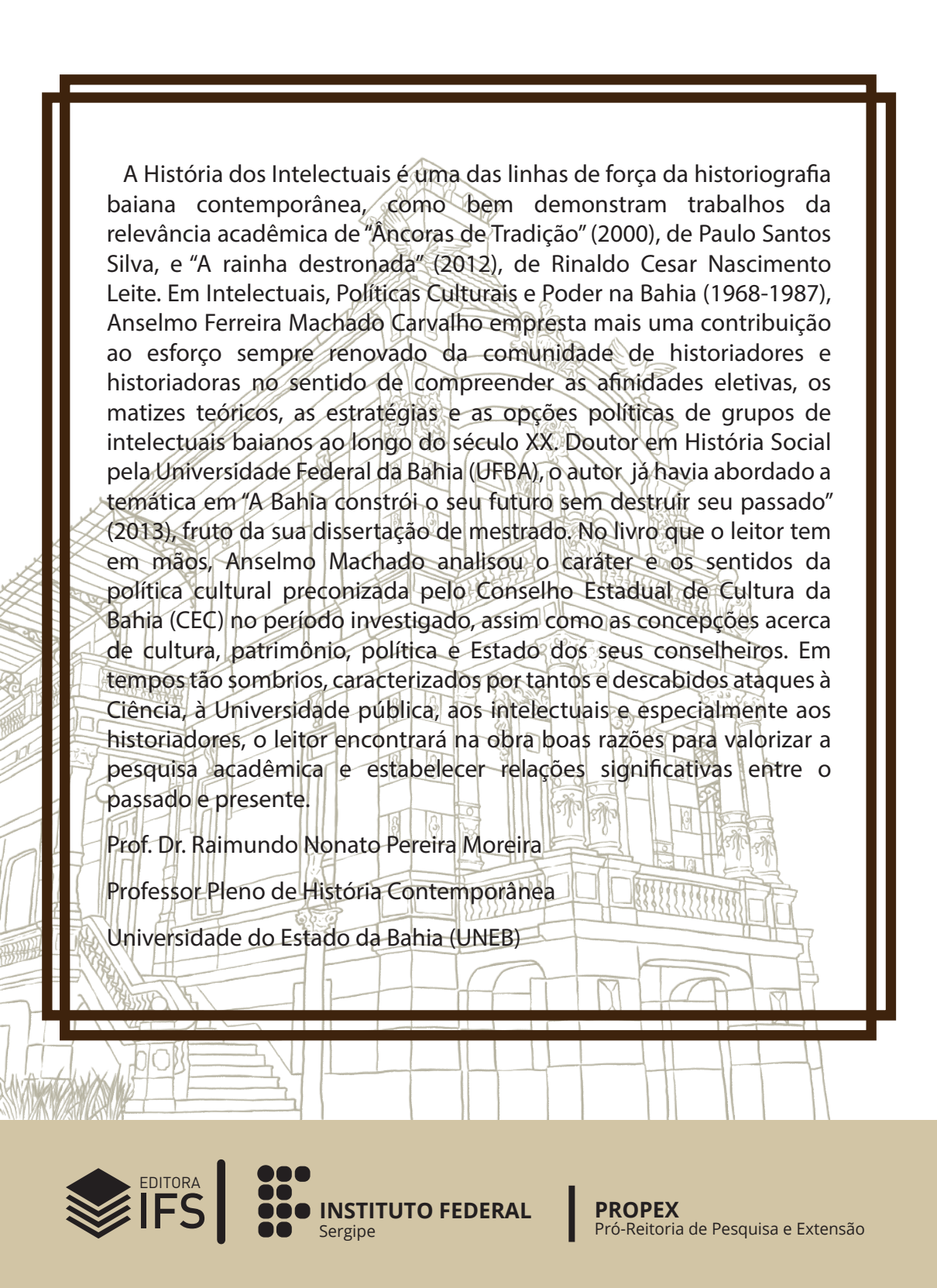
A N E X O

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

<u>DENOMINAÇÃO</u>	<u>SÍMBOLO</u>	<u>QUANTIDADE</u>
Assistente do Diretor	3-F	01
Chefe de Coordenação	3-F	02
Chefe de Unidade	3-F	02
Secretário de Câmara	3-F	04
Secretário de Comissão	3-F	02
Secretário Administrativo do Diretor	2-F	01
Secretário Assistente de Presidente	1-F	01

(Publicação no Diário Oficial de 26 e 27 de outubro de 1985)

Fonte: ARQUIVO CEC. 3º Regimento Inter



A História dos Intelectuais é uma das linhas de força da historiografia baiana contemporânea, como bem demonstram trabalhos da relevância acadêmica de “Âncoras de Tradição” (2000), de Paulo Santos Silva, e “A rainha destronada” (2012), de Rinaldo Cesar Nascimento Leite. Em Intelectuais, Políticas Culturais e Poder na Bahia (1968-1987), Anselmo Ferreira Machado Carvalho empresta mais uma contribuição ao esforço sempre renovado da comunidade de historiadores e historiadoras no sentido de compreender as afinidades eletivas, os matizes teóricos, as estratégias e as opções políticas de grupos de intelectuais baianos ao longo do século XX. Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o autor já havia abordado a temática em “A Bahia constrói o seu futuro sem destruir seu passado” (2013), fruto da sua dissertação de mestrado. No livro que o leitor tem em mãos, Anselmo Machado analisou o caráter e os sentidos da política cultural preconizada pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC) no período investigado, assim como as concepções acerca de cultura, patrimônio, política e Estado dos seus conselheiros. Em tempos tão sombrios, caracterizados por tantos e descabidos ataques à Ciência, à Universidade pública, aos intelectuais e especialmente aos historiadores, o leitor encontrará na obra boas razões para valorizar a pesquisa acadêmica e estabelecer relações significativas entre o passado e presente.

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira

Professor Pleno de História Contemporânea

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)